

HORIZONTES CONTEMPORÂNEOS:

ABORDAGENS E DESAFIOS EM PESQUISAS ATUAIS

**Liziany Müller
Ivanio Folmer**
ORGANIZADORES



HORIZONTES CONTEMPORÂNEOS:

ABORDAGENS E DESAFIOS EM PESQUISAS ATUAIS

**Liziany Müller
Ivanio Folmer**
ORGANIZADORES



Editor Chefe*Ivanio Folmer***Bibliotecária***Eliane de Freitas Leite***Revisora Técnica***Gabriella Eldereti Machado***Diagramação***Gabriel Eldereti Machado***Imagem capa***www.canva.com***Conselho Editorial**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva - UNIDAVI

Prof. Dr. Astor João Schönnell Júnior - IFFAR

Prof. Dr. Alan Ricardo Costa - UFRR

Prof. Dr. Allan Diêgo Rodrigues Figueiredo - UESPI

Profa. Dra. Andréia Bulaty - UNESPAR

Profa. Dra. Carla da Conceição de Lima - UFVJM

Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza - UNISC

Profa. Dra. Clarice Caldeira Leite - UFRGS

Profa. Dra. Cecilia Decarli - UFRGS

Prof. Dr. Carlos Adriano Martins - UNICID

Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira - UFCE

Profa. Dra. Dayse Marinho Martins - UFMA

Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos - UEL

Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio - UFRGS

Prof. Dr. Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos - FASESP

Profa. Dra. Elane da Silva Barbosa - UERN

Profa. Dra. Elen Gomes Pereira - IFBA

Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch - UFN

Prof. Dr. Francisco Odécio Sales - IFCE

Prof. Dr. Francisco Ricardo Miranda Pinto - UFCAT

Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo - UCB

Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho - UFAL

Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch - UFSM

Profa. Dra. Liziany Müller Medeiros - UFSM

Profa. Dra. Marcela Mary José da Silva - UFRB

Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler - UFSM

Prof. Dr. Michel Canuto de Sena - UFMS

Profa. Dra. Mônica Aparecida Bortolotti - UNICENTRO

Prof. Nilton David Vilchez Galarza - UPLA

Prof. Dr. Olavo Barreto de Souza - UEPB

Prof. Dr. Rafael Nogueira Furtado - UFABC

Prof. Dr. Roberto Araújo da Silva Vasques Rabelo - UNISANTOS

Prof. Dr. Rodrigo Toledo - USCS

Prof. Dr. Rodolfo Rodrigues de Souza - UERJ

Prof. Dr. Sidnei Renato Silveira - UFSM

Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin - UFOB

Prof. Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández - UCLV

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Horizontes contemporâneos [livro eletrônico] :
abordagens e desafios em pesquisas atuais /
organização Liziany Müller, Ivanio Folmer. --
1. ed. -- Santa Maria, RS : Arco Editores,
2025.

PDF

ISBN 978-65-5417-435-0

1. Educação 2. Interdisciplinaridade na educação
3. Pesquisas educacionais I. Müller, Liziany.
II. Folmer, Ivanio.

25-252876

CDD-370

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação 370

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415



doi 10.48209/978-65-5417-435-0

Esta obra é de acesso aberto.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte
e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.



APRESENTAÇÃO

A obra “Horizontes Contemporâneos: Abordagens e Desafios em Pesquisas Atuais” surge como uma iniciativa que busca explorar as diversas fronteiras do conhecimento em um mundo em constante transformação. Este trabalho coletivo visa proporcionar um espaço para o debate interdisciplinar, abordando temas emergentes e desafiadores que permeiam as práticas acadêmicas e sociais. Com uma perspectiva ampla e inovadora, o livro promove a reflexão sobre questões essenciais para a compreensão das dinâmicas contemporâneas.

Vivemos em uma época marcada por intensas mudanças tecnológicas, culturais, políticas e ambientais. Nesse cenário, a produção de conhecimento precisa ir além das fronteiras tradicionais e dialogar com as complexidades do mundo atual. Este livro, portanto, propõe-se a reunir trabalhos que reflitam sobre esses desafios, apresentando abordagens que combinam rigor acadêmico e relevância prática.

Os temas abordados nesta obra refletem a diversidade das pesquisas contemporâneas, atravessando áreas como educação, ciências humanas, tecnologias, saúde, meio ambiente e políticas públicas. Cada capítulo é uma oportunidade de imersão em um universo específico, onde os autores compartilham suas experiências, descobertas e reflexões, contribuindo para um mosaico rico e dinâmico de ideias.

A interdisciplinaridade, como elemento central desta coletânea, é essencial para abordar os desafios do presente. Ao unir diferentes perspectivas e campos do saber, o livro permite que leitores e pesquisadores ampliem seus horizontes e construam pontes entre áreas aparentemente desconexas. Essa abordagem, além de enriquecer a análise dos temas propostos, estimula soluções criativas e integradas para problemas complexos.

Outro ponto relevante desta obra é o compromisso com a disseminação de pesquisas que tenham impacto significativo na sociedade. Os autores se dedicam a abordar questões urgentes, como as mudanças climáticas, a inclusão social, os desafios educacionais, as inovações tecnológicas e as transformações nas relações de trabalho. Ao fazer isso, buscam não apenas compreender a realidade, mas também contribuir para sua transformação positiva.

Os leitores desta obra encontrarão um convite à reflexão e à ação. Cada capítulo oferece novas perspectivas e ferramentas para compreender o presente e projetar o futuro. Além disso, a diversidade de temas e abordagens reflete a pluralidade do mundo acadêmico e da sociedade, reafirmando a importância de um olhar inclusivo e abrangente.

É importante ressaltar que «Horizontes Contemporâneos» também valoriza a prática do diálogo entre experiências locais e globais. Ao mesmo tempo em que aborda questões universais, os autores também destacam a relevância de perspectivas regionais e contextos específicos, enriquecendo ainda mais a compreensão dos temas tratados.

Por fim, esta obra representa um esforço conjunto de pesquisadores comprometidos com a produção e a disseminação do conhecimento. Que “Horizontes Contemporâneos: Abordagens e Desafios em Pesquisas Atuais” inspire seus leitores a explorar novos caminhos, a questionar o estabelecido e a construir respostas para os desafios do nosso tempo. Sejam todos bem-vindos a essa rica jornada de descobertas e reflexões.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

Relato da Prática Docente no Estágio Supervisionado de Filosofia I e II.....9

Emilana Soares Ziani

doi: 10.48209/978-65-5417-435-1

CAPÍTULO 2

Gastronomia e Literatura: O Alimento para além da Fisiologia em Ensaio sobre a Cegueira, de José Saramago.....23

Venerson Cardoso Capuano Fontellas

Verena Cabral Capuano Fontellas

doi: 10.48209/978-65-5417-435-2

CAPÍTULO 3

A Tecnologia e o Estado: A Perspectiva de John Kenneth Galbraith 36

Alexandro Fernando do Carmo

Francisco Alexandre De Freitas

Emanuel Augusto Ribeiro Dias

doi: 10.48209/978-65-5417-435-3

CAPÍTULO 4

Avanços no Tratamento de Pessoas com Adicção de Psicoativos ao Longo do Tempo.....48

Sueli Abreu Guimarães

Coriolano Pereira da Rocha Junior

doi: 10.48209/978-65-5417-435-4

CAPÍTULO 5

Evasão no Ensino Superior: Marcadores de Gênero, Cor e Classe 65

Jamile Guerra Fonseca

doi: 10.48209/978-65-5417-435-5

CAPÍTULO 6

Concessão de uso Especial para fins de Moradia: Um Instrumento de Efetivação do Direito Fundamental Social à Moradia para Ocupantes de Imóveis Públicos Urbanos.....79

Diane Jéssica Moraes Amorim

Wania Jaguaracy de Sena Medrado

Deise Cristiane do Nascimento

doi: 10.48209/978-65-5417-435-6

CAPÍTULO 7

Contexto Histórico e Evolução Cooperativismo Brasileiro: Uma Abordagem sobre o Desenvolvimento das Cooperativas do Ramo Agropecuário.....92

Vinícius de Jesus Ferreira

Vitor Kochhann Reisdorfer

Carlos Eduardo Crispim de Oliveira Ramos

doi: 10.48209/978-65-5417-435-7

CAPÍTULO 8

Os Impactos do Êxodo Rural na Produção Leiteira e o Papel do Cooperativismo no Desenvolvimento do Município de São Paulo das Missões-RS.....108

Vinícius de Jesus Ferreira

Vitor Kochhann Reisdorfer

doi: 10.48209/978-65-5417-435-8

CAPÍTULO 9

Tecnologias Assistivas para Deficientes Visuais: Avanços e Desafios na Inclusão Digital e Social.....128

Jéssica da Cruz Chagas

Alessandra Rodrigues Marques

Rafael de Lima Erazo

doi: 10.48209/978-65-5417-435-9

CAPÍTULO 10

Mazelas Humanas na Contemporaneidade: Representações Fotográficas da Vida Cotidiana.....143

Valeria Fernandes Nunes

Tatiane Gusmão Reis Tietz

Suellen de Oliveira

doi: 10.48209/978-65-5417-435-A

CAPÍTULO 11

Fontes Especializadas de Informação em Doenças Raras.....153

Ana Cleide Patrício de Souza

Genoveva Batista do Nascimento

doi: 10.48209/978-65-5417-435-B

CAPÍTULO 12

Neoextrativismo X Justiça Ambiental: Práticas Educativas Dialógicas no Contexto do Pampa Gaúcho.....166

Ana Paula Tacques

doi: 10.48209/978-65-5417-435-C

CAPÍTULO 13

Idealização da Mascote Livronildo na Disciplina Ação Cultural em Unidades de Informação do Curso de Biblioteconomia da UFPB.....175

Genoveva Batista do Nascimento

Ana Cleide Patrício de Souza

Maria Amélia Teixeira da Silva

doi: 10.48209/978-65-5417-435-D

CAPÍTULO 14

A Atuação do Psicólogo no Sistema Prisional: Relato de Experiência de Estágio com Ênfase na Prevenção e Promoção da Saúde em uma Unidade Prisional.....187

Eduarda da Silva Rodrigues

Eduarda Siqueira de Freitas

Cristian Ericksson Colovini

doi: 10.48209/978-65-5417-435-E

CAPÍTULO 15

Da Fragmentação a Totalidade: Reflexões Acerca da Epistemologia Geográfica.....197

Lucas Santos Daniel

doi: 10.48209/978-65-5417-435-F

CAPÍTULO 16

Desafios e Perspectivas dos Juizados Especiais de Violência Doméstica: Uma Análise do Acesso à Justiça nas Regiões Interiores do Brasil.....213

Francisco Ismael Salvador Rodrigues

Suzete Antônia Costa

Maria Emília Camargo

doi: 10.48209/978-65-5417-435-G

CAPÍTULO 17

Os Desafios da Gestão do Projeto AJA Trajetória Qualificação Profissional.....223

Lucimari Sara das Neves

doi: 10.48209/978-65-5417-435-H

CAPÍTULO 18

O Tempo como Construção: Uma Ilusão Necessária para a Organização da Experiência Humana.....237

Atila Barros

doi: 10.48209/978-65-5417-435-J

CAPÍTULO 19

Estado da Arte do Rock and Roll.....259

Tatiana Maria de Moura

Marco Antônio Oliveira Lima

doi: 10.48209/978-65-5417-435-K

CAPÍTULO 20

Explorando Estratégias para o Aprimoramento do Ensino na Educação de Jovens e Adultos sob uma Perspectiva do Design Educacional: Uma Análise Crítica da Literatura.....278

Líssia Maria Costa Gomes Protázio

Wandernilton Rodrigues da Silva

doi: 10.48209/978-65-5417-435-L

CAPÍTULO 21

Interdisciplinaridade e Avaliação na Educação Infantil.....295

Eliseane Cardoso Moura

doi: 10.48209/978-65-5417-435-P

CAPÍTULO 22

A Operação Brother Sam revisitada.....313

Carlos Enrique Musse Torres

doi: 10.48209/978-65-5417-435-O

CAPÍTULO 23

La Enseñanza del Español como Lengua Extranjera Enfocada a Alumnos(as) con Discapacidad Visual: Una Propuesta Didáctica Através del Juego de Tablero “Más Allá del Arco Iris”.....337

Eraldo Alcantara Moreira

Maria José Souza Lima

doi: 10.48209/978-65-5417-435-I

CAPÍTULO 24

Percepções de Jovens Adultos Hospitalizados após Diagnóstico de Infarto Agudo do Miocárdio.....364

Lucas Henrique Freitas Chaves

Cristina Pilla Della Múa

Tiago Luan Labres de Freitas

doi: 10.48209/978-65-5417-435-T

CAPÍTULO 25

Impactos dos Eventos Extremos em Itaara: Desafios e Respostas Diante das Mudanças Climáticas.....386

Luciane de Andrades Lemos

Liziany Müller

Ivanio Folmer

Elizeu da Silva Costa Junior

doi: 10.48209/978-65-5417-435-Y

Sobre os Organizadores.....393

Sobre as Autoras e os Autores.....395

CAPÍTULO 1

RELATO DA PRÁTICA DOCENTE NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE FILOSOFIA I E II'

Emilana Soares Ziani

Doi: 10.48209/978-65-5417-435-1

Introdução

Este trabalho apresenta uma reflexão sobre a prática docente mediante o relato do estágio curricular supervisionado I e II em licenciatura em filosofia, realizado com uma turma do 2º ano do Ensino Médio no turno da noite, no Colégio Edna May Cardoso que se localiza na Cohab Fernando Ferrari, Bairro Camobi, SM/RS, concernente ao ano de 2013/2014. Assim, procurou – se ressaltar as dificuldades e desafios enfrentados pela estagiária, junto a um ambiente de ensino demarcado por carências dos jovens e da escola, haja vista a mesma situar – se em uma zona de periferia. A prática docente aconteceu mediante dois momentos: 1º - Observação de aulas da professora regente da disciplina de filosofia e, elaboração junto à professora do estágio dos planos de aula e conteúdos a serem efetivados na prática posteriormente; 2º - lecionar efetivamente para os alunos, construindo um espaço de inquietações, medos e superações, troca de saberes e de ensino e aprendizagem da filosofia/filosofar.

Mediante esse contexto construiu-se objetivos gerais traçados para a realização do estágio, a saber: por ser o perfil dos jovens/estudantes uma realidade

1 Artigo apresentado inicialmente no evento 5º Seminário sobre Incidência de Políticas Educacionais em Redes Escolares 05 a 07. Nov.14 - Universidade Federal de Santa Maria/RS.

de dificuldades familiares, sociais e econômicas, procurou-se vincular os conteúdos de filosofia com as suas vivências, de forma a tocá-los, afetá-los sobre o ensino de filosofia, refletindo sobre suas práticas diárias.

Nesse processo, elencou – se critérios como fundamento para a reflexão, a saber: ensinar filosofia no turno da noite em um período de apenas 50 minutos semanais; metodologia a ser desenvolvida para esses jovens advindos de uma realidade carente; formas de avaliação de filosofia e a avaliação integrada, abrangendo as demais disciplinas da área das humanas, bem como pensar como a escola e os alunos recebem a filosofia respondendo as seguintes indagações: Os professores regentes preocupam-se com um ensino de conteúdos filosóficos voltados ao ingresso superior (vestibular) “apenas”, ou sua didática é enriquecida por métodos versáteis, com o uso de linguagens voltadas as vivências dos jovens, buscando estimular o processo de filosofia/filosofar dos alunos em sala de aula?

Assim, partindo do ponto central onde se efetiva esse ensino, ressalto que a escola se situa em uma zona de periferia, as dificuldades na comunidade são visíveis, com relação à coordenação pedagógica e organização das atividades dentro da instituição, pode-se apontar alguns problemas, ela assim pode-se apontar alguns problemas, ela assim como as demais, apresenta problemas de gestão escolar. Contudo, um enfoque que reestrutura e põe à frente o trabalho interdisciplinar, e essa vinculação entre escola e comunidade são os programas institucionais de bolsas de iniciação à docência, o qual desenvolve dentro da escola um movimento em busca do saber e das trocas de experiências, esses projetos são o PIBID/ Filosofia e PIBID/História.

Procedimentos Metodológicos da Prática Docente

No contexto dos espaços/tempos vivenciados em sala de aula e a relação com a comunidade escolar como um todo, advindo de atividades enquanto bolsista participante do Projeto Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

PIBID/FILOSOFIA-UFSM, minha inserção como estagiária na instituição se deu de maneira clara e eficaz, podendo assim analisar e compreender as dificuldades e superações que enfrentaria ao longo da minha prática docente, tendo como pressuposto já o conhecimento sobre a comunidade escolar.

No curso de licenciatura em filosofia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a grade curricular apresenta como disciplinas obrigatórias a serem cursadas pelos acadêmicos, as disciplinas didático-pedagógicas, tais como: Psicologia da Educação, Políticas Públicas e Gestão na Educação Básica, Pesquisa para o Ensino de Filosofia, Fundamentos da Educação Especial, Didática em Filosofia, Prática em Filosofia e Estágio Curricular Supervisionado I e II. As disciplinas de Pesquisa para o ensino de Filosofia e Didática em Filosofia, são norteadores para preparo e inserção do licenciando na escola, pois o conteúdo curricular destas possibilitam leituras e preparos iniciais sobre as concepções de aula de Filosofia, de como elaborar uma aula, descobrir qual o perfil do jovem do ensino médio, o que é o ensino médio, qual didática e metodologia aplicar em sala de aula, entre outras. Assim, como essa bagagem de leituras e pequenas práticas já vivenciadas mediante realização de microaulas e observação de aulas e elaboração de oficinas.

O primeiro contato com a escola e a turma ocorreu no período do Estágio Supervisionado I, com minha apresentação enquanto estagiária até a escola, a professora regente da disciplina de filosofia e minha apresentação as aulas. Posteriormente, uma análise sobre a prática da professora regente foi proferida, mediante observações das suas aulas. Nesse primeiro momento, passou-se a conhecer os alunos, a realidade da escola, do meio social em que vivem, das suas dificuldades. Assim, observou-se que por ser um colégio de periferia, abarca alunos com uma condição social e econômica razoável, a maioria pertence à classe média e classe-baixa. Com relação aos alunos da minha turma de estágio, muitos trabalhavam durante o dia, para ter como se sustentar, houve o caso de uma menina, a qual já era casada e ela e o marido estudam juntos. A

turma contava com 12 alunos frequentes, sendo quatro do sexo masculino e as demais são meninas. Acho importante citar que percebi o caso de um menino apresentar a seguinte opção sexual, ele é homossexual, no contexto interno da sala de aula a convivência entre eles era tranquila, sem o acontecimento de nenhum tipo de preconceito em aula.

Para conhecer melhor os alunos e poder construir a minha proposta metodológica a ser executada no estágio supervisionado II mediante a realização de aulas junto a turma, realizou-se junto a eles um questionário para melhor conhecê-los, perguntando para eles, sobre seus projetos de vida, suas preferências de leitura, o que eles consideram uma boa aula, como eles veem um bom professor, o que compreendem e gostam da filosofia, entre outras indagações.

Assim entre as colocações dos alunos, sobre uma boa aula, colocam que seria aquela em que houvesse o diálogo, também em que se conversasse sobre assuntos interessantes, e mais: “quando o aluno consegue interagir com o que o professor está explicando”, “interagir com os professores e colegas”, “ter vídeos para ver é legal e uma boa explicação do que aconteceu na aula”. Em uma conversa informal com os alunos em uma de minhas observações, percebi que eles gostam de filmes, e que seria interessante sair um pouco de dentro da sala de aula, e levá-los para outro espaço da escola, como por exemplo, a sala de vídeo, e ali desenvolver uma aula.

Nas falas sobre o que eles consideram um bom professor, dentre as respostas, destacamos as seguintes: “aquele que tem paciência para ensinar quem está interessado em aprender”; “que ensina bem”; “aquele que não desiste do aluno e instiga a pensar e questionar”; “que não fique só escrevendo no quadro, que converse com a gente”; “um professor que não dê muita aula escrita, e sim aulas variadas, que traga filmes, e use os computadores do colégio”; “saber se impor e ao mesmo tempo ser parceiro do aluno”; “Alegre, que conversa, se importa com as dúvidas dos alunos e explica quantas vezes for preciso”; “Explicar bem a matéria e ser legal com os alunos”. Nota-se com relação às respostas dos

alunos que eles se preocupam com o modo como o professor vai ensinar que eles precisam de atenção e dedicação por parte do professor.

Na abordagem e debate sobre o pensamento em relação a filosofia, eles expuseram “eu acho legal, pois fala sobre pensamentos e sentimentos que passamos na vida”; “não é algo que me interesse muito, mas gosto de debater alguns assuntos”; “filosofia para mim é a vida, o cotidiano, as verdades, os pensamentos e relações, as vivências e coerções”; “gosto muito porque apreendemos a nos informar mais sobre assunto”; “que tem que ler bastante e viajar nos textos”. Partindo dessas respostas, percebo que eles compreendem a filosofia por diferentes aspectos, mas que todos estão inseridos dentro do seu estudo, pois faz parte do amplo leque de assuntos discutido pela filosofia, buscar temas sobre a vida, buscar a verdade nas coisas, trabalhar com o cotidiano e com a realidade, a disciplina exige a leitura de muitos textos, como disse o menino, é o caso que em alguns nós acabamos viajando, ou seja, na primeira leitura não vamos compreender e, é até capaz de desistirmos de ler, mas fazendo um esforço e realizando outras leituras, se é possível compreender o que o texto quis dizer.

A partir desses conhecimentos e colocações feitas pelos alunos, passe a construção da minha proposta metodológica, em que se seguiu dos momentos didáticos propostos por Sílvio Gallo, a saber: Sensibilização, problematização, investigação e Conceituação, em busca do desenvolvimento das habilidades e competências a serem desenvolvidas pelos jovens aperfeiçoando assim o ensino e aprendizagem da filosofia/filosofar em sala de aula.

A partir do planejamento das aulas e com apenas um período semanal de 45 minutos, não se pode recorrer ao uso de textos longos, fazendo uso de pequenos fragmentos de obras clássicas dos filósofos, com o objetivo de estimular a leitura e debate em aula, por exemplo, fragmento da Obra: República de Platão, ou um método mais convencional que foi o uso e leitura da Alegoria da Caverna em quadrinhos, para explicar o processo de conhecimento em Platão. Em relação aos recursos didáticos usados para lecionar os conteúdos

de filosofia em aula, ressalvo que, nas aulas de filosofia é evidente que se deve trabalhar o filosófico, e para isto, fizemos uso dos textos de filósofos clássicos, tendo por escolha o livro didático, a saber: *Iniciação à Filosofia*, de Marilena Chauí, e livros e textos auxiliares, entre estes: *O Livro da Filosofia* e *O Guia Ilustrado Zahar: Filosofia* de Stephen Law. Contudo não vou levar para a aula o texto completo e sim fragmentos das obras dos filósofos, para isso faz-se necessário o uso de folhas de ofício para impressão e cópia dos textos para serem distribuídos aos alunos.

Concernente às atividades desenvolvidas no segundo trimestre com unidade didática: Teoria do Conhecimento trabalhou-se pela linha da história da filosofia, abordando os seguintes filósofos em aula: Pré-Socráticos, Sócrates, Platão, Aristóteles, Descartes e Locke. Durante as aulas, os materiais mais utilizados foram textos curtos e fragmentos, quadro, giz, leitura dos textos em aula, e por fim um jogo de memória com as imagens dos filósofos e seu principal pensamento. Em meio a dificuldades encontradas com relação ao desenvolvimento metodológico, refletiu-se sobre a prática docente percebendo que o desenvolvimento das aulas não surtia o objetivo esperado, sendo necessário rever as metodologias de ensino e encontrar outra forma de estimular os alunos em busca do ato de filosofar. Percebe-se que ao trabalhar tais conteúdos de Filosofia, o professor (a) estagiário (a) não pode cair no erro da reprodução dos conteúdos apreendidos durante a graduação, pois o nível de compreensão muda há a necessidade de readaptação dos conteúdos para os jovens do Ensino Médio, de forma a eles compreenderem a importância de estudar um filósofo e seu pensamento tão antigo e seu vínculo com a realidade.

O terceiro trimestre, em busca de uma interação maior da filosofia com os alunos e da professora/estagiária abordou-se em aulas temas/problemas sobre filosofia política, sendo estes: 1º- Formação da Cidade e Constituição da Família, 2º- A política em Maquiavel- “Os fins Justificam os meios”, abordando a formação do estado e as relações de poder, 3º- Desigualdade Social e Alienação no Consumo: Rousseau e Marx. Esse trimestre as aulas foram mais dinâmicas,

solicitando aos alunos montarem grupos e fazer pesquisa sobre os temas para apresentar em aula, também se assistiu vídeos, trabalhou-se com a resolução de questões de vestibular sobre filosofia política, e diálogos mais interativos, pois conseguiu-se vincular os temas com a comunidade escolar e também familiar. Referente as avaliações além da apresentação de trabalho, mediante os conteúdos desenvolvidos em aula, solicitaram-se duas redações, a saber: Como você percebe as questões políticas na sua comunidade, bem como sua percepção sobre os diferentes tipos de famílias que se constituem na sociedade? Escreva um texto como se você fosse o governante detentor de poder, como agiria em prol de uma vida melhor para sua comunidade? (Aborde os conceitos estudados em aula, por exemplo, poder, autonomia, autoridade, entre outros).

Com relação à integração do trabalho sobre as avaliações posso dizer que na elaboração das avaliações integradas a comunicação na primeira foi falha e com relação à segunda, foi construída em conjunto a professora de Sociologia, a qual não se preocupou em fazer sua parte. Haja vista, que a primeira avaliação integrada tinha por tema o cenário da novela Saramandaia, assim a professora regente da disciplina elaborou as seguintes questões: Disserte sobre os seguintes aspectos-Disputas de poder político entre as famílias mais abastadas (ricas); quem eram os excluídos da trama Social? Relações de verdadeiro amor (dona redonda e encolheu) e aquelas de preconceito, fundamentadas na rejeição dos diferentes, na linguagem dos atores. Essas questões promoveram revoltas por parte dos alunos, pois eles não sabiam responder, pois quando o termino da aula, já tarde da noite, não assistia a novela e sim descansavam. Isso demonstrou que houve comunicações errôneas entre a coordenação e a professora, pois depois soubesse que eles apenas leram um texto acerca do contexto da novela e era para ser interpretado mediante outro viés.

A avaliação integrada do terceiro trimestre, mediante um texto em comum sobre o consumo e desperdício de alimentos e o processo seletivo de reciclagem do lixo, foi elaborada pela estagiária com aprovação da professora regente, a saber, constituiu-se assim: Com ênfase em suas vivências e o contex-

to discutido em aulas sobre o processo de consumo exagerado, responda: Como você percebe a desigualdade social entre as classes sociais de sua comunidade, procure enfatizar a diferença entre desigualdade instituída pela natureza e outras pelos homens em Rousseau?; Processo de alienação em sua forma de consumir? Essa foi extremamente positiva, mediante entendimento e excelentes reflexões feitas pelos estudantes.

Apontamentos Reflexivos e Resultados sobre as Aulas

Com relação aos conteúdos desenvolvidos no segundo semestre trabalhou-se a partir de uma linha da história da filosofia, com o conteúdo de Teoria do Conhecimento ou Epistemologia, estudando as obras dos filósofos e dos principais conceitos como, por exemplo, Filósofos Modernos, trabalhando com a primeira e segunda meditação de Descartes, a fim de que compreendessem o homem enquanto sujeito do conhecimento. O objetivo foi que eles refletissem sobre o processo de conhecer, a diferença entre conhecimento e informação, tivessem uma introdução sobre os filósofos, suas obras e ideias.

Contudo, mediante os diálogos ocorridos em aula, as avaliações, as quais se deram mediante trabalho escrito e prova, percebeu que o assunto não os afetou, acharam alguns textos muito densos e compridos, sendo difícil de ler em uma aula e conseguir fazer uma reflexão. E, ainda não apenas analisando os alunos, mas também fazendo uma autorreflexão sobre a prática da estagiária, viu-se a necessidade de cuidar em não cair na reprodução da história e interligar o conjunto história, temas e problemas, revendo assim as metodologias e a didática em sala de aula para o terceiro semestre letivo. Vale ressaltar que ao final do segundo semestre e início do terceiro semestre, aconteceu a greve dos professores do magistério, isso acarretou uma diminuição na carga horária da disciplina e também troca de períodos na escola, assim optou-se em trabalhar-se com problemas/temas acerca dos conteúdos da filosofia, de forma a tornar as

aulas mais dinâmicas e com diálogo, não fazendo uso do quadro e de textos extensos, pois o tempo não permitia e tornava a aula algo muito maçante.

Concernente às atividades do segundo semestre, sob o tema conhecimento, alguns momentos de debate e escrita, geraram um pensar mais críticos e reflexivo por parte dos jovens, saliento o seguinte texto escrito por uma aluna, intitulado: O que conhecemos sobre a Sociedade?

Sabemos apenas o que o governo nos permite saber, as verdadeiras situações nos são escondidas. Pois, para eles a sociedade não está preparada para saber determinadas revelações ou assuntos. Sem distinção de faixa etária, as pessoas preferem contar aos outros a “verdade” que lhes convêm. Acreditam que, diante de nossos olhos a real situação do mundo em que vivemos passa: o aquecimento passa? A corrupção não existe? A violência extrema e absurda acaba? Penso que estamos muito condicionadas as mídias, mas com o pensar direcionado a outros saberes fúteis, como as pessoas assistindo esses realities shows que deixa uma pessoa milionária, sendo que existem milhares de pessoas no mundo passando fome. Somos robôs, bonecos manipulados pela mídia, a mídia suja e mentirosa, onde os da classe alta tem preferência.

Vale ressaltar, quando se trabalhou com os alunos a Alegoria da Caverna em quadrinhos, discutindo-se sobre a realidade, mundo sensível e inteligível, em que se teve por aporte metodológico a obra: República do filósofo Platão, e esquema explicado em aula, onde se apresentou que o mundo real é o mundo das ideias e o mundo ilusório é o mundo dos sentidos, para tanto se fez uso da Obra: O livro da Filosofia. A partir disso, solicitou-se aos alunos refletirem sobre os acontecimentos atuais e buscar uma vinculação com o pensamento platônico apresentado em aula.

Nesse contexto, dos trabalhos solicitados, uma aluna escreveu o texto intitulado - Presos ao jornal, mediante análise de uma imagem/figura em que a família está sentada na sala olhando televisão e lendo jornal. A família é composta pelo pai, mãe, filho e o animal de estimação, o filho tem vídeo game, mas não está jogando e sim lendo o jornal, acredita-se que mediante influência da família. A aluna faz a seguinte interpretação, eles obtêm informação mediante o que leem e assistem na televisão, mas suas expressões denotam uma tristeza,

pois não acontece uma interação, um diálogo familiar, diz: “eles se esqueceram de viver o mundo, de viver em família, de verem amigos, esqueceram-se de procurar o mundo de verdade para que conseguissem atingir o bem maior para suas vidas. Presos ao que o jornal e a televisão lhes informam, eles se libertariam se buscassem mais a realidade, vivessem a vida, de ter o dom de tocar, de sentir, de olhar”.

Conclusão

Nos espaços/tempos de ensinar filosofia/filosofar para jovens do Ensino Médio, as dificuldades mostram-se frequentes frente às realidades da educação brasileira e das comunidades carentes onde os professores travam lutas por um ensino de qualidade. Assim esse contato com a sala de aula, ainda que em um espaço pequeno de tempo evidência um trabalho por parte de nós, enquanto professores, que provoca atravessamentos nos jovens, no âmbito de provocá-los a pensar sobre seus atos e os acontecimentos em torno da comunidade escolar e familiar que vivenciam.

A filosofia dentro das bases do currículo escolar continua-se como disciplina ainda em luta, e há um receio ainda muito forte quanto a sua permanência, acredito que é preciso estar sempre em constante pensamento e mudanças quanto ao ensino de filosofia. Percebe-se que o mais difícil é montar o programa de ensino, pois você precisa pensar de que modo sensibilizar o aluno em cada aula, para obter o seu interesse a sua participação em aula, qual o melhor conteúdo a ser dado, e de que forma, para não tornar algo apenas repetitivo e reprodutivo em cima do filósofo, proferindo sempre a frase: “Segundo fulano”, precisando sempre estar informado com o que se passa na mídia, pois os alunos levam para a aula exemplos, encontrar meio de recriar os conceitos dos filósofos, refletir e problematizar sobre estes e principalmente relacionar com as vivências dos jovens.

Referências

CERLETTI, Alejandro. **O ensino de Filosofia como Problema Filosófico**. Ingrid Xavier (Trad.). Belo Horizonte: autêntica, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Filosofia (Série/novo Ensino Médio)**. São Paulo: Ática, 2002.

GALLO, Sílvio; KOHAN, Walter. (Orgs.). **Filosofia no Ensino Médio**. Petrópolis: vozes, 2000.

KIM, Douglas (Trad.). **O livro da filosofia**. São Paulo: Globo, 2011.

PLATÃO. **A República**. Heloísa da Graça (Trad.). São Paulo: Rideel, 2005.

CAPÍTULO 2

GASTRONOMIA E LITERATURA: O ALIMENTO PARA ALÉM DA FISIOLOGIA EM ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA, DE JOSÉ SARAMAGO¹

Venerson Cardoso Capuano Fontellas

Verena Cabral Capuano Fontellas

Doi: 10.48209/978-65-5417-435-2

*Se eu voltar a ter olhos, olharei verdadeiramente os
olhos dos outros, como se estivesse a ver-lhes a alma.
(Saramago, 1995, p. 262)*

Introdução

A obra *Ensaio sobre a cegueira* (1995), de José Saramago, é um marco para toda tradição literária de língua portuguesa, sendo também a primeira e única obra, até o momento, a ser contemplada pelo prêmio Nobel de Literatura em 1998. Em uma perspectiva que reflete acerca do alcance e divulgação da língua portuguesa pelo mundo, tal premiação é consideravelmente relevante.

De acordo Sá (2016, p. 316), “Saramago, através de seus romances, busca fazer com que seus leitores se questionem e questionem o mundo em que vivem [...]”. O próprio Saramago chegou a afirmar que “a literatura não serve para nada”, no sentido de que ela em si não promove alterações no mundo. Mesmo porque, como em qualquer expressão artística, é difícil estabelecer definições rígidas sobre o que a literatura representa ou sobre suas finalidades específicas.

¹ Este trabalho foi apresentado no Congresso Internacional de Patrimônio Cultural e Sustentabilidade – CIPCS (2024).

Ainda assim, a vasta obra do autor suscita reflexões que perpassam questões que atravessam o ser humano, desde os seus laços de sociabilidade, sua história e memória, e seu lugar no mundo. Por esse motivo, contrariando o próprio autor, afirmamos que a obra literária de José Saramago serve para alguma coisa no mundo, no caso, fazer-nos refletir acerca das múltiplas questões humanas.

Em *Ensaio sobre a cegueira* (1995) Saramago lança, ficcionalmente, um olhar crítico para determinadas mazelas da sociedade, sobretudo do final do século XX e início do século XXI. Em outra direção, interessa-nos, neste trabalho, verificar como a obra aborda a temática da alimentação, o que, de antemão, parece-nos apresentá-la em pelo menos duas instâncias: 1. de natureza fisiológica e 2. de natureza sociocultural.

É indiscutível que a sobrevivência humana depende da ingestão de alimentos, os quais se convertem em nutrientes essenciais para a nutrição do corpo. Por isso, pretendemos dar maior enfoque em nossa análise à segunda instância mencionada, ou seja, de uma alimentação de natureza sociocultural. Sobre a necessidade da alimentação, apontamos o diálogo entre o médico e a mulher do médico, personagens assim nomeados na obra: “A mulher do médico disse ao marido, O mundo está todo aqui dentro”. E o narrador pondera: “Nem todo. A comida, por exemplo, estava lá fora e tardava” (Saramago, 1995, p.102).

Nesse sentido, é preciso elucidar que destacamos a relação entre gastronomia e literatura pelo viés cultural. Isso porque tanto uma quanto a outra só existem porque existe antes a cultura. Além disso, porque a cultura as precede, elas são também reprodutoras de cultura. Nesse sentido, destacamos Santos (1983, s.p) sobre cultura: “ou tratam da totalidade das características de uma realidade social, ou dizem respeito ao conhecimento que a sociedade, povo, nação ou grupo social tem da realidade e à maneira como o expressam”. Assim, por exemplo, quando a alimentação é abordada em *Ensaio sobre a cegueira*, ultrapassando a questão fisiológica, ela só o diz porque culturalmente vivemos numa sociedade que busca pelo sabor, pelo tempero do alimento – o que resulta na comida.

Da mesma forma, é importante ressaltar as diferenças terminológicas em torno das palavras: alimento e comida. Enquanto a primeira é puramente fisiológica, para a sobrevivência, a segunda está mais ligada à cultura, ou seja, em como culturalmente cada sociedade transforma seus alimentos em comida, com esse ou aquele sabor. (Da Matta, 1987 apud Amon; Menasche, 2008, p. 15).

Não distante disso, não podemos deixar de evidenciar que tanto a alimentação quanto a cultura são direitos humanos. Portanto, destacamos, no contexto brasileiro, a Constituição Federal (1988) que aponta no Art. 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Evidenciamos também Chauí (2008), que assevera a cultura como um direito.

Ademais, não é possível dissociar um texto literário de seu contexto de produção, que em primeira instância é Portugal, dado que o autor é português, mas que em uma análise mais afínca é qualquer sociedade capitalista – que se mostra “cega”, no sentido humanístico sobre o acúmulo de riquezas, já que, de maneira geral, *Ensaio sobre a cegueira* tem como fio condutor o egoísmo humano.

Assim sendo, esta análise parte da literatura como representação da realidade, mesmo porque as reflexões suscitadas pela obra só são possíveis porque geram uma espécie de reconhecimento, ainda que no campo subjetivo, filosófico. Isso porque a obra convida o leitor a pensar não sobre uma cegueira fisiológica, mas uma cegueira quase que espiritual, aquela que de tanto buscar pelas coisas, passa a “coisificar” o humano, a torná-lo egoísta. Sobre literatura enquanto representação da realidade, destacamos:

Há sempre mais que literatura na literatura. No entanto, esses elementos ou níveis de representação da realidade são dados na literatura pela literatura, pela eficácia da linguagem literária. Então, entre esses níveis de representação da realidade e sua textualização, seu aparecimento enquanto literatura, há um intervalo – mas é um intervalo, como na música, muito pequeno e que é preciso ser muito rápido para perceber (Barbosa, 1994, p. 23).

Nesse sentido, gastronomia e literatura também se relacionam numa perspectiva de memória, haja vista que os acontecimentos ocorrem a partir de processos historiográficos, isto é, a partir de como a sociedade vai se organizando coletivamente ao longo do tempo e registra esses acontecimentos em seu imaginário. Sobre memória, Garcia (2015, p. 1365) discorre:

A memória é uma representação do passado, um recorte daquilo que foi e não é mais. Portanto, podemos afirmar que a memória é registro. Existe uma sequência de acontecimentos que armazenamos, ou seja, registramos. Esses registros compreendem a apropriação de imagens e símbolos que a memória agrega, se modificando a todo o instante, logo ela seleciona aquilo que acredita ser importante registrar. Ela compreende uma rede de processos biológicos e sociais (identidade, papéis sociais, vida pública e vida privada, etc.) que desencadeiam uma teia de acontecimentos importantes para a vivência dos sujeitos. Ela é um repositório daquilo que vivenciamos, das nossas experiências sociais coletivas e individuais. A memória é um conjunto de códigos que compreendem a identidade, pois faz o indivíduo refletir sobre si, sobre o eu, e a consciência que entende o homem a partir da sua autorreflexão, desenvolvendo o seu papel crítico-social. Portanto, a memória é um sistema porque ela compreende a relação entre o homem e o meio, entre o sujeito e a sociedade.

A esse respeito, podemos destacar que a literatura acaba por ser um registro de seu contexto de produção, ou seja, é possível identificar traços históricos, costumes, formas de pensamento e de comportamento tanto do contexto quanto do autor. Uma vez que gera registro, gera também memória e, por conseguinte, traços da identidade individual e/ou coletiva. Mesmo que o objetivo da literatura não seja esse, se é que ela tem algum, mas parece sua condição inerente. A respeito de literatura e memória,

A literatura forma a nossa memória cultural, mas também a “reforma”, porque se constitui um meio de transmissão e preservação de padrões de pensamento, sentimentos e condutas – por meio de gêneros, temas, motivos e histórias – e influencia as memórias e percepções do indivíduo, assim como a formação das identidades sociais e culturais, e também estabelece um diálogo dinâmico e crítico com o mundo, podendo colocar em questão o lugar do indivíduo e do grupo (Antunes, 2010, p. 205-206).

Ainda nesse sentido, vale destacar que a memória é consideravelmente importante para construção do gosto, ou seja, é a partir dos registros que as

novas gerações, nascidas nesse ou naquele lugar, têm experiências alimentares ao longo do tempo. É também a partir dessa transmissão que elas modificam e constroem novos sabores.

No mais, destacamos que esta pesquisa é bibliográfica e exploratória, evidenciando-se um estudo qualitativo. Isso porque, a partir do objeto de análise, *Ensaio sobre a cegueira*, e a partir da bibliografia especializada em torno dos estudos da gastronomia, literatura, cultura, memória e história, é que se pretendeu entender como a obra abarca a discussão em torno de uma alimentação que ultrapassa a questão fisiológica.

Assim sendo, valemo-nos do pressuposto de Durão (2020), que evidencia que a pesquisa bibliográfica é feita a partir de uma análise profunda daquilo que em primeira análise não é percebido, mas que após uma busca intencional pode ser verificado, encontrado e discutido.

Desenvolvimento: Algumas Reflexões Acerca da Narrativa

José Saramago, autor português, intencionalmente subverte a língua utilizando, principalmente, uma pontuação reduzida, que se mostra talvez intuitiva, com fins estéticos, por toda sua vasta produção bibliográfica, o que também faz em *Ensaio sobre a cegueira* (1995).

A narrativa, que ganhou versão cinematográfica dirigida pelo cineasta brasileiro Fernando Meirelles em 2008, aborda discussões em torno do egoísmo humano, envolvendo questões relacionadas à alimentação, à disputa por alimentos e à alimentação para sobrevivência. Trata-se não apenas de sobrevivência fisiológica, mas também de uma alimentação com dimensões socioculturais e históricas.

De forma sucinta, o enredo trata de pessoas que gradualmente ficam cegas, uma cegueira branca, não identificada pela ciência e que acomete a população sem nenhuma explicação lógica. Nesse cenário, o Estado declara estado de emergência para, supostamente, controlar a epidemia, e passa a recolher os

acometidos em uma espécie de galpão. Os cegos são proibidos de sair desse lugar e precisam se organizar dentro dele; o espaço funciona como uma mini sociedade. Diariamente, são dadas orientações mínimas que são repetidas aos isolados. Dentre elas, há orientações em relação à divisão dos alimentos que lhes são enviados por caixas. Gradativamente, o espaço vai ficando superlotado de cegos e, diante disso, são levantadas questões sobre como dividir honestamente a alimentação, que já não era enviada em quantidades adequadas pelo Estado, o que resulta em problemas internos, levando à fome, conflitos, mortes e, inclusive, abusos sexuais.

A obra não aborda apenas de questões relacionadas à alimentação, mas parece claro que, ao tratar da sobrevivência humana, é inevitável discutir questões de saúde, incluindo a alimentação. De fato, o ambiente em que as personagens passam a viver é de total insalubridade, tanto pela falta de condições adequadas providas pelo Estado quanto pela dificuldade de organização decorrente da cegueira.

Lá pelas tantas, as personagens param de receber a alimentação e percebem que já não há mais segurança que as impeça de sair do galpão. Em meio a um incêndio conflituoso, os cegos conseguem deixar o lugar e percebem que, na verdade, já não há mais segurança ou qualquer impedimento porque a sociedade inteira ficou cega.

Numa sociedade quase que apocalíptica, um grupo de pessoas passa a buscar por alimentação e por moradia e, porque não dizer, dignidade. Nesse grupo, há uma vantagem: a mulher do médico, assim nomeada, é a única pessoa que enxerga. Tal personagem mentiu estar cega para não deixar que seu marido, o médico, fosse sozinho para o isolamento, imaginando que, em algum momento, ela também ficaria cega; omitiu isso por algum tempo e depois revelou aos mais próximos. Fato é que passou a ser uma espécie de ajudante dos cegos, tanto dentro do isolamento quanto depois, quando saíram.

Os olhos da mulher do médico passam a ser também os olhos do leitor, isso porque, ainda que não seja a única narradora, são pelas suas descrições que o leitor também percebe o estado calamitoso que as personagens vivem em meio ao lixo, ao mau cheiro e em meio à miséria humana.

Desenvolvimento: Algumas Reflexões Acerca da Alimentação

[...] o grande problema é que, tal como estão as coisas, sem água corrente, sem energia elétrica, com as garrafas de gás vazias, e mais os perigos de fazer fogueiras dentro dentro das casas, não se pode cozinhar, isto supondo que saberíamos onde ir buscar o sal, o azeite, os temperos, na hipótese de querer preparar uns pratos com alguns vestígios dos sabores à antiga, que se houvesse hortaliças só com uma fervura nos daríamos por satisfeitos, o mesmo quanto à carne, além dos coelhos e galinhas [...] (Saramago, 1995, p. 250).

Chama a atenção no trecho acima a expressão “sabores à antiga”. A busca pelo sabor é uma atividade cultural e, sobretudo, neoral, porque o sabor do alimento também gera sensação de prazer, ou seja, comer algo considerado gostoso ou não é levar para o cérebro uma informação. Miranda Saucedo (2011) detalha como o cérebro reconhece o sabor dos alimentos, num processo fisiológico que se inicia com o contato do alimento pelas células gustativas, as quais enviam informações ao sistema central. Além disso, esse processo também transforma essas informações em memória cerebral. Saucedo (2011, p. 13) detalha:

El conocimiento actual indica que la ruta para percibir y recocer un sabor inicia con la activación de las células gustativas, agrupadas en las papilas gustativas de la lengua y epiglotis, donde los receptores en cada célula receptora están “entonados” para responder a una modalidad básica de sabor - dulce, amargo, salado, ácido o umami- y cada célula está inervada por fibras que también responde sólo a una modalidad. La información captada por estas células llega al cerebro a través del procesamiento multisensorial, distribuido a lo largo y ancho de redes plásticas en varias estructuras, donde se integra la información del sabor, su valor hedónico y reforzante, comparándolo también con el estado interno del cuerpo. Durante la integración de tan variados aspectos del sabor del alimento, se activan simultáneamente regiones cerebrales encargadas del almacenamiento de la información, para

así lograr una memoria a largo plazo. La memoria del sabor es constantemente actualizada dependiendo de nuestras experiencias cambiantes, que dependen radicalmente de las consecuencias gastrointestinales que produce el sabor y de nuestro grado de saciedad o expectación.

Enquanto seres humanos do século XXI, imerso em uma abundância de sabores, que vão dos saudáveis aos não saudáveis, parece inconcebível que, de um dia para o outro, passemos a nos alimentar apenas com base nos nutrientes. A esse propósito, recuperamos a diferença entre alimento e comida. Por exemplo, ao imaginarmos uma salada de alface, é preciso que seja acompanhada de azeite, limão (ou vinagre) e sal; apenas folhas de alface não se configuram uma salada. Esse exemplo ilustra bem a diferença entre alimentar-se apenas por necessidade fisiológica e uma alimentação que ultrapasse essa função, ligando-se a aspectos culturais, históricos e de memória.

É importante destacar que os sabores a que nos referimos são diversos construídos culturalmente; portanto, são também historicamente moldados. Cada grupo de pessoas, influenciado por sua história e localização geográfica, tende a preferir determinados sabores. Sobre isso, Bock, Furtado e Teixeira (1999, p. 171) destacam que “a assimilação pelo homem de sua cultura é um processo de reprodução no indivíduo das propriedades e aptidões historicamente formadas pela espécie humana”.

Nesse ínterim, é preciso considerar o fogo como uma tecnologia que também proporciona sabor. No decorrer da história, o acesso ao fogo passou por diversas transformações, desde métodos menos práticos até os atuais fogões a gás ou elétricos, acionados com um simples clique. Agora, imaginemos uma sociedade sem energia em que as pessoas estão cegas. Seria possível fazer fogo sem energia?

Não podemos deixar de destacar que o fogo é demasiado importante na história da humanidade, especialmente no que diz respeito à alimentação e aos relacionamentos humanos. O fogo propiciou o cozimento dos alimentos e a construção de relacionamentos interpessoais ao seu redor. Como destacam

Lima, Ferreira Neto e Farias (2015, p. 514):

Há outro fator muito importante a se destacar, o qual se pode atribuir à descoberta do fogo, que é o fato de ter propiciado às pessoas e aos grupos juntarem-se em torno dele para se aquecer, mas também para preparar a comida, distribuí-la e ingeri-la. Facilitou-se, assim, o estabelecimento de relações de comensalidade que, com o tempo, foram se tornando encontros cotidianos e transformando-se em uma atividade socializadora.

Nesse sentido, para que o alimento passe a ser comida e proporcione de fato uma experiência, sobretudo, agradável, é essencial o sabor adquirido culturalmente e também as relações interpessoais que se têm na partilha de alimentos, a comensalidade. A esse respeito, Castro, Maciel e Maciel (2016, p. 21): “[...] argumentamos que pensar a gastronomia implica incorporar a dimensão do gosto, do prazer de comer, a dimensão da comensalidade que envolve sociabilidade e que nos remete a ritualização do comer e todo um repertório de significados. ”

O acesso à comida pode indicar também poder, como é possível verificar na atualidade. A alimentação também é encarada como um bem de consumo, ou seja, quanto mais se tem dinheiro melhor se come. Silveira e Faqueri (2018) analisam tanto episódios de *Ensaio sobre a cegueira* (1995) quanto cenas da adaptação cinematográfica de 2008 e destacam as relações de poder colocadas pelas obras também no que se refere à alimentação. Os autores apontam:

[...] a necessidade de nos alimentarmos está também associada à expressão de hábitos, rituais e compartilhamento de significados social e culturalmente partilhados. Também a forma como os seres humanos se comporta na ausência de alimentos ou perante a interdição de alimentos diz muito sobre formas de subjetivação atravessadas por relações de poder que incidem sobre os corpos (Silveira, Faqueri, 2018, p. 78).

Diante disso, alimentar-se tem uma dimensão de poder na obra. Durante o confinamento, os alimentos viram moeda de troca, além de haver também a imposição antidemocrática de um grupo de cegos sobre outros. Quando já estão livres, competem pelos alimentos, ou seja, quem tem algum alimento, precisa

protegê-lo para não o perder. Além disso, a posse dos alimentos torna determinado grupo mais “poderoso” socialmente do que os grupos quem não têm.

Campos, Carvalho, Alves e Reis (2024) destacam outro ponto que merece atenção em relação ao processo de alimentação na obra, os autores destacam que há um processo de animalização das personagens, isso porque elas são desumanizadas quando rebem a alimentação em caixas e sem contato físico; quando há a disputa pela comida e quando há a chantagem pela comida. Além disso, a obra apresenta comparações dos cegos com animais.

É importante considerar que, por mais que a obra aluda à questão do sabor e, por isso, do elemento cultural do ato de alimentar-se, prevalece o interesse de natureza fisiológica, ou seja, pela sobrevivência, em relação à questão sociocultural e histórica, posto que o mais importa é manter-se vivo. A esse respeito, Silva (2012) analisa *Ensaio sobre a cegueira* na perspectiva de perceber a relação da obra com os cinco sentidos (visão, audição, olfato, tato e paladar). Sobre o paladar, o autor assevera:

o paladar se mantém ausente na narrativa até naquilo que lhe é mais básico: a alimentação. Somente próximo do desfecho é que o paladar surge com conotação positiva, na cena em que a mulher do médico descobre que havia um garrafão de água em sua casa e exclama: ‘[...] vamos todos beber água pura [...]’ (SARAMAGO, 1995, p. 264). (Silva, 2012, s.p).

Ainda nesse sentido, recuperamos uma das refeições que se dava à mesa, já no final da obra: “De festa foi o banquete da manhã. O que estava sobre a mesa, além de ser pouco, repugnaria a qualquer apetite normal, a força dos sentimentos, como em momentos de exaltação sucede sempre, tinha ocupado o lugar da fome [...]” (Saramago, 1995, p. 309). É importante destacar que o paladar é variável, mudando de pessoa para pessoa, mas é também influenciado pela cultura. Não por acaso, as populações de diferentes estados e/ou países têm preferência por determinados sabores.

No mais, tanto quando a obra destaca um sentimento de saudade em relação à falta de sabor na comida quanto ao indicar repugnância pelo que

se come, a obra dá luz a uma dimensão cultural da memória alimentar. Essa memória alimentícia cultural é construída ao longo do tempo, num espaço geográfico específico, e se mantém registrada no imaginário coletivo.

Considerações Finais

Portanto, reiteramos a literatura como representação da realidade e destacamos que *Ensaio sobre a cegueira* (1995) é uma obra ficcional. Ainda que apresente vários elementos verossímeis, trata-se de uma criação da imaginação do autor. Mesmo assim, chama atenção que a obra abarque tão bem questões existenciais humanas, resultando num efeito catártico no leitor, que é levado a refletir sobre aspectos da convivência humana, tal como a partilha de alimentos, que pode ser mais ou menos justa a depender da organização da sociedade.

Em *Ensaio sobre a cegueira* (1995), ainda que a alimentação seja retratada de forma demasiadamente negativa e reduzida, são apresentados traços de uma alimentação que ultrapassa a mera necessidade fisiológica, proporcionando também prazer e uma experiência agradável. Esses traços só são indicados e perceptíveis graças ao contexto de produção da obra, impregnado pela cultura e pela história.

A comida e os sabores estão intimamente ligados a processos culturais e históricos e, sobretudo, sociais, construídos coletivamente e resultando na memória de um determinado grupo. Portanto, devem ser preservados. A literatura, nesse sentido, funciona como uma forma de registro dos gostos e costumes, tanto individuais quanto coletivos. Alimentar-se é um processo inerente ao ser humano, essencial para a absorção dos nutrientes que nos mantêm vivos e saudáveis, mas também é um ato social, relacional, cultural e histórico, perpetuado pela memória.

Referências

AMON, Denise; MENASCHE, Renata. Comida como narrativa da memória social. **Sociedade e cultura**, v. 11, n. 1, 2008. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/4467/3867>>. Acesso em: 19 jun. 2024.

ANTUNES, Luísa Marinho. A construção da memória cultural por meio da literatura: alguns aspectos. **(Pro) Posições Culturais**, p. 189-211, 2010. Disponível em: <<https://digituma.uma.pt/bitstream/10400.13/4421/1/A%20constru%C3%A7%C3%A3o%20da%20mem%C3%B3ria%20cultural%20por%20meio%20da%20literatura%20alguns%20aspectos.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BARBOSA, João Alexandre. Literatura nunca é apenas literatura. Seminário Linguagem e Linguagens: a fala, a escrita, a imagem. Série Idéias, n. 17, p. 21-26, 1994. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_17_p021-026_c.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2024.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. A multideterminação do humano: uma visão em psicologia. In: BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. *Psicologias: Uma introdução ao estudo de psicologia*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. Cap. 11, p. 167-178.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CAMPOS, G. F. T.; CARVALHO, A. C. T. de B.; ALVES, C. de S.; REIS, L. de L. ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA: PÓS-MODERNIDADE, ALGUMAS TEMÁTICAS E ANÁLISE. *Revista Contemporânea*, [S. l.], v. 4, n. 6, p. e4485, 2024. DOI: 10.56083/RCV4N6-134. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/4485>. Acesso em: 7 jul. 2024.

CASTRO, Helisa Canfield de; MACIEL, Maria Eunice; MACIEL, Rodrigo Araújo. Comida, cultura e identidade: conexões a partir do campo da gastronomia. *Ágora*, v. 18, n. 1, p. 18, 2016. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/228492169.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2024.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. Crítica y emancipación: **Revista latinoamericana de Ciencias Sociales**, v. 1, n. 1, p. 53-76, 2008. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4657030/mod_resource/content/1/Chauí%20Cultura%20e%20Democracia.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

DURÃO, Fabio Akcelrud. **Metodologias de pesquisa em Literatura**. São Paulo: Parábola, 2020.

SÁ, Maria Irene da Fonseca. José Saramago: Um olhar sobre a globalização e a sociedade da informação. **JISTEM-Journal of Information Systems and Technology Management**, v. 13, p. 301-322, 2016.

SANTOS, José Luiz. O que é cultura. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. Editora Companhia das Letras, 1995.

SAUCEDO, Maria Isabel Miranda. El sabor de los recuerdos: formación de la memoria gustativa. **Revista digital Universitaria**. n. 3. v. 12. p. 1-14. Disponível em: <<http://www.revista.unam.mx/vol.12/num3/art24/art24.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2024.

SILVA, Hudson Marques da. Sensação e Percepção em Ensaio sobre a Cegueira, de José Saramago. **XIII Encontro da ABRALIC Internacionalização do Regional**, 2012. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/abralic/2012/05568a247fd11158236ad56d85f63355_335_94_.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SILVEIRA, Ederson Luís; DE FREITAS FAQUERI, Rodrigo. O Ensaio sobre a cegueira e a interdição ao sabor: literatura, cinema e práticas discursivas de sujeição: LITERATURA, CINEMA E PRÁTICAS DISCURSIVAS DE SUJEIÇÃO. **Jangada: crítica| literatura| artes**, v. 6, n. 1, p. 58-80, 2018. Disponível em: <<https://revistajangada.ufv.br/Jangada/article/view/139/152>>. Acesso em: 30 jun. 2024.

CAPÍTULO 3

A TECNOLOGIA E O ESTADO: A PERSPECTIVA DE JOHN KENNETH GALBRAITH

Alexandro Fernando do Carmo

Francisco Alexandre De Freitas

Emanuel Augusto Ribeiro Dias

Doi: 10.48209/978-65-5417-435-3

Introdução

A tecnologia tem sido um dos principais vetores de transformação das sociedades capitalistas modernas, redefinindo não apenas as estruturas produtivas, mas também as relações sociais, políticas e econômicas. A literatura econômica, desde os trabalhos seminalmente disruptivos de Joseph Schumpeter até as contribuições mais recentes de Robert Solow, Paul Romer e Carlota Perez, mesmo com enfoques teórico-metodológicos diversos, converge ao enfatizar o papel central que a pesquisa e o desenvolvimento (P&D) e as inovações desempenham no crescimento econômico e na dinâmica de longo prazo do desenvolvimento. Esses autores, cada um à sua maneira, destacam como a tecnologia não é apenas um produto do progresso econômico, mas também um agente catalisador de mudanças estruturais.

Avanços tecnológicos, como a introdução da máquina a vapor durante a Primeira Revolução Industrial (século XVIII), o surgimento da energia elétrica no final do século XIX, a invenção do microcomputador e a popularização da internet em períodos mais recentes, são exemplos notórios de como as mudan-

ças tecnológicas moldaram as sociedades modernas, especialmente no contexto industrial. Esses marcos históricos não apenas aumentaram a produtividade e a eficiência, mas também reconfiguraram as relações de poder, criaram novos setores econômicos e demandaram novas formas de regulação.

Diante desse cenário, é imperativo resgatar as contribuições do economista John Kenneth Galbraith, em especial sua obra *O Novo Estado Industrial*. Nesse texto, o autor introduz uma valiosa discussão sobre como o avanço tecnológico não só reconfigura as estruturas de poder econômico, mas também redefine as funções do Estado moderno. Galbraith argumenta que a complexidade e os custos associados à tecnologia moderna exigem uma crescente participação do Estado como financiador de inovações. Segundo ele, “*a tecnologia moderna [...] define uma crescente função do Estado moderno*” (1985, p. 16).

A partir dessa perspectiva, o presente artigo tem como objetivo *apresentar as impressões de Galbraith sobre como os imperativos tecnológicos impactam e moldam a atuação do Estado*. Para tanto, foi utilizada como principal fonte o livro *O Novo Estado Industrial*, publicado originalmente em 1967. Nessa obra, Galbraith apresenta uma crítica ao capitalismo contemporâneo do século XX, destacando as mudanças na economia industrial à medida que as grandes corporações começaram a dominar os mercados. Ele analisa o papel dessas organizações, da tecnologia e do Estado na formação da economia moderna, oferecendo *insights* que continuam relevantes em um contexto de rápidas transformações tecnológicas.

Essa discussão é particularmente pertinente no cenário atual, em que avanços como a inteligência artificial, a automação, as *big techs* e as plataformas digitais ampliam as responsabilidades e os desafios do Estado na mediação entre esses segmentos e os interesses sociais.

A pesquisa será de natureza qualitativa, com enfoque descritivo, baseada em um estudo bibliográfico e documental. O livro *O Novo Estado Industrial* será a principal referência, complementado por outros livros, artigos aca-

dêmicos e exemplos contemporâneos sobre tecnologia, grandes corporações e o papel do Estado. A pesquisa será limitada ao enfoque teórico, com exemplos secundários e sem coleta de dados primários, buscando oferecer uma análise crítica e contextualizada das ideias de Galbraith.

O texto está estruturado em duas seções, afora esta introdução e as considerações finais. A primeira seção oferece uma síntese dos imperativos tecnológicos segundo Galbraith, destacando as consequências mais relevantes da evolução tecnológica, como o aumento dos custos de capital e a necessidade de planejamento de longo prazo. A segunda seção aborda as interações entre os avanços tecnológicos e a intervenção necessária do Estado, explorando como Galbraith entende o papel do Estado na promoção de novas tecnologias. Por fim, nas considerações finais, é apresentada uma síntese das principais inferências a respeito das ideias discutidas no estudo, destacando a relevância do pensamento de Galbraith para os debates contemporâneos sobre tecnologia e Estado.

Os Imperativos Tecnológicos

Para discutir “Os imperativos da tecnologia” de Galbraith, é fundamental entender como o autor define tecnologia. Para ele, tecnologia é a aplicação sistemática de conhecimento científico ou de outro tipo de conhecimento organizado para resolver problemas ou realizar tarefas práticas. Na definição do economista, é importante frisar que o uso do conhecimento não ocorre de forma aleatória, mas sim de maneira planejada e metódica, ou seja, sistemática.

No âmbito econômico, Galbraith argumenta que a consequência mais importante da tecnologia é a imposição da divisão e subdivisão de tarefas em partes componentes. Em outras palavras, uma fragmentação do trabalho. Sob a ótica do autor, essa divisão possibilita que o conhecimento organizado seja utilizado em sua máxima eficiência, considerando a especificidade das técnicas exigidas em cada parte dos processos produtivos.

Em sua argumentação, não há um meio pelo qual se possa forçar o conhecimento sistemático na produção de um bem como um todo. Sendo assim, só se poderá extrair a máxima eficiência se o trabalho estiver subdividido, de modo que as partes componentes coincidam com as áreas de conhecimento especializado.

Um exemplo prático contemporâneo que ilustra a discussão de Galbraith é o processo de fabricação de *smartphones*. Segundo o raciocínio *galbraithiano*, não é possível aplicar diretamente o conhecimento de engenharia elétrica ou ciência dos materiais para construir o aparelho inteiro. Contudo, esse conhecimento pode ser distribuído em tarefas específicas. A ciência dos materiais, por exemplo, concentra-se na escolha dos melhores metais e polímeros para os dispositivos, enquanto a engenharia elétrica foca no desenvolvimento de circuitos internos e na eficiência do consumo de energia. Já a química contribui para a formulação das baterias e a seleção dos materiais da tela, enquanto a engenharia de *software* é responsável pela criação do sistema operacional e dos aplicativos.

A partir desse fluxo de divisão e subdivisão de tarefas, nosso autor menciona que seis consequências, de importância imediata, derivam dessa dinâmica. São elas: I) um intervalo de tempo cada vez maior separa o início do término de qualquer tarefa; II) um aumento do capital investido na produção; III) o emprego de tempo e dinheiro tende a ser feito de maneira cada vez mais inflexível; IV) exigência de mão de obra especializada; V) organização; e VI) necessidade de planejamento. Galbraith afirma que, quanto mais requintada a tecnologia, maiores, em geral, serão as consequências mencionadas.

Para ilustrar os imperativos da tecnologia apontados por Galbraith, usaremos o exemplo apontado pelo autor, da fabricação dos veículos Ford. Ele lembra que o primeiro veículo montado não foi um processo minucioso; usou-se aço comum que poderia ser adquirido em um armazém de manhã e torneado na tarde do mesmo dia, enquanto o processamento dos materiais bá-

sicos exigidos entre o início e o término da fabricação não demandava mais que algumas horas.

Daí podemos observar a primeira consequência apontada pelo autor, pois, na fabricação de um veículo moderno, só o fornecimento de aço passa por várias etapas, demandando, assim, um intervalo de tempo cada vez maior entre o início e o término de qualquer tarefa. Esse prazo maior entre as tarefas demanda, por sua vez, um aumento no capital investido na produção. Com o avanço tecnológico, o emprego de tempo e dinheiro tornou-se cada vez mais inflexível.

Nesse ponto, Galbraith compara a fabricação do primeiro Ford à de um Mustang. Ele aponta que, quando a oficina dos Dodge Brothers fez o motor e o chassi do primeiro Ford como instrumentos para automóveis, não havia ali uma especialização do trabalho, pois, assim como desenvolveram peças para um veículo, poderiam ter trabalhado na fabricação de bicicletas, motores a vapor ou engrenagens de carruagens. Em outras palavras, eles eram flexíveis, adaptando-se rapidamente a mudanças.

Em contraste, os processos modernos da produção de um Mustang são específicos para a tarefa inicialmente planejada, de modo que, se alguma especificação do carro fosse alterada, grande parte do trabalho teria de ser refeito.

O avanço tecnológico exige também mão de obra especializada. *“Conhecimento organizado só pode ser aplicado – o que não é de admirar – por aqueles que o possuem”* (Galbraith, 1985, p. 24). Os primeiros fabricantes, como os Dodge Brothers, tinham múltiplas habilidades e se adaptavam a diferentes demandas. Já as organizações atuais possuem especialistas em áreas específicas e operam com um conhecimento mais profundo das questões especializadas.

Uma derivação inevitável dessa especialização e da subdivisão de tarefas é a necessidade de organização. Se há muitos especialistas dedicados a várias tarefas distintas que precisam ser agrupadas para se obter um resultado coerente, é imperioso que haja uma coordenação. Diz nosso autor que, *“tão complexa é a tarefa de organizar os especialistas que existem especialistas em organiza-*

ção e organizações de especialistas em organização” (Galbraith, 1985, p. 24).

Necessidade do planejamento. A última consequência apontada. O tempo e o capital investidos, a inflexibilidade desses investimentos e as demandas organizacionais geram a necessidade de planejamento. Isso porque as expectativas e perspectivas das produções contemporâneas, como a de um Mustang, precisam ser estudadas cuidadosamente. Isso porque o sucesso das operações tecnológicas modernas depende da capacidade de antecipar necessidades futuras, alinhando recursos, tempo e objetivos.

Por fim, nosso autor destaca que, ao passo que a tecnologia avança, os processos produtivos tornam-se mais sofisticados, demandando mais tempo, recursos e planejamento. Comparativamente, observou-se, a partir do caso dos veículos da Ford, que o avanço da tecnologia contemporânea é mais complexo, demorado e exige altos dispêndios econômicos.

Estado e Tecnologia no Novo Estado Industrial

O desenvolvimento tecnológico, como exposto anteriormente, demanda tempo e custos que podem ser significativos. Se tratando da discussão econômica - sob o título da “Pesquisa e desenvolvimento”, por exemplo - a incerteza quanto ao tempo, investimento e confiabilidade necessária torna-se ainda mais latente. Nesse cenário, o planejamento torna-se essencial para que seja possível ter o mínimo de previsibilidade quanto aos meios envolvidos, ao número de experimentos suscetíveis a erros, aos riscos existentes e as demais eventualidades que precisam ser controladas.

É nesse contexto que Galbraith insere o Estado na discussão. Em seu dizer: *“A tecnologia, em todas as circunstâncias, conduz ao planejamento; em suas manifestações mais elevadas, pode colocar os problemas de planejamento — e os custos decorrentes — fora do alcance da firma industrial”* (Galbraith, 1985, p; 26). Com isso, ele finaliza afirmando que, *“as compulsões tecnológicas, e não ideológicas ou estratégias políticas, exigem que a firma procure a ajuda e a proteção do Estado”* (Galbraith, 1985, p. 26).

Um olhar fresco sobre essa discussão é o da economista ítalo-americana Mariana Mazzucato, em uma de suas principais obras, o livro *O Estado Empreendedor*. A autora argumenta com precisão como o Estado teve e continua tendo um papel estratégico no desenvolvimento de grandes avanços tecnológicos, ressaltando ainda como o investimento privado costuma hesitar no momento de apostar em tecnologias novas e arriscadas e em pesquisas científicas sem retornos de curto prazo, cabendo ao Estado esse papel.

Há amplas evidências que destacam o papel essencial do Estado ao longo da história em setores como a indústria de computadores, a internet, a biotecnologia farmacêutica, a nanotecnologia e a tecnologia verde. Em todos esses casos, o Estado desafiou as probabilidades e ousou apostar no “impossível”: criou oportunidades tecnológicas, realizou investimentos iniciais substanciais e fundamentais, viabilizou uma rede descentralizada para conduzir pesquisas de alto risco e, por fim, promoveu um processo dinâmico de desenvolvimento e comercialização (Mazzucato, 2014).

Neste ponto, observamos um estreito alinhamento de ideias entre nosso autor e Mariana Mazzucato. Galbraith, ao discutir os riscos envolvidos nos processos de avanços tecnológicos, dos quais a firma industrial – nomenclatura adotada pelo autor – hesita em assumir, diz: “*Uma solução é fazer que o Estado absorva os riscos mais sérios*” (1985, p. 26).”

Segundo o autor, o Estado pode prover ou garantir um mercado para o produto; sustentar os custos de Pesquisa e Desenvolvimento, de forma que, em caso de aumento inesperado, a empresa não precise arcar com eles; e financiar ou disponibilizar os conhecimentos técnicos necessários.

Em seu dizer:

Quando é muito alto o investimento no desenvolvimento da tecnologia, um julgamento técnico errado ou uma falha no persuadir os consumidores a comprarem o produto pode ser extremamente dispendioso. Pode-se reduzir o custo bem como o risco a ele associado *se o Estado pagar por um maior desenvolvimento técnico ou garantir um mercado para o produto tecnicamente adiantado*. Pode-se encontrar facilmente uma justificativa conveniente: defesa nacional, prestígio nacional, a necessidade profunda que sente o público, por exemplo, de alternativas para os derivados do petróleo.

A tecnologia moderna, portando, define uma crescente função do Estado (Galbraith, 1985, p. 16, grifo nosso).

Trazendo novamente a Mazzucato para a discussão, em um subtópico mordazmente intitulado *Surfando nas ondas dos avanços tecnológicos – O Estado o Empreendedor...* – a autora usa o exemplo da *Apple* para ilustrar como o governo e as forças armadas americanas foram essenciais para o sucesso da tecnologia.

Segundo ela desde seus primeiros passos, vendendo computadores pessoais, até se tornar líder global na indústria de tecnologia, a *Apple* contou com um grande apoio do governo dos Estados Unidos. Esse apoio foi essencial para o seu crescimento, vindo de três fontes principais: investimentos iniciais de capital, acesso a tecnologias desenvolvidas por programas governamentais e militares, e políticas fiscais e comerciais que ajudaram empresas como a *Apple* a continuar inovando, mesmo em tempos difíceis, quando desafios globais e nacionais poderiam ter retardado o avanço delas (Mazzucato, 2014).

Ainda segundo Mazzucato (2014, p. 156), “*sem os investimentos e intervenções do governo americano, é bem provável que muitos produtos que viriam a se tornar “Apples” se transformassem em perdedores na corrida global pelo domínio da era da computação e das comunicações*”.

Podemos observar que Mazzucato destaca o papel crucial do Estado no sucesso de empresas como a *Apple*, ajudando com investimentos, acesso a tecnologias e políticas favoráveis. Ela argumenta que, sem o apoio do governo, muitas dessas empresas não teriam conseguido crescer ou competir globalmente. Isso se conecta com a visão de Galbraith, que também via o Estado como um elemento essencial para o desenvolvimento tecnológico. Ambos veem o Estado não como um obstáculo, mas como um parceiro importante para a inovação e o progresso.

Uma importante leitura feita sobre a obra de Galbraith foi a do Professor Gerner Filho. Na 3ª edição de *O Novo Estado Industrial*, Filho (1982), ao

elaborar a apresentação da obra, destaca que, sob a ótica *galbraithiana*, no processo de avanço tecnológico, o Estado cumpriria quatro funções essenciais e interligadas. Em primeiro lugar, ele precisa assegurar estabilidade econômica por meio de políticas públicas que reduzam as oscilações críticas do sistema. A segunda função refere-se a certos tipos de empreendimentos que adquirem uma proporção gigante, na qual só o Estado pode ser o cliente. Ou seja, o Estado como principal comprador para segmentos significativos da economia. Em terceiro lugar, a modernização dos sistemas públicos de ensino, a fim de atender à crescente demanda de trabalhadores qualificados para atuarem na modernização dos processos e, por fim, pode assegurar a fixação de parâmetros, como os preços e salários de setores estratégicos. Assim, longe de um conflito entre o Estado e grandes empresas, nota-se uma complementariedade entre ambos.

No Novo Estado Industrial, Galbraith aponta que o Estado também tem como uma de suas funções a redução de incertezas do mercado. Para ele, em um sistema onde a tecnologia de precisão, juntamente com extensas pesquisas e criações, representa um período de produção muito longo e um investimento muito grande de capital, torna-se necessária a ação estatal como redutora de riscos. Ele ilustra esse argumento citando a relação do governo americano com o setor produtivo em meados do século XX nos processos de criação e fornecimento de armas modernas; da exploração espacial; e de uma série de produtos civis modernos, incluindo aviões de transporte, veículos terrestres de alta velocidade, usos aplicados de energia nuclear e outras fontes de energia. Em seu raciocínio, nesses casos, *“o Estado garante um preço suficiente, com uma margem convincente para cobrir os custos, e se compromete a adquirir o que é produzido ou dar plena compensação no caso de cancelamento de contrato, falha técnica ou ausência de demanda”* (Galbraith, 1986, p. 35).

Para nosso autor, a absorção dos riscos pode ser uma estratégia eficiente para que o Estado ajude a impulsionar setores tecnologicamente estratégicos que, de outra forma, poderiam ser negligenciados pelo mercado privado devido à falta de garantias financeiras. Ao assumir esses riscos, o Estado garante que

iniciativas essenciais para o bem-estar da população, como saúde, educação, inovação tecnológica e sustentabilidade, não sejam comprometidas pela falta de apetite do setor privado para investir em áreas mais incertas.

Ainda nessa linha de argumentação, ele afirma em outra passagem da obra que *“a tecnologia moderna [...] reduz a segurança do mercado e aumenta o comprometimento de tempo e capital que se exigem na produção. Por essa razão, não se podem deixar os preços aos caprichos do mercado não dirigido* (Galbraith, 1986, 145).

Mazzucato (2015) ilustra contemporaneamente esse raciocínio de Galbraith. Segundo a autora, investimentos em P&D não apenas levam anos para se concretizar em novos produtos, como a maioria dos produtos fracassa. Usando o setor farmacêutico para ilustrar seu argumento ela cita que o desenvolvimento de um novo medicamento, por exemplo, pode levar até dezessete anos e custar cerca de 403 milhões de dólares. O índice de fracasso é alarmante, com apenas um em cada dez mil compostos alcançando a fase de aprovação, o que equivale a uma taxa de sucesso de apenas 0,01%. Mesmo quando um produto é bem-sucedido, muitas vezes o processo de descoberta resulta em um produto completamente diferente, devido a fatores acidentais. Embora a inovação não dependa da sorte, ela se baseia em estratégias de longo prazo e investimentos direcionados. Contudo, os retornos desses investimentos são extremamente incertos e não podem ser explicados pela teoria econômica tradicional.

Seguindo esse raciocínio, Mazzucato (2015) acrescenta que seriam então os altos riscos e as características quase aleatórias do processo de inovação os principais motivos pelos quais as empresas investem menos em pesquisa básica, já que elas podem obter resultados maiores e mais imediatos com pesquisa aplicada. *“O investimento em pesquisa básica é um exemplo típico de ‘falha de mercado’: é uma situação em que o mercado sozinho não produziria pesquisa básica suficiente, portanto o governo precisa investir”* (Mazzucato, 2015, p. 85)

Destarte, podemos observar que o ponto principal de Galbraith é que, o processo de avanço tecnológico é complexo, e o mercado sozinho não consegue lidar com os riscos envolvidos nos projetos de grande escala e alto investimento. O papel do Estado, então, é funcionar como um estabilizador, assumindo parte desses riscos para que a inovação e a produção possam acontecer sem medo de falhas catastróficas, prejuízos ou falta de demanda. Ele demonstra como, sem essa intervenção, o mercado, por ser instável e imprevisível, não seria capaz de sustentar iniciativas que exigem compromissos de longo prazo e altos custos, como o desenvolvimento de tecnologias avançadas.

Considerações Finais

Como exposto no início, o objetivo deste texto foi apresentar a visão de Galbraith sobre como os imperativos da tecnologia impactam e moldam a atuação do Estado. A leitura *galbraithiana* do avanço tecnológico chama a atenção, inicialmente, para o processo de subdivisão de tarefas que dele resulta. Esse processo, por sua vez, gera especificações técnicas que desaguardam em imperativos tecnológicos – altos custos de capital, tempo, pesquisa e riscos – os quais, segundo Galbraith, exigem a intervenção do Estado como agente indispensável.

Nesse contexto, Galbraith destaca o papel central do Estado na absorção dos riscos mais graves envolvidos no desenvolvimento tecnológico. Como apontado tanto pelo próprio autor quanto por Mariana Mazzucato, o setor privado, diante do alto grau de incertezas que cercam as novas tecnologias, tende a se resguardar nos investimentos iniciais. Essa aversão ao risco do setor privado cria uma lacuna que só pode ser preenchida pela ação estatal, especialmente em áreas que demandam investimentos de longo prazo e retornos incertos, como pesquisa básica e infraestrutura tecnológica. Assim, o Estado assume um papel estratégico, não apenas como financiador, mas também como catalisador de inovações que, de outra forma, poderiam nunca sair do papel.

Além do impulso inicial, Galbraith também enfatiza o papel indireto do Estado na criação de um ambiente econômico favorável ao avanço tecnológico. Em momentos de instabilidade econômica, o setor privado tende a reduzir seus investimentos em inovação, aumentando a necessidade de políticas públicas que promovam a estabilidade e a previsibilidade. Por meio de medidas como subsídios, incentivos fiscais e regulações adequadas, o Estado pode mitigar as incertezas do mercado, incentivando o setor privado a assumir riscos calculados e a investir em novas tecnologias. Essa abordagem ressalta a importância de uma sinergia entre o setor público e o privado, na qual o Estado atua como facilitador e garantidor das condições necessárias para o progresso tecnológico.

Finalmente, cabe ressaltar que este estudo não teve a intenção de esgotar a discussão sobre o tema, mas tão somente promover uma reflexão inicial sobre a visão galbraithiana das interações entre o Estado e o avanço tecnológico. A obra de Galbraith oferece uma base sólida para entender os desafios e as oportunidades que surgem nesse processo, mas também abre espaço para debates mais amplos. Por exemplo, como equilibrar a intervenção estatal com a autonomia do setor privado? Quais os limites da atuação do Estado em um contexto de rápidas transformações tecnológicas? Essas perguntas indicam que a discussão está longe de ser concluída e que a visão de Galbraith continua relevante para analisar os dilemas contemporâneos. Este trabalho, portanto, insere-se em uma agenda de leitura inicial sobre o economista, servindo como ponto de partida para futuras investigações e reflexões críticas.

Referências

FILHO, Gesner José de Oliveira. Apresentação. In: GALBRAITH, John Kenneth. *O novo estado industrial*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p. VII-XXV.

GALBRAITH, John Kenneth. *O novo estado industrial*. Apresentação de Gesner José de Oliveira Filho. Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho. Revisão de Aldo Bocchini Neto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MAZZUCATO, Mariana. *O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado*. São Paulo: Portfolio Penguin, 2014.

CAPÍTULO 4

AVANÇOS NO TRATAMENTO DE PESSOAS COM ADICÇÃO DE PSICOATIVOS AO LONGO DO TEMPO

Sueli Abreu Guimarães

Coriolano Pereira da Rocha Junior

Doi: 10.48209/978-65-5417-435-4

Introdução

A adicção é uma doença médica crônica tratável que envolve interações complexas entre circuitos cerebrais, genética, meio ambiente e experiências de vida de um indivíduo. Pessoas com adicção usam substâncias ou envolvem-se em comportamentos que se tornam compulsivos e muitas vezes continuam apesar das consequências prejudiciais. Os esforços de prevenção e as abordagens de tratamento da adicção, hoje, são geralmente tão bem-sucedidos como os de outras doenças crônicas (ASAM, 2019, tradução nossa). A compreensão da adicção de psicoativos como um problema multifatorial foi alcançada após anos de políticas repressivas que centralizavam suas ações no combate à substância, via regulações, apreensões, encarceramentos, mais adiante, apregoando que a prevenção do uso de drogas (e abstinência) seriam a solução corroborando ideais proibicionistas que buscaram repouso em prescrições médicas fragmentadas e fragmentárias do ser humano.

O objetivo deste artigo é refletir sobre avanços no tratamento da adicção de psicoativos, para tanto fora necessário revisar literatura, considerando so-

sobretudo informações e conhecimentos das áreas das ciências humanas, sociais e biomédica, a fim de contribuir ao entendimento mais abrangente das práticas atuais e dos desafios futuros. Tal esforço talvez possa também explicar um pouco do porquê sobrevivem ainda no século XXI posturas imponderadas quando o tema é uso de drogas, sem atribuir importância à reeducação de indivíduos, sobretudo, para a busca do prazer e pelo direito de tê-lo, associando a doença que acomete pessoas de todas as classes sociais, mas impactam sobretudo as menos favorecidas, a um importante pauta da segurança pública, invisibilizando aspectos sociais, econômicos e políticos que os afetam.

Foi na primeira metade do século XX que a OMS “[...] talvez buscando alívio para o espírito depressivo do pós-guerra [...] reinventou o nirvana e chamou-o de ‘saúde’: ‘estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não meramente a ausência de doença ou incapacidade’” (Almeida Filho, 2011, p.83). No início do século XXI, começou a existir previsão normativa de cuidados especializados interdisciplinares para tratar pessoas que apresentassem problemas de descontrole com a autogestão do uso de substâncias psicoativas. Desta emergiu a concepção de que ações e intervenções isoladas não davam conta efetivamente do tratamento da adicção de psicoativos. Desse modo as normas brasileiras, sobre tratamento psiquiátrico, estabeleceram que a assistência deveria ser integral à pessoa portadora de transtornos mentais quando em regime de internamento, salientando que os meios terapêuticos a serem utilizados deveriam ser os menos invasivos (Brasil, 2001).

Sem grande esforço interpretativo, podemos dizer, então, que restou desautorizada o uso de estratégias radicais para gerar a abstinência ou mesmo a sobreposição de prescrições fundamentadas em código internacional da doença (CID) para administração de drogas-fármacos sem considerar a totalidade do ser, uma vez que tal prática isolada, por si só não tem o condão de oferecer respostas efetivas ao desconsiderar um feixe de nexos construídos e volvidos por cada vida que desenvolveu a adicção de psicoativos.

Não se despreza a relevância da existência de um código de doenças e suas variações, porque se compreende este como resultante de extensas e comprometidas pesquisas científicas sobre um problema amplo, histórico, antropológico e social, de modo que a sua simbologia cogente pode impactar sobremaneira e contribuir para que se alargue o olhar sobre as inter-relações e atravessamentos de problema que ainda se vê fortemente relacionado à saúde, mas que não pode e nem deve ser explicado e justificado priorizando meramente o físico e/ou biológico. Para tanto, tornou-se necessário avançar em entendimentos e análises capazes ultrapassar “carimbos” identificadores (não redutores ou simplificadores) de doenças, entendendo-os como um dos recursos para firmar diagnósticos de seres humanos, por vezes, sobreviventes de uma sociedade vulnerabilizada e adoecida pelas configurações que construiu e constrói.

Durante muito tempo a questão do uso descontrolado de substâncias psicoativas foi concebida pela obliquidade – desvio de caráter, fraqueza moral ou herança genética. Isto posto, estava sempre a questão carecendo da forte atuação policial para cumprimento do ordenamento jurídico vigente, mas também, do desempenho de médicos (nem sempre psiquiatras) por meio de procedimentos invasivos e violentos e/ou medicalização excessiva aos “portadores de doença crônica”, os quais destituídos de direitos tinham negado o exercício da sua cidadania.

O século XX mostrou-se como período histórico importante sob a perspectiva das possibilidades de rompimento e reconstrução com o/do que já estava estabelecido em diversas áreas, talvez porque a humanidade se via numa cruzada de ter que resistir à exploração desenfreada da força de trabalho; às concepções racistas e eugenistas; de não sucumbir diante de genocídios que impactaram o mundo, além de outros acontecimentos. Portanto, pairava a grave ameaça de não haver amanhã, exigia-se a elaboração de futuro, de reconstrução e ressignificação do mundo, de humanidade.

Merece destaque a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) como importante documento que carrega em seu bojo mais do que direitos básicos. Logo, no preâmbulo daquele documento, trata-se repetidas vezes de liberdade e dignidade. E, ao longo de seus trinta artigos, uma explícita demonstração de que os seres humanos sejam vistos como iguais pela própria natureza, reconhecendo a subjetividade humana em expressões como “repouso”, “lazer” e “férias”.

O desenvolvimento de campos do conhecimento para além do território brasileiro, contando com autoridades acerca de temas muito relevantes para o desenvolvimento de políticas públicas nas áreas da saúde mental, lazer e educação foram fundamentais e fundantes no sentido da promoção de diálogos que inaugurassem possibilidades e viabilizasse reflexões consubstanciadas.

Vale citar que as vindas de Franco Basaglia, renomado psiquiatra e neurologista italiano, ao Brasil, na década de 1970, foram compreendidas como decisivas à composição do movimento de transformação, de modo que numa destas estadas “[...]realizou uma visita histórica ao Hospital Psiquiátrico de Barbacena, que expôs para a sociedade brasileira a crueldade e violência da assistência psiquiátrica que era prestada às pessoas em sofrimento mental” (Amarante, 2013, p. 68). Entre suas declarações, o especialista italiano disse estar em um local similar à um campo de concentração nazista e nunca tinha visto uma tragédia como aquela (Miranda; Tortoriello; Abreu, 2023)

O campo biomédico e jurídico preponderara anos a fio oferecendo diretrizes para tratar da referida questão (a adicção), ainda que sob outras nomenclaturas – alienados, loucos, alcoólatras e mais. Na verdade, um conjunto de forças e mobilizações foram necessárias até a conquista do direito de atenção particularizada e acompanhamento individualizado para pessoas com adicção, até porque a grande maioria dos homens e mulheres se via desamparada frente às subjugações sofridas por causa da doença que desenvolveram, sendo vítimas de condenação moral, destituindo de fala e escuta, sendo “o cárcere” em que

eram submetidos mais do que muros altos e correntes amarradas que os impediam de ir e vir.

Vale, portanto, observar algumas regulações e regulamentações a fim de entender o tratamento dado ao assunto ao longo do tempo, ainda que impropriedades e negligenciamentos tenham feito parte, para que, no mínimo, se perceba um pouco do quanto se faz caro, inegociável e imprescindível ter alcançado a compreensão da importância de cuidado humanizado para com as pessoas que sofrem de adicção, no Brasil, hodiernamente.

Desenvolvimento

Da coerção e maus-tratos ao usuário à promoção de cuidados para uma pessoa que desenvolveu a adicção – avanços significativos

Compreende-se que “[...]até a segunda metade do século XIX não havia nenhum tratamento médico específico para pessoas em sofrimento mental. Apenas em 1841 foi construído o primeiro hospital psiquiátrico brasileiro [...]” (Novaes, 2014, p.343). Por conseguinte, não existiam legislações no Brasil que se ocupassem em resguardar os direitos das pessoas que faziam uso compulsivo de substâncias que agem sobre o sistema nervoso central. Mais tarde, após a primeira Convenção Internacional sobre o Ópio, em 1912, surgiram restrições acerca da produção, venda, uso e tráfico do ópio, da morfina e da cocaína. Tais “censuras” foram, em boa parte, fruto dos esforços de moralistas, médicos e farmacêuticos.

A segunda Convenção do ópio, em 1925, fez crescer ainda mais o controle de substâncias psicoativas fazendo avançar, ao longo século XX, legislações que respaldavam ações cada vez mais rigorosas e severas. Embora isto tivesse ocorrido, formas de burlar prescrições legais foram também se aperfeiçoando, de maneira que o “ataque às substâncias” pareceu impulsionar pessoas e organizações que não seguiam a lei, clandestinas, à elaboração de estratégias para, paralelamente, embalar o consumo e garantir comércio de drogas proscritas.

A despeito da ausência de regramentos e instituições onde se vislumbresse a importância de olhar atencioso para com pessoas que faziam uso de psicoativos, vale fazer um brevíssimo retrospecto, sem qualquer pretensão de enveredar pela seara histórica, legislativa ou jurídica, mas pra evidenciar a determinação sobre a questão que certas áreas detinham, à época.

O mais longo documento legal português, as Ordenações Filipinas (1603-1830) mostram a abordagem preconceituosa acerca de pessoas embriagadas, logo em seu primeiro livro (trata-se de uma obra composta por cinco volumes). No Livro I, numa lei de 1º de outubro de 1828, ao tratar da criação de câmaras municipais em cada Cidade e Vila do Império, em seu Título III, “Posturas Policiaes” (*sic*), artigo 66, inseriu embriagados no rol de perigos que divagavam pelas vias, disputando espaço com animais ferozes ou danados, loucos, demonstrando claramente a visão depreciativa e estigmatizante sobre aqueles que desenvolviam a adicção de psicoativos.

De outra forma, o volume V, Título LXXXXIX, proíbe aquisição, venda, posse e guarda de substâncias, ao regram que ninguém tivesse em sua casa rosálgar (óxido de arsênio), nem o vendesse nem outro material venenoso, incluindo o ópio, a não ser se fosse boticário e tivesse licença para exercer o ofício. O Código Criminal do Império 1830 também não criminalizava o uso de substâncias, assim como o Código Penal Republicano de 1890, o qual previu em seu artigo 159 que a exposição, venda, ou ministração, de substâncias venenosas sem legítima autorização ou mesmo sem as formalidades prescritas nos regulamentos sanitários seria causa de penalidade de multa. De acordo com o *Online Etymology Dictionary* (Dicionário etimológico online), ao se pesquisar a palavra “droga”, encontramos que a aplicação específica a ‘narcóticos e opiáceos’ data do final do século XIX, embora a associação da palavra com “venenos” seja do século XVI. *Druggie* ‘viciado em drogas’ foi gravado em 1968.

No Brasil, somente com o Decreto nº 2.861 de 1915 (com influência da conferência Internacional de Ópio (1912)) é que se observou a ocupação com

medidas para inviabilizar o consumo não somente do ópio, da morfina e derivados, mas também da cocaína. Desta forma, instaurou-se o proibicionismo que se identifica, em certa medida, com o sentido que ainda possui atualmente. Porém a primeira norma legal específica sobre drogas, no Brasil, foi o Decreto nº 4.294, de julho de 1921, a qual previu a criação de estabelecimento especial para internamento de intoxicados pelo álcool ou substâncias venenosas, mas para fim correccional.

Por sua vez, a repressão sobre tráfico e uso foi sendo intensificada ao longo dos anos através de dispositivos legais cada vez mais rígidos, tendo na Convenção Única de Entorpecentes, em 1961, marco legal que abordou a “toxicomania”. Houve uma ostensiva e crescente penalização de traficantes e usuários a partir da Lei nº 5.726, de outubro de 1971. Esta tratava de dependência física ou psíquica, do vício e viciados em substâncias entorpecentes, também, trazia em seu art.24 que “Considera-se serviço relevante a colaboração prestada por pessoas físicas ou jurídicas no combate ao tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou que determine dependência física ou psíquica”. Assim, a sociedade foi convidada a envidar esforços para consolidar a repressão contra traficantes e usuários. Esses poderiam ser punidos de diferentes maneiras, por exemplo: ser internado compulsoriamente ou mesmo ter matrícula trancada no ano letivo.

Em 21 de outubro de 1976 foi promulgada a Lei nº 6.368, apresentando caráter inovador por trazer distinção entre tráfico e uso, além de evidenciar necessidade de medidas preventivas e terapêuticas. Contudo, a diferenciação mencionada se mostrou bastante frágil imputando crime de detenção e pagamento de multa às diversas condutas genericamente relacionadas, deixando margem para que a pessoa que fizesse uso, ainda que esporádico ou inédito, pudesse ser rotulada como traficante, uma vez que, a aquisição e o fato de portar a substância configuravam crime e tornava o ser passível de até dois anos de detenção.

Apesar de ainda muito forte o cunho punitivo já havia, na supracita da lei, previsão de plantio para fins terapêuticos e científicos com a autorização de setores competentes, além de determinação do oferecimento de tratamento para “dependentes de substâncias” pelas redes de serviços dos Estados, Territórios e Distrito Federal, no âmbito hospitalar e extra-hospitalar, neste último caso seria com assistência do serviço social competente. O documento, nesse momento, fazia referência à dependência física ou psíquica (não utiliza mais a terminologia vício, registrada na lei anterior). Inclusive, incluiu a obrigatoriedade de instituições hospitalares ou clínicas, que recebiam “dependentes”, a prestarem contas mensalmente através de mapas estatísticos dos atendimentos realizados, identificando o código da enfermidade, sem exigência de identificação dos pacientes.

Os serviços psiquiátricos no Brasil ainda estavam concentrados no Ministério da Educação e Saúde (MES) que sustentava práticas eugenistas, dando início a uma crise em que profissionais de saúde mental vinculados ao MES entraram em greve e organizações de renovação médica, e estudos de saúde os apoiaram, fazendo nascer o Movimento dos Trabalhadores da Saúde Mental (MTSM) com adesão popular. Muitas eram as denúncias sobre o que acontecia nas instituições psiquiátricas, desde crimes de estupro e maus-tratos a precariedades das condições trabalhistas, conforme Novaes (2014).

A partir de 1978, no Brasil, congressos e encontros puseram em pauta o tratamento de transtornos psiquiátricos, contando com renomados estudiosos. Houve também manifestações de repúdio à privatização do setor alegando que aconteciam desvios de recursos para setores privados e marginalização das instituições públicas cada vez mais precarizadas, além de ter mobilizado o legislativo a investigar a assistência psiquiátrica brasileira e revisar leis a este respeito.

Durante muitos anos pessoas com transtornos mentais diversos (ainda que sem especialidade para diagnóstico ou assistência com fundamentos rigorosos na medicina que determinasse o problema mental) eram recolhidas à

Cadeia Pública ou enfermaria de Santa Casa de Misericórdia. Tanto num local quanto noutro, viviam em cubículos, em condições insalubres e, por vezes, amarrados. Caso conseguissem fugir da reclusão, se pobres perambulavam nas ruas, às vezes, se tornavam até mesmo “figuras lendárias”, e se ricos eram cuidadosamente escondidos (Oda; Dalgalarrodo, 2005). Observou-se que a pessoa com doença mental precisava ser “apagada”, dessa forma, estava condenada à exclusão, sem perspectiva ou sombra de que pudesse haver “cura” e ressocialização.

Tratamento Hospitalocêntrico e Repercussões no Brasil

A primeira instituição hospitalar psiquiátrica brasileira pública surgiu a partir de decreto do imperador D Pedro II para abrigar alienados. O “Hospício D. Pedro II” situado no Rio de Janeiro, fora alvo de investigações devido às denúncias que revelavam o tratamento inadequado, maus-tratos, verdadeira “casa de detenção de ‘loucos’” (Novaes, 2014, p.343). Além dessa instituição, logo se multiplicaram outras oferecendo serviços psiquiátricos através do modelo hospitalocêntrico.

O Hospital Casa de Saúde Dr. Eiras criado em 1960, também no Rio de Janeiro, a primeira instituição psiquiátrica privada no país conveniada com a rede pública, chegou a abrigar três mil pacientes. Teve destaque na América Latina como maior hospital psiquiátrico, chegando a alojar mais de duas mil e oitocentas pessoas de uma só vez, mas depois de anos de denúncias de tratamentos subumanos, sofreu intervenção em 2004, perdendo o credenciamento pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e, mais tarde, foi fechado.

O confinamento “higienizava” a sociedade, ao serem segregadas as pessoas com doenças mentais eram até mesmo esquecidas, alijadas do convívio social, recebiam tratamento de seres menos humanos. Amarante (2013) ilustra tal realidade ao não conseguir esquecer jamais de uma mulher presa numa cela forte de um hospício brasileiro que foi esquecida, falecendo de frio e

fome, devido ao total descaso, exemplo de como doentes eram tratados. Ainda, salienta a tentativa da direção da instituição de apagar vestígios do que aconteceu para evitar denúncias. “[...] na verdade, na prática assistencial, até muito pouco tempo atrás, trabalhar na saúde mental” significava dizer que se trabalhava com doenças mentais, com hospícios, com manicômios!” (Amarante; Paulo, 2013, p.16).

Nesse cenário, movimentos, associações e grupos para discutir inovações no campo psiquiátrico e pautar a inclusão de doentes mentais como sujeitos de direitos, tratamento humanizado, a desinstitucionalização e a continuidade dos vínculos familiares e de afinidade construídos eram propostas que foram se tornando cada vez mais fortes frente a tratamentos que chocavam pela desumanização em espaços que eram verdadeiros espaços de horror. As fortes críticas ao que se denominava de “empresários da loucura”, hospitais psiquiátricos particulares que vendiam saúde pública por conta de convênios estabelecidos com a União, também, era um ponto notável de denúncia e reivindicação, já que os beneficiados não eram as pessoas com transtornos mentais (Novaes, 2014).

Diante da conjuntura delineada no tópico anterior, foi elaborado um projeto de reforma psiquiátrica apresentado em 1989, de autoria do deputado Paulo Delgado (MG), porém somente após doze anos é que o texto, após alterações, foi aprovado e sancionado como Lei nº 10.216/2001. Esta é reconhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica, Lei Antimanicomial ou Lei Paulo Delgado. Merece destaque, porque traz em si um considerável avanço jurídico no que concerne aos direitos dos usuários e de seus familiares em saúde mental, focando na saúde mental de base comunitária e dispondo acerca da proteção e direitos das pessoas com transtornos mentais. Garantiu direitos aos pacientes com transtornos mentais, a participação de sua família no tratamento, além da proteção contra qualquer abuso. Há de salientar que, no ano anterior à elaboração do então projeto, a Assembleia Nacional Constituinte instaurou a chamada Constituição Cidadã, a qual assegurou, no seu artigo 6º pertencente à seção que trata de direitos sociais, o direito ao lazer.

O acesso ao lazer, como um dos direitos sociais promulgados pela Constituição Brasileira de 1988, implica, pois, a educação de cidadãos capazes de identificar e viver as oportunidades diversificadas e disponíveis nos tempos e espaços cotidianos, com condições de compreendê-las e ressignificá-las consciente de sua importância em suas vidas e das contradições que limitam sua vivência plena (Pinto, 2008, p.44-45).

A Lei Antimanicomial (Brasil, 2001), ao dispor acerca de direitos de pessoas com transtornos mentais, precisou ser considerada por lei posterior que versava sobre drogas e, por isso, conhecida como Lei de Drogas 11.343, de 23 de agosto de 2006 – alterada pela Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019, a qual estabelece medidas voltadas à prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, como também, ocupa-se da definição de crimes relacionados ao tráfico de drogas e outros. Tal conexão entre ambas as leis, apesar de carregar a clássica relação entre campo biomédico e jurídico, traz avanços significativos, uma vez que prevê direitos e proteção às pessoas com transtornos mentais sem qualquer tipo de discriminação. Portanto, às pessoas com adicção de psicoativos tem previsão de tratamento digno por exigência da própria lei (art. 2º), devendo, de pronto, quando procurarem atendimento ser “oficialmente cientificados” de direitos.

Outrossim, convém lembrar que a Lei de Drogas apresentou algumas alterações importantes, embora tímidas, ao substituir a expressão substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica pela terminologia drogas. Bergeron (2012) entende que o termo ‘droga’ designa uma substância, natural ou sintética, capaz de mudar estados de consciência, como, por exemplo, a maconha, a cocaína, a heroína, o ópio, o álcool ou os remédios psicotrópicos. Também, as pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas deixaram, “em termo”, de serem privadas de sua liberdade por causa do uso de drogas, mas, na prática, o uso de substâncias psicoativas segue tornando pessoas criminosas, uma vez que a posse de droga para consumo pessoal ainda é alvo de punição por autoridade administrativa do Estado. Houve também, nesse mes-

mo dispositivo legal sobre drogas, de 2006, a instituição do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), de medidas preventivas do uso imoderado de drogas e de atendimento e reinserção de usuários e pessoas que sofrem devido à adicção de psicoativos.

As alterações legais, apesar de aquém em relação à demanda de cada momento histórico a que se referiu, foram sendo progressivamente tensionadas através de diálogos que construíam aproximações diversas com campos do conhecimento que abriam à possibilidade de se colocar a dignidade de pessoas no centro da discussão e enxergar demandas sociais contemporâneas prementes, de modo que ganhasse relevo fatores biopsicossociais e a urgência de cuidados humanizados multidisciplinares.

Da Possibilidade à Exigência de Tratamento Humanizado

A conquista de tratamento em que sejam considerados outros campos de estudos, áreas diferentes do conhecimento, em que preconceitos e discriminações sejam afastados por debates e reflexões constantes para melhor entender o porquê pessoas desenvolvem a adicção de psicoativos e padecem perseguições, humilhações, exclusões, segregações, quase sempre, respaldadas por discursos moralistas, ultraconservadores eivados de ignorância e insensibilidades, ganham e ganharam relevância, sobretudo, por tornar pauta complexidade humana, a humanidade de pessoas. Foi sob a adoção de tal perspectiva que se tornou possível vislumbrar elaborações mais inclusivas, no âmbito das leis brasileiras, no século XXI, alargando olhares, como o exposto a seguir.

[...] o problema mais grave da maior parte dos usuários de crack no Brasil não é o crack em si mesmo. O problema mais grave está, sim, em suas precárias condições de vida, na privação de direitos básicos, na miséria. Vítimas da história brasileira de desigualdade, pobreza e exclusão, sem escolas, sem lazer, sem moradia, perambulando pelas ruas sem destino por falta de quem os trate com respeito e dignidade, seu sofrimento é agravado pela ilegítima e insana proibição e sua nociva e sanguinária política de “guerra às drogas” (Karam, 2015, p. 56).

Sobre este mesmo mote, Karam, figura central no Brasil, do Braço da *Law Enforcement Against Prohibition* (Agentes da Lei contra Proibição), *Leap* na sigla em inglês, fora entrevistada por Hari e relatou que:

As drogas são usadas ‘desde o início da humanidade’, e as leis de repressão a elas ‘não podem fazer nada’ contra isso. Mas a proibição é tentadora porque ‘é fácil dizer que o problema é o crack, que o problema é a cocaína’ – assim não é preciso investigar quais são, de fato, os problemas. Existe uma crença em um poder mágico das leis penais. As pessoas acreditam que, se você proíbe tudo, está resolvido. Se prende alguém, está resolvido. [...] Ela viu na corte como as forças da lei falam sobre as comunidades pobres ‘É como uma guerra na qual se conquista um território inimigo. Eles até mesmo hasteiam uma bandeira do Brasil como símbolo da ocupação’. Por que na opinião dela isso acontece? perguntei. ‘Acho que é para perpetuar a desigualdade, manter nessa posição aqueles que tem o potencial de desafiar o sistema econômico, de inverter sistema social. O pretexto é a violência, mas acho que a ideia é controlar gente ‘indesejável’ (Hari, 2018, p.403).

Numa outra vertente crítica e bastante lúcida acerca da atuação do campo biomédico, ainda que trazendo possibilidade de tratar de sensibilidades, no século XXI, encontramos a elucidativa descrição realizada pelo professor médico psiquiatra Nery Filho (2012) para responder à pergunta “Por que os humanos usam drogas?”. Diz o estudioso que a questão do uso de drogas não pode ser esclarecida de forma repressiva e intransigente, sem dialogar com subjetividades atingidas por questões de diversas ordens, sobretudo, sem reconhecer que se trata de humanos.

Ainda, Nery Filho (2012), ao comparar a expectativa de chegada de sua neta, ainda que de forma surpreendente, mas, quando sabida, querida, e uma gravidez de uma mulher residente com mais três filhos pequenos num quarto imundo no bairro Pelourinho, em Salvador-Bahia e sem qualquer assistência, onde se tratavam de filhos da tristeza, que muito longe da alegria de viver só possuíam a expectativa da sobrevivência, alude que cada ser humano estabelecerá relação de consumo com determinada droga a depender de suas carências subjetivas e sociais, enfatizando que são os humanos que fazem as drogas e não o contrário. Não à toa “[...] os pesquisadores que estudam a

resistência ao estresse constatam reiteradamente que o apoio social é um dos maiores fatores de proteção” (Hart, 2014, p.94).

A relação construída em torno do uso de drogas além de complexa é paradoxal, visto que buscar compreender motivações ao uso de drogas requer análise do sujeito, objeto e contexto e, neste movimento, afastar julgamentos, preconceitos e estigmatizações ainda se faz uma tarefa que requer esforço constante já que a história se incumbiu de impingir profundamente, por anos, sua marca negativa de dignidade as pessoas com transtornos mentais.

Apesar de avanços na construção de conhecimentos sobre uso de drogas e doenças causadas pelo consumo compulsivo, é possível observar que permanece a critério do Estado ditar quem merece ou não ser enxergado como alguém que reclama socorro, necessita e merece cuidados (Brasil, 2019). Há margem legal, via “conveniência” discricionária, para avaliação das circunstâncias e quantidade de substâncias proibidas portadas para indicar quem é digno de atenção e cuidados ou quem merece ser avaliado enquanto criminoso, subsiste a lógica do exercício de poder com carta branca à consagração de desigualdades.

À Guisa das Considerações Finais

O que neste trabalho é identificado como adicção se viu ao longo da história e ainda se vê, em muitos espaços, intitulado de dependência química, uso abusivo ou vício. São os “ranços” de uma história de “violações legalizadas”. Tais terminologias foram declinadas nesta pesquisa por entendermos que não cumprem, linguisticamente e socialmente, o papel de traduzir a complexidade presente na condição patológica de alguém que usa irrefreadamente uma ou mais substâncias psicoativas. Além do desgaste de cada expressão, observamos sem esforço a vulgarização do uso dos termos, desmerecendo um olhar sério e comprometido sobre um problema complexo.

Ratificamos, portanto, que a terminologia “adicção” possui forma mais compreensiva, melhor contribuindo à abordagem da questão, pois, quase sem-

pre, aquelas outras designações sustentam, por vezes, sutilmente, estigmas normalizados pela teia social, resvalando simplificações, favorecendo à falta de reflexão e facilitando a banalização de um problema que exige tratamento individualizado, criterioso, respaldado no conhecimento científico, mas sobretudo ocupado com a humanidade de cada ser.

Também, é indispensável salientarmos um entendimento que coaduna ao acima exposto, pois Bergeron (2012), ao abordar a adicção, evidencia que a distinção entre dependência física e psicológica, prevalente ao longo da história e respaldada nos campos sanitário e clínico, foi posta em xeque pelos neurocientistas. Isso porque existe uma dimensão considerada fundamental que não se reduz à alteração do estado de consciência daqueles que fazem uso da substância, uma vez que podem se tornar drogas também objetos, comportamentos e atividades. Neste sentido não se pode tratar a adicção somente sob a perspectiva farmacológica, de uma clínica médica. O mesmo autor traz a lume critérios oferecidos por alguns sociólogos para definir a adicção, a saber: tolerância; crise de abstinência; prejuízos ao indivíduo e a terceiros, causados pela adicção; desejo de repetição da experiência; não ser capaz de parar; vontade de parar.

Diante deste cenário, é possível, então, hoje, exigir que especialistas no tratamento da adicção trabalhem em equipe, de maneira humanizada, integral, multi e interdisciplinar com vistas à reinserção social de cidadãos e cidadãs, uma vez que o tema tem atravessamentos que foram reconhecidos e aperfeiçoados em diferentes campos do conhecimento, para além das ciências biomédicas e de dispositivos legais determinantes de inter-relações, diálogos, conexões entre áreas visando o melhor tratamento, algo impensável há um século.

Agora, então, é possível falar em acolhimento contínuo de pessoas com adicção de psicoativos, espaços planejados ao atendimento e formas individualizadas e coletivas de dispensar cuidados. Nesta lógica, imperativa a desvinculação com o modelo asilar de outrora, o que faz da história pregressa de unidades de saúde mental brasileira (hospícios, manicômios e hospitais psiquiátricos), que diziam oferecer tratamento de adicção, templos de anomalias, indignidades e desumanidade.

Ademais, a busca de prazer e satisfação, a fruição do lazer pode ser, neste momento, conjecturada como verdadeira aliada ao tratamento da adicção, ideia ratificada pela Política Nacional Brasileira Sobre Drogas (PNAD), aprovada pelo decreto nº9.761, de abril de 2019, que coloca o lazer no rol de ações preventivas planejadas e direcionadas. Sob esta ótica, devendo compor a organização de espaços, ações, estratégias, cuidados, aprendizados, favorecendo a reeducação de pessoas.

Referências

ALMEIDA FILHO, N de. **O que é Saúde?** Rio de Janeiro: Editora: Fiocruz, 2011. **brasileira**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; ICICT, 2017.

AMARANTE, P. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), 2013.

American Society of Addiction Medicine. (2019). **Definition of Addiction**. <https://www.asam.org/quality-care/definition-of-addiction>

BERGERON, H. **A sociologia da droga**. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2012.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção dos direitos dos pacientes com transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 abr. 2001.

BRASIL. Lei nº 5.726, de 29 de outubro de 1971. Dispõe sobre medidas preventivas e repressivas ao tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 out. 1971.

HARI, J. **Na fissura**: uma história do fracasso no combate às drogas. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HART, C. **Um preço muito alto**: a jornada de um neurocientista que desafia nossa visão sobre drogas. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

KARAM, M. L. **Legalização das drogas**. 1ª ed. São Paulo: Estúdio Editores. com, 2015.

MIRANDA, I. TORTORIELLO, J. ABREU, V. **Já ouviu falar do ‘Holocausto Brasileiro’?** Conheça a história do manicômio de Barbacena (MG). <https://revistaesquinas.casperlibero.edu.br/politica/direitos-humanos/a-ouviu-falar-doholocausto-brasileiro-conheca-a-historia-do-hospital-para-pacientes-psi-quiatricos-debarbacena-mg/>. Acesso em: 03 março de 2024.

NERY FILHO, Antonio. Introdução – Por que os humanos usam drogas? In: **As drogas na contemporaneidade: perspectivas clínicas e culturais**, NERY FILHO, Antonio et al. (Orgs.). Salvador: EDUFBA, 2012.

NOVAES, Priscila Simara. O tratamento da dependência química e o ordenamento jurídico brasileiro. **Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental**, v. 17, n.2, p. 342-356, 2014.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. História das primeiras instituições para alienados no Brasil. **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, v. 12, n. 3, p. 983-1010, 2005.

CAPÍTULO 5

EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR: MARCADORES DE GÊNERO, COR E CLASSE

Jamile Guerra Fonseca

Doi: 10.48209/978-65-5417-435-5

Introdução

A evasão é um desafio que afeta não apenas as instituições de ensino, mas a sociedade como um todo. A evasão no ensino superior apresenta múltiplos fatores, que vão desde questões que perpassam aspectos de gênero, cor e classe social, entre os demais marcadores sociais até os desafios acadêmicos, internos e externos à instituição de ensino. Os fatores são interseccionais e podem impactar a decisão de estudantes permanecerem ou abandonarem seus estudos.

As desigualdades sociais, combinadas por disparidades de gênero, paulatinamente podem afetar as taxas de evasão, desde pressões familiares ou expectativas de papéis de gênero, até situações de violência vivenciadas no ambiente acadêmico e que podem influenciar as decisões dos alunos de permanecerem na educação superior. Com relação ao quesito cor, além da discriminação, racismo, falta de representação, acessibilidade financeira limitada historicamente e dificuldades de adaptação. Destarte, no tocante a classe social, notoriamente esta pode afetar a disponibilidade de recursos financeiros para a educação, incluindo recursos financeiros, livros e demais custos de vida. Assim, estudantes oriundos de classes socioeconômicas mais baixas podem enfrentar dificuldades

financeiras que afetam sua capacidade de permanecer na educação superior, sobretudo aqueles que não possuem naturalidade onde se encontra o campus universitário de seu curso pretendido. Programas de auxílio financeiro e bolsas de estudo podem ser importantes para atenuar as barreiras financeiras e ajudar a reduzir as taxas de evasão.

O ensino superior no Brasil passou por um notável período de crescimento e expansão em diversas áreas. Esse avanço se manifestou através do aumento significativo do número de instituições de ensino, cursos disponíveis, vagas ofertadas, ingressantes, matrículas e concluintes (RISTOFF, 2014).

Esse cenário de expansão foi impulsionado por iniciativas como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que resultaram na implementação de novas políticas públicas no âmbito do ensino superior (ALVES; GAYDEZKA; CAMPOS, 2018). Essas iniciativas possibilitaram significativos investimentos em infraestrutura, incluindo a criação de novos campi universitários em todo o país, bem como a oferta de novos cursos, o que naturalmente ampliou a disponibilidade de vagas no ensino superior público (ALVES; GAYDEZKA; CAMPOS, 2018).

Enfrentar o desafio de reduzir a taxa de desistência e promover uma permanência mais duradoura dos estudantes nas instituições de ensino superior é uma prioridade para os gestores e profissionais da educação no Brasil (UNIBANCO, 2023).

No Brasil, as investigações sobre esse fenômeno foram iniciadas na década de 1990, especificamente em outubro de 1996, pouco antes da promulgação da Lei nº 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, o Ministério da Educação (MEC) divulgou um relatório sobre Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas. Esse documento, elaborado pela Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão, tornou-se uma referência para os estudos posteriores sobre evasão.

O relatório apresentou dados sobre o desempenho das universidades públicas brasileiras em relação aos índices de retenção, evasão e diplomação de estudantes de graduação, contribuindo para a definição do conceito de evasão e a classificação de seus diferentes tipos. (BRASIL, 1996).

A evasão no Ensino Superior tem sido objeto de estudo em pesquisas acadêmicas, que predominantemente visam entender as razões que causam o considerável aumento no número de estudantes que ingressam no Ensino Superior e abandonam suas respectivas formações, frequentemente logo após o primeiro semestre do curso (SOUZA, SILVA e GESSINGER, 2016). Há uma observável expansão de pesquisas sobre este tema que, em sua maioria, são estudos de caso conduzidos por cursos, áreas de ensino e até mesmo pelas próprias instituições de ensino superior. Esse aumento é incentivado, em grande parte, pela ampliação do acesso ao ensino superior por meio do projeto de expansão universitária, implementado no país a partir dos anos 2000. (SANTOS; AMARAL; LUZ,2023)

As análises sobre as razões que se constituem pano de fundo da evasão viveu uma expansão no meio acadêmico, em que pese a observação de um aumento no fenômeno nos cursos de graduação, implicando em diversos problemas, incluindo consideráveis gastos de recursos públicos e consequente comprometimento na formação de jovens brasileiros em diversas áreas do conhecimento (SILVA, 2015).

Em geral, é importante reconhecer que a evasão no nível superior é um fenômeno multidimensional e complexo. A relevância dessa pesquisa reside sobretudo em seu potencial de impactar positivamente a vida dos estudantes, as instituições de ensino e a sociedade como um todo. Neste contexto, esta pesquisa tem por **objetivo geral:** investigar fatores causais relacionados a gênero, cor e classe na perspectiva interseccional e que podem afetar a permanência de estudantes do ensino superior e assim aumentar as possibilidades de evasão.

Desenvolvimento -Metodologia

Protocolo: Foi elaborado um protocolo de pesquisa submetido ao PROSPERO. PROSPERO (International Prospective Register of Systematic Reviews), é uma base de dados internacional dedicada ao registro de revisões sistemáticas na área de saúde, educação e áreas afins. Registro: PROSPERO CRD42024536514.

Critérios de inclusão: estudos publicados e disponíveis integralmente em bases de dados científicas virtuais ou em versões impressas; estudos que versem sobre o tema da evasão acadêmica; os documentos analisados devem ser referentes ao nível da graduação no ensino superior de instituições públicas nacionais (estudos voltados ao ensino superior internacionais não se aplicam este critério uma vez que o modelo de ensino requer propina/ taxas para sua realização) estudos com recorte temporal dos últimos dez anos (2014-2024)

Critérios de exclusão: estudos que não estejam disponíveis integralmente nas bases de dados pesquisadas; estudos sobre o tema evasão em outros níveis do ensino superior, como pós graduação; estudos sobre evasão em ensinos técnicos, profissionalizantes ou institutos federais; documentos sobre evasão que abranje outro nível educacional, à exemplo de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Os critérios supramencionados constam em um check-list proposto por esse estudo para triagem dos documentos alcançados por meio da busca nos bancos de dados escolhidos. Os critérios de inclusão e exclusão serão utilizados após leitura prévia de título, resumo, metodologia e conclusão. **Primeira fase (leitura dos títulos):** Em casos onde o título não conste em seu escopo denominador, os termos **evasão/abandono escolar/sucesso escolar/permanência** não serão analisados; estudos nacionais que apresentem no título: ensino particular, ensino médio, técnico, profissionalizante ou que façam menção a outro ensino que não seja da graduação em universidades públicas brasileiras não

serão aceitos; quando se tratou de estudos internacionais, foram considerados outros termos que se assemelham a evasão, à exemplo de **abandono escolar**. **Segunda fase (leitura dos resumos):** caso o título apresente em seus termos, os requisitos propostos, após aceito, inicia-se a leitura do resumo, este caso não seja condizente com o especificado no título, será excluído. Resumos que não apontam a metodologia utilizada serão desconsiderados. **Terceira fase (leitura da metodologia):** Serão conferidas as metodologias descritas no corpo do texto, com aquela mencionada no resumo em seus aspectos principais; ex: se em seu resumo constar qualitativa, no corpo do texto não pode ser quantitativa e qualitativa, implicando assim em inconsistência metodológica. Em hipótese de lacunas de informações sobre os métodos utilizados e possibilidade de viés metodológico ou que não coincidem com os objetivos propostos não permanecem para análise.

As bases de dados pesquisadas incluem Scielo, OASIS BR, CAPES, BASE, Edu Statistics e CAIRN INFO. Os termos de busca (evasão, evasão universitária, evasão acadêmica, evasão e marcadores sociais, evasão e interseccionalidade) utilizados foram definidos de acordo com os objetivos do estudo, e os critérios de seleção consideraram a relevância temática, a adequação metodológica e a pertinência do cenário de estudo. Os estudos que apresentaram inconsistências metodológicas ou que não atendiam ao contexto específico foram excluídos da análise.

Foram selecionados artigos a partir da leitura de títulos e resumos em diversas bases de dados. Na base de dados Scielo, foram encontrados seis artigos, dos quais dois foram excluídos por inconsistências na metodologia, restando quatro artigos para análise. No OASIS BR, foram encontrados 24 artigos; desses, 11 foram excluídos por inconsistências metodológicas, e dois foram eliminados por terem como cenário institutos federais, totalizando 13 exclusões e deixando 11 artigos para análise. Na base de dados da CAPES, foram identificados 18 artigos; seis foram retirados por inconsistências metodológicas, resultando em 12 artigos, sendo seis de revisão e seis originais de campo.

Na base de dados BASE, 20 artigos foram encontrados; cinco foram excluídos por inconsistências metodológicas, restando 15, dos quais sete eram de revisão e oito eram originais de campo. Na base Edu Statistics, quatro artigos foram localizados; dois foram excluídos, restando um de revisão e um original. Por fim, na base Cairn Info, 19 artigos foram encontrados, sendo cinco de revisão e 14 originais.

Ao final, foram selecionados 36 artigos originais (nove qualitativos e 27 quantitativos; destes, dois utilizam métodos mistos – quantitativos e qualitativos) e 25 artigos de revisão, totalizando 61 artigos.

Resultados e Discussão

Como Prevenir um Fenômeno Multidimensional?

A partir da leitura de diferentes materiais nacionais e internacionais que tratam sobre evasão e prevenção do fenômeno em sistemas educacionais diferenciados aponta para a complexidade de se desenvolver e implementar políticas eficazes que atendam às especificidades locais.

Em geral, fica evidente que gestores, em busca por soluções, costumam adotar uma ampla gama de práticas, que variam desde a prevenção totalmente integrada ao modelo educacional até estratégias mais pontuais. Essa diversidade de abordagens reflete tanto a flexibilidade das políticas de prevenção quanto às limitações de um modelo que depende fortemente das interpretações locais.

Analizamos artigos de diferentes países e portanto, ainda que algumas estratégias de prevenção se assemelham, a especificidade de cada local parece ser um dos pontos centrais e críticos desse debate no tocante a resolução dos problemas, de onde entende-se que não podemos generalizar as causas nem tampouco as ações de combate a evasão universitária

O entendimento sobre a flexibilidade das ações preventivas pode facilitar para que as instituições adaptem suas práticas às necessidades e desafios específicos de suas comunidades escolares/ universitárias. Nesse sentido, a capaci-

dade de gestores de reinterpretar políticas pode ser vista como uma vantagem significativa, já que proporciona uma resposta mais ágil e contextualizada aos problemas que se referem à evasão.

Entretanto, essa mesma flexibilidade pode ser também uma fraqueza do ponto vista legislativo, pois a ausência de diretrizes e leis mais uniformes pode resultar em uma execução desigual das políticas, sobretudo aquelas que podem ser interpretadas e aplicadas como preventivas ou reparatórias. Nem todas as instituições possuem os mesmos recursos para interpretar e aplicar as medidas de forma eficiente e condizente com suas necessidades. Portanto, embora a diversidade de abordagens seja uma resposta natural às condições locais, é necessário equilibrar a autonomia dos gestores com a implementação de diretrizes mais estruturadas e o apoio adequado para garantir que as políticas sejam eficazes em todos os contextos.

Outro entendimento que nos ocorreu é que a formação anterior ao ensino superior, nível fundamental e médio, desempenham um papel central na discussão sobre a permanência ou o abandono escolar. A adequação da oferta formativa ao contexto social e econômico dos estudantes é crucial para evitar a evasão desde as etapas anteriores. Quando há um descompasso entre as expectativas dos estudantes no tocante a sua continuidade e interesse nos estudos o abandono independente do nível é praticamente inevitável.

Outra constatação é de que os territórios periurbanos, muitas vezes vistos como regiões de transição entre áreas urbanas e rurais, acabam favorecendo o acúmulo de motivos que levam ao abandono escolar, justificado assim em sua maioria por uma dificuldade na mobilidade que inviabiliza o acesso à sala de aula. Porém, quando se trata de acesso, vale lembrar que em grandes cidades e suas regiões metropolitanas ou satélites em que percebe-se nitidamente o manejo do acesso como algo que constitui em barreira para chegar à Universidade.

Entretanto, compreende-se que esse resultado é paradoxal, em um dos horizontes, o senso comum poderia sugerir que as áreas rurais ou mais isoladas

seriam as mais propensas a enfrentar problemas relacionados à evasão por conta do acesso e de outro, poderiam surgir os argumentos de que as ofertas formativas nestes territórios periurbanos podem não atender de forma adequada às necessidades dos estudantes, gerando insatisfação e aumentando as chances de abandono. Podemos falar aqui inclusive na interculturalidade na educação e na popularização dos saberes.

Os dados apresentados sobre a evasão no ensino superior revelam uma série de fatores que influenciam diretamente o fenômeno, apontando para uma dinâmica complexa e multifacetada. A maior parte da evasão ocorre no primeiro ano de curso, o que sugere que o período inicial é um momento crítico para a permanência dos estudantes. Este é um dos motivos que remonta a reflexão de como atuar mais diretamente com as ações afirmativas no público de estudantes logo no primeiro semestre. Algumas instituições condicionam por exemplo, o recebimento de alguns auxílios a notas obtidas em componentes curriculares ou frequência, o que inviabiliza para estudantes recém chegados, mas que fatalmente, possuem maiores dificuldades de adaptação à vida acadêmica.

As notas mais altas, o ingresso na primeira opção de graduação aliam-se ao apoio social e são determinantes na redução das chances de evasão. Esses achados reforçam a ideia de que o desempenho acadêmico e a satisfação com a escolha do curso são aspectos cruciais para a permanência dos alunos.

A relação entre gênero e raça/cor também aparece como um fator importante, com pessoas negras compondo grupos que mais se evadem. Esse dado nos sugere a necessidade de um olhar mais atento para as questões de equidade racial e de gênero dentro das universidades. A evasão mais frequente entre pessoas negras está associada a questões de racismo estrutural e desigualdades sociais mais amplas, que impactam negativamente a trajetória acadêmica desses estudantes.

O nível socioeconômico dos alunos não aparece necessariamente como um forte preditor de evasão, desafiando uma suposição comum de que estudan-

tes de classes sociais mais baixas seriam mais propensos a abandonar o curso por dificuldades financeiras. No entanto, a fragilidade na escolha do curso, o desconhecimento sobre as possibilidades profissionais e a necessidade de trabalhar durante a graduação parecem ter um peso maior no abandono. Isso aponta para a importância de políticas que promovam uma orientação vocacional mais efetiva e um suporte financeiro que permita aos estudantes conciliarem trabalho e estudo, mas também um ciclo de planejamento que adaptado à realidade nacional, por exemplo, crie mais cursos noturnos do que diurnos como uma medida macro de combate a evasão. Outra medida válida, seria flexibilizar mais a carga horária com uma oferta de disciplinas obrigatórias, mas que possam ser cursadas de acordo a realidade específica de cada estudante.

A escolha do curso e o nível de conhecimento sobre as possibilidades profissionais têm uma forte relação com a evasão. Muitos estudantes entram nos cursos sem conhecimento suficiente sobre o currículo ou as oportunidades de atuação, o que gera insatisfação e abandono. A necessidade de trabalhar também emerge como um fator central, influenciando tanto a retenção quanto a evasão.

Alguns estudantes que evadem expressam insatisfação com o curso e é um indicador evidente de que o descontentamento com a formação recebida é um dos principais motores da evasão. Além disso, posteriormente podem ingressar em outro curso demonstrando que, em muitos casos, a evasão não está relacionada a uma desistência da educação superior em si, mas sim à escolha equivocada de curso.

Esses resultados indicam a necessidade de maior atenção por parte das instituições de ensino em relação à orientação acadêmica e à adaptação dos alunos nos primeiros semestres. Políticas de acolhimento, como tutorias, apoio pedagógico e programas de mentoria, podem ser fundamentais para reduzir os índices de evasão. Ademais, a promoção de maior clareza sobre as opções de carreira e a flexibilização curricular podem ajudar a manter os estudantes engajados, diminuindo o descontentamento e a evasão precoce.

A análise dos dados sobre a evasão escolar e universitária revela um conjunto de fatores que vão além das questões puramente acadêmicas, abordando também aspectos históricos, culturais, motivacionais e ainda financeiros. Um dos pontos centrais é a relação entre a evasão e as concepções sexistas das normas de gênero, que desconsideram a diversidade das experiências de mulheres, especialmente em relação à maternidade e ao conceito imposto de feminilidade. Esse enfoque destaca como o abandono escolar, em particular para mulheres, está muitas vezes atrelado a pressões e expectativas sociais que conflitam com suas necessidades e realidades.

Outro aspecto que aqui se destaca entre os artigos analisados é a reinterpretação de como é feita pelos dirigentes escolares sobre a eficácia das políticas de prevenção à evasão, focando na gestão da comunidade escolar, os gestores ampliam o escopo de atuação, considerando que a evasão não é um fenômeno isolado, mas que envolve a dinâmica e a coesão da escola como um todo o que podemos fazer um link com a gestão democrática e participativa.

No âmbito universitário, duas grandes nuances parecem impactar a evasão: reconhecer barreiras e valorizar ações institucionais. O reconhecimento de que dificuldades financeiras e falta de motivação estão no centro da questão permite que as instituições ajustem seus programas de suporte, oferecendo auxílios financeiros e incentivando ações que promovam o engajamento estudantil.

Aponta-se ainda que a opção incerta pelo curso, o desinteresse e a dificuldade em concluir disciplinas específicas são causas recorrentes de evasão. Este fato sugere que, além dos fatores externos como finanças e apoio institucional, há um componente intrínseco relacionado ao processo de escolha de curso e à falta de identificação com a área de estudo. A opção incerta pelo curso e o desinteresse pela profissão, por exemplo, indicam que muitos estudantes ingressam em graduações sem uma compreensão sobre suas aspirações profissionais, o que reforça a necessidade de um trabalho mais robusto de orientação vocacional.

A combinação desses aspectos multidimensionais revela a importância de uma abordagem multifacetada e mais direcionada para lidar com a evasão, que leve em conta tanto as barreiras estruturais e culturais quanto às motivações pessoais dos estudantes. As instituições têm um papel importante para investir em programas de apoio que não apenas ofereçam recursos financeiros, mas também incentivem o desenvolvimento pessoal e acadêmico, promovendo uma maior conexão entre seus interesses e a escolha de curso.

Além disso, a flexibilização curricular e o incentivo à experimentação acadêmica podem ajudar a reduzir a sensação de desajuste e desinteresse que leva muitos a abandonar suas graduações; é necessário e urgente rever nosso modelo atual impregnado de racionalidades que já não funcionam na contemporaneidade.

A análise crítica dos dados sobre o abandono escolar revela a complexidade do fenômeno, considerando a importância das características dos estabelecimentos de ensino e a influência das trajetórias de vida.

Esses resultados nos levam a refletir sobre como as instituições educacionais poderiam ser mais orientadas e flexíveis para garantir a permanência dos estudantes. Outro ponto importante da investigação é o uso da abordagem das capacidades para entender o abandono escolar, ampliando o debate ao sugerir que a evasão não é apenas o resultado de falhas na orientação ou de insucesso acadêmico mas também pode ser vista como uma manifestação de estratégias e motivações variadas dos estudantes, influenciadas por sua origem social e pelas oportunidades percebidas em suas trajetórias de vida. Isso sugere que as decisões de abandono podem, em muitos casos, ser interpretadas como escolhas racionais dentro de contextos limitados por fatores socioeconômicos. Alunos de origens sociais mais vulneráveis podem, por exemplo, ver o abandono como uma estratégia necessária para lidar com pressões externas, como a necessidade de trabalhar para sustentar a família ou até mesmo iniciar uma família.

Portanto, conecta-se os eventos precipitadores de evasão com trajetórias de vida mais amplas e contextos micro e macrossociais, como o território geográfico e assim essa investigação reconhece que o abandono é frequentemente o resultado de uma série de fatores cumulativos. Essa abordagem revela que o fenômeno da evasão está inserido em um ciclo maior de opressões sociais e econômicas, e que a decisão de deixar a escola não é um evento isolado, mas o produto de uma série de interações complexas.

Este estudo aborda as interações entre políticas educacionais, instituições de ensino, atores associativos e estudantes, mostrando que essas interações podem gerar efeitos contrários aos desejados. Políticas que não consideram adequadamente os contextos locais, as especificidades institucionais e as necessidades de estudantes podem acabar reforçando o abandono e requer portanto enfoque mais holístico e flexível nas políticas de combate à evasão, que leve em conta as realidades dos estudantes e das instituições, além de promover um diálogo constante entre os diversos atores envolvidos.

A análise evidencia que a evasão é um fenômeno multifacetado, influenciado por fatores institucionais, sociais e individuais. A simples implementação de políticas padronizadas também acaba por não ser suficiente para resolver o problema; é necessário um olhar atento às dinâmicas de cada contexto e uma abordagem integrada que considere as diferentes dimensões que afetam a permanência dos estudantes no sistema educacional.

A análise dos resultados sobre retenção e evasão escolar revela um conjunto de fatores interconectados, tanto no nível individual quanto no institucional, que influenciam a permanência dos estudantes no ensino superior. Os dados apontam que as áreas mais impactantes para a retenção são a adaptação ao ambiente acadêmico, as bases acadêmicas anteriores, a organização do tempo de estudo e as condições socioeconômicas. Esses fatores, por si só, já indicam a complexidade do fenômeno, que exige ações integradas e contínuas por parte das instituições de ensino.

A questão da adaptação ao ensino superior é particularmente relevante, pois muitos alunos, especialmente aqueles de origem mais vulnerável, enfrentam dificuldades para se ajustar às exigências acadêmicas e às novas responsabilidades que a vida universitária impõe. Esse fato reflete, muitas vezes, a fragilidade nas bases acadêmicas anteriores, que não preparam suficientemente os estudantes para as demandas do ensino superior. Portanto, as ações preventivas propostas, voltadas para o acompanhamento dos estudantes em risco de evasão, são fundamentais para minimizar essas dificuldades e oferecer suporte adequado desde o início de sua trajetória acadêmica.

Outro ponto importante analisado por essa pesquisa é a falta de engajamento dos estudantes nas atividades e nos espaços internos da Universidade, seja alegando por falta de tempo, seja por desconhecimento sobre as oportunidades oferecidas pela instituição. Esse desinteresse ou falta de participação pode agravar o sentimento de desconexão com o ambiente acadêmico, o que, somado a outros fatores, aumenta as chances de evasão. O desafio para as instituições, portanto, é criar mecanismos que facilitem o engajamento estudantil, inclusive para aqueles que precisam trabalhar, e promover maior visibilidade sobre os recursos e espaços disponíveis para os alunos.

Conclusão

Assim, em geral nosso levantamento expõe um quadro multifatorial de retenção e evasão escolar, no qual as instituições de ensino devem atuar de maneira proativa para promover uma adaptação mais eficiente de estudantes ao ambiente acadêmico, fornecer apoio socioeconômico e criar uma cultura de maior engajamento.

A análise dos dados apresentados sobre evasão no ensino superior revela assim uma complexa teia de fatores que envolvem tanto aspectos acadêmicos quanto socioeconômicos e emocionais. As causas mais recorrentes para o abandono incluem em geral a mudança de interesse ou indecisão profissional, uma

didática percebida como inadequada, expectativas não atendidas, carga horária de trabalho elevada, e a falta de orientação apropriada por parte da coordenação. Esses elementos sugerem que a evasão está intimamente ligada à qualidade da experiência acadêmica e à forma como as instituições se organizam para apoiar seus alunos.

A didática e a metodologia dos professores surgem como fatores críticos na retenção dos alunos. Este aspecto destaca a importância da formação continuada dos professores e da adaptação das estratégias pedagógicas às necessidades dos estudantes.

Referências

ALVES, Moyses de Oliveira Pereira; GAYDECZKA, Beatriz; DE CAMPOS, Ariana. Projeto para Registro e Controle da Evasão na UFTM. **Revista Triângulo**, v. 11, n. 1, p. 125-135, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas**. Brasília: MEC/SESu, 1996. Disponível em: Andifes. Acesso em: 12 jan. 2025.

INSTITUTO UNIBANCO. **Desafios do acesso ao ensino superior no Brasil**. Atualizado em: 24 nov. 2023. Disponível em: <<https://www.institutounibanco.org.br>>. Acesso em: 12 jan. 2025.

SANTOS, F. P.; AMARAL, P.; LUZ, L. Expansão do ensino superior e a distribuição regional das universidades brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** [Internet], v. 25, e202317, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202317>>.

SILVA, L. T. A política de expansão da rede federal de educação, científica e tecnológica e suas implicações no desenvolvimento local e regional no Estado da Bahia. **Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas**, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais, n. 7, ano IV, 2015.

SOUZA, C. T.; SILVA, C.; GESSINGER, R. M. Um estudo sobre evasão no ensino superior do Brasil nos últimos dez anos. **CLABES**, v. 1, n. 1, p. 111-118, 2016.

CAPÍTULO 6

CONCESSÃO DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA: UM INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL SOCIAL À MORADIA PARA OCUPANTES DE IMÓVEIS PÚBLICOS URBANOS

Diane Jéssica Moraes Amorim

Wania Jaguaracy de Sena Medrado

Deise Cristiane do Nascimento

Doi: 10.48209/978-65-5417-435-6

Introdução

A concessão de uso especial para fins de moradia é um direito real de gozo e fruição incluído no rol do artigo 1.225 do Código Civil pela Lei nº 11.481/2007, a fim regularizar a ocupação ilegal de bens públicos para a população de baixa renda, de modo atender à função social da propriedade. Percebe-se assim que esse instrumento é um instituto civil que busca efetivar o direito constitucional à moradia, que é um dos direitos sociais previstos no artigo 6º da Constituição Federal, além de ser indicado no artigo 7º do mesmo diploma legal como uma das necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família e de ser uma das políticas públicas previstas no artigo 23 da Constituição (MENDES e BRANCO, 2021).

A concessão de uso especial para fins de moradia é regulada por lei federal, mas pode ser concedida nos níveis estaduais e municipais, havendo a

possibilidade de futuras regulamentações e ampliações do instituto, conforme a oportunidade e conveniência do legislador e da Administração (VENOSA, 2023).

Antes da criação desse instrumento, aqueles que ocupavam imóveis públicos viam-se desamparados, sem qualquer proteção à posse exercida, enquanto os ocupantes de imóveis particulares poderiam se socorrer no instituto da usucapião para adquirir a propriedade do bem quando cumpridos os requisitos legais.

Trata-se a concessão de uso especial para fins de moradia, portanto, de importante instrumento de garantia do direito à moradia a cidadãos em situação de vulnerabilidade social que ocupem imóvel público situado na zona urbana.

Diante dessa perspectiva, o presente estudo busca, através de pesquisa bibliográfica e documental, se aprofundar no referido instituto, de modo a compreender os seus requisitos e o procedimento para a obtenção desse direito real, bem como conhecer o entendimento dos tribunais brasileiros em demandas que tratam da concessão de uso especial para fins de moradia.

Conceito e Requisitos da Concessão de uso Especial para Fins de Moradia

Direitos reais de gozo ou fruição são situações reais em que há a divisão dos atributos relativos à propriedade, transmitindo-se a outrem os atributos de gozar ou fruir a coisa, com maior ou menor amplitude (TARTUCE, 2017). O Código Civil, em seu artigo 1.225, elenca catorze direitos reais, sendo sete deles direitos reais de gozo ou fruição, quais sejam a superfície, as servidões, o usufruto, o uso, a habitação, a concessão de direito real de uso e a concessão de uso especial para fins de moradia, que é o objeto desta pesquisa.

A concessão de uso especial para fins de moradia é o direito de usar para fins de moradia um imóvel público, desde que o ocupante preencha alguns requisitos estabelecidos por lei.

Trata-se de direito real sobre coisa alheia, pois é transferível, mas com caráter resolúvel, porque pode ser extinto se o titular der destinação diversa ao imóvel. Essa concessão é outorgada por termo administrativo ou, havendo resistência, por sentença judicial. (VENOSA, 2023, p. 1209)

“A concessão de uso especial para fins de moradia será conferida de forma gratuita ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil” (Art. 1º, § 1º, MP 2.220/2001). Porém, para que o indivíduo possa se beneficiar da concessão de uso especial para fins de moradia, faz-se necessária a comprovação do atendimento aos seguintes requisitos, conforme Carlos Roberto Gonçalves (2020, p. 657):

- a) posse até 22 de dezembro de 2016;
- b) ocupação pelo prazo de 5 anos;
- c) posse ininterrupta e sem oposição;
- d) imóvel localizado em zona urbana;
- e) ocupação para moradia do possuidor ou de sua família;
- f) imóvel público;
- g) possuidor não proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel rural ou urbano.

Quanto ao primeiro requisito, o texto original da Medida Provisória nº 2.220/2001 previa o prazo limite até 30/06/2001, mas a Lei nº 13.465/2017 alterou o dispositivo para considerar as ocupações ocorridas até 22/12/2016.

Em relação ao requisito da ocupação por cinco anos, o § 3º do artigo 1º da MP 2.220/2001 permite a *accessio possessionis*, ou seja, a soma das posses. Assim, o herdeiro legítimo continua, de pleno direito, na posse de seu antecessor, desde que já resida no imóvel por ocasião da abertura da sucessão.

A posse deve ser ininterrupta, ou seja, contínua, além de ser sem oposição, que é a posse mansa e pacífica. A continuidade da posse requer que o possuidor a tenha conservado de forma ininterrupta durante todo o tempo exigido e até o prazo limite estabelecido pela MP 2.220/2001. Essa posse deve ser efetivamente exercida pelo requerente, não sendo possível requerer a concessão de uso especial para fins de moradia em relação a imóvel cujo requerente não

ocupa por tê-lo alugado pra outra pessoa. Nesse sentido:

EMENTA. ADMINSITRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. IMÓVEL. BEM DA UNIÃO. CONCESSÃO DE USO ESPECIAL. MPNº 2.220/2001. PRODUÇÃO DE PROVA. DISPENSABILIDADE. NECESSIDADE DE TER O IMÓVEL COMO SE PROPRIETÁRIO FOSSE. CONTRATO DE LOCAÇÃO. NÃO RECONHECIMENTO DO DIREITO. IMPROVIMENTO DO RECURSO DE APELAÇÃO. (...) A Concessão de Uso Especial para fins de Moradia - CUEM é definida como o instrumento que reconhece o direito subjetivo à moradia, quando preenchidos os requisitos da Medida Provisória nº 2.220, de 4/9/2001. De plano, vê-se não assistir razão à apelante, posto que sua pretensão já esbarra no requisito legal que impõe a necessidade de o requerente “possuir como seu” o imóvel. Na hipótese dos autos, o fato de o imóvel ser alugado já infirma tal requisito, diante da exigência legal posta no sentido de que o ocupante deve possuir o imóvel como se proprietário fosse. (TRF5, 2017)

Em relação à falta de oposição, Gonçalves (2020, p. 721) destaca que “se o possuidor não é molestado, durante todo o tempo estabelecido na lei, por quem tenha legítimo interesse, ou seja, pelo proprietário, diz-se que a sua posse é mansa e pacífica”. O mesmo autor complementa que “providências extrajudiciais não significam, verdadeiramente, oposição”.

Quanto à localização do imóvel, a legislação limita esse tipo de concessão apenas para imóveis públicos urbanos. Não há, portanto, a possibilidade de concessão de uso especial de imóvel rural para fins de moradia. Percebe-se, assim, que o ocupante de imóvel rural público não pode se socorrer neste instituto a fim de legitimar a sua posse. Caso o possuidor ocupe imóvel rural particular, poderá obter a propriedade através da usucapião especial rural (art. 1.239, Código Civil) desde que preenchidos os requisitos estabelecidos por lei.

Em relação ao requisito de ocupação para fins de moradia, Gonçalves (2020, p. 259) entende pela possibilidade de relativização, de modo que “o exercício de um pequeno comércio não inviabilizará o acesso à concessão de uso, desde que comprovada a moradia pessoal e/ou familiar no mesmo local”.

Ademais, Tartuce (2017) defende que a interpretação do requisito referente à ocupação para moradia do possuidor e de sua família deve ser feita de forma atualizada, a fim de incluir as famílias homoafetivas.

O imóvel objeto dessa concessão deve ser público. “Cuidando-se de bem particular e ausente a boa-fé da ocupação, não há de se falar na aplicação do instituto da concessão de uso especial do imóvel para fins de moradia” (TJMG, 2021, ED-CV 1.0024.11.151533-4/003). Caso se trate de imóvel particular, o possuidor poderá adquirir a propriedade por usucapião, caso tenha preenchido os requisitos exigidos para a modalidade de prescrição aquisitiva pretendida.

Muito embora seja considerado bem público, “tratando-se de imóvel pertencente ao Sistema Financeiro de Habitação, não há possibilidade de aquisição de propriedade por usucapião em quaisquer de suas modalidades, tampouco é permitida a concessão de uso para fins de moradia” (TRF5, 2020, AC 0815631-60.2016.4.05.8100).

A concessão de uso especial para fins de moradia é um instituto que busca possibilitar a efetivação do direito à moradia, de modo que só pode beneficiar aqueles que não são proprietários de imóveis. Assim, “a concessão só é viável se os possuidores não forem proprietários ou concessionários, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural” (TARTUCE, 2017, p. 265).

Muito embora não mencionado por Gonçalves (2020) no rol acima transcrito, há ainda requisito referente à metragem, pois a área ocupada no imóvel não deve ter tamanho superior a 250 metros quadrados, conforme mencionado no artigo 1º da MP 2.220/2001. Caso a área ocupada no imóvel seja maior do que esse limite e sejam preenchidos os requisitos legais, poderá ser objeto da concessão de uso especial para fins de moradia coletiva, que será tratada a seguir.

Importante ressaltar que o tamanho limite é referente à área ocupada, não à área total do imóvel público. Isso porque “o art. 1º da Medida Provisória n. 2.220/2001 não limita o tamanho total do imóvel público, mas exclusivamente a parcela ocupada pelo possuidor” (STJ, 2015, AgRg no AREsp 333647 / RS).

Da Modalidade Coletiva da Concessão de uso Especial para fins de Moradia

Desde que preenchidos os demais requisitos referente à modalidade individual, será possível a concessão de uso especial para fins de moradia coletiva, quando o imóvel for superior a 250 metros quadrados, e a área total dividida pelo número de possuidores seja inferior a duzentos e cinquenta metros quadrados por possuidor (artigo 2º da MP 2.220/2001).

Nessa modalidade também se admite a soma das posses desde que ambas sejam contínuas (artigo 2º, § 1º da MP 2.220/2001).

Será atribuída igual fração ideal de terreno a cada possuidor, nunca superior a 250 metros quadrados, independentemente da dimensão do terreno que cada um ocupe, salvo hipótese de acordo escrito entre os ocupantes, estabelecendo frações ideais diferenciadas (artigo 2º, §§ 2º e 3º da MP 2.220/2001).

Procedimento para Obtenção da Concessão de uso Especial para Fins de Moradia. Da Transmissão e Extinção do Referido Direito

A concessão de uso especial para fins de moradia é feita pelo poder público e tem natureza de cessão de moradia próxima ao direito real de habitação. Por mais que suas características e requisitos se assemelhem aos da usucapião urbana, com esta não se confunde, pois o instituto recai sobre bens públicos, que não podem ser adquiridos por esse tipo de prescrição aquisitiva (TARTUCE, 2017). Ademais, a usucapião resulta na aquisição da propriedade, o que não ocorre na concessão de uso especial para fins de moradia.

Destaca-se que nem sempre será concedido o uso no mesmo imóvel já ocupado pelos beneficiários, pois no caso de a ocupação acarretar risco à vida ou à saúde dos ocupantes, o Poder Público garantirá ao possuidor o exercício do direito à moradia em outro local (artigo 4º da MP 2.220/2001).

O artigo 5º da MP 2.220/2001 traz outras cinco hipóteses onde o direito será exercido em imóvel diferente do já ocupado. Isso ocorrerá quando este for uso comum do povo; seja destinado a projeto de urbanização; seja de interesse da defesa nacional, da preservação ambiental e da proteção dos ecossistemas naturais; esteja reservado à construção de represas e obras congêneres; ou esteja situado em via de comunicação.

O título de concessão de uso especial para fins de moradia será obtido pela via administrativa, perante o órgão competente da Administração Pública ou, em caso de recusa ou omissão deste, pela via judicial, conforme previsto no artigo 6º da MP 2.220/2001. O § 1º do mesmo artigo prevê que no âmbito administrativo, “a Administração Pública terá o prazo máximo de doze meses para decidir o pedido, contado da data de seu protocolo”.

Destaca-se que, conforme mencionado, o artigo 6º da MP 2.220/2001 prevê que a via judicial só deve ser buscada em caso de recusa ou omissão da Administração. Ocorre que a jurisprudência não é pacífica nesse sentido. O Tribunal de Justiça de São Paulo, por exemplo, entende pela necessidade de esgotamento da via administrativa:

APELAÇÃO CÍVEL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. RIBEIRÃO PRETO. LEI MUNICIPAL QUE AUTORIZOU A DOAÇÃO DE BEM PÚBLICO IMÓVEL, À QUAL NÃO SE SEGUIU A FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO DE DOAÇÃO E O SUBSEQUENTE REGISTRO DESTA. DOAÇÃO NÃO CONCRETIZADA. MERA DETENÇÃO. OCUPAÇÃO IRREGULAR DE BEM PÚBLICO. (...) Não obstante, reconhecimento do direito à concessão de uso especial para fins de moradia que pressupõe prévio pedido administrativo. Pressuposto não cumprido. Inexistência de recusa ou omissão em relação a pedido administrativo, que justificasse a intervenção do Poder Judiciário. Precedentes. Recurso desprovido. Sentença mantida. (TJSP, 2023)

Já outros tribunais, como por exemplo o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, entendem pela desnecessidade de esgotamento da via administrativa:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ORDINÁRIA - MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE - CONCESSÃO DE USO ESPECIAL DE IMÓVEL PARA FINS DE MORADIA - INCLUSÃO NO PROGRAMA MUNICI-

PAL - ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA - DESNECESSIDADE - PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO - OBSERVÂNCIA - SENTENÇA CASSADA. 1. Em consonância com o princípio da inafastabilidade da jurisdição disposto no art. 5º, XXXV, da Constituição da República, não se deve exigir prévio requerimento ou esgotamento da via administrativa, como condição para o exercício do direito de ação. 2. Diante da exigência de esgotamento da via administrativa como fundamento único para extinção do feito, sem resolução de mérito, deve ser cassada a sentença, para que o processo tenha seu regular prosseguimento. (TJMG, 2022)

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por sua vez, possui decisões recentes em ambos os sentidos:

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRESSUPOSTOS. NÃO CONFIGURAÇÃO. MANIFESTA PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO. INADMISSIBILIDADE. DESPROVIMENTO. (...) 10. Acrescente-se, ainda, que a parte autora sequer solicitou o título de concessão de uso especial para fins de moradia perante o órgão competente da Administração Pública (Superintendência Patrimonial da União), consoante exigência do art. 6º da MP nº 2.220/01, que se mostra indispensável ao exercício do direito postulado, consoante entendimento adotado pelo TRF5: PROCESSO: 0806407-28.2017.4.05.8500, APELAÇÃO CÍVEL, DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO ROBERTO MACHADO, 1ª TURMA, JULGAMENTO: 16/12/2021. (TRF5, 2022)

EMENTA: APELAÇÃO. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. CONCESSÃO DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA. PROVA DA OCUPAÇÃO POR MEIO DE TESTEMUNHA. APELAÇÕES IMPROVIDAS. (...) 5. Primeiramente, a União alega que não haveria interesse de agir, em virtude de ausência de requerimento administrativo de concessão de uso especial para fins de moradia. No entanto, tendo em vista a contestação no presente processo, na qual a União impugna o direito pretendido, não obstante não haja notícia de requerimento administrativo prévio, já consubstancia negativa suficiente a configurar o interesse de agir. No mesmo sentido: PROCESSO Nº 0801003-07.2018.4.05.8000, Desembargador Federal Leonardo Resende (convocado), Terceira Turma, julgado em 29/05/2022. 6. Saliente-se ainda que o art. 6º da MP nº 2.220/2001 prevê que “O título de concessão de uso especial para fins de moradia será obtido pela via administrativa perante o órgão competente da Administração Pública ou, em caso de recusa ou omissão deste, pela via judicial.” A resistência da União em sede de contestação caracteriza a recusa, o que viabiliza sua concessão pela via judicial. (TRF5, 2022)

Percebe-se, assim, que diante dessa divergência, o ideal é requerer a concessão primeiro na via administrativa, a fim de evitar uma possível extinção do processo judicial por falta de interesse processual, o que acabaria por atrasar a efetivação do direito pleiteado.

Quanto à documentação necessária, o § 2º do artigo 6º da MP 2.220/2001 indica que o interessado deverá instruir o requerimento de concessão de uso especial para fins de moradia em imóvel da União ou dos Estados com certidão expedida pelo poder público municipal, que ateste a localização do imóvel em área urbana e a sua destinação para moradia do ocupante ou de sua família.

A concessão de uso especial para fins de moradia pode ser transmitida por ato *inter vivos* ou *causa mortis*, nos termos do artigo 7º da MP 2.220/2001. Assim, em vida o titular pode alienar seu direito de forma gratuita ou onerosa; falecendo, seu direito será transmitido aos herdeiros ou legatários. Quanto à transmissão *inter vivos*, só poderá ocorrer se todos os beneficiários concordarem, sob pena de anulação da concessão, conforme decidiu recentemente o Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - NULIDADE NEGÓCIO JURÍDICO C/C REINTEGRAÇÃO DE POSSE - BEM PÚBLICO DADO EM CONCESSÃO DE USO ESPECIAL DE MORADIA - ALIENAÇÃO A TERCEIRO - IMPOSSIBILIDADE. - A concessão de uso especial, para fins de moradia, traduz-se por meio de uma política pública com o objetivo maior de concretizar o direito social da moradia (art. 6º, CF). Porém, não se trata de um direito em que o beneficiário possa dispor livremente do bem que recebeu com essa finalidade, ou seja, o contrato de concessão de uso pode e deve regulamentar seu uso. - Constatado o desvio de finalidade do bem, com a alienação do imóvel a terceiro em prejuízo de um dos beneficiários que não teve ciência nem consentiu com a alienação que, no caso, se mostra vedada, deve ser anulado o negócio jurídico e restabelecida a posse do beneficiário da concessão, independentemente da boa-fé do terceiro adquirente do imóvel. (TJMG, 2023)

É possível a partilha de direitos sobre concessão de uso de bem público ao fim do casamento ou união estável dos beneficiários. Nesse sentido decidiu a quarta turma do Superior Tribunal de Justiça ao julgar o REsp nº 1.494.302/DF:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. PARTILHA DE DIREITOS SOBRE CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO. POSSIBILIDADE. 1. Na dissolução de união estável, é possível a partilha dos direitos de concessão de uso para moradia de imóvel público. 2. Os entes governamentais têm-se valido da concessão de uso como meio de concretização da política habitacional e de regularização fundiária, conferindo a posse de imóveis públicos para a moradia da população carente. 3. A concessão de uso de bens para fins de moradia, apesar de, por ela, não se alterar a titularidade do imóvel e ser concedida, em regra, de forma graciosa, possui, de fato, expressão econômica, notadamente por conferir ao particular o direito ao desfrute do valor de uso em situação desigual em relação aos demais particulares. Somado a isso, verifica-se, nos normativos que regulam as referidas concessões, a possibilidade de sua transferência, tanto por ato *inter vivos* como *causa mortis*, o que também agrega a possibilidade de ganho patrimonial ao mencionado direito. 4. Na hipótese, concedeu-se ao casal o direito de uso do imóvel. Consequentemente, ficaram isentos dos ônus da compra da casa própria e dos encargos de aluguéis, o que, indubitavelmente, acarretou ganho patrimonial extremamente relevante. 5. Recurso especial não provido. (STJ, 2017)

Diante de todo o exposto, percebe-se que a concessão de uso especial para fins de moradia passa a integrar o patrimônio dos beneficiários, podendo portanto ser transmitida por atos *inter vivos* ou *causa mortis*.

O artigo 7º da MP 2.220/2001 traz duas hipóteses de extinção do direito de concessão de uso especial para fins de moradia: se o concessionário der ao imóvel destinação diversa da moradia para si ou para sua família; ou se o concessionário adquirir a propriedade ou a concessão de uso de outro imóvel urbano ou rural.

Em qualquer das duas hipóteses, a extinção será averbada no cartório de registro de imóveis, por meio de declaração do Poder Público concedente (artigo 7º, parágrafo único, MP 2.220/2001).

Considerações Finais

Por todo o exposto, verifica-se que a concessão de uso especial para fins de moradia é um instituto de direito civil que busca assegurar o direito fundamental social à moradia àqueles que cumprem os seus requisitos que estão estabelecidos na Medida Provisória 2.220/2001.

Em que pese a sua inegável relevância, que foi abordada nesta pesquisa, o instituto não está imune a críticas, pois apresenta algumas limitações que acabam por privar algumas pessoas de exercê-lo.

Uma das limitações é o marco temporal da ocupação, pois o prazo que era 30/06/2001 foi estendido até 22/12/2016 pela Lei nº 13.465/2017, de modo que quem passou a exercer a posse após esse período não pode ser beneficiado. Ou seja, a menos que haja uma nova alteração ampliando o prazo, aqueles que passaram a ocupar para moradia imóvel público urbano nos últimos 7 anos continuarão desamparados.

Outra limitação é a aplicação restrita a imóveis urbanos, o que faz com que aqueles que ocupem para moradia imóveis públicos rurais não possam regularizar através desse tipo de concessão a posse exercida.

Diante disso, a legislação referente a esse instituto deve ser atualizada, a fim de possibilitar que mais pessoas sejam beneficiadas e assim o direito social à moradia possa ser constantemente promovido e alcance mais cidadãos.

Referências

BRASIL. **Medida Provisória Nº 2.220, de 4 de setembro de 2001**. Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU e dá outras providências. Disponível em: < 2220 (planalto.gov.br)>

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002** Institui o Código Civil. Disponível em: <L10406compilada (planalto.gov.br)>

BRASIL. **Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007**. Dá nova redação a dispositivos das Leis nos 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, 9.514, de 20 de novembro de 1997, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, 1.876, de 15 de julho de 1981, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências. Disponível em: < Lei nº 11.481 (planalto.gov.br)>

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil: contratos em espécie - direito das coisas esquematizado** - Coleção esquematizado ®. Volume 2 - 8. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. – 16. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021. (Série IDP)

STJ, **REsp n. 1.494.302/DF**, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 13/6/2017, DJe de 15/8/2017.

STJ, **AgRg no AREsp n. 333.647/RS**, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 10/2/2015, DJe de 19/2/2015

TARTUCE, Flávio. **Direito civil, v. 4: Direito das Coisas**. – 9. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.

TJMG, **Apelação Cível 1.0000.22.255520-3/001**, Relator(a): Des.(a) Evandro Lopes da Costa Teixeira , 17ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 01/03/2023, publicação da súmula em 02/03/2023

TJMG, **Embargos de Declaração-Cv 1.0024.11.151533-4/003**, Relator(a): Des.(a) Maurício Soares , 3ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 25/02/2021, publicação da súmula em 09/03/2021

TJMG, **Apelação Cível 1.0024.15.185539-2/003**, Relator(a): Des.(a) Afrânio Vilela , 2ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 05/07/2022, publicação da súmula em 06/07/2022

TJSP, **Apelação Cível 1000226-32.2017.8.26.0506**; Relator (a): Heloísa Mimiessi; Órgão Julgador: 5ª Câmara de Direito Público; Foro de Ribeirão Preto - 2ª Vara da Fazenda Pública; Data do Julgamento: 07/12/2023; Data de Registro: 07/12/2023

TRF5, **Apelação Cível 0011356-59.2011.4.05.8300**, Relator Desembargador Federal Leonardo Augusto Nunes Coutinho, 7ª Turma, Julgamento: 31/10/2023

TRF5, **Apelação Cível 0800303-20.2017.4.05.8500**, Relator Desembargador Federal Fernando Braga Damasceno, 3ª Turma, Julgamento: 01/09/2022

TRF5, **Apelação Cível 0815631-60.2016.4.05.8100**, Relatora Desembargadora Federal Isabelle Marne Cavalcanti De Oliveira Lima (convocada), 4ª Turma, Julgamento: 19/05/2020.

TRF5, **Apelação Cível 0802889-08.2013.4.05.8100**, Relator Desembargador Federal Carlos Wagner Dias Ferreira, 2ª Turma, Julgamento: 21/11/2017.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: reais**. – 23. ed. – Barueri [SP]: Atlas, 2023.

CAPÍTULO 7

CONTEXTO HISTÓRICO E EVOLUÇÃO COOPERATIVISMO BRASILEIRO: UMA ABORDAGEM SOBRE O DESENVOLVIMENTO DAS COOPERATIVAS DO RAMO AGROPECUÁRIO

Vinícius de Jesus Ferreira

Vitor Kochhann Reisdorfer

Carlos Eduardo Crispim de Oliveira Ramos

Doi: 10.48209/978-65-5417-435-7

Introdução

O cooperativismo é uma das formas de ação coletiva mais desejadas pelos atores sociais que atuam no campo do desenvolvimento, quer seja ele com enfoque econômico ou social (Schneider; Tomazzoni, 2022, p. 1). Neste sentido, torna-se essencial destacar que o cooperativismo “desde a revolução industrial foi visto como processo de transformação da sociedade, podendo ser conceituado como doutrina econômica que ampara a associação livre e autônoma de pessoas em prol de interesses comuns” (Silveira; Fonseca; Chelchi, 2022, p. 1).

“O cooperativismo vem se firmando cada vez mais como um movimento de múltiplos aspectos, que se projeta nas dimensões econômicas, sociopolíticas e cultural da sociedade”. (Büttenbender, et al., 2011, p. 201). Pois, trata-se de “um fenômeno de amplitude universal ligado a uma forma de organização empresarial, pautada numa legislação específica e num conjunto doutrinário e

filosófico, através da qual estão ordenados os seus valores e princípios” (Pires, 2004, p. 36).

As cooperativas são definidas como uma sociedade de natureza civil, constituída por no mínimo 20 pessoas que tenha os seus objetivos comuns, unidas pela cooperação e ajuda mútua, onde a gestão é realizada de forma democrática e participativa, sendo que uns dos principais objetivos de uma cooperativa é realizar atividades que estejam ligadas aos contextos sociais e econômicos.

Diante deste aspecto, Santos e Deus, (2017, p1) reafirmam as abordagens anteriores ao definirem uma cooperativa como “um conjunto que se organizam e administram empresas econômicas, se dá por meio da ajuda mútua, tem como objetivo satisfazer necessidades, também visa contribuir com uma atividade econômica”.

Contextualizando o que diz as abordagens anteriores as cooperativas são definidas como formas de organização que atuam em diversos segmentos referentes ao trabalho, produção, e se sobressaem pelas diversidades que ocorrem nas atividades que são realizadas, pois as mesmas oferecem para a sociedade bens e serviços que atuam com objetivo de proporcionar como premissas a ascensão ao desenvolvimento econômico, sendo a sua principal ferramenta a união entre os homens/mulheres, tendo esse, seu capital mais valioso, pois no campo do cooperativismo o bem estar humano está acima de qualquer capital/recursos financeiro. Diante disso lutar coletivamente através da participação democrática, a solidariedade e a gestão autônoma, de maneira estratégica e positiva posiciona o cooperativismo com maior potência atualmente devido ao seu crescimento que cada dia tem sido notado (Gonçalves; Rangel; Araújo, 2018)

As cooperativas são divididas em três graus de classificações que contextualizam e definem a função e método de representatividade que cada grupo, no entanto o Senar (2019) exemplifica e traz o objetivo de cada um dos tipos de cooperativas, conforme serão descritas em sequência.

Se referindo às cooperativas de 1º Grau ou Singulares é possível destacar nesta abordagem que elas têm como principal objetivo prestar serviço aos associados de forma direta; são constituídas no mínimo com 20 pessoas além de permitirem a adesão de pessoas jurídicas que realizam as mesmas atividades, ou até mesmo as atividades complementares.

Já as cooperativas de 2º Grau que também são conhecidas como Federação que tem como objetivo unir de forma organizada, os serviços de outras cooperativas, com o intuito de melhorar positivamente a sua representatividade; uma importante constatação a ser destacado é que as federações de cooperativas são constituídas no mínimo por três cooperativas e admitem em caráter excepcional pessoas físicas nas suas atuações.

Por fim, existem as cooperativas classificadas como de 3º Grau que também são denominadas por confederação onde unem de forma organizada os serviços que são realizadas em outras federações, aumentando sua visibilidade e representação setorial e Constituída no mínimo com uma quantidade de três cooperativas ou federações.

Para uma melhor compreensão este artigo está dividido em cinco seções, inicialmente pela introdução, seguido pela segunda seção com a método do estudo realizado, no terceiro apresenta-se o contexto histórico e evolução do cooperativismo brasileiro, na quarta seção contextualiza uma análise do ramo agropecuário e sua evolução nos últimos anos e pôr fim a quinta seção com as considerações finais.

Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa possui um caráter bibliográfico com as abordagens de diversos autores sobre o contexto histórico e evolução do cooperativismo, neste estudo será apresentado os dados fornecidos pelo anuário do cooperativismo brasileiro que são revelados pela OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) onde utilizamos informações referentes aos estados que são frutos

deste estudo fazendo uma análise comparativa entre os anos de 2019, 2020, 2021 e 2022.

Através das análises dos dados será possível compreender diferenças que ocorreram nos estados da Bahia e Rio Grande do Sul, nos últimos anos, o que possibilitou realizar neste estudo uma análise comparativa entre ambos estados.

Para a análise dos dados coletados na pesquisa foi utilizado um aplicativo que contribuiu para os trabalhos acadêmicos na criação de planilhas e gráficos e cálculo de percentuais que dialogam ao longo do estudo o Microsoft Excel, onde através dos dados apresentados podemos perceber as diferenças entre os dois estados.

Se tratando da pesquisa bibliográfica Sousa; Oliveira; Alves (2021) destacam que para a realização deste método de pesquisa, o pesquisador tem que realizar algumas atividades com dedicação para elaboração de um bom trabalho como a leitura, além de refletir e escrever o sobre o assunto em que está sendo estudada, pois o pesquisador deve se dedicar ao estudo para aprimorar em suas abordagens nos fundamentos teóricos do trabalho. Nesse sentido é essencial que o pesquisador organize as obras que contribuirão para a construção da pesquisa. Os autores ainda definem em suas análises que este modelo de pesquisa realiza o levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que irá direcionar as abordagens que irão compor o trabalho científico, para isso, deve haver uma análise aprofundada pelo pesquisador que irá executar o trabalho científico.

Contexto Histórico e Evolução do Cooperativismo Brasileiro

As abordagens sobre a origem do cooperativismo tornam-se importante para a realização desta pesquisa, pois as cooperativas contribuem como novas alternativas para o alcance do desenvolvimento econômico e social dos países, porém nas abordagens a seguir apresentaremos a história do cooperativismo

brasileiro, pois o principal objetivo desta seção, onde apresentaremos a evolução que o movimento cooperativista veio adquirindo no decorrer dos anos no país e a sua contribuição na diminuição das desigualdades socioeconômicas enfrentadas pelos brasileiros.

É crucial refletir neste estudo sobre a definição do cooperativismo e nesta abordagem Biscaro; Hernandes; Santos, (2020) atuam em sua pesquisa definindo como um sistema cooperativo que atuam na produção de diversas atividades, assim como consumo e crédito sendo baseado na união e na autonomia das pessoas que fazem parte desse sistema. Deste modo, esse meio visa eliminar os desafios sociais causados pelo excesso de intermediação capitalista.

No início do surgimento do cooperativismo no Brasil as primeiras cooperativas que surgiram eram compostas geralmente por funcionários públicos, militares, profissionais liberais que coletivamente buscavam alternativas com o intuito de atender melhor suas necessidades e principais desafios.

Inicialmente torna-se importante destacar que nesta seção que “o cooperativismo nasceu em meio a pequenas atitudes e com o passar dos anos, vem se fortalecendo” (Holz, et al, 2017, p.3).

Diversas pesquisas demonstram que a primeira cooperativa que surgiu diante do contexto histórico foi um grupo composto por 28 tecelões, sendo 27 membros do sexo masculino e 1 do sexo feminino que constituíram a primeira cooperativa do ramo de consumo em Rochdali, na Inglaterra, no ano de 1844, com o principal intuito de superar os desafios enfrentadas através da ajuda mútua. Neste sentido é possível ressaltar que “a ideia dos 28 pioneiros prosperou. Quatro anos após sua criação, a cooperativa já contava com 140 membros. Doze anos depois, em 1856, chegou a 3.450 sócios com um capital social que pulou de 28 libras para 152 mil libras” (Sicoob, 2022).

Neste modo, por ser uma cooperativa de consumo naquele período o objetivo da Cooperativa dos Tecelões de Rochdale era reduzir os custos de aquisição de bens de primeira necessidade e repassá-los aos seus membros durante

o momento em que ocorria a Revolução Industrial, quando as condições de sobrevivência do proletariado britânico eram precárias e não se havia boas condições de trabalho naquela época (Silveira e Anjos, 2022).

De acordo com Biscaro; Hernandes; Santos, (2020) o surgimento das primeiras cooperativas iniciou no século XIX, na Europa, para uma melhor afirmação na Inglaterra, e como diversos estudos demonstram tudo iniciou contra às consequências do capitalismo industrial com a intenção de contrapor-se ao sistema socioeconômico dominante em que as pessoas naquele período enfrentavam inúmeros desafios e a coletividade passou a ser uma nova alternativa para a sociedade.

Se referindo às origens do cooperativismo no Brasil o estudo realizado por Anjos, (2012) destaca que surge desde os períodos dos primórdios da colonização portuguesa, onde iniciou novas experiências esparsas e efêmeras de pré-cooperativas. A autora ainda destacou que entre o período dos séculos XVII e XIX destaca-se o regime dos Quilombos, que foram liderados por escravos(as) que vieram fugidos(as) das grandes fazendas, que desenvolviam a agricultura e a pecuária através de um sistema de associativismo pleno que se trata de um meio cooperativo, pois “as povoações quilombolas organizavam-se em unidades mais ou menos autossuficientes na produção e consumo, mantendo autonomia política” (Anjos, 2012, p. 33).

As primeiras discussões referentes ao processo de organização do cooperativismo surgiram com o objetivo de uma sociedade mais justa e igualitária, se inicia com a revolução industrial, a partir do século XVIII onde os trabalhadores iniciam os trabalhos nas fábricas em condições precárias (Nunes e Foschiera, 2017, p. 228).

De acordo com o Sistema Ocesp (2021) a primeira cooperativa instalada no Brasil, foi a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, fundada em 27 de outubro de 1889 em Minas Gerais onde o principal objetivo era o consumo de produtos agrícolas. No entanto, a iniciativa

começou a se difundir em outras regiões de Minas Gerais e em vários outros estados, como Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, iniciando assim uma nova realidade para a superação das desigualdades enfrentadas pela classe que viviam em situações de pobreza no Brasil.

Tabela 1- primeiras cooperativas fundadas oficialmente no país.

<i>INÍCIO DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO</i> <i>PRIMEIRAS COOPERATIVAS FUNDADAS OFICIALMENTE NO PAÍS</i>	
Ano de Fundação	Ramo de atuação/ local de fundação
1891	Cooperativa de consumo em Limeira, São Paulo.
1895	A Cooperativa de Consumo de Camaragipe, em Pernambuco
1902	Cooperativas de Crédito, no Rio Grande do Sul.
1894	A Cooperativa Militar de Consumo, Distrito Federal no Rio de Janeiro.
1897	Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista em Jundiaí.
1906	Surgimento das cooperativas de produção agropecuária no Rio Grande do Sul.

Fonte: Adaptado de Anjos (2012)

Conforme é revelado através da tabela acima as primeiras cooperativas oficialmente fundadas no país foram de consumo, logo após vieram o surgimento das cooperativas de crédito no estado do Rio Grande do Sul, depois surgiram as cooperativas do ramo agropecuário também no estado do Rio Grande do Sul o que contribuiu para que novas cooperativas fossem surgindo e contribuindo com a superação das desigualdades socioeconômicas no país.

Se tratando do reconhecimento atribuído oficialmente as cooperativas a legislação do cooperativismo brasileiro só adquiriu uma maior importância a partir do ano de 1932, com a edição do Decreto Federal de número 22.239, que atribui uma vasta liberdade à constituição e ao funcionamento das cooperativas no Brasil, sendo de fato, a primeira lei que constituiu e compôs o cooperativis-

mo brasileiro. Um outro fator histórico que marcou a história no movimento cooperativista foi no governo de Getúlio Vargas entre os anos de (1930-1945) onde houve o incentivo a formação de cooperativas agrícolas que atuasse na produção de trigo e soja, porém entre as décadas de 60 e 70, as mesmas alcançaram seu ponto máximo em função das altas cotações da soja no mercado internacional o que contribuiu para o desenvolvimento e valorização das cooperativas (Marra, 2016).

De acordo com as reflexões de Anjos, (2012) ressalta-se que a partir da década de 1970 a 1980, desenvolveram-se cooperativas agropecuárias, se destacando as regiões Sul e Sudeste onde acaba sendo o destaque a presença de muitas pequenas e médias e propriedade familiar e a região cacaueteira do Nordeste. Nesse sentido, é possível contextualizar que essa expansão se deve a uma parcela significativa das ações diretas que ocorreu no governo nos níveis de escala estadual e federal que visavam aumentar a produção agrícola e satisfazer as necessidades de uma população crescente; por outro, a agricultura que estava ligada com a exportação. Diante dessa perspectiva, outro elemento considerado singular apontado no estudo pela autora “foi a sua vinculação a um só organismo federal, o Ministério da Agricultura, que oportunizou uma política de desenvolvimento cooperativista mais uniforme para esse tipo de cooperativa em detrimento dos demais” (p. 37).

Cooperativismo Agropecuário em Dados: Uma Análise da Evolução entre os Anos de 2019 a 2022

O cooperativismo agropecuário é o ramo que agrega produtores rurais e tem a missão de promover o desenvolvimento comunitário levando a prosperidade nas comunidades rurais onde estes produtores estão inseridos, além de ter uma grande representação dos negócios rurais brasileiros. No entanto a OCB ainda destaca que este ramo tem a capacidade de promover ganho de escala, organização produtiva além de contribuir com a comercialização não somente

dos grandes como dos médios e pequenos agricultores, uma importante constatação é a presença deste ramo no PIB (Produto Interno Bruto) do agronegócio brasileiro no ano de 2022 havendo a participação de 24,9% PIB total do Brasil, revelando a força e grande influência econômica que há no desenvolvimento do país. (Ocb, 2023).

Farias e Gil (2013) destacam que o ramo agropecuário é um dos ramos com maior número de cooperativas e associados no Brasil, pois os dados pela OCB reafirmam esta afirmação dos autores, mesmo sendo analisada a dez anos atrás, isso só confirma a importância do cooperativismo agropecuário no desenvolvimento do país. Sob esta perspectiva é possível afirmar que “As cooperativas agropecuárias favorecem a geração de rendas e empregos, além de permitir a concorrência com empresas” (Chagas e Santos, 2017, p, 01).

Santos e Deus (2017) contextualizam que as cooperativas agropecuárias, apresentam dois tipos de dimensões sendo elas a econômica e social. Em relação à dimensão econômica os autores afirmam que este método tem o melhoramento de renda dos cooperados, assim melhorar a forma de disponibilizar os produtos e serviços para o consumidor, já na questão da dimensão social os agricultores tem uma ótima importância, pois os mesmos passam a fazer parte e contribuir com as atividades que são realizadas pela organização a qual faz parte.

Como este estudo é voltado ao cooperativismo agropecuário, a primeira cooperativa agropecuária fundada no Brasil foi a Società Cooperativa delle Convenzioni Agricoli, fundada no estado do Rio Grande do Sul, na região de Veranópolis, no ano de 1892. uma importante constatação é que este estado faz parte deste estudo. Diante do contexto histórico a região sul recebeu uma enorme influência do cooperativismo isso ocorreu devido aos imigrantes europeus e asiáticos, iniciando assim o fortalecimento da cultura do cooperativismo.

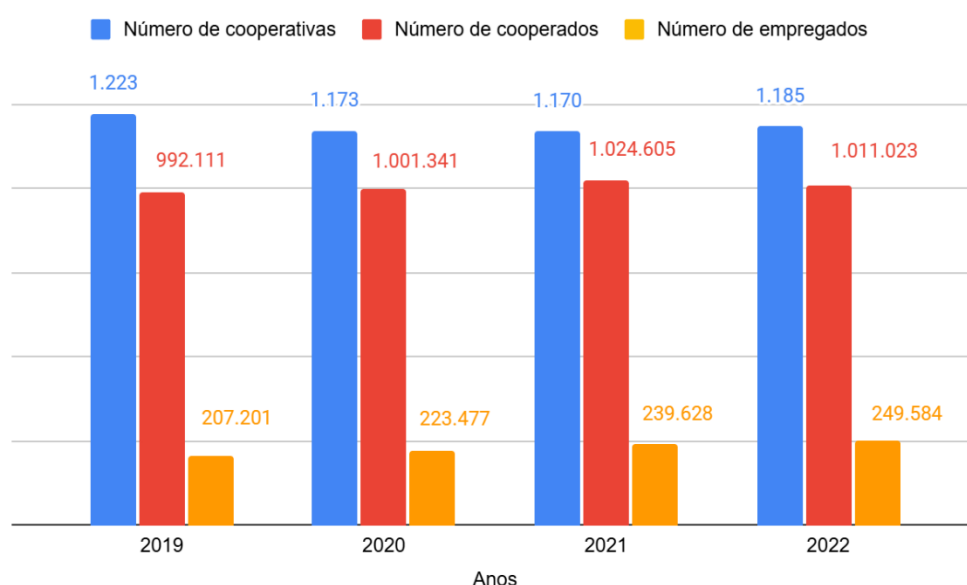
Através dos dados divulgados pelo anuário do cooperativismo da OCB será apresentado a evolução que ocorreram no campo do cooperativismo agro-

pecuário no país nos últimos dois anos, portanto em seguida será apresentado os números de cooperativas, de cooperados e de empregados, destacando os resultados no Brasil e dos estados da Bahia e do Rio Grande do Sul que são frutos desta pesquisa.

O ramo agropecuário realiza as atividades do setor agrícola como extrativista, agroindustrial, pesqueira etc. realizando práticas de compras, comercialização armazenamento da produção dos cooperado, sendo assim composto por agricultores, trabalhadores que atuam na agropecuária e com a mudança que houve com a resolução nº 56/2019, da OCB o acréscimo de cooperativas de alunos de escolas técnicas de produção rural.

Chagas e Santos (2017) refletem em sua pesquisa que as cooperativas pertencentes ao ramo agropecuário são empreendimentos contribuem de maneira positiva para a balança comercial que ocorre no país.

Gráfico 1- Dados do cooperativismo do ramo agropecuário no Brasil



Fonte: Anuário OCB (2023).

Ao examinar os dados fornecidos pelo anuário do cooperativismo os números de cooperativas do ramo agropecuário no Brasil houve mudanças entre os anos de 2019 até 2022, porém quando analisamos os percentuais com os dados com o número de cooperativas entre os quatros anos citados anteriormente

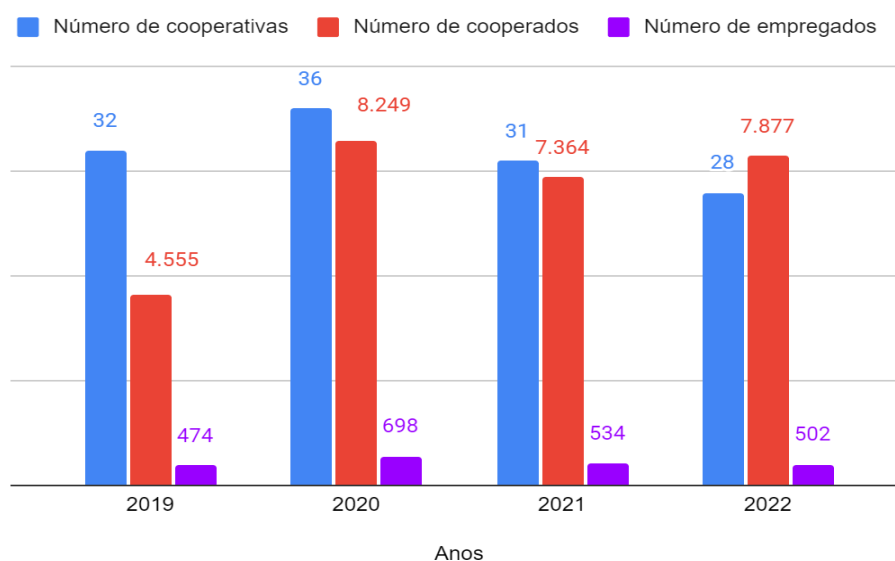
houve algumas reduções no ano de 2019 (25,7%), no ano de 2020 reduziu para (24,7%), já em 2021 (24,6%) quando analisamos o ano de 2022 o percentual começa a ter um aumento passando para (24,9%).

O número de cooperados aumentou também sofre mudanças e alterações onde em 2019 (24,7%) e veio a aumentar em 2020 (24,9%), 2021 (25, 5%), porém no ano de 2022 houve uma redução quando comparamos ao ano de 2021, passado a (24,9%).

Reafirmando a importância do cooperativismo agropecuário para geração de emprego e renda no Brasil que os dados demonstram que a quantidade de empregados houveram aumentos no decorrer dos quatros anos em 2019 (22,5%), já em 2020 aumentou para (24,3%), no entanto em 2021 (26,0%) e em 2022 os dados ainda ficaram melhores passando para (27,1%), pois de acordo com os dados é possível perceber que por mais que houve uma redução no número de cooperativas, e oscilações no número de cooperados, o de empregados aumentaram o que reforça a importância do cooperativismo agropecuário nas disponibilidades de empregos fornecidos para os brasileiros.

A gráfico 2 em sequência demonstra os dados do cooperativismo no estado da Bahia entre os anos de 2019 a 2022 conforme destacado abaixo.

Gráfico 2- Dados do cooperativismo do ramo agropecuário na Bahia



Fonte: Anuário OCB (2023).

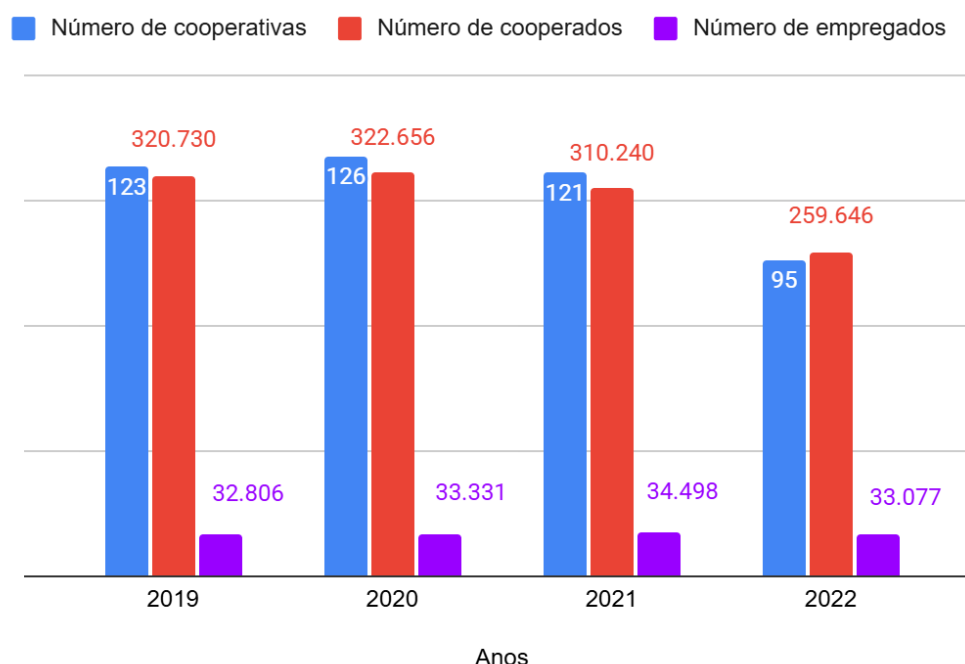
Os dados fornecidos pelo anuário do cooperativismo os números de cooperativas do ramo agropecuário no estado da Bahia houve mudanças entre os anos de 2019 até 2022, porém quando analisamos os dados com o número de cooperativas entre os anos citados anteriormente é possível afirmar que houve uma redução, pois no ano de 2019 (25,2%), em 2020 os percentuais aumentam para (28,3%), no ano de 2021 esse dado reduz para (24,4%) chegando a 2022 com os dados ainda menores em relação aos outros anos passando para (22,0%).

A quantidade de cooperados houve oscilações entre os anos em 2019 tinha (16,2%), já no ano de 2020 (29,4%), no ano de 2021 reduziu para (26,3%) no ano de 2022 os dados deram um sinal de aumento para (28,1%), porém quando comparados ao ano de 2020 estes dados ainda são reduzidos.

Quando analisamos a quantidade de empregados houve oscilações nos dados, pois é possível perceber que por mais que houve uma redução no número de cooperativas, o número de empregados em 2019 (21,5%) havendo um aumento para (31,6) no ano de 2020 porém no ano de 2021 esse número reduz para (24,2%) e em 2022 cai para (22,7%) reforçando assim a importância do cooperativismo agropecuário no estado da Bahia e que novas estratégias devem ser adotadas para melhorar os dados o cooperativismo do ramo agropecuário do estado.

Em sequência apresentamos o gráfico 3 demonstrando os dados do cooperativismo no estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 2019 a 2022.

Gráfico 3- Dados do cooperativismo do ramo agropecuário no Rio Grande do Sul



Fonte: Anuário OCB (2023).

De acordo com o anuário do cooperativismo da OCB os números de cooperativas do ramo agropecuário no estado do Rio Grande do Sul houve mudanças entre o decorrer dos anos de 2019 até 2022, os dados demonstram que o número de cooperativas teve uma redução em 2019 os dados demonstram (26,5%), porém no ano de 2020 aumentou para (27,1%), no ano de 2021 os percentuais reduziram para (26,0%) e em 2022 reduz ainda mais para (20,4%).

Assim como a quantidade de cooperativas, o número de cooperados também houve redução em 2019 somava (26,4%), no ano de 2020 aumentou (2%) passando para (26,6%), no ano de 2021 esse número cai para (25,6%) e no ano de 2022 reduz mais ainda para (21,4%).

A quantidade de empregados houve oscilações entre os dados demonstra que no ano de 2019 tinha (24,5%), no ano de 2020 aumentou para (24,9%), em 2021 subiu para (25,8%), já no ano de 2022 os dados reduzem para (24,7%) se comparado ao ano de 2019 há pouca diferença no aumento, porém reafirma a importância de cada vez mais incentivar o cooperativismo para o alcance de desenvolvimento nas comunidades rurais.

Considerações Finais

Este estudo buscou demonstrar a história e evolução do cooperativismo brasileiro a partir dos dados fornecidos pela Organização das Cooperativas Brasileiras referentes às cooperativas agropecuárias dos estados da Bahia e Rio Grande do Sul e a partir dos dados realizar uma análise comparativa do desenvolvimento do cooperativismo no decorrer dos últimos quatro anos em ambos estados.

No entanto é possível destacar nesta pesquisa que nos últimos quatro anos com os dados da OCB é possível perceber no estado da Bahia é possível perceber que houve uma redução no número de cooperativas associadas a OCB, o número de cooperados e empregados aumentaram e no estado do Rio Grande do Sul houve uma redução no número de cooperativas associadas a OCB, e nos números de cooperados, pois o número de empregados aumentou. Através dos dados percebe-se que por mais que tenha ocorrido a diminuição nos números de cooperativas e cooperados o número de empregos pelas cooperativas dos estados que são frutos dessa pesquisa aumentaram o que reforçando a importância do cooperativismo agropecuário pelos empregos que são fornecidos para a população brasileira.

Por fim, é possível destacar que os dados analisados nesta pesquisa contribuirão para caracterizar a realidade do cooperativismo agropecuário a partir das cooperativas que estão filiadas à OCB na Bahia e no estado do Rio Grande do Sul.

Referências

ANJOS, E. G. **Práticas e sentidos das cooperativas de trabalho: um estudo a partir da economia solidária**. Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Doutorado em Ciências Sociais, 2012.

BISCARO, C; HERNANDES, J. F. M.; SANTOS, L. M. L. **Cooperativismo: estudo comparativo entre diferentes modelos mundiais e o brasileiro**. Congresso Internacional de Administração ADM, Ponta Grossa-PR, 2020.

BÜTTENBENDER, P. L; ZAMBERLAN, L; DREWS, G. A; MENEGAZZO, E. F; BÜTTENBENDER, B. N; GRAEF, C. E. Estudos sobre cooperativismo: contribuições das monografias de pós-graduação. In BÜTTENBENDER, P. L (Orgs), Gestão de cooperativas: fundamentos, estudos e práticas. Unijuí, Editora Unijuí, 2011.

CHAGAS, V. F; SANTOS, J. A. G. **Contribuição de cooperativas agropecuárias brasileiras às exportações no período de 2010 a 2016**. XVI Semana de Economia e II Encontro de Egressos de Economia da UESB, Vitória da Conquista, Bahia, 2017.

FARIAS, C. M; GIL, M. F. **Cooperativismo**. Pelotas/RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia; Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, Rede e-Tec, 2013.

GONÇALVES, C. S; RANGEL, L. H. V; ARAÚJO, R. B. **Gestão e autogestão cooperativista: Um Estudo de Caso na Cooperativa de Trabalho COOM-SER**. II encontro internacional de gestão desenvolvimento e inovação. Naviraí-MS, 2018.

HOLZ, A; GESSI, N. L; MELCHIOR, C; ROCKENBACH, D. A; ZANINI, R. R. **A influência do atendimento para satisfação e fidelização de associados em cooperativa de crédito**. Revista de Gestão e Organizações Cooperativas, Santa Maria, Vol. 4, N°7, p. 01-20, 2017.

MARRA, A. V. História do cooperativismo. E-Tec Brasil, 2016. Disponível em: https://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/578/Aula_02.pdf?sequence=7&isAllowed=y. Acesso em: 11 de nov. 2023.

NUNES, J. B; FOSCHIERA, A. A. Cooperativismo: o processo histórico do cooperativismo e a visão do estado brasileiro, Revista Humanidades e Inovação v.4, n. 5 – 2017.

OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras. **Anuário do cooperativismo, 2023**. Disponível em: <https://anuario.coop.br/ramos/agropecuário>. acessado em 01/12/2023.

PIRES, M. L. L. S. O cooperativismo agrícola em questão. Editora Massangana, Recife, 2004.

SANTOS, M. G; DEUS, C. F. A importância das cooperativas agropecuárias na economia. REVISTA CIENTÍFICA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS APLICADAS DA FAIT. n. 2. novembro, 2017

SENAR. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Organizações coletivas no meio rural: associativismo e cooperativismo, Brasília Senar, 2019, 112 p. (Coleção Senar, 259).

SCHNEIDER, S; TOMAZZONI, G. C. Cooperativismo na agricultura brasileira: uma breve caracterização dos estabelecimentos agropecuários associados a cooperativas no Brasil. Anais do XII EILAC Encontro de Pesquisadores Latinos- Americanos do Cooperativismo. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/anais/588548.pdf>. Acesso em: 11 de nov. 2023.

SICOOB Sistemas de cooperativas financeiras do Brasil. Disponível em: https://www.sicooob.com.br/web/sicooobcentralscrs/noticias/-/asset_publisher/xAioIawpOI5S/content/id/92452002. Acesso em: 29/10/2023.

SILVEIRA, D. F; ANJOS, F. S. Cooperativismo e inclusão social: o caso dos mercados institucionais no Sul do Brasil. DRd - Desenvolvimento Regional em debate, v. 12, p. 91-109, 31 mar. 2022. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v12.3547>

SILVEIRA, S; FONSECA, E; CHECHI, L. Educação cooperativista como prática para o desenvolvimento comunitário. Anais do XII EILAC Encontro de Pesquisadores Latinos- Americanos do Cooperativismo. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/anais/587825.pdf>. Acesso em: 11 de nov. 2023.

SISTEMA OCESP. História, 2021. Disponível em: <https://www.sistemaocespp.coop.br/?a=pagina&c=2>. Acesso em: 21 de out. 2023.

SOUSA, A. S; OLIVEIRA, G. S; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos, Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.64-83/2021.

CAPÍTULO 8

OS IMPACTOS DO ÊXODO RURAL NA PRODUÇÃO LEITEIRA E O PAPEL DO COOPERATIVISMO NO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DAS MISSÕES-RS

Vinícius de Jesus Ferreira

Vitor Kochhann Reisdorfer

Doi: 10.48209/978-65-5417-435-8

Introdução

A atividade leiteira no Brasil é vista como uma atividade que possui uma grande importância para os consumidores e também para os agricultores, principalmente os que estão inseridos/as na dinâmica da agricultura familiar em diferentes regiões, estados, territórios e municípios, gerando oportunidade de trabalho para as famílias e produção de renda para a sustentação das necessidades das pessoas do meio rural.

Ainda se tratando do setor lácteo brasileiro, Carvalho (2024) apresenta que este setor vem passando por sensíveis transformações tecnológicas e, nesse ambiente, é possível observar que há um aumento da competitividade, com mais produtividade entre produtores que possuem uma produção mais tecnificada. Esse fato, pode-se supor, tem intensificado a exclusão daqueles que são mais vulneráveis às mudanças tecnológicas e até mesmo de planejamento e organização na gestão do seu negócio.

Diante desse contexto, ressalta-se que em várias regiões rurais, como no caso do estado do Rio Grande do Sul, a atividade leiteira é uma das principais atividades econômicas realizadas pelos pequenos produtores, sendo representada em dois principais pilares, ou seja, como uma alternativa econômica familiar e como um pilar que contribui de maneira significativa para o desenvolvimento das comunidades, em toda cadeia produtiva do leite (Carabajal et al., 2024).

Tratando do contexto histórico do município de São Paulo das Missões, destaca-se que iniciou a sua fase de colonização entre o período do ano de 1912, por um pequeno grupo de colonos que tinham a sua origem alemã, vindos da “Colônia Velha”, ou seja, das proximidades de São Leopoldo e Novo Hamburgo.

Desde o início da colonização, a produção de leite é considerada como a principal fonte de renda que contribui para a manutenção destas famílias. No entanto, ainda pode ser melhorada para que haja o aumento da produtividade, através da utilização de práticas que geram a melhoria das condições do solo, formação de pastagens permanentes, adoção do pastoreio rotativo, dentre outras (Trennepohl e Rauber, 2014).

O objetivo deste artigo é contextualizar os impactos do êxodo rural na produção leiteira do município de São Paulo das Missões e o papel do cooperativismo no desenvolvimento local.

Para uma melhor compreensão este artigo está estruturado em cinco seções. A primeira apresenta a introdução com uma abordagem reflexiva dos estudos relacionados à temática da pesquisa, seguindo para a segunda com os caminhos metodológicos utilizados para a realização desta pesquisa.

Na terceira seção destaca-se a revisão de literatura com reflexões sobre o impacto do êxodo rural para o desenvolvimento da agricultura familiar e o papel do cooperativismo agropecuário no contexto econômico e desenvolvimento da agricultura familiar no município estudado.

Na quarta seção apresentamos os principais resultados e discussões referentes aos dados coletados na pesquisa de campo, finalizando o estudo

com a quinta seção apresentando as considerações finais do trabalho apresentando as conclusões dos principais achados da pesquisa.

Caminhos Metodológicos

A pesquisa foi realizada no município de São Paulo das Missões¹ localizado na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, no segundo semestre do ano de 2023, onde utilizamos dois métodos de pesquisa.

O quantitativo com os dados do Censo Agropecuário 2017, Pesquisa Pecuária Municipal através do SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática) e o método qualitativo destacamos as reflexões das entrevistas com os agricultores familiares que fizeram parte da pesquisa.

A coleta de dados realizada ocorreu a partir de roteiro semi-estruturado, aplicado através da realização de diálogos abordando as questões que contribuem para o alcance do objetivo principal do trabalho, que é contextualizar os impactos do êxodo rural na produção leiteira do município de São Paulo das Missões e o papel do cooperativismo no desenvolvimento local.

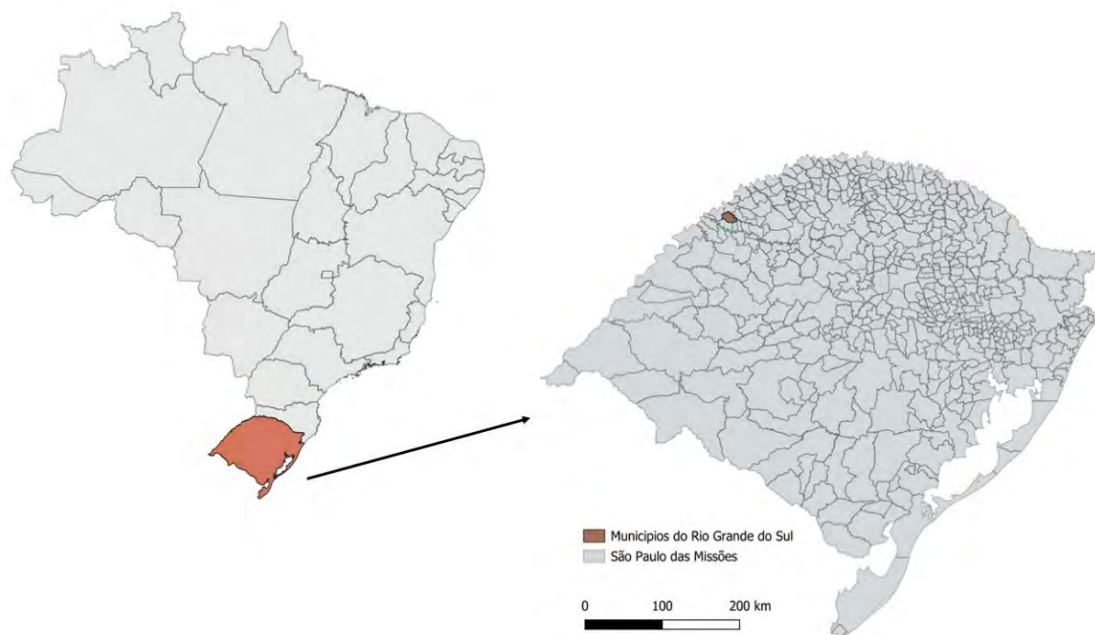
As onze famílias, que fizeram parte desta construção, residem em sete comunidades rurais do município sendo: i) Heloísa Sul; ii) Heloísa Norte; iii) Rincão dos Neumann, iv) Beira Rio; v) Lavínia Norte; vi) Seção Dourada; vii) Louro seco.

Portanto as reflexões apresentadas neste estudo serão referentes a todas famílias participantes deste estudo, nestas comunidades².

1 Este artigo é fruto do trabalho de campo realizado na disciplina Planejamento e Gestão de Projetos em Desenvolvimento Rural (EDA 865), do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). a escolha pelo município de São Paulo das Missões- RS se deu pela indicação dos discentes que era originário do município, a escolha para contextualizar a temática relacionada ao êxodo rural, cooperativismo e produção leiteira se deu após reflexões referentes aos dados da pesquisa apresentado em sala de aula, por isso optamos analisar os impactos do êxodo rural na produção leiteira, por ser uns dos principais achados no estudo, o que se tornou destaque nas maiorias dos estabelecimentos familiares.

2 Por motivos de privacidade a identificação dos entrevistados não serão reveladas, pois diálogos transcritos não serão não identifica os entrevistados, para isso utilizamos códigos como ex: (entrevistado 01) ou (entrevistado A).

Figura 1- Mapa de localização do município de São Paulo das Missões RS



Fonte: Trabalho de campo (2023)

Para avaliarmos a produção leiteira selecionamos, três variáveis do censo agropecuário (Pesquisa Pecuária Municipal) que contribuirão para esta pesquisa tais como: i) quantidade de vacas ordenhadas; ii) produção de leite (mil litros); iii) Valores das produções do leite (Mil Reais).

E, para avaliar o os estabelecimentos familiares que estão inseridos em cooperativas selecionamos, iv) quantidades de estabelecimentos inseridos em cooperativas; v) finalidade da produção dos agricultores; vi) renda das atividades desenvolvidas no estabelecimento familiar; e, por fim o vii) acesso a assistência técnica que contribuirão para as análises destacadas neste estudo.

Revisão de Literatura

A revisão de literatura aborda os principais conceitos relacionados à produção de leite, caracterizando a produção de leiteira no país e no estado estudado, refletimos também a questão do êxodo rural como impacto para o desenvolvimento da agricultura familiar, como a questão do papel do cooperativismo agropecuário no contexto econômico e desenvolvimento da agricultura familiar, sempre analisando a realidade dos agricultores do município estudado.

O êxodo rural como impacto para o desenvolvimento da agricultura familiar

Além de ser uma grande contribuinte para a geração de renda e empregos a agricultura familiar, enfrentam inúmeros desafios e um deles é a escassez de mão de obra que é provocada pela falta de sucessão familiar e os altos índices de êxodo rural.

O que acaba trazendo consequências que são consideradas preocupantes para as cooperativas agropecuárias, principalmente quando se trata daquelas que dependem da sucessão familiar para poder garantir o suprimento de matéria prima que é produzida diante do estabelecimento familiar (Leite e Schuster, 2024).

Os jovens rurais, que são agricultores familiares, se diferenciam dos demais público de jovens porque eles/elas exercem as atividades agropecuárias com a família, em suas propriedades e havendo resultados positivos, podem ser futuros sucessores nos estabelecimentos familiares (Ferreira e Anjos, 2022).

De acordo com as abordagens destacadas nos estudos de Weisheimer (2013) às estatísticas que demonstram os dados referentes aos processos migratórios demonstraram que o êxodo rural, nas últimas décadas, foi algo que envolveu principalmente os jovens, e quando são analisados pela questão do gênero, as mulheres foram a maioria.

Tal fato contribuiu para que ocorresse o processo de envelhecimento e masculinização das populações rurais e estes impactos vem cada vez mais crescendo e se tornando um grande problema para o futuro do espaço rural.

Percebemos no trabalho de campo que em vários estabelecimentos visitados havia poucas áreas utilizadas e quando questionamos os agricultores relataram que era falta de mão de obra local, porque havia uma grande migração de jovens para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida e oportunidades o que deixava cada vez mais as comunidades envelhecida.

Como este estudo trata-se de avaliar as reflexões sobre os estabelecimentos que não foram encontradas a presença do público jovem. Ressalta-se que realizamos a visita em 11 estabelecimentos da agricultura familiar, porém somente em apenas em 3 (27%) foram encontradas a presença de jovens e 8 (73%) não havia mais a presença dos jovens. As reflexões daqueles que tem a presença de jovens nos estabelecimentos serão apresentadas em sequência.

Em um destes estabelecimentos que é liderado por um jovem, questionamos por que ele decidiu permanecer no campo o jovem responde: *“eu resolvi ficar para tomar conta dos bois e das vacas que meus pais tinham e sempre participei desde pequeno das atividades, tirava leite e eles sempre me davam dinheiro o que fui investindo na compra de animais, na verdade como sempre gostei da roça e não quis fazer nenhuma faculdade preferi fazer o que gosto, meus pais até queriam que eu saísse para estudar, mas ficar aqui foi bem melhor”*.

Em um dos estabelecimentos encontramos a presença de uma jovem que tinha dois filhos e residia no meio rural. Em diálogo com a mesma, sobre o porquê da escolha em permanecer no campo ela diz *“eu cheguei até a ir pra cidade com meu marido mais só fomos para trabalhar e fazer a casa depois que conseguimos voltamos, me arrependo muito de não ter feito uma faculdade talvez estivesse com um emprego bom, mais aí sempre converso com meus filhos que o que eles devem é estudar para ir embora em busca de oportunidades”*.

“Eu tenho dois filhos, um foi embora e o outro continuou aqui por que tem a deficiência XXX e para não passar dificuldade na cidade preferimos ele aqui pertinho de nós”.

A visão dos agricultores contribui para as análises deste estudo, como a maioria dos responsáveis que estão à frente dos estabelecimentos já possui uma idade acima dos 60, eles/elas ainda preferem que os filhos procurem fazer sua vida fora do ambiente rural.

Eles afirmam que a vida no campo é muito sofrida e que o campo não dar rendimento como em décadas anteriores, pois como alguns relataram durante as abordagens cada um sabe as dificuldades que passa, inclusive quando se trata de sustentar filhos, com os trabalhos que são realizados na zona rural.

“Temos três filhos, mas eles foram para outra cidade, eles fizeram faculdade até o melhor que se tinha era não continuar aqui, mais sempre eles vêm buscar alimentos, carnes que é mais em conta ou eu e meu marido levamos, preferimos que eles fiquem lá por que as oportunidades são melhores que aqui, como passamos muitas dificuldades aqui até aposentar não queríamos que eles passassem pela mesma situação”.

Em um dos estabelecimentos encontramos somente a presença de dois idosos dialogamos sobre a questão do êxodo rural e da produção leiteira os mesmo disseram que *“a gente não tem mais condições físicas de trabalhar com a produção de leite que para nós é muito pesado, aí um dos meus filhos que mora perto daqui vem sempre ver os bois tivemos que trabalhar com gado de corte por que eles vivem mais solto no pasto dá menos trabalho aí meu filho vem para prender e dar água, a questão de não ter jovem é ruim nem para dar uma diária aqui nos acha o serviço mais leve meu marido e eu faz o que é pesado acaba ficando pro meu filho que também já tem as coisas dele para fazer”.*

Nota-se que só haverá a diminuição do êxodo rural se houver políticas públicas que sejam voltadas e destinadas para o jovem do campo, que contribua para que haja o processo de sucessão familiar, o que facilitará a continuidade das atividades agrícolas e da gestão realizadas em seus estabelecimentos (Ferreira e Anjos, 2022).

De acordo com Boscardin et al. (2024) é necessário que haja novos estudos que estejam relacionadas a temática sobre a temática relacionadas à diversidade e inserção juvenil no cooperativismo e que novas políticas públicas precisam ser construídas para que sejam conquistadas as mudanças que contribuam para dar espaço e valorizar os trabalhos que são realizados pelos jovens e mulheres no campo do estado do Rio Grande do Sul.

Portanto, percebe-se que há uma grande necessidade de desenvolver ações estratégicas que possam oportunizar a permanência dos jovens em suas comunidades rurais, um elemento essencial para que haja a manutenção da atividade leiteira na região estudada.

Moreira et al., (2020) apresentam em seu estudo realizado no estado do Rio Grande do Sul algumas estratégias utilizadas pelos pais como fomento à sucessão geracional, sendo destacadas em seis sendo elas: i) Estratégias motivacionais ligadas à ocupação; ii) Estratégias de autonomia; iii) Estratégia de novos investimentos; iv) Estratégias de fornecimento de estudo; v) Estratégias de ocupação urbana e vi) Estratégias de doação de bens, onde acabam revelando que a sucessão geracional, de certo modo, acaba perdendo o caráter de acontecimentos que deveria ocorrer naturalmente como nas gerações passadas.

Nesta mesma linha, observa-se que os filhos acabavam ficando no estabelecimento geralmente por quatro principais fatores conforme aponta os autores sendo eles: i) obrigação moral; ii) pelo amor a terra; iii) para manter a coletividade da família iv) reprodução do patrimônio por várias gerações.

Assim, para a sustentabilidade deste modo de vida, onde sabe-se da qualidade de vida possível, além de preservar o meio ambiente e evitar a formação de latifúndios e implementação de monoculturas, necessário e urgente se faz a adoção de ações que estimulem a permanência dos que ainda estão e o retorno dos jovens para o campo.

O papel do cooperativismo no contexto econômico e desenvolvimento da agricultura familiar em São Paulo das Missões

Nesta seção apresentamos os resultados obtidos pela pesquisa realizada no censo agropecuário de 2017 em relação aos estabelecimentos familiares do município de São Paulo das Missões que estão inseridos em cooperativas.

Destaca-se, neste estudo, que embora este seja um segmento estratégico para o Brasil, a agricultura familiar ainda enfrenta vários desafios em relação

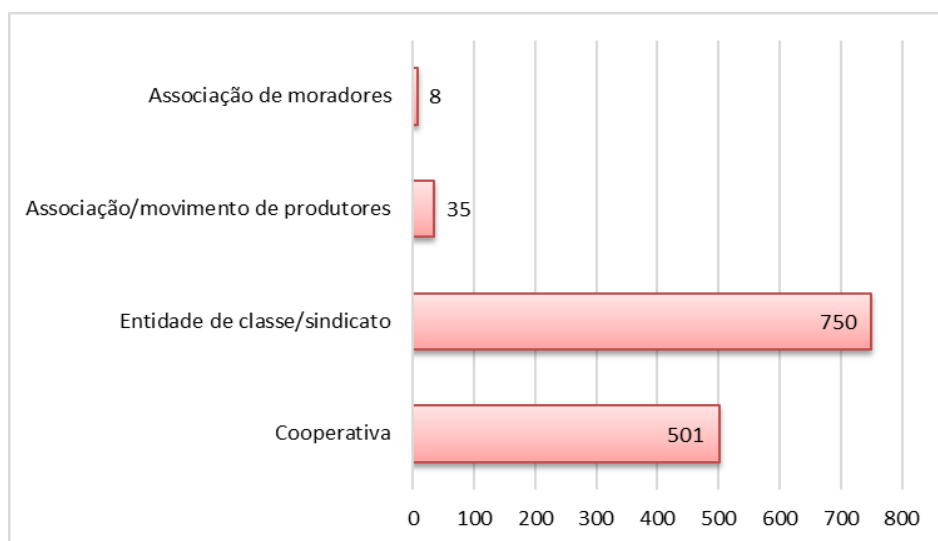
a sustentabilidade e superação das fragilidades relacionadas a contextos socioeconômicos o que se destaca nesses desafios é a necessidade de diversificação de canais de comercialização, requisitos de acesso ao mercado diferentes partes da cadeia produtiva, como produção, processamento e distribuição e em várias regiões os empreendimentos associativos tem sido fundamental para o alcance de tal (Anjos et al, 2021, p.2).

A coletividade é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento comunitário nos espaços, pois através do coletivo as pessoas podem se reunir com o objetivo de ocupar espaços que individualmente precisam de demandas para alcançar, portanto, quando se trata dos/as jovens rurais a coletividade de maneira positiva pode contribuir para o alcance de diversas atividades para que os jovens consigam ir mais longe alcançando todos os seus objetivos (Ferreira, 2024).

Uma limitada participação dos agricultores das comunidades pesquisadas em cooperativas, o que acaba demonstrando a urgência de estratégias para criar organizações que representam os agricultores do município, como é o caso de cooperativas e associações/ movimentos de produtores.

A participação da agricultura familiar em empreendimentos associativos é umas das estratégias fundamentais para valorizar a agricultura familiar em diversos aspectos, por isso o gráfico 1 em sequência apresenta os dados referentes ao município estudado.

Gráfico 1 – Estabelecimentos da agricultura Familiar inserida em cooperativas no município de São Paulo das Missões-RS



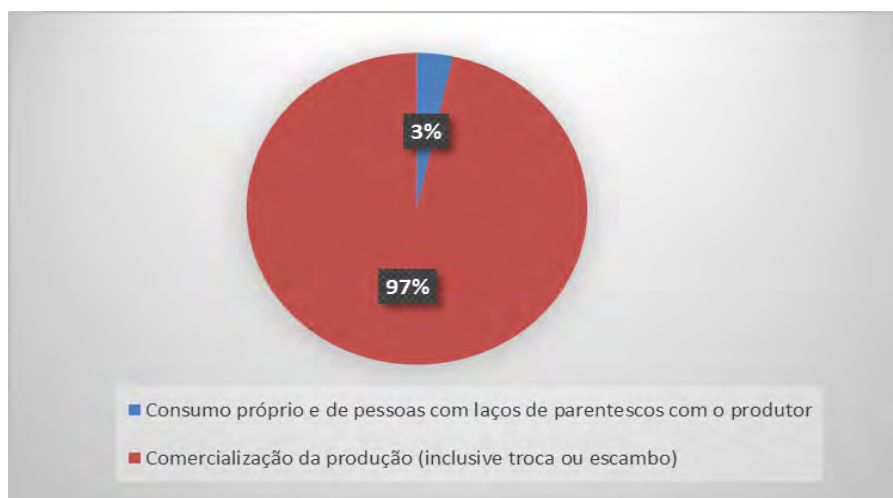
Fonte: Censo Agropecuário 2017 (SIDRA 2019)

No município há uma maior presença de agricultores em sindicatos de produtores com (58%) Seguido pelas Cooperativas com participação de (39%) O número de agricultores inseridos em associações de produtores ainda é reduzido com apenas (3%) o que revela que o sindicalismo e Cooperativismo tem sido os principais órgãos de representação dos agricultores familiares do município.

O destino da produção familiar é um dos principais desafios enfrentados pelos/as agricultores/as familiares, por isso vários agricultores têm se unido coletivamente para superar esses desafios e diversificarem os canais de comercialização o que tem sido fundamental para a valorização dos produtos cultivados nos estabelecimentos

No entanto, analisar a finalidade da produção dos agricultores cooperados em São Paulo das Missões é algo que se torna essencial para essa pesquisa e os dados do censo agropecuário demonstram que (97%) dos agricultores tem destinado sua produção para a comercialização conforme o gráfico 2 em sequência.

Gráfico 2- Finalidade da produção dos estabelecimentos familiares inseridos em cooperativas no município de São Paulo das Missões-RS



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (SIDRA 2019)

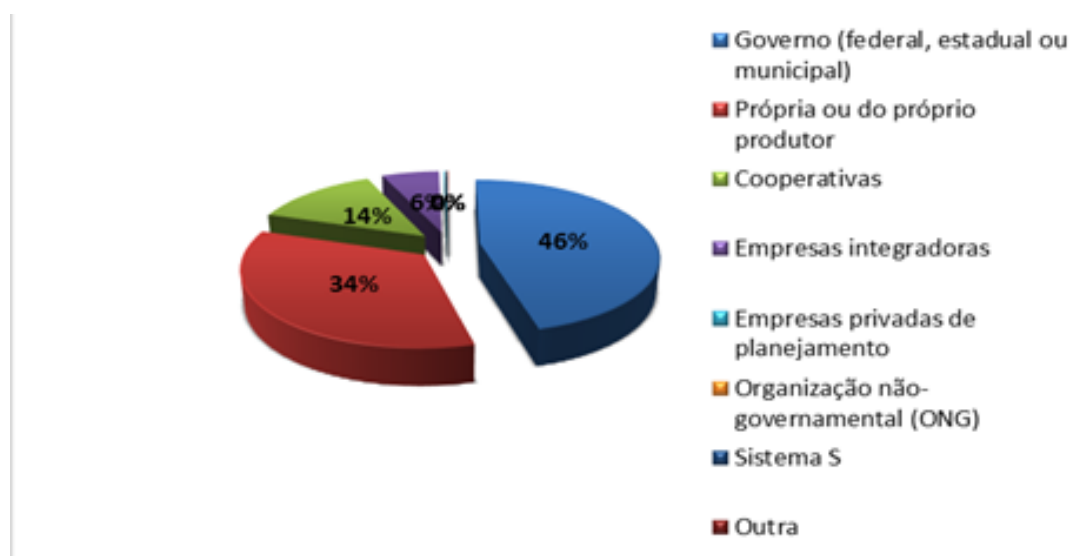
Os serviços de assistência técnica aos agricultores familiares são fundamentais para as atividades realizadas diante dos estabelecimentos e as reflexões a seguir demonstram a realidade dos dados coletados na pesquisa.

Conforme aponta Vargas, Carvalho e Aquino (2022) o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) desempenha um papel essencial para o desenvolvimento rural brasileiro, especialmente para o fortalecimento da agricultura familiar, principalmente no alcance do acesso às políticas públicas, na gestão das propriedades e dos empreendimentos, no que se refere a comercialização dos produtos que são oriundos dos estabelecimentos da família, na capacitação dos agricultores, dentre outras questões apontadas pelos autores.

A extensão rural, se bem realizada, pode oportunizar aos agricultores familiares e as comunidades tradicionais assistidas o acesso às políticas públicas, a organização social e comercial, o planejamento e a gestão das propriedades rurais, bem como mudanças nos sistemas produtivos e acesso aos vários tipos de capacitações e formações (para homens, mulheres e distintas gerações), dentre outras questões relevante. Essas questões podem abranger aspectos econômicos, de meio ambiente, de segurança alimentar, e de bem-estar social nas comunidades rurais, o que denota a essencialidade da ATER para o desenvolvimento rural sustentável e para o fortalecimento da agricultura familiar (Vargas, Carvalho e Aquino 2022, p 8).

De acordo com o censo agropecuário de 2017 uma quantidade de 364 (73%) estabelecimentos familiares que estão em cooperativas no município de São Paulo das Missões afirmaram ter acesso a assistência técnica, enquanto 137 (27%) até o ano não tinham acesso a assistência e para compreender melhor quem os prestadores destas assistências o gráfico 3 apresenta em destaque.

Gráfico 3– Prestadores de assistência técnica aos estabelecimentos familiares inseridos em cooperativas no município de São Paulo das Missões-RS



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (SIDRA 2019)

Analisando os três maiores prestadores de Assistência técnica no município se destaca o governo com um percentual de (46%) que oferecem ATER através de seus órgãos e secretarias de representação com, seguindo pela assistência adquirida pelos próprios produtores com (34%), as Cooperativas estão em terceiro lugar ofertando assistência para (14%) os estabelecimentos familiares inseridos na dinâmica do cooperativismo.

Resultados e Discussões

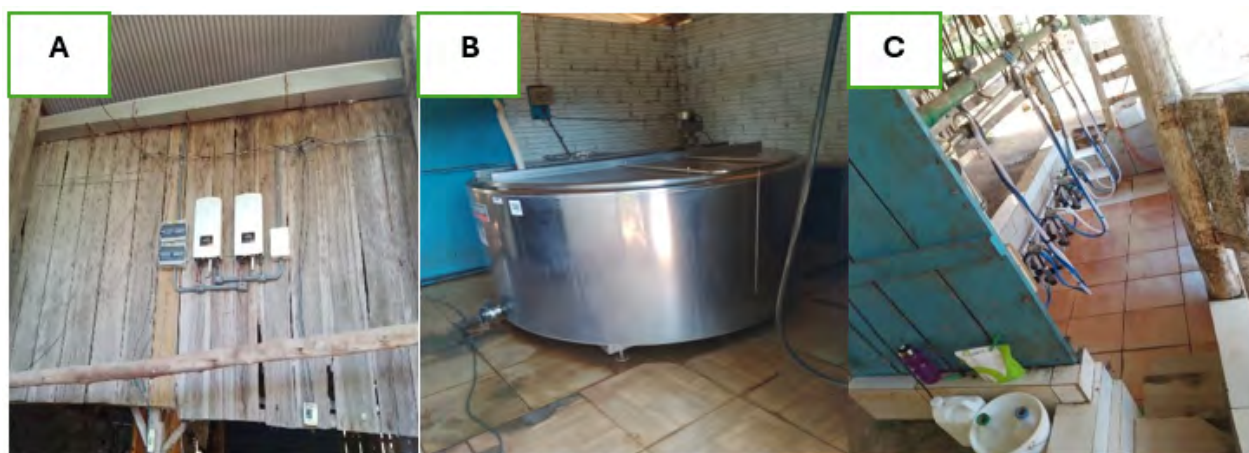
Nos resultados e discussões discutiremos análises relacionadas a produção do leite em São Paulo das Missões, o impacto do êxodo rural e a falta de mão de obra para as atividades realizadas nos estabelecimentos que foram analisados.

Vários agricultores familiares têm alcançado diversos benefícios a partir da produção leiteira, como a melhoria das condições financeiras que pode contribuir para a manutenção da família no meio rural, porém na pesquisa realizada em São Paulo das Missões-RS, os dados demonstram que os jovens não estão permanecendo nas propriedades.

De outra parte, percebemos em vários estabelecimentos que a produção era bastante organizada e equipada conforme a (figura 1 A B C) em sequência.

As ordenhadeiras mecânicas resfriadores utilizadas em alguns estabelecimentos foram adquiridas através de empréstimos bancários a partir da realização de projetos para atividades e coletivamente com através do apoio da cooperativa em que muitos participaram e deixou de participar por conta dos valores ofertados por uma empresa particular.

Figura 1 - A, B, C) Área de produção leiteira em um dos estabelecimentos visitados



Fonte: Trabalho de Campo (2023)

Além da aquisição de materiais para facilitar os manejos com as atividades leiteiras, percebeu-se nos estabelecimentos que tinham uma maior organização estrutural equipamentos agrícolas que contribuem para o fortalecimento da produção agrícola conforme demonstra a (figura 2 A, B) em sequência.

De acordo com o entrevistado C “o empréstimo realizado no banco 01 facilitou a compra de máquinas e construção dos galpões e locais para armazenar os materiais colhidos para não ter nenhuma perda”.

O entrevistado ainda destaca que “a conquista do trator e outros implementos na propriedade contribuem para as atividades realizadas, porque facilita no plantio e na colheita dos milhos das sojas que são fornecidos para os bois e as vacas criadas na propriedade”.

Figura 2- A, B) Equipamentos adquiridos para contribuir com as atividades desempenhadas no estabelecimento



Fonte: Trabalho de Campo (2023)

Diante desse quesito é possível constatar que havia uma grande rotatividade entre os funcionários era algo que acontecia de forma elevada, conforme destaca os agricultores esta situação ocorria porque os trabalhadores sempre iam em busca por empregos temporários e ao alcançarem seus objetivos, deixavam as propriedades.

Conforme aponta Carabajal et al. (2024) a produção de leite, para os pequenos produtores, vai muito mais além que uma atividade econômica, ela é considerada como uma parte essencial de sua identidade, cultura e modo de vida, o que de certo modo acaba se tornando um exemplo de resiliência e adaptabilidade em relação ao cenário agrícola.

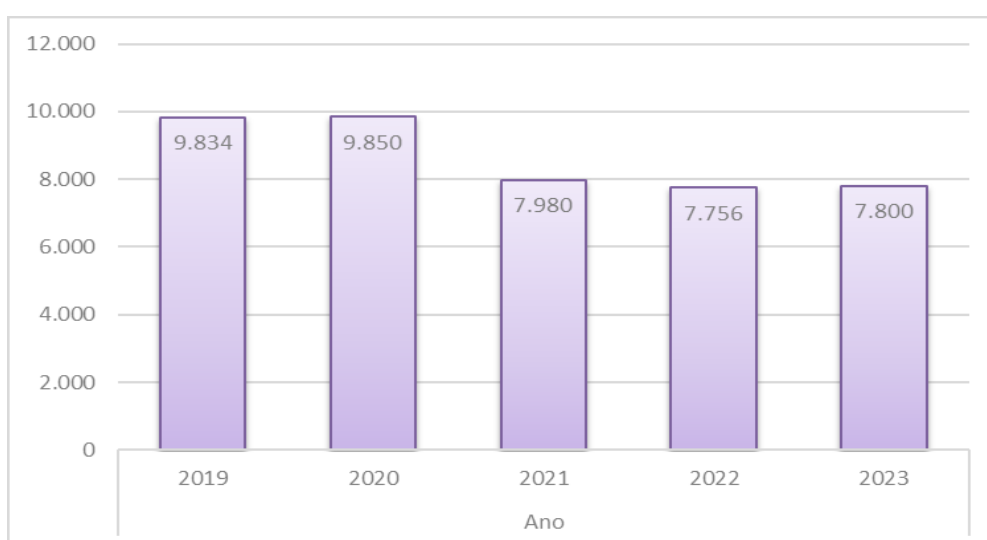
Neste contexto, os autores refletem que:

Um dos principais caminhos para o desenvolvimento dos pequenos agricultores na produção leiteira é a adoção de práticas sustentáveis e de baixo custo, como a melhoria no manejo do pasto e a utilização de insumos lo-

cais. Essas estratégias permitem que os produtores aumentem a eficiência de suas propriedades, mantendo os custos controlados. Além disso, a troca de conhecimento entre os próprios agricultores, através de cooperativas e associações locais, tem sido fundamental para a implementação de soluções coletivas, como a compra de insumos em maior escala e a organização de logística para a distribuição do leite (Carabajal et al., 2024, p. 222 e 223).

Através dos dados é possível perceber que entre os cinco anos selecionados, estava havendo uma redução na quantidade de vacas ordenhadas no município, porém quando analisamos o ano de 2022 e 2023 percebe que está havendo uma mudança e os números aos poucos começam a crescer novamente passado de 7.756 Para 7.800 quantidade de vacas ordenhadas.

Gráfico 4- Quantidade de vacas ordenhadas no município de São Paulo das Missões- RS entre os anos de 2019 a 2023



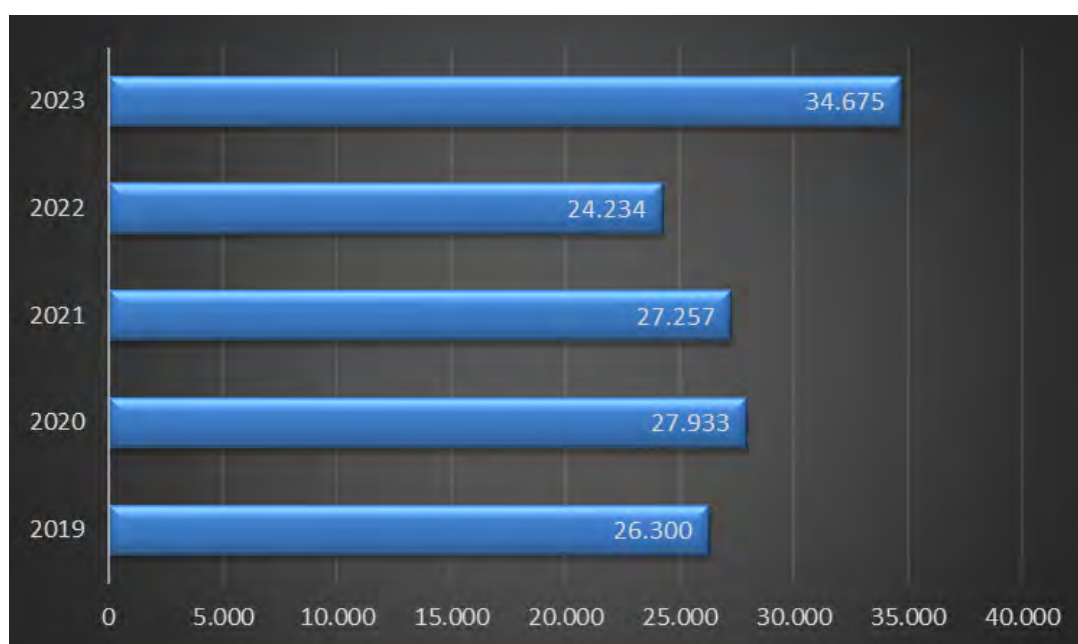
Fonte: IBGE Pesquisa Pecuária Municipal (2023)

O município está lidando com o problema do êxodo rural, e muitos estabelecimentos estão vendo apenas agricultores idosos permanecerem, o que gera uma preocupação para o futuro, uma vez que esses profissionais talvez não consigam manter as atividades. Além disso, a escassez de mão de obra pode forçar os agricultores a abandonarem suas atividades no campo.

Foi possível perceber no trabalho de campo que em algumas propriedades havia uma maior concentração da produção, enquanto nos estabelecimentos mais humildes, a produção por vaca, era menor.

A produção de leite tem tido períodos com resultados excelentes, por isso é possível perceber que no ano de 2023 houve um salto enorme passando de 24.234 em 2022 para 34.675 no ano seguinte, deixando evidente o que percebemos no trabalho de campo: o quanto a produção leiteira é importante para a economia local.

Gráfico 5- Produção de leite (mil litros) no município de São Paulo das Missões entre os anos de 2019 a 2023



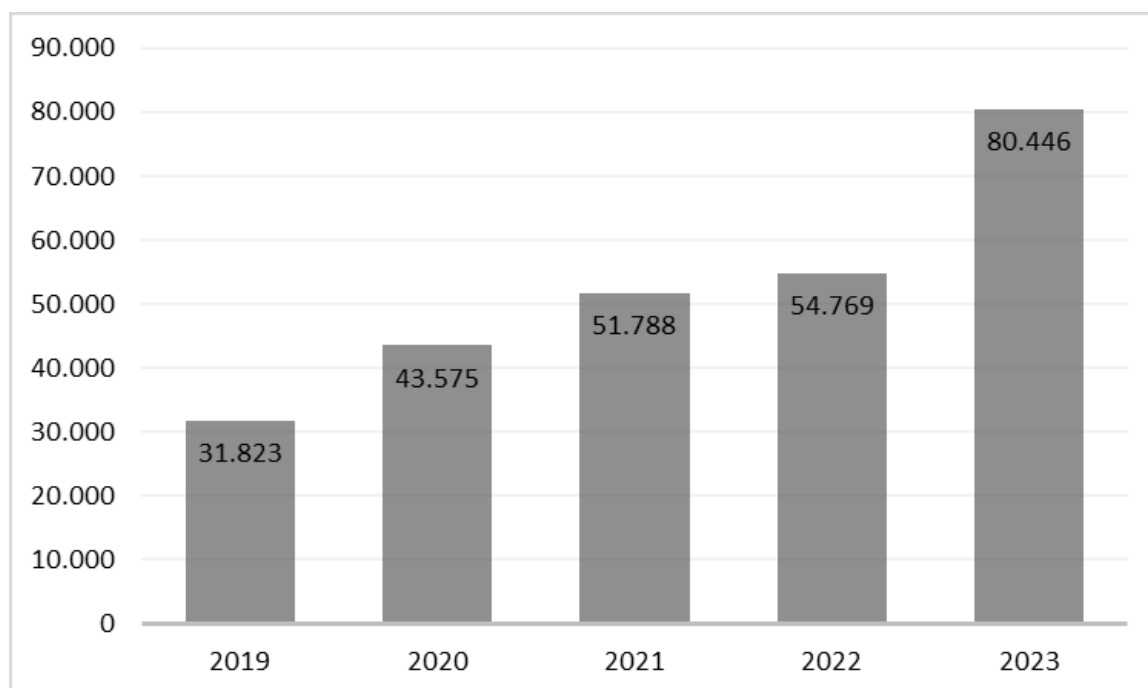
Fonte: IBGE Pesquisa Pecuária Municipal (2023)

Tratando das relações econômicas percebemos uma grande desigualdade nos preços oferecidos pela indústria e uma baixa presença de empreendimentos associativos para contribuir com as atividades de comercialização. Segundo o entrevistado A *“temos uma cooperativa na região que ajudava a comercializar os produtos, porém a indústria X ofereceu um preço um pouco a mais o que fez com que a cooperativa perdesse a força na região”*.

“É possível afirmar que a produção de leite desempenha papel central na economia de São Paulo das Missões, no entanto, os desafios econômicos e financeiros podem impactar significativamente os produtores locais” (Carabajal et al 2024, p. 220)

Assim como a produção do leite demonstrou sucesso na produção, os valores arrecadados em dinheiro com a produção também foram excelentes o gráfico 6 Nos revela isso, portanto percebe-se que os valores saem de 54.769 no ano de 2022, para 80.446 em 2023.

Gráfico 6- Valores das produções do leite (Mil Reais) no município de São Paulo das Missões entre os anos de 2019 a 2023



Fonte: IBGE Pesquisa Pecuária Municipal (2023)

Conforme o gráfico 6 acima é possível perceber o avanço dos valores em reais adquiridos pela produção de leite no município os que nos faz refletir se os agricultores tivessem um maior acesso a políticas públicas que apoie a produção e comercialização do leite e que motive a juventude a serem futuros sucessores dos estabelecimentos.

Em sequência apresentamos as considerações finais deste estudo trazendo reflexões referente às informações que foram apresentadas ao longo deste artigo.

Considerações Finais

Diante desse quesito é possível constatar, nesta pesquisa, que como o alcance de recursos financeiros é um dos principais motivos causados pelo êxodo rural a pesquisa Pecuária Municipal tem demonstrado que a bovinocultura leiteira tem sido uma atividade vantajosa para alcançar renda no meio rural.

Porém é necessário que o poder público junto com as entidades de representação e agricultores familiares criem estratégias para motivar a permanência dos jovens na comunidade realizando as atividades desempenhadas pelos pais.

Através das entrevistas realizadas com as famílias que participaram da pesquisa foi possível perceber que todos os estabelecimentos familiares tinham uma realidade bastante semelhante, onde se destacaram a carência de mão de obra qualificada.

Por outro lado, as dificuldades de acesso a tecnologias modernas e conforme apontado pelos entrevistados havia grandes pressões do mercado para comercializarem uma maior escala da produção, o que na maioria das vezes se tornavam inviável.

As abordagens e reflexões apontadas ao longo deste estudo demonstram o quanto será difícil a continuidade dos jovens no meio rural, pois como observou-se nas entrevistas com vários agricultores, eles vêem que nas cidades eles têm mais oportunidades para alcançarem seus objetivos, o que está contribuindo para o envelhecimento da população rural nas comunidades o que acaba deixando de dar continuidade leiteira passando para trabalhar com a bovinocultura de corte.

Por fim, conclui-se nesta pesquisa que os representantes do município devem criar políticas públicas que incentivem os agricultores a participarem das cooperativas agropecuárias do município e incentivem os jovens a participarem da atividade leiteira contribuindo com a tecnificação na produção e diversificação dos canais de comercialização para o escoamento da produção familiar.

Referências

ANJOS, E.; ROCHA, A. G.; FERREIRA, V.; LIMA, C. Um olhar sobre as dinâmicas dos agricultores familiares em formatos associativos da Bahia com base no censo agropecuário. III CONPES CONGRESSO DE PESQUISADORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, a solidária diante da grande crise pandêmica, 2021. Online. **Anais**. Disponível em: <https://abpes.org/conpes/>. Acesso em: 20 de out. 2023.

BOSCARDIN, M, et al. **Análise do perfil de gênero e geração nas cooperativas agropecuárias do estado do RS**. Anais do 62º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), Palmas (TO) UFT, 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/62-congresso-da-sober-397784/818702-analise-do-perfil-de-genero-e-geracao-nas-cooperativas-agropecuarias-do-estado-do-rs>. Acesso em: 17 de jan. 2025.

CARABAJAL, C. L. I.; MÜLLER, L.; SILVEIRA, P. R. C.; FOLMER, I. **Análise Socioeconômica da Produção Leiteira: O Impacto nos Pequenos Agricultores de São Paulo das Missões**. EDUCAÇÃO, TERRITÓRIO E RESISTÊNCIA Diálogos e reflexões críticas. 1ed. Arco Editores, 2024.

CARVALHO, G. R. **10 reflexões sobre competitividade e desafios do leite brasileiro**. ANUÁRIO LEITE 2024. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1164754/1/Anuario-Leite-2024.pdf>. Acesso em: 20 de jan. 2024

FERREIRA, V. J. **A cooperação entre jovens: um novo capítulo para a representatividade dos jovens no meio rural**. Anais do Congresso Brasileiro Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia. Diamantina (MG) Online, 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/cobicet2024/801458-a-cooperacao-entre-jovens--um-novo-capitulo-para-a-representatividade-dos-jovens-no-meio-rural>. Acesso em: 17 de jan. 2025.

FERREIRA, V. J.; ANJOS, E. G. **O associativismo rural como estratégia para a permanência da juventude no campo: uma reflexão em uma comunidade rural de Governador Mangabeira, na Bahia**. Anais do III Seminário Internacional de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável. Marechal Cândido Rondon, 2022. Disponível em: https://server2.midas.unioeste.br/sgev/eventos/IIISIPGDRS/anais?fbclid=IwAR1hN5ejQdUU0HtZmXKe813Aa-2xeq6jxV8xNSmvQRF__nYJ2aZx48uQ67rw. Acesso em: 28/11/2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -IBGE. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE/SIDRA, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censoagropecuario-2017>. Acesso em: 15 de jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Pesquisa da Pecuária Municipal. PPM – 2023**. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/tabelas>. acesso em: 15 de jan. 2025.

LEITE, J. G.; SCHUSTER, T. M. **Sucessão na agricultura familiar do Oeste de Santa Catarina: educação cooperativa pode fazer a diferença?** Revista Grifos Edição Vol. 33, Núm. 61, 2024.

MOREIRA, S. L.; SPANEVELLO, R. M.; BOSCARDIN, M.; LAGO, A. **Estratégias paternas para a manutenção da sucessão geracional em propriedades rurais**. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 413-433, jun. 2020.

TRENNEPOHL, D.; RAUBER, C. R. **Os desafios do desenvolvimento em municípios colonizados no início do século XX: o caso de São Paulo das Missões no Rio Grande do Sul**, 2014. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/201405267eeg-mesa17-desafiosdesenvolvimentomunicipioscolonizadosseculoxx.pdf>. Acesso em: 16 de jan. 2025.

VARGAS, D. L.; CARVALHO, C. X.; AQUINO, J. R. **Assistência técnica, extensão rural e agricultura familiar no Nordeste: panorama, desempenho recente e desafios**. Anais do 60º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), Natal (RN) UFRN, 2022. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/sober2022/486362-assistencia-tecnica-extensao-rural-e-agricultura-familiar-no-nordeste--panorama-de-s desempenho-recente-e-desafios/>. Acesso em: 17 de jan. 2025.

WEISHEIMER, N. **Sobre a invisibilidade social das juventudes rurais**. Desidades: Revista eletrônica de divulgação científica da infância e juventude. Nº 1. Anoº 1. Dez. 2013.

CAPÍTULO 9

TECNOLOGIAS ASSISTIVAS PARA DEFICIENTES VISUAIS: AVANÇOS E DESAFIOS NA INCLUSÃO DIGITAL E SOCIAL

Jéssica da Cruz Chagas

Alessandra Rodrigues Marques

Rafael de Lima Erazo

Doi: 10.48209/978-65-5417-435-9

Introdução

As tecnologias assistivas (TA) têm desempenhado um papel fundamental na promoção da autonomia e inclusão das pessoas com deficiência visual. De forma geral, o termo “Tecnologia Assistiva” refere-se ao conjunto de recursos e serviços destinados a ampliar a habilidade funcional das pessoas com deficiência, promovendo assim sua autonomia e inclusão social (Rodrigues e Alves, 2013). Essa definição destaca a importância desses recursos para garantir que indivíduos com deficiências possam participar plenamente da sociedade, desempenhando suas atividades diárias com maior independência e qualidade de vida.

Historicamente, a deficiência visual sempre representou um desafio significativo no que se refere à inclusão social e ao acesso à informação. Antes do advento das tecnologias modernas, pessoas cegas ou com baixa visão dependiam quase exclusivamente de assistentes humanos ou de ferramentas rudimentares, como bengalas e cães-guia, para realizar tarefas diárias e se locomover de forma independente.

Com o desenvolvimento das tecnologias digitais nas últimas décadas, houve uma transformação radical nas oportunidades disponíveis para deficientes visuais. Tecnologias assistivas, como leitores de tela, dispositivos de braille eletrônico, e softwares de reconhecimento de voz, não apenas facilitaram o acesso à informação e comunicação, mas também permitiram que pessoas com deficiência visual participassem de forma mais ativa em diversos aspectos da vida social, educacional e profissional (Alencar; Schmitz e Cruz, 2013).

Bracciali, Araújo e Rocha (2015) destacam que as Tecnologias Assistivas são frequentemente mencionadas em pesquisas nos campos da Educação e Saúde, ressaltando sua capacidade de melhorar a funcionalidade e aumentar a participação de pessoas com deficiência em atividades cotidianas. Essa ênfase na tecnologia assistiva como facilitadora de inclusão e autonomia é fundamental, pois ela proporciona aos indivíduos com deficiência maiores oportunidades de independência e integração social. Além disso, a implementação de tecnologias assistivas em contextos educacionais e de saúde pode ajudar a quebrar barreiras físicas e comunicacionais que muitas vezes excluem esses indivíduos de diversas atividades.

A Constituição Federal de 1988, nos Artigos 205, 206 e 208, assegura o direito ao acesso democrático à educação, garantindo que estudantes com necessidades específicas recebam uma educação de qualidade. Mais do que apenas garantir a matrícula escolar, é essencial proporcionar um atendimento especializado que permita o desenvolvimento máximo das potencialidades desses estudantes (BRASIL, 1988).

Sandnes et al. (2017) enfatizam o impacto positivo da colaboração entre profissionais de design e saúde no desenvolvimento de competências para criar novas Tecnologias Assistivas que melhor atendam às necessidades dos usuários. Esta abordagem interdisciplinar é crucial, pois reúne conhecimentos técnicos e práticos necessários para desenvolver soluções que são tanto funcionalmente eficazes quanto adaptadas às experiências reais dos usuários. A colaboração en-

tre essas áreas pode resultar em inovações mais intuitivas e acessíveis, levando a um uso mais amplo e eficaz das tecnologias assistivas.

A evolução das tecnologias assistivas tem sido impulsionada, em grande parte, pela crescente digitalização da sociedade e pela demanda por ferramentas que possam acompanhar essa transformação. A leitura e a escrita, que eram atividades extremamente limitadas para pessoas cegas ou com baixa visão antes da invenção do braille, passaram a ser mais acessíveis com o surgimento de tecnologias como os leitores de tela e os dispositivos de braille eletrônico. Esses dispositivos permitem que textos digitais sejam convertidos em áudio ou em caracteres braille, possibilitando que pessoas com deficiência visual acessem uma vasta gama de conteúdos, desde livros até documentos de trabalho e websites (Alencar; Schmitz e Cruz, 2013).

Outro avanço significativo foi a criação de softwares de reconhecimento de voz e comandos de voz, que oferecem uma interface alternativa para pessoas com deficiência visual interagirem com dispositivos eletrônicos. A popularização dos assistentes virtuais, como Siri, Alexa e Google Assistant, é um exemplo de como essa tecnologia pode ser integrada no cotidiano, proporcionando maior autonomia para realizar tarefas simples, como enviar mensagens, fazer ligações, ou buscar informações na internet (Marques e Filho, 2023).

Contudo, a implementação de tecnologias assistivas não ocorre de forma homogênea em todo o mundo, ou mesmo dentro de um único país. Em muitas regiões, principalmente em países em desenvolvimento, o acesso a essas tecnologias ainda é limitado. Um relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) revela que cerca de um bilhão de pessoas com deficiência não têm acesso a tecnologias assistivas, principalmente em países de baixa e média renda, onde o acesso é extremamente limitado. Isso se deve a fatores como o alto custo dos dispositivos, a falta de infraestrutura tecnológica adequada e a ausência de políticas públicas eficazes para promover a inclusão digital de pessoas com deficiência visual.

Em suma, as tecnologias assistivas para deficientes visuais têm o potencial de transformar vidas, proporcionando maior independência, inclusão e participação na sociedade. No entanto, para que esse potencial seja plenamente realizado, é necessário enfrentar uma série de desafios, desde a acessibilidade econômica e técnica até a aceitação cultural e social dessas tecnologias. Este artigo se propõe a explorar esses aspectos com o objetivo de analisar como as tecnologias assistivas têm sido implementadas e quais desafios persistem.

Metodologia

Para a realização deste estudo, foi adotada uma abordagem qualitativa baseada em análise de conteúdo. O objetivo da metodologia é identificar, categorizar e avaliar as principais contribuições e tendências nas tecnologias assistivas para deficientes visuais, conforme relatado em publicações científicas recentes. Especificamente, foram selecionados cinco artigos acadêmicos publicados no portal SciELO (Scientific Electronic Library Online) nos últimos cinco anos, entre 2019 e 2024. Essa escolha justifica-se pela relevância e acessibilidade dos artigos disponibilizados pelo SciELO, um dos principais repositórios de pesquisa científica na América Latina e no Caribe.

A pesquisa foi conduzida usando palavras-chave como “tecnologias assistivas”, “deficientes visuais”, “inclusão digital”, e “acessibilidade”. Após a aplicação dos filtros, foram identificados cinco artigos que atenderam a todos os critérios de seleção e que apresentaram uma análise aprofundada sobre o tema.

A análise de conteúdo dos artigos seguiu as etapas descritas por Bardin (2016): Leitura Flutuante: Inicialmente, foi realizada uma leitura exploratória de todos os artigos para familiarização com o conteúdo; Codificação: A seguir, foram identificadas e categorizadas as unidades de significado presentes nos textos. Estas unidades foram agrupadas em categorias temáticas relacionadas aos objetivos do estudo, como avanços tecnológicos, desafios de implementação, impacto social, e políticas públicas; Análise Temática: Com as categorias

definidas, procedeu-se a uma análise detalhada de cada uma, buscando identificar padrões, tendências, e divergências nos achados apresentados nos diferentes artigos; Integração e Síntese: Os resultados da análise temática foram então integrados e sintetizados em uma discussão crítica, que visa oferecer uma visão abrangente e comparativa sobre as tendências atuais nas tecnologias assistivas para deficientes visuais.

Embora a metodologia adotada permita uma análise detalhada e focada dos artigos selecionados, algumas limitações devem ser reconhecidas. A seleção de apenas cinco artigos pode não capturar toda a diversidade de perspectivas sobre o tema. Além disso, o foco em publicações do SciELO pode limitar o alcance da análise a uma região geográfica específica, potencialmente excluindo contribuições relevantes publicadas em outros repositórios internacionais. Contudo, a escolha de artigos recentes e de alta relevância científica contribui para a validade e atualidade das conclusões apresentadas neste estudo.

Resultados e Discussão

As tecnologias assistivas para deficientes visuais são ferramentas cruciais para a inclusão social e educativa, promovendo a autonomia e a qualidade de vida de indivíduos com deficiências visuais. A análise dos cinco artigos selecionados revela avanços significativos, desafios persistentes e a importância das tecnologias assistivas em diferentes contextos. Nesta discussão, abordaremos a relevância de cada estudo, relacionando-os a um contexto mais amplo de políticas públicas, práticas educacionais e desenvolvimento tecnológico.

Tecnologia assistiva e políticas públicas no Brasil

O artigo de Bastos et al. (2023) examina como a disseminação da tecnologia assistiva no Brasil tem avançado gradualmente, especialmente devido às conquistas jurídicas e ao fomento à pesquisa e desenvolvimento. O estudo visa destacar a importância dessas tecnologias na promoção da inclusão social de

pessoas com deficiência e a repercussão dessa demanda nas políticas públicas brasileiras.

Apesar dos progressos observados nos últimos anos, a disseminação da tecnologia assistiva ainda enfrenta vários desafios no Brasil. Um dos principais obstáculos é a baixa otimização dos recursos disponíveis pelos usuários e a dificuldade de acesso a esses produtos no mercado e nos órgãos públicos. O artigo destaca a importância de identificar a relação entre a otimização dos recursos assistivos e a formulação de políticas públicas que atendam efetivamente às necessidades das pessoas com deficiência.

A metodologia adotada na pesquisa é de natureza exploratória e qualitativa, baseada em um levantamento bibliográfico e na análise de conteúdo de Bardin. O estudo se concentra na legislação brasileira existente e nas ações implementadas na área de tecnologia assistiva, avaliando as políticas públicas com base em critérios normativos. Os resultados mostram que, apesar dos avanços nas iniciativas legislativas e de fomento, ainda existem barreiras significativas que dificultam o acesso e o uso eficaz das tecnologias assistivas pelas pessoas com deficiência.

Um ponto crítico abordado no artigo é a escassez de oferta de tecnologias inovadoras no mercado brasileiro, o que limita a eficácia das políticas públicas e dificulta a configuração adequada das ações de fomento. A pesquisa enfatiza a necessidade de políticas públicas mais robustas e inclusivas, que considerem a diversidade de necessidades das pessoas com deficiência e promovam a acessibilidade tecnológica de forma ampla e eficaz.

Além disso, o artigo sugere que a integração das tecnologias assistivas nas políticas públicas deve ser acompanhada de ações educativas e de conscientização, tanto para os profissionais que atuam na área quanto para a sociedade em geral. O objetivo é garantir que as tecnologias assistivas não apenas estejam disponíveis, mas também sejam efetivamente utilizadas e otimizadas pelos usuários, contribuindo para a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência.

Mediação pedagógica e deficiência intelectual: um estudo de caso acerca da alfabetização com o uso da comunicação alternativa

O artigo, escrito por Santos e Cavalcante (2023), investiga como a mediação pedagógica pode auxiliar no processo de alfabetização de uma criança com deficiência intelectual, utilizando recursos de comunicação alternativa (CA). Este estudo foi realizado em uma escola pública de Recife, Pernambuco, e adota uma abordagem qualitativa baseada em um estudo de caso com intervenção pedagógica.

O objetivo principal da pesquisa foi identificar as estratégias de mediação utilizadas pela pesquisadora para promover a alfabetização da criança com deficiência intelectual, empregando ferramentas de comunicação alternativa. A investigação foi conduzida em um ambiente escolar e envolveu uma criança do ensino fundamental I, a professora da sala regular e um agente de apoio ao desenvolvimento escolar. As intervenções pedagógicas foram cuidadosamente planejadas com base nos direitos de aprendizagem do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), focando no eixo “Análise linguística: sistema de escrita alfabética”. Para atender aos interesses e necessidades do estudante, foram utilizados pictogramas do software BoardMaker e outras figuras.

Os resultados da pesquisa mostraram que a mediação pedagógica desempenhou um papel crucial no processo de alfabetização da criança. A criança se tornou mais ativa em seu próprio processo de aprendizagem, e a reflexão constante sobre suas motivações, observada pela pesquisadora, revelou-se essencial. A utilização da comunicação alternativa proporcionou à criança melhores formas de se comunicar e uma participação mais ativa nas atividades escolares.

A pesquisa demonstra como a mediação pedagógica, juntamente com a comunicação alternativa, pode facilitar a alfabetização e promover uma participação mais ativa desses alunos na sala de aula. Ao focar em um caso específico, o estudo oferece insights valiosos sobre práticas que podem ser replicadas e adaptadas em diferentes contextos educacionais.

Além disso, este trabalho sublinha a importância da reflexão constante sobre as motivações e necessidades dos estudantes, incentivando os educadores a adotarem abordagens mais personalizadas e inclusivas. A pesquisa também ressalta a necessidade de formação contínua para professores, capacitando-os a utilizar ferramentas de comunicação alternativa de forma eficaz.

Ao promover a inclusão e melhorar a comunicação e a participação dos alunos com deficiência intelectual, o estudo contribui para a construção de um ambiente educacional mais equitativo e acessível. Ele reforça a importância de políticas educacionais que valorizem e apoiem a diversidade, garantindo que todos os alunos tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial.

Exercício profissional de docentes com deficiência visual: tensionando a acessibilidade

O artigo de Oliveira e Pieczkowski (2024), tem como objetivo principal investigar os desafios enfrentados por docentes com deficiência visual no exercício da profissão, além de analisar as barreiras que dificultam sua inclusão no ambiente escolar. A pesquisa foi realizada na Região Sul do Brasil e envolveu entrevistas narrativas com sete docentes cegos ou com baixa visão que atuam na Educação Básica.

A metodologia adotada foi qualitativa, baseada na coleta de dados por meio de entrevistas narrativas. As narrativas dos docentes foram analisadas a partir da perspectiva da análise do discurso, utilizando referências foucaultianas para entender como as barreiras sociais impostas afetam a acessibilidade e inclusão desses profissionais. O estudo revelou que, em uma sociedade que valoriza padrões de corpo e comportamento normativos, os docentes com deficiência visual frequentemente se sentem estranhos e enfrentam dificuldades significativas para se incluírem no ambiente escolar.

Os resultados apontam que as políticas de acessibilidade e inclusão têm sido mais focadas nos estudantes do que nos professores, o que reduz as possi-

bilidades de inclusão de docentes com deficiência visual no exercício profissional. A pesquisa destaca a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e de uma maior conscientização sobre as necessidades específicas desses professores para promover um ambiente escolar mais acessível e igualitário.

A importância deste estudo está em sua capacidade de aprofundar a compreensão dos desafios que docentes com deficiência visual enfrentam em seu exercício profissional. Ele não apenas traz à tona as dificuldades diárias desses professores, mas também instiga discussões fundamentais sobre a implementação e eficácia das políticas públicas voltadas para a acessibilidade e a inclusão. Ao iluminar as barreiras sociais e as deficiências nas políticas existentes, o estudo fornece insights cruciais para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes, capazes de verdadeiramente melhorar a inclusão e a qualidade de vida desses profissionais. Tal contribuição é essencial para a criação de um ambiente educacional mais equitativo e acessível, onde todos os professores, independentemente de suas condições físicas, possam exercer sua profissão com dignidade e eficiência.

Arquiteturas Pedagógicas Inclusiva e Pensamento Computacional

O artigo de Ribeiro e Pinto (2024), explora como o Pensamento Computacional pode ser integrado em atividades inclusivas na formação continuada de docentes. Para isso, foi realizado um curso intitulado “A abordagem do Pensamento Computacional na Educação Inclusiva”, com o objetivo de construir um Ecossistema de Aprendizagem apoiado por Arquiteturas Pedagógicas inclusivas para professores da Educação Básica e do Ensino Técnico.

A metodologia aplicada foi quantitativa e qualitativa, de caráter exploratório, fundamentada na Design-Based Research, dividida em três etapas: estudo preliminar, período exploratório e fase final. O período exploratório contou com a realização de um curso de trinta horas, com dez encontros on-line. O curso incluiu seis palestras teóricas e conceituais, dois encontros para

debater ideias inclusivas e dois últimos encontros para a exposição das arquiteturas pedagógicas envolvendo mapas mentais e workshops.

Os resultados mostraram a complexidade do ecossistema de aprendizagem, por meio da diversidade de experiências, das atividades compartilhadas e das possibilidades de enriquecer a prática pedagógica no formato aplicado. Também apontou para a necessidade de investir na formação docente em Pensamento Computacional, especialmente em escolas da educação básica, onde os alunos mais precisam de intervenções pontuais na formalização do pensamento.

Esse estudo é fundamental por diversas razões. Ele aborda a integração do Pensamento Computacional em práticas pedagógicas inclusivas, capacitando os professores a desenvolver habilidades essenciais nos alunos, como a resolução de problemas e o pensamento crítico. A pesquisa demonstra a criação de um ecossistema de aprendizagem diversificado e acessível, que valoriza a inclusão e a equidade no ambiente educacional. Além disso, o estudo destaca a necessidade de políticas públicas que apoiem a formação contínua dos professores, assegurando que todos os alunos, independentemente de suas habilidades, tenham acesso a uma educação de qualidade. Este trabalho oferece insights valiosos para transformar o cenário educacional, tornando-o mais justo e adaptado às necessidades de todos os estudantes.

A inclusão de estudantes com deficiência visual: concepções de professores de ciências sobre um contexto real

O artigo de Martins e Marques (2022), tem o objetivo de investigar como os professores de ciências percebem e lidam com a inclusão de estudantes com deficiência visual em suas aulas. O estudo busca compreender os desafios enfrentados pelos docentes e identificar as práticas e estratégias que podem ser adotadas para promover um ambiente de ensino mais inclusivo e acessível para esses estudantes.

Este estudo, realizado em escolas públicas, adotou uma abordagem qualitativa para compreender melhor as experiências e concepções dos professores. Foram utilizadas entrevistas e questionários para coletar dados detalhados sobre o assunto. A pesquisa revelou que muitos professores de ciências possuem conhecimentos limitados sobre as necessidades específicas dos estudantes com deficiência visual. Esse desconhecimento pode impactar negativamente a qualidade da inclusão desses alunos nas aulas de ciências, uma disciplina que frequentemente depende de recursos visuais.

Além disso, os professores relataram sentir-se pouco preparados para lidar com as demandas desses alunos. Isso é particularmente preocupante, dado que existem políticas públicas que garantem os direitos das pessoas com deficiência. No entanto, os resultados do estudo indicam que, na prática, muitas dessas políticas ainda não são efetivamente implementadas, deixando uma lacuna entre o que é previsto e o que realmente acontece nas salas de aula.

O artigo também destaca a necessidade de uma formação continuada dos professores, voltada para a inclusão e a adaptação de metodologias de ensino. As entrevistas com os professores revelaram uma necessidade urgente de discussões mais aprofundadas e de práticas inclusivas que sejam realmente eficazes. Os professores sugeriram que o desenvolvimento de materiais didáticos adaptados, o acesso a tecnologias assistivas e a implementação de estratégias pedagógicas específicas são essenciais para melhorar a inclusão de estudantes com deficiência visual.

A relevância do estudo reside em seu potencial para fomentar mudanças nas práticas educacionais e nas políticas públicas. Ao trazer à tona as dificuldades e as necessidades dos professores de ciências, o artigo contribui para a elaboração de estratégias que promovam um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo. A pesquisa sugere que, para alcançar uma verdadeira inclusão, é necessário um esforço conjunto que envolva formação docente, adaptação de materiais e a implementação de tecnologias assistivas.

Análise de Conteúdo de Bardin na Revisão

A Análise de Conteúdo de Bardin (2011) é uma metodologia sistemática que categoriza informações textuais em unidades de sentido, permitindo uma análise qualitativa aprofundada. Ao aplicar essa metodologia aos cinco artigos revisados, é possível identificar as principais categorias discutidas: “barreiras institucionais”, “capacitação de professores”, “eficácia das políticas públicas”, “inovação tecnológica” e “inclusão pedagógica”. Essas categorias proporcionam diversas perspectivas para interpretar as descobertas dos estudos.

A primeira categoria, “barreiras institucionais”, surge como um tema recorrente nos artigos. No estudo de Martins e Marques (2022), observa-se que os professores de ciências enfrentam dificuldades significativas para incluir alunos com deficiência visual devido à falta de infraestrutura adequada e de apoio institucional. Essa análise revela que as barreiras não são apenas tecnológicas, mas também organizacionais, refletindo uma falta de políticas inclusivas consistentes.

A categoria “capacitação de professores” é amplamente discutida, especialmente nos estudos de Ribeiro e Pinto (2024) e Santos e Cavalcante (2023). Ambos os estudos argumentam que a falta de formação específica para o uso de tecnologias assistivas impede que os professores utilizem todo o potencial dessas ferramentas. A Análise de Conteúdo evidencia a necessidade de políticas de formação contínua que preparem os educadores para lidar com as diversas necessidades dos alunos com deficiência.

A eficácia das políticas públicas é outra categoria central. No estudo de Bastos et al. (2023), é destacado que, embora existam políticas voltadas para a inclusão de estudantes com deficiência visual, sua implementação muitas vezes é ineficaz devido à falta de recursos e de monitoramento adequado. A Análise de Conteúdo revela que a eficácia das políticas depende não apenas da existência de leis e programas, mas também de sua execução e acompanhamento no nível escolar.

A categoria “inovação tecnológica” é tratada nos estudos como um aspecto promissor, mas também desafiador. Ribeiro e Pinto (2024) discutem como as novas tecnologias digitais podem ser adaptadas para criar ambientes de aprendizagem mais inclusivos. A análise evidencia que, embora as inovações tecnológicas estejam avançando, ainda há uma necessidade de desenvolver tecnologias que sejam acessíveis e adequadas para diversos contextos educativos e sociais.

Finalmente, a categoria “inclusão pedagógica” é analisada como um fator essencial para a efetividade das tecnologias assistivas. No estudo de Santos e Cavalcante (2023), é revelado que a integração de tecnologias assistivas no processo de alfabetização pode transformar a experiência educacional de crianças com deficiência intelectual e visual. A Análise de Conteúdo mostra que a inclusão pedagógica vai além do uso de tecnologias; envolve a adaptação de currículos, métodos de ensino e a criação de um ambiente que valorize a diversidade.

Esses estudos oferecem uma visão abrangente dos desafios e das oportunidades para promover a inclusão educacional. As barreiras institucionais, a necessidade de capacitação contínua dos professores, a eficácia das políticas públicas, a inovação tecnológica e a inclusão pedagógica são temas centrais que, juntos, fornecem um panorama detalhado das ações necessárias para transformar o cenário educacional, tornando-o mais inclusivo e acessível para todos os estudantes.

Considerações Finais

A análise dos cinco artigos revela que, embora tenham sido feitos avanços significativos no campo das tecnologias assistivas para deficientes visuais, ainda existem desafios substanciais que precisam ser superados. Cada estudo oferece contribuições valiosas para o entendimento de como essas tecnologias podem ser integradas em diferentes contextos, desde a educação básica até o ambiente de trabalho, passando por práticas pedagógicas e políticas públicas.

A importância desses trabalhos reside na sua capacidade de informar e orientar futuras pesquisas, assim como na formulação de políticas que promovam a inclusão plena de indivíduos com deficiência visual na sociedade. Em conjunto, eles fornecem uma base sólida para a promoção de um ambiente mais inclusivo e acessível, onde a diversidade é valorizada e todos têm a oportunidade de alcançar seu pleno potencial. Esses estudos enfatizam a necessidade de uma abordagem integrada, que inclua capacitação contínua dos professores, desenvolvimento de tecnologias assistivas acessíveis, e políticas públicas eficazes e bem monitoradas. Somente assim será possível garantir que todos os indivíduos, independentemente de suas habilidades, possam participar plenamente da sociedade e acessar as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento.

Referências

ALENCAR, Antônio Juarez; SCHMITZ, Eber Assis; CRUZ, Leôncio Teixeira. **Assistentes Virtuais Inteligentes: Conceitos e estratégias**. Rio de Janeiro: Brasport, 2013. 160 p.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BASTOS, P. A. L. S. et al. Tecnologia assistiva e políticas públicas no Brasil. Artigo de Revisão e/ou Atualização de Literatura. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**. V. 31. 2023. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.cto-AO260434011>

BRACCIALLI, L. M.; ARAÚJO, R. C. T.; ROCHA, A. N. D. C. Tecnologia assistiva: pesquisas desenvolvidas em programas de pós-graduação e sua relação com a Educação Especial. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 161–172, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

MARQUES, D. B.; FILHO, J. L. Assistentes Virtuais: como eles ajudam as pessoas com deficiência física. **Interface Tecnológica** – v. 20 n. 1, 2023.

MARTINS, F. S.; MARQUES, C. V. V. C. O. A inclusão de estudantes com deficiência visual: concepções de professores de ciências sobre um contexto real. **ACTIO**, Curitiba, v. 7, n. 3, p. 1-25, set./dez. 2022.

OLIVEIRA, M. S.; PIECZKOWSKI, T. M. Z. Exercício profissional de docentes com deficiência visual: tensionando a acessibilidade. **Educação em Revista**, [S. l.], v. 40, n. 40, 2024. <https://doi.org/10.1590/0102-469841046>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE; FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Cerca de um bilhão de pessoas com deficiência têm acesso negado a tecnologia assistiva**. Genebra: OMS, 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/182189-cerca-de-um-bilh%C3%A3o-de-pessoas-com-defici%C3%Aancia-t%C3%AAm-acesso-negado-tecnologia-assistiva?form=M-G0AV3>. Acesso em: 22 jan. 2025.

RODRIGUES, P. R.; ALVES, L. R. G. Tecnologia assistiva: uma revisão do tema, **Holos**, [S.l.], ano 29, v. 6, p. 1–179, 2013.

RIBEIRO, C. F.; PINTO, S. C. C. S. Arquiteturas Pedagógicas Inclusiva e Pensamento Computacional. **Revista Diálogo Educacional**. vol.23 no.79 Curitiba 2023 Epub 22-Fev-2024.

SANDNES, F. E. et al. **Solving the Grand Challenges Together**: a Brazil-Norway Approach to Teaching Collaborative Design and Prototyping of Assistive Technologies and Products for Independent Living. In: BERG, A. et al. (Org.). **Building Community**: design education for a sustainable future – International Conference On Engineering And Product Design Education, 1., 7 e 8 set. 2017, Oslo, Noruega: Akershus University College Of Applied Sciences, ed. v. Glasgow: The Design Society; Institution of Engineering Designers, 2017. p. 242–247.

SANTOS, J. F.; CAVALCANTE, T. C. F. Mediação pedagógica e deficiência intelectual: um estudo de caso acerca da alfabetização com o uso da comunicação alternativa. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 105, n. 271, p. 145-162, 2023. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.5349>

CAPÍTULO 10

MAZELAS HUMANAS NA CONTEMPORANEIDADE: REPRESENTAÇÕES FOTOGRAFICAS DA VIDA COTIDIANA

Valeria Fernandes Nunes

Tatiane Gusmão Reis Tietz

Suellen de Oliveira

Doi: 10.48209/978-65-5417-435-A

Introdução

A correria imposta ao ser humano para acompanhar a produção capitalista na sociedade contemporânea tem levado a muitos a um adoecimento físico e psíquico (Viapiana *et al*, 2018). Corroborando com essa afirmação, Por meio de uma pesquisa bibliográfica e de abordagem qualitativa, objetivamos analisar fotografias que retratam aflições, mazelas, que pessoas vêm enfrentando em seus cotidianos.

A fundamentação teórica tem como base estudos acadêmicos acerca de aspectos artísticos visuais, multimodalidade e fotografias. Assim, esta pesquisa colabora para estudos artísticos gerando também reflexões a respeito do adoecimento na sociedade contemporânea.

Desenvolvimento

Segundo Lorandi (2023), durante a concepção artística de uma obra, é precisamos analisar a representação espacial e visual, visualidade, em outras

palavras, é necessário refletir na seleção de elementos visuais, materiais e espaciais, como adereços, cenários, objetos, projeções, indumentárias, figurinos, acessórios etc. Afinal, elementos visuais trazem consigo conteúdos que não são conceitos isolados, mas partem de representações que estão presentes no inconsciente coletivo.

Para Littlemore (2015), o pensamento é altamente criativo e desempenha papel fundamental na arte. Para a autora, várias conexões são possíveis para criar relacionamentos hipotéticos, especialmente “na área da arte, onde os itens são inesperadamente justapostos a criar um novo significado, que nos permite ver as coisas de maneiras radicalmente diferentes, e para questionar nossas suposições sobre o mundo” (Littlemore, 2015, p.122).

Dessa forma, seja em uma cena teatral, em uma fotografia ou outra linguagem artística, por meio da multimodalidade, a compreensão de uma cena ocorre por uma pluralidade de signos. Pierce (2005), em estudos sobre semiótica, a multimodalidade possibilita a junção de linguagens (verbais ou não verbais) que contribuem na produção de significado, por exemplo, um gesto, um objeto, uma imagem, um som, uma cor, um animal podem ser considerados linguagens possíveis de acordo com tradições históricas e culturais de um povo.

Diante disso, a imagem fotográfica emerge de uma troca simbólica colaborando para agenciar a memória humana (Monteiro, 2012). Ward (2021) compreende a foto como a articulação entre a perda e a permanência.

A perda estaria ligada ao que envolve o ato fotográfico, como os enquadramentos, a escolha do objeto e a interferência do fotógrafo no fluxo temporal. Já a permanência seria o que fica gravado na matriz e na cópia, que atravessa as noções de espaço-tempo e nos permite viver uma relação com diversas realidades em inúmeras possibilidades temporais (Ward, 2021, p. 12).

Soulages (2017) defende, ainda, que fotos são objetos enigmáticos que habitam nossa imaginação e imaginário. Ward (2021) salienta que na fotografia há uma espécie de vestígio para a percepção, sendo responsabilidade de o receptor decodificá-la e elaborar as conexões entre o passado e presente, o efêmero e o permanente, o antes e o depois.

Resultados e Discussão

Conforme cronograma apresentado na Tabela 1, o grupo foi composto por estudantes de licenciatura em teatro do Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. A produção artística foi uma das atividades desenvolvidas na disciplina “Prática Interdisciplinar: processos de criação estética em espaços” (2024-1) sob a orientação do Professor Ytalo Henrique Santana Santos.

Tabela 1 - Cronograma

Etapas	Período	Atividades
1	1ª semana de abril de 2024	Composição do grupo
2	2ª semana de abril de 2024	Diálogos para criação da proposta fotográfica
3	3ª semana de abril de 2024	Debates sobre aspectos visuais da fotografia
4	4ª semana de abril de 2024	Debates sobre mazelas humanas
5	1ª semana de maio de 2024	Debates sobre mazelas humanas na contemporaneidade
6	2ª semana de maio de 2024	Seleção de temas
7	3ª semana de maio de 2024	Produção das fotografias
8	4ª semana de maio de 2024	Produção textual da pesquisa
9	1ª semana de junho de 2024	Revisão da pesquisa
10	2ª semana de junho de 2024	Entrega da pesquisa

Fonte: Os autores (2024)

Por meio de uma pesquisa bibliográfica e de abordagem qualitativa (Tafner; Silva, 2013), apresentamos a seguir descrições sobre aspectos das linguagens artísticas empregadas na produção de quatro fotografias.

Na primeira foto, Figura 1, observamos a falta de tempo dos dias atuais. As 24h não são suficientes para que possamos vislumbrar uma qualidade de vida e de trabalho adequadas. A comunicação acelerada e a alta cobrança fazem

com que esse tempo seja escasso não dando brecha para um descanso fisiologicamente indicado. O mundo está extremamente interligado nos dias de hoje, levando o ser humano a um bug de informações e fazendo com que se torne um suplício viver.

Na imagem, observa-se uma pessoa sem sono, fumando e tomando café de madrugada. O plano de câmera empregado foi o PLONGÉE (palavra francesa que significa “mergulho”) – quando a câmera está acima do nível dos olhos, voltada para baixo. Também chamada de “câmera alta”.

Na foto, nota-se o estresse e insônia, dois dos males enfrentados pela sociedade. O estresse é uma reação natural do nosso organismo, é algo causado pelo corpo para fugir de alguma situação adversa, fazendo com que sintamos dores de cabeça, falta de concentração, dores pelo corpo, temperamento explosivo. Na insônia, que está acompanhada do estresse, vemos a falta de sono ou falta de qualidade do mesmo, trazendo inúmeros malefícios para a saúde, como ansiedade, depressão, cansaço extremo, perda de motivação, prejuízo na vida social, familiar e no trabalho, sonolência, dificuldade no humor.

Figura 1: Estresse e insônia



Fonte: Oliveira, 2024

Tudo isso é um reflexo da vida acelerada que muitos enfrentam hoje, marcada pela constante pressão de equilibrar trabalho, responsabilidades pessoais e a vida social. Os problemas cotidianos, que parecem se acumular, resultam em um desgaste físico e mental significativo, fazendo com que a energia se esgote rapidamente.

A dificuldade de conciliar todos esses aspectos é um desafio cada vez maior, especialmente quando a rotina se mistura com a necessidade de estar sempre conectado. A tecnologia, que deveria facilitar as tarefas, muitas vezes contribui para o aumento da sobrecarga, criando um ciclo vicioso difícil de romper.

A falta de controle sobre o tempo e as distrações digitais resulta em um agravamento do caos, tornando ainda mais difícil priorizar o que é realmente importante. O constante bombardeio de informações, notificações e demandas, aliadas às exigências do mundo real, pode fazer com que as pessoas se sintam desconectadas de si mesmas e daquilo que realmente importa. Isso leva a uma sensação de perda de controle, onde as tarefas se acumulam sem fim, e a sensação de cansaço e frustração se torna constante.

Além disso, a pressão social, muitas vezes alimentada pelas redes sociais, cria uma expectativa de que as pessoas devem estar sempre “produzindo” ou “aparentando” um estilo de vida perfeito. Esse peso, muitas vezes invisível, se soma às responsabilidades diárias e contribui para um ciclo de exaustão ainda mais profundo, onde se torna difícil encontrar um espaço para descanso, reflexão e autocuidado. A constante tentativa de conciliar tantas demandas parece ser um esforço em vão, especialmente para aqueles que não conseguem estabelecer um equilíbrio saudável entre tecnologia, trabalho e vida pessoal.

No fundo, tudo isso pode gerar uma sensação de impotência e desesperança, que se reflete nas atitudes e posturas da figura representada, que, como em um retrato da vida moderna, está imersa em um mar de obrigações e expectativas, buscando um fio de esperança entre as dificuldades que enfrenta diariamente.

Figura 2: Ansiedade e Tecnologia



Fonte: Tietz, 2024

A imagem apresenta uma moça sentada à mesa, com o laptop e o smartphone posicionados centralmente. A televisão à frente da pessoa cria um ponto focal adicional. Os objetos decorativos na estante ao fundo contribuem para a composição geral. A porta aberta ao fundo permite a entrada de luz natural, criando uma atmosfera agradável, no entanto a grade pode passar a impressão de segurança, ou até resguardo para algo não entrar.

Sobre os aspectos visuais e artísticos seguem os seguintes tópicos: (i) fotografia em preto e branco, ausência de cores vibrantes que pode criar uma atmosfera mais introspectiva e reflexiva; (ii) plano aberto que mostra uma parte específica da sala.

A pessoa sentada à mesa está enfrentando dilemas relacionados ao equilíbrio entre trabalho, entretenimento e bem-estar, representa a correria da vida contemporânea, a luta para se concentrar em uma coisa, como a presença do laptop, smartphone e televisão na imagem está relacionada à tecnologia.

Eles são comuns em nosso cotidiano, mas também podem gerar ansiedade: laptop pode representar trabalho, prazos e pressão para estar sempre conec-

tado; smartphone pode estar associado à comunicação constante, notificações e dependência digital; televisão pode simbolizar sobrecarga de informações, notícias negativas ou escapismo. A imagem explora a tensão entre o uso da tecnologia (que pode ser produtivo ou prejudicial) e o impacto emocional que isso tem na pessoa.

Figura 3: Mais um dia da dona de casa



Fonte: Nunes, 2024

Na Figura 3, em um plano inteiro, a composição revela diversos elementos visuais que, quando analisados em uma perspectiva multimodal e metonímica, permitem uma leitura mais profunda das emoções e desafios enfrentados pela protagonista. A mão na cabeça, num gesto de preocupação, estabelece uma conexão imediata com o estado psicológico da figura, sugerindo um momento de reflexão ou tensão. A postura encurvada, sustentada pela pressão de uma das pernas, não apenas indica o desgaste físico, mas também simboliza o esforço constante e invisível da pessoa representada, evocando a exaustão de quem se dedica incessantemente às suas responsabilidades.

O olhar voltado para cima pode ser interpretado como um sinal de busca por algo além da imediata realidade, talvez uma aspiração ou desejo de mudança, mas também sugere uma conexão com a esperança, evidenciada pelas flores que surgem no quadro. As flores, com sua simbologia de renovação e beleza, contrastam com os outros elementos mais pesados da cena, criando um espaço para o otimismo mesmo diante da dificuldade.

A presença de objetos cotidianos, como a vassoura, o ferro, os cabides e as roupas, age como uma representação metonímica do universo da dona de casa. Esses elementos, associados a atividades domésticas, não apenas reforçam a ideia de um papel social específico, mas também revelam o peso simbólico e as limitações da vida cotidiana dessa figura, sugerindo um cotidiano imerso em responsabilidades que muitas vezes passam despercebidas.

A interação entre todos esses aspectos visuais cria uma narrativa visual rica, que reflete não apenas o esforço físico e emocional, mas também a resistência e a busca por um significado maior, mesmo em meio aos desafios diários.

Conclusão

Durante a pesquisa, discutimos a importância da representação espacial e visual na concepção artística. Elementos visuais, como adereços, cenários e figurinos, não são meros conceitos isolados, mas carregam significados profundos que ressoam no inconsciente coletivo. Além disso, a multimodalidade desempenha um papel fundamental na arte, permitindo conexões criativas e justaposições inesperadas que nos fazem questionar nossas suposições sobre o mundo.

Na área da arte, a junção de linguagens verbais e não verbais cria uma pluralidade de signos. Um gesto, uma imagem, um som ou uma cor podem ser considerados linguagens, cada uma contribuindo para a produção de significado. Essa abordagem multimodal enriquece nossa compreensão de cenas teatrais, fotografias e outras formas de expressão artística.

A imagem fotográfica, por sua vez, transcende o tempo e o espaço. Ela é uma troca simbólica que agencia a memória humana. Ao capturar momentos, a fotografia lida com a dualidade entre perda e permanência. O ato fotográfico envolve escolhas, enquadramentos e interferências do fotógrafo, enquanto a permanência reside na matriz e na cópia, permitindo-nos explorar realidades diversas.

Em suma, a fotografia é intrinsecamente multimodal, conectando-se a diferentes linguagens e significados. À medida que continuamos a explorar essa temática, é essencial reconhecer a riqueza da expressão visual e sua capacidade de nos fazer enxergar o mundo sob novas perspectivas.

Nas fotografias analisadas, a arte nos convida a refletir sobre as tensões e emoções presentes em nosso cotidiano. A tecnologia e as tarefas diárias podem gerar ansiedade, mas também oferecem oportunidades de crescimento e conexão. Como indivíduos, precisamos encontrar um equilíbrio saudável e consciente ao navegar por esses desafios.

Referências

LITTLEMORE, Jeannette. **Metonymy: hidden shortcuts in language, thought and communication**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

LORANDI, Rodolfo Marchetti. **Espetáculos, Shows e Eventos Artísticos**. Florianópolis, SC: Arquê, 2023.

MONTEIRO, Charles (org.). **Fotografia, história e cultura visual: pesquisas recentes** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

SOULAGES, François. **A fotograficidade como reflexão sobre as imagens (de imagens)**. Revista Farol, Vitória, v. 2, n. 18, pp. 142-151, 2017.

TAFNER, Elisabeth; SILVA, Everaldo. **Metodologia Científica**. Indaial: UNIASSELVI, 2013.

VIAPIANA, Vitória Nassar et al. **Adoecimento psíquico na sociedade contemporânea: notas conceituais da teoria da determinação social do processo saúde-doença.** Revista Saúde debate, v. 42, 2018.

WARD, Rodolfo. **Da fotografia documental à artística.** Revista ARS: São Paulo, v.19, 2021.

CAPÍTULO 11

FONTES ESPECIALIZADAS DE INFORMAÇÃO EM DOENÇAS RARAS

Ana Cleide Patrício de Souza

Genoveva Batista do Nascimento

Doi: 10.48209/978-65-5417-435-B

Introdução

Com a ampliação em grande escala de dispositivos digitais e conectividade, a quantidade de informações disponíveis também ampliou exponencialmente, aumentando a disponibilidade dessas informações em todo o mundo e impactando aspectos da sociedade contemporânea.

Nesse sentido, o bibliotecário, em sua atividade prática deve recuperar e atender as necessidades de qualquer pessoa ou organização, fazendo uso de critérios e estratégias específicas para alcançar os resultados, assim, para lidar com esses desafios, pessoas e organizações necessitam buscar maneiras para filtrar as informações obtidas nas fontes digitais, especificamente sobre doenças raras, temática contemplada nesse capítulo.

As tecnologias digitais de informação e comunicação permitem a conexão instantânea e global entre pessoas, organizações e culturas, transformando a maneira como interagimos e compartilhamos essas informações. A interconexão de dispositivos inteligentes permite a transferência eficiente de dados e a comunicação em tempo real, facilitando a colaboração e o acesso à informação

em qualquer lugar e a qualquer momento, portanto, precisamos ter segurança com o que compartilhamos e acessamos.

Neste capítulo, nosso objetivo é apresentar fontes especializadas de informação sobre doenças raras, na tentativa de ampliar a conscientização relativa a divulgação da informação sobre as mais diversas doenças raras existentes. Expandido o conhecimento por meio dessas fontes especializadas pode colaborar na disponibilização de dados e estudos sobre doenças raras, onde as pessoas podem compartilhar, oferecer recursos e orientação para pacientes e familiares afetados.

Desse modo, cria-se uma necessidade de abrangência das informações como uma forma de transformá-las em conhecimento sobre o tema, cuja importância do acesso à informação e ao conhecimento como recurso que permite ser trabalhado pelos afetados: familiares, gestores, equipe multidisciplinar a partir das fontes de informação sobre doenças raras.

Trata-se de um estudo bibliográfico realizado por meio de uma revisão da literatura científica e da busca em *websites* de organizações e associações sobre doenças raras.

Postuladas as considerações anteriores, esse capítulo apresenta fontes especializadas de informação que ampliam o acesso, uso, reuso sobre as doenças raras, além de conscientizar os leitores sobre as referidas doenças. Portanto, ressalta-se que, este estudo sobre as fontes de informação busca auxiliar nas necessidades informacionais daqueles que buscam informações sobre a temática.

Fontes de Informação

As fontes de informação são materiais informativos utilizados para fazer uma pesquisa sobre determinado assunto, também são usadas para fazer o levantamento bibliográfico conforme a necessidade informacional de qualquer pessoa.

Essas fontes de informação referem-se a recursos utilizados para obtenção de conhecimento, que inclui livros, periódicos, documentos e fontes digitais, fornecendo uma gama de materiais para pesquisa e atender a uma determinada demanda e/ou necessidade dos indivíduos.

O conceito de fonte de informação por Cunha (2016, p.8), abarca “manuscritos e publicações impressas e objetos como amostras minerais, obras de arte ou peças museológicas” [...]. Existe uma vasta quantidade de materiais informacionais com diversas funções e suportes de armazenagem diversificado em meio impresso ao eletrônico. No Guia BVS (2003), fonte de informação é conceituada como qualquer recurso que responda uma demanda por parte dos usuários, que incorpora produtos e serviços de informação, pessoas ou rede de pessoas e programas de computador.

As Fontes de informação especializadas relacionam-se a fontes de determinada área do conhecimento específico (um recorte), no caso no nosso estudo o tema específico são as doenças raras. As fontes de informação são classificadas em três tipologias: fontes primárias, secundárias e terciárias, o que dependerá da sua originalidade e sua aproximação com a fonte de origem.

Fontes primárias: São documentos originais, que oferecem visões diretas e não interpretadas de um assunto e proporcionam insights autênticos e informações de primeira mão sobre um determinado tema ou período histórico. São essenciais para pesquisas que exigem evidências primárias e fontes autênticas, como: cartas, diários, entrevistas e trabalhos de pesquisa, pesquisa em andamento, teses, dissertações, relatórios técnicos, periódicos, etc, **Fontes Secundárias:** As fontes secundárias apresentam uma interpretação crítica de análises, resumos de eventos, interpretações, obras ou temas localizados em fontes de informação primária. **Exemplos:** Base de dados e Banco de Dados, Bibliografias e índices, Biografia, Catálogos de Bibliotecas, Centros de Pesquisas e Laboratórios, Dicionários e Enciclopédias, Filmes e Vídeos, Livros, Manuais etc. e **Fontes Terciárias:** definidas como coletâneas de informações resumidas o compiladas de fonte primárias e secundárias, com o propósito de auxiliar e sinalizar ou indicar em um universo amplo de fontes de informação sem a necessidade de acessar cada na fonte original. Por exemplo: Enciclopédias, índices, e almanaques são exemplos comuns de fontes terciárias (Cunha, 2016, p.172, grifo nosso)

As fontes de informação são caracterizadas conforme, Pinheiro (2006, p.3) por abranger [...] tanto as fontes primárias, secundárias e terciárias, e fiodisponíveis eletronicamente na Internet, quanto as novas fontes construídas especificamente para o meio eletrônico.

No campo científico, são aquelas que nos permitem criar, recriar e ter acesso ao conhecimento sobre um assunto ou área de nosso interesse ou pesquisas. De modo que, as fontes de informações são referências sobre o que está registrado e disponível ao ser humano, possibilitando reinventar ou compreender melhor seu objeto de estudo (Araújo; Fachin, 2015, p. 84).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), doenças raras são aquelas que afetam até 65 pessoas a cada 100 mil indivíduos ou 1,3 a cada dois mil. O número exato de doenças raras ainda é desconhecido, mas, atualmente, são descritas de sete a oito mil doenças na literatura médica, sendo que 80% delas decorrem de fatores genéticos e os outros 20% estão distribuídos em causas ambientais, infecciosas e imunológicas e aproximadamente, 75% das doenças raras afetam crianças.

As doenças raras apresentam diagnósticos desafiadores, e por existir um desconhecimento comum sobre essas condições acaba por levar a diagnósticos errados e atrasados, e as informações precisas são essenciais para o desenvolvimento de terapias e cuidados adequados e tratamentos específicos.

As doenças raras são caracterizadas por uma grande diversidade de sintomas e **sinais que variam não só de doença para doença, mas também de paciente para paciente** que sofre da mesma doença. Devido à baixa prevalência de cada doença, a especialização médica é rara, o conhecimento é escasso, a oferta de cuidados é inadequada e a investigação é limitada. Apesar do seu grande número global, **as pessoas com doenças raras são órfãs dos sistemas de saúde**, sendo muitas vezes negadas o diagnóstico, o tratamento e os benefícios da investigação (Eurodis, 2024, p.2 grifo nosso).

As doenças raras incluem, mas não se limitam as doenças genéticas raras, cânceros raros, doenças infecciosas raras, envenenamentos raros, doenças raras relacionadas com o sistema imunitário, doenças idiopáticas raras e condições

raras indeterminadas. Os desafios incluem um longo percurso de diagnóstico, gestão clínica inadequada e acesso limitado ao conhecimento e a tratamentos eficazes (Rares; Dienes, 2024).

As Doenças Raras também impactam socialmente e a sua compreensão promove empatia tornando a sociedade mais inclusiva, e tal alcance ocorre por meio da conscientização que pode reduzir o desconhecimento e diminuir estereótipos e estigmas existentes na sociedade referente ao capacitismo.

Nesse sentido, disponibilizar informação de forma contínua, sustentável e confiável na área da saúde não tem se mostrado uma tarefa trivial, sobretudo, pelas questões relacionadas ao aumento exponencial no volume de informações e a heterogeneidade de padronizações do vocabulário médico que possui vasta oferta de fontes especializadas (Oliveira, 2014).

Para qualquer pessoa buscar informações sobre doenças raras, torna-se essencial acessar fontes de informações e cuidado na avaliação e seleção das mesmas que envolve a credibilidade, atualização, acessibilidade e relevância.

Deve-se evitar informações incorretas que levem a tratamentos ineficazes, a limitação de informações precisas devido à natureza incomum das doenças raras precisa ser acessada e a informação deve impactar positivamente a qualidade de vida dos pacientes a partir do conhecimento preciso com credibilidade e relevância.

Medir a qualidade de informação é uma maneira de “classificar e identificar as informações que podem atender melhor aos interesses e necessidades” das pessoas, atentando para os critérios existentes na literatura científicas para avaliação da qualidade das fontes de informação é essencial para o acesso à informação (Dutra; Barbosa, 2017).

Assim, a importância das fontes de informação em qualquer área do conhecimento humano por formar a base do conhecimento adquirido e fundamentais para a condução de estudos e pesquisas eficazes nos diversos campos de estudo, podem contribuir para a disseminação e o aprimoramento do conhecimento acadêmico.

Fontes Especializadas em Doenças Raras

Além das Bibliotecas físicas e acervos médicos existentes em instituições do país, lugares onde livros e periódicos são organizados e disponibilizados para ser acessado pelo público, oferecendo uma variedade de recursos impressos e também eletrônicos com repositórios próprios para uso.

Outro espaço importante para obtenção de informações são as comunidades de pacientes e grupos de apoio que fornecem informações e recursos úteis. No espaço virtual das redes sociais existem uma série de comunidades e grupos de apoio para as mais diversas doenças raras, a grande maioria tem nas redes sociais contatos para conectar pessoas.

Para o nosso estudo, destacamos as associações ou alianças médicas¹, Banco de Dados, Centros de informações, Institutos de pesquisa, portais, organizações e tesouros.

Aliança Brasileira de Genética - Com a missão de divulgar informações sobre as doenças raras apresentamos a ABG - Aliança Brasileira de Genética – ABG, constituída por vários associados que podem ser profissionais da saúde e grupos de pacientes, com a missão de divulgar informações sobre condições genéticas e, com isso, facilitar o diagnóstico, acesso ao aconselhamento e tratamento, com o objetivo de difundir conhecimentos sobre síndromes e doenças genéticas; congregar pessoas, organizações e instituições interessadas em apoiar famílias com síndromes ou doenças genéticas; formar uma rede de informações e construir um banco de dados sobre síndromes e doenças genéticas no Brasil, representar os interesses das pessoas portadoras ou afetadas por síndromes ou doenças genéticas (Aliança Brasileira de Genética, 2014).

A Casa Hunter, é uma instituição sem fins lucrativos e sem filiação política ou religiosa, com intuito de garanti soluções públicas e sensibilidade do

¹ Sendo as Associações ou Alianças Médicas, organizações profissionais da área da saúde disponibilizam informações revisadas por especialistas, atualizadas e oferecem ainda suporte aos afetados e sua família.

setor privado e sociedade em geral, para os pacientes, familiares, amigos, profissionais de saúde, especialistas e aqueles que se interessam pela causa (Casa Hunter, 2024) e;

Global genes (Genes globais) - nasceu para conectar, capacitar e inspirar a comunidade de doenças raras compreendemos muito bem a confusão, a experiência avassaladora do desconhecido e os sentimentos de isolamento. Foi por esta razão que a Global Genes nasceu – para ligar, capacitar e inspirar a comunidade das doenças raras (Global Genes, 2024).

Bancos/Bases de Dados Online-Referência

Para Doenças Raras, essas fontes incluem plataformas digitais que armazenam uma grande quantidade de informações e oferecem recursos avançados de pesquisa.

A Orphanet se destaca por ser um “recurso único que reúne a informação e promove o conhecimento sobre as doenças raras de forma a melhorar o seu diagnóstico, o cuidado e tratamento dos doentes com este grupo de doenças” (Orphanet, 2024). A Orphanet é especializada e apresenta dados sobre as doenças raras com elevados padrões de qualidade e garante, a todos os interessados, uma igualdade no acesso ao conhecimento e “mantém a nomenclatura Orphanet de doenças raras (código ORPHA), essencial para uma melhoria da visibilidade das doenças raras nos sistemas de informação em saúde e na investigação clínica” (Orphanet, 2024).

Portais e centros de informações *Online*

As plataformas Virtuais oferecem recurso e conexões com a comunidade de paciente fornecendo acesso a dados clínicos e científicos atualizados e referências bibliográficas sobre doenças raras, destacamos que os *Websites* são especializados e confiáveis dedicados a doenças raras e tratamentos, são eles:

Portal Redes Raras – no portal/Atlas Brasileiro *Online* de Doenças Raras

é um serviço oriundo da Rede Nacional de Doenças Raras, foi desenvolvido para disseminar informações do inquérito de representatividade nacional acerca da epidemiologia, recursos diagnósticos e terapêuticos empregados, quadro clínico e custo com doenças raras de origem genética e não genética no Brasil, ademais informações e conhecimentos significativos que abarcam a competência de doenças raras (Redes Raras, 2024).

Convivendo com Doenças Raras - busca apresentar as informações iniciais sobre um diagnóstico de forma simplificada, facilitando o entendimento. Desse modo, trabalhar na divulgação das doenças raras, encaminhando informação correta auxiliando no aumento da conscientização (Convivendo com Doenças Raras, 2024).

Muitos Somos Raros (MSR) - a Plataforma, atua como provedora de conteúdo inédito e relevante sobre doenças raras para a sociedade civil, as autoridades em saúde e a grande imprensa e através da Agência de Notícias MSR (Muitos Somos Raros, 2024).

Organizações e centros de pesquisa

As organizações de Doenças Raras e Centros de pesquisa estão em diversos países, buscando auxiliar pessoas e pesquisadores, disponibilizando informações sobre as organizações de pessoas (grupos, alianças, associações) com alguma doença rara, específica ou mesmo um grupo de doenças raras, são elas:

A EURORDIS (Rare Diseases Europe (Doenças Raras Europa), é uma aliança não governamental de organizações de pacientes, liderada pelos pacientes, que representa 860 organizações de pacientes com doenças raras em 70 países. Somos a voz de 30 milhões de pessoas afetadas por doenças raras em toda a Europa. Ao ligar pacientes, famílias e grupos de pacientes, bem como ao reunir todas as partes interessadas e mobilizar a comunidade das doenças raras, a EURORDIS fortalece a voz dos pacientes e molda a investigação, as políticas e os serviços aos pacientes (Eurordis, 2024)

GARD (Genetic and Rare Diseases Information Center – USA – Centro de Informações sobre Doenças Genéticas e Raras – EUA) - a missão do Centro de Informação sobre Doenças Genéticas e Raras, é ajudar a comunidade das doenças raras a enfrentar estes desafios comuns, fornecendo acesso gratuitos a informações confiáveis e fáceis de entender (Gard, 2024).

NORD (National Organization for Rare Diseases – USA – Organização Nacional para Doenças Raras – EUA), que promove mudanças práticas, significativas e duradouras para que as pessoas com doenças raras possam viver as suas vidas da melhor forma possível. A Nord diariamente, amplia os cuidados, avançando nas investigações e dinamizamos políticas de uma forma intencional e holística para promover a comunidade das doenças raras (Nord,2024)

Os sistemas terminológicos utilizados por Oliveira *et al* (2014), faz uso da expressão utilizada como um termo genérico para as classificações, os vocabulários, as nomenclaturas, as ontologias e os tesauros, foram incorporados à prática de atenção à saúde por se configurarem como grandes fontes de informação.

Tesauros

O tesouro *MeSH* (*Medical Subject Headings*) de vocabulário controlado e organizado hierarquicamente produzido pela NLM (*National Library of Medicine*), utilizado para indexação, catalogação e busca de informações biomédicas e relacionadas à saúde. MeSH incluído os cabeçalhos de assunto que aparecem no *MEDLINE/PubMed*, no Catálogo NLM e em outros bancos de dados NLM.usado para indexar artigos para a PubMed (Pubmed, 2024).

Decs - O *tesouro* multilíngue DeCS/MeSH – Descritores em Ciências da Saúde/*Medical Subject Headings* criação da *BIREME* para servir como uma linguagem única na indexação de artigos de revistas científicas, livros, anais de congressos, relatórios técnicos, e outros tipos de materiais, bem como para ser usado na pesquisa e recuperação de assuntos da literatura científica nas

fontes de informação existentes e disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) como *LILACS*, *MEDLINE* e outras, desenvolvido a partir do *MeSH – Medical Subject Headings* da *U.S. National Library of Medicine (NLM)* com o objetivo de permitir o uso de terminologia comum para pesquisa em múltiplos idiomas, proporcionando um meio consistente e único para a recuperação da informação (BVS, 2024).

Publicações especializadas acadêmicas

A PUBMED com suas publicações especializadas, onde oferecem artigos de pesquisa revisados por pares, segue contribuindo para o conhecimento acadêmico, com publicações e revistas científicas especializadas em doenças raras. Sendo até o presente uma das principais fontes de referência para profissionais de saúde e pesquisadores e Estudos e Pesquisas focados em Doenças Raras. Compreendendo mais de 36 milhões de citações de literatura biomédica do Medline, revistas de ciências biológicas e livros *online*, nas citações podem ainda incluir *links* para conteúdo de texto completo do PubMed Central e sites de editores (Pubmed, 2024). Além dos mais diversos periódicos da área de saúde que congregam a temática eventualmente em suas publicações.

Considerações Finais

Como pontuamos no decorrer do capítulo, as doenças raras são condições médicas que afetam uma proporção da população e geralmente, são crônicas, progressivas, debilitantes e potencialmente fatais e essas doenças frequentemente carecem de informações atualizadas e confiáveis, e a ausência dessas informações causam dúvidas, confundem, dificultando o diagnóstico e tratamento adequado.

As fontes de informações sobre doenças raras auxiliam e ampliam a conscientização, identificamos algumas fontes de informação em doenças raras e suas tipologias que podem auxiliar na orientação para especialistas e pesquisadores, pacientes e familiares afetados.

As doenças raras afetam um número limitado de pessoas o que torna difícil diagnosticá-las, causam um grande impacto na qualidade de vida dos pacientes e de suas famílias e as pesquisas recebem menos atenção e financiamento para pesquisas de tratamento e cura. Os resultados deste estudo apresentam as fontes de informação nas tipologias existentes sobre doenças raras úteis para serem utilizadas com segurança e com eficiência.

Com o crescimento das tecnologias digitais e aumento do fluxo de informacional, há um excesso dessas informações e em contrapartida também há mais dificuldade para localizar as fontes de informação com credibilidade.

Apesar das fontes de informação sobre as doenças raras estarem apresentadas, espera-se que este capítulo desperte o interesse de outros pesquisadores, profissionais da informação e da saúde para ampliar o diálogo e mostrar outras fontes de informação sobre doenças raras de acesso confiável.

Referências

ARAUJO, N. C.; FACHIN, J. Evolução das fontes de informação. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 29, n.1, p. 81-97, 2015. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/download/44264>. Acesso em: 12 jan. 2025

ABG. Aliança Brasileira de Genética. Disponível em: <https://www.rarediseaseday.org/friends/alianca-brasileira-de-genetica-abg/>. Acesso em: 10 jan. 2025

BVS. Decs. Disponível em: <http://decs.bvs.br/> Acesso em: 12 dez. 2024

CASA HUNTER/CASA DOS RAROS. Casa dos raros. Disponível em: <https://www.casahunter.org.br/casa-dos-raros/>. Acesso em: 12 mar. 2024

CESAD. Fontes de informação. Disponível em: https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalago/10425314092023Aula_04-Fontes-de-Informacao-II.pdf. Acesso em: 18 out. 2024

CONVIVENDO COM DOENÇAS RARAS. Disponível em: <https://convivendocomdoencasraras.com.br/>. Acesso em: 20 out. 2024

CUNHA, Murilo Bastos da. **Para saber mais:** fontes de informação em ciência e tecnologia. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2016.

DUTRA, F. G.; BARBOSA, R.R. Modelos e Critérios para avaliação da qualidade de fontes de informação: uma revisão sistemática de literatura. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.27, n.2, p. 19-33, maio/ago. 2017.

EURORDIS. **O que são doenças raras?** Disponível em: <https://www.eurordis.org/information-support/what-is-a-rare-disease/>. Acesso em: 14 fev. 2024.

FERREIRA, Renata Costa; JARDIM, Vaniéli Maia César, ZIVIANI, Fabricio. Fontes de informação para geração da inteligência competitiva nas organizações: uma revisão ampliada de literatura. **Inf. Pauta**, Fortaleza, CE, v. 3, n. 2, jul./dez. 2018 | ISSN 2525-3468.

GARD. **Centro de Informação sobre genética e doenças raras.** Disponível em: <https://rarediseases.info.nih.gov>. Acesso em: 23 jun. 2024

GLOBAL GENES. **Você não está sozinho.** Disponível em: <https://globalgenes.org>. Acesso em: 17 abr. 2024

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MUITOS SOMOS RAROS. **Sobre.** Disponível em: <https://muitossomosraros.com.br>. Acesso em: 23 jun. 2024.

NORD. **Organização Nacional para doenças raras.** Disponível em: <http://www.rarediseases.org>. Acesso em: 28 jun. 2024.

ORPHANET. **Conhecimento sobre doenças raras e medicamentos órfãos.** Disponível em: <http://www.orpha.net>. Acesso em: 23 jan. 2025.

OLIVEIRA, Jacqueline Pawlowski, ALMEIDA, Maurício Barcellos ARAÚJO, Eliane Pawlowski Oliveira MIRANDA, CAMPOS DE MIRANDA, Nina Cláudia Mendonça. Fontes de Informação Especializada em saúde: proposta de critérios para avaliação MEDINFORM III: Colóquio Internacional de Medicina na era da informação. 2014. Disponível Em: https://mba.eci.ufmg.br/downloads/Medinfor_fontes-informacao-especializadas.pdf Acesso em: 23 jan. 2025.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Fontes ou recursos de informação: categorias e evolução conceitual. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia, Rio de Janeiro: IBICT, v. 1, n. 1, 5 p. 2006. Disponível em: Acesso em: 23 jan. 2025.

PORTAL DE DOENÇAS RARAS: PUBMED. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/mesh/> Acesso em: 23 jan. 2025.

RARES DISESES INTERNACIONAL. **Descrição para doenças raras.** Disponível em: <https://www.rarediseasesinternational.org/description-for-rd/#coredefinition1>. Acesso: 23.02.2024.

REDE RARAS. Disponível em: <https://raras.org.br>. Acesso em: 20 mar. 2024.

SANTOS, Augusto César Carvalho dos. **Onde os raros são comuns:** relatos, estratégias e reflexões acerca dos “clusters” em genética médica populacional Tese (Doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/250225>. Acesso em: 10 jan. 2025.

TOMAÉL, Maria Inês; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. (org.). **Avaliação de fontes de informação na internet.** Londrina: EDUEL, 2004.

TOMAÉL, Maria Inês; ALCARÁ, Adriana Rosecler (org.). **Fontes de informação digital.** Londrina: Eduel, 2016.

CAPÍTULO 12

NEOEXTRATIVISMO X JUSTIÇA AMBIENTAL: PRÁTICAS EDUCATIVAS DIALÓGICAS NO CONTEXTO DO PAMPA GAÚCHO

Ana Paula Tacques

Doi: 10.48209/978-65-5417-435-C

Resumo: Esta pesquisa analisa os impactos da atividade carbonífera no Pampa Gaúcho, à luz da justiça ambiental. Nesta égide, a cidade gaúcha de Candiota e seu extenso histórico extrativista constitui *locus* privilegiado para a análise da hipótese de que a intersecção entre educação popular, saúde e meio ambiente permite uma abordagem holística, pautada na sustentabilidade e interculturalidade, com o escopo de revelar relações de poder e influenciar práticas pedagógicas libertárias. Adotando uma abordagem interdisciplinar, o estudo utiliza métodos qualitativos como revisão bibliográfica e análise de dados secundários, investigando como diferentes atores sociais enfrentam os impactos socioambientais e de que forma as comunidades locais lidam com as limitações impostas por esse modelo econômico espoliatório. Ao incorporar práxis pedagógicas dialógicas em Perspectiva freireana, dialogando diretamente com a realidade local, o estudo destaca a importância de estratégias coletivas e intersetoriais para superar as desigualdades, garantindo o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida das populações em regiões mineradoras. Em conclusão, a pesquisa defende que o diálogo, a educação popular e a valorização das práticas de resistência constituem elementos indispensáveis para construir soluções integradas e promover a efetivação de direitos fundamentais em contextos de exploração carbonífera como o da cidade de Candiota.

Palavras-chave: Carvão; Justiça ambiental; Neoextrativismo; Pampa Gaúcho; Educação Dialógica; Território.

Abstract: his research analyzes the impacts of coal mining activities in the Pampa Gaúcho region through the lens of environmental justice. In this context, the city of Candiota, in the state of Rio Grande do Sul, with its extensive history of extractivism, serves as a privileged locus for analyzing the hypothesis that the intersection of popular education, health, and the environment enables a holistic approach based on sustainability and interculturality. The study aims to reveal power relations and influence emancipatory pedagogical practices. Adopting an interdisciplinary approach, the research employs qualitative methods such as literature review and secondary data analysis, investigating how different social actors address socio-environmental impacts and how local communities cope with the limitations imposed by this exploitative economic model. By incorporating dialogical pedagogical praxis within Paulo Freire perspective, directly engaging with the local reality, the study highlights the importance of collective and intersectoral strategies to overcome inequalities, ensuring sustainable development and improving the quality of life for populations in mining regions. In conclusion, the research argues that dialogue, popular education, and the valorization of resistance practices are essential elements for constructing integrated solutions and promoting the realization of fundamental rights in contexts of coal mining exploitation, such as in the city of Candiota.

Key Words: Coal; Environmental justice; Neoextractivism; Pampa Gaúcho; Dialogical Education; Territory.

Introdução

A região do Pampa Gaúcho constitui um dos biomas mais antigos e ecologicamente ricos do país. (Mazurana *et al*, 2016). No entanto, é também uma área marcada por uma exploração mineral intensiva, que há décadas tem sido uma das principais fontes de renda para muitas comunidades. (Fritz *et al*, 2023).

Neste quadro teórico, a exploração carbonífera, predominante em municípios como Candiota, cidade gaúcha conhecida como “a capital do carvão”, tem gerado significativos impactos socioambientais, afetando a saúde de todo o ecossistema social. O amplo histórico de exploração carbonífera da região produziu uma sociedade fragmentada em que “(...) pessoas cobertas de fuligem

de carvão eram excluídas da convivência de pessoas que eram especializadas das usinas” (Pereira, 2020).

Por conseguinte, urge a incorporação de práticas sustentáveis que constituam alternativas econômicas à exploração dos recursos naturais.

Neste cenário, a educação popular em saúde e meio ambiente surge como uma importante ferramenta emancipatória (Freire, 2023), promovendo a transformação social à luz do conceito de justiça ambiental, enquanto perspectiva teórica e prática (Acselrad, 2009) com enfoque nos direitos fundamentais como a saúde e bem estar social, resistência e emancipação de comunidades (Rodriguez Garavito, 2016) afetadas pela lógica hegemônica neoextrativista (Gudynas, 2024), estimulando a busca por alternativas sustentáveis que promovam desenvolvimento econômico e, primordialmente, social.

Gize-se que, a mera leitura do artigo 225 da Carta Magna de 88 revela o dever de proteção ao meio ambiente, tanto por parte do poder público quanto da sociedade civil organizada, no intuito de preservar o equilíbrio ambiental (Brasil, 2016; Wedy, 2019).

Urge compreender como a integração entre o conhecimento científico e popular pode contribuir para a construção de uma nova visão de futuro para a região.

Nesse processo, a educação em perspectiva dialógica desempenha um papel central ao incentivar a reflexão crítica (Loureiro *et al*, 2014) extrapolando a mera conscientização sobre os riscos da atividade carbonífera, com enfoque na busca por alternativas econômicas pautadas em ecologias políticas de resistência.

O objetivo central é compreender como a educação em perspectiva dialógica, ao atuar de maneira intersetorial (Garcia, 2014) pode contribuir para a construção de alternativas econômicas socialmente sustentáveis, promovendo a melhoria das condições de saúde da população local, respeitando as particularidades da cultura local e do meio ambiente. (Brandão, 2008).

Metodologia

A metodologia de um estudo que se propõe a analisar a interação entre educação, saúde e meio ambiente, em particular em uma região afetada pela exploração carbonífera como Candiota, precisa ser desenhada de forma a englobar as diferentes dimensões da realidade local.

Nesse contexto, o estudo adotou uma abordagem metodológica qualitativa, com foco na revisão bibliográfica Narrativa (Gil, 2018) aliada ao levantamento de dados secundários e análise documental (Bardin, 2016).

Foram excluídos da revisão os estudos que tratavam exclusivamente de indicadores relativos a impactos e riscos à saúde relacionados à exploração carbonífera sem absorver as questões socioambientais locais, aqueles cujas práticas educativas não eram pautadas expressamente na dialogicidade, bem como os que analisavam o trabalho em minas de carvão sem explorar estratégias de resistência e mobilização comunitária.

O critério de inclusão dos trabalhos considerou estudos acadêmicos, relatórios institucionais e documentos que abordam: (i) justiça ambiental; (ii) questões socioambientais em contextos neoextrativistas; e (iii) educação popular em perspectiva freireana. Ao final, a análise incluiu 19 trabalhos, entre artigos científicos, livros e relatórios técnicos.

A revisão foi complementada pela análise qualitativa de dados secundários disponíveis sobre a região, com foco no estudo de representações sociais (Moscovici, 2015) exploradas em estudos acadêmicos (Fritz et al., 2003; Pereira, 2015; Vanacor, 2020) e relatórios técnicos de organizações como o DIEESE (2023). Essa abordagem permite a compreensão aprofundada dos fenômenos sociais, culturais e ambientais relacionados ao local, propiciando a construção de uma narrativa que seja fidedigna à realidade vivida pela comunidade (Brandão, 2008).

A pesquisa também adotou uma perspectiva intersetorial ao englobar diferentes áreas (saúde, educação, meio ambiente e gestão pública). Essa abordagem foi fundamental para entender as interações entre os vastos campos do conhecimento e as formas como eles detêm influência mútua na construção de soluções para os desafios enfrentados pela comunidade de Candiota.

A análise intersetorial permitiu que se observassem as lacunas nas políticas públicas locais, assim como as potencialidades de ações intersetoriais nas áreas de saúde, educação e meio ambiente (Garcia, 2014).

Desta forma, a análise dos dados coletados na pesquisa sobre a relação entre saúde, educação e meio ambiente em Candiota revela uma série de interconexões entre os temas abordados, trazendo consigo profundas implicações para a qualidade de vida da população local.

Na seção seguinte exploraremos os principais resultados, com enfoque na revisão bibliográfica e análise de dados, além de discutir suas implicações sociais, educacionais e ambientais.

Resultados e Discussão

Impactos da Mineração na Saúde Local

A mineração de carvão em Candiota constitui um dos principais fatores que afetam diretamente a saúde da população (Fritz *et al*, 2014).

A pesquisa revelou que, embora a população local esteja ciente dos impactos negativos da mineração, a falta de apoio institucional e a carência de políticas públicas eficazes dificultam a implementação de soluções duradouras. (DIEESE, 2023).

Interações entre Saúde, Educação e Meio Ambiente

A interconexão entre os temas de saúde, educação e meio ambiente é clara na comunidade de Candiota. Com efeito, a conscientização crítica revela-se importante ferramenta emancipatória, contribuindo para o enfra-

quecimento do ciclo de degradação socioambiental (Freire, 2023; Loureiro, 2014) que afeta comunidades carboníferas do Pampa Gaúcho. Neste sentido, a práxis pedagógica dialógica contribui com a implementação de políticas públicas intersetoriais (Garcia, 2014), integrando questões de saúde pública e educação dialógica em prol da efetiva transformação social.

Desafios e Oportunidades

A análise das representações sociais de membros da comunidade sobre a exploração carbonífera revela a questão do pertencimento como elemento central nas narrativas (Bardin, 2011; Vanacor, 2020), aspecto reforçado em entrevistas que integram relatórios técnicos de organizações como o DIEESE (2023).

Esse contexto reflete o conceito de Paulo Freire sobre a “visão do mundo constituída pela situação concreta” (2023). O desafio educativo é promover uma leitura crítica sobre a dependência do carvão e suas contradições, promovendo a articulação entre as políticas públicas de saúde, educação e meio ambiente. Apesar de existirem iniciativas pontuais em cada uma dessas áreas a integração e a cooperação entre elas são escassas e carecem de sustentabilidade econômica (Garcia, 2014) o que limita a eficácia das ações no combate aos problemas locais, principalmente à longo prazo.

Por outro lado, a pesquisa também indicou que há uma crescente mobilização da sociedade civil em busca de soluções mais integradas e sustentáveis. (Weissheimer, 2018).

Desta forma, a implementação de um modelo de gestão ambiental intersetorial, que envolva a colaboração entre saúde, educação, meio ambiente e as próprias comunidades, poderia representar um avanço significativo na resolução dos problemas enfrentados pela população de Candiota.

Considerações Finais

O estudo revelou que as comunidades carboníferas do Pampa Gaúcho enfrentam significativos riscos e impactos relacionados à mineração, principalmente no que tange à efetivação de direitos fundamentais. Convergências entre os campos da saúde, educação e meio ambiente evidenciaram relevantes iniciativas locais destinadas a superar esses obstáculos.

A pesquisa reforça a necessidade urgente de políticas públicas mais integradas e eficazes, que abordem as interações complexas e interdisciplinares voltadas à justiça ambiental, que engloba, principalmente, o resguardo dos direitos fundamentais.

Perspectivas futuras incluem práticas pedagógicas que envolvam diversos atores sociais, buscando promover iniciativas e potenciais soluções que promovam melhorias no bem-estar da comunidade.

Neste sentido, o desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais que integrem saúde, educação e meio ambiente, a promoção de uma educação em perspectiva dialógica com enfoque na realidade local, bem como o fortalecimento das ações comunitárias constituem caminhos essenciais para a transformação social das comunidades carboníferas.

O neoextrativismo no Pampa Gaúcho impõe a continuidade de estudos e ações concretas destinadas à saúde do ecossistema ambiental e por conseguinte, à efetiva transformação social.

Referências

ACSELRAD, H. et al. O que é justiça ambiental? Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Traduzido por Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Cultura (movimentos de cultura popular). In: STRECK, Danilo Romeu; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (org.). Dicionário Paulo Freire. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República. (2016)

DIEESE. As trajetórias de vida que se cruzam com a produção do carvão em Candiota, Capivari de Baixo, Lauro Müller, Treviso e Siderópolis. São Paulo: DIEESE, NIDES & ICS, 2023.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 78. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2024.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 87. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2023.

FRITZ, K.B.B et al. A percepção da população do município de Candiota sobre os impactos sociais, econômicos e ambientais decorrentes da exploração e emprego do carvão mineral. Teoria e evidência econômica, Passo Fundo, v. 11, n. 20, p. 119-134, maio 2003.

GARCIA, L. M. T. et al. Intersetorialidade na saúde no Brasil no início do século XXI: um retrato das experiências. Saúde em Debate, [S. l.], v. 38, p. 966-980, dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/rZnYjDrJMxmjzhR-NbRBBR6z/?lang=pt>. Acesso em: 02 jan. 2025.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo, SP: Atlas, 2008. p.75-88

GUDYNAS, E. Estado compensador y nuevos extractivismos. Nueva Sociedad, Buenos Aires, set. 2013. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/estado-compensador-e-novos-extrativismos-as-ambivalencias-do-progressismo-sul-americano/>. Acesso em: 07 set. 2024.

LOUREIRO, C. R. B.; FRANCO, J. B. Aspectos teóricos e metodológicos do Círculo de Cultura: uma possibilidade pedagógica e dialógica em Educação Ambiental. In: LOUREIRO, C.R.B; TORRES, J.R. (orgs). Educação ambiental: dialogando com Paulo Freire. São Paulo: Cortez, 2014.

MAZURANA, J.; DIAS, J.E.; LAUREANO, L.C. Povos e comunidades tradicionais do Pampa. Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia, 2016.

MOSCOVICI, S. Representações sociais: investigações em psicologia social. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. 11. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

PEREIRA, V.C.; ALMEIDA, J. Relações entre a atividade carbonífera e o rural em Candiota, RS, Brasil: análises sobre representações sociais em um contexto de dilemas sobre a energia. RESR, Piracicaba-SP, v. 53, n. 1, p. 127-142, jan./mar. 2015.

RODRÍGUEZ GARAVITO, César (coord.). Extractivismo versus derechos humanos. Buenos Aires: SigloVeintiuno, 2016.

VANACOR, P.L. Atores, escalas e produção do espaço: a atividade carbonífera em Candiota-RS. 2020. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.

WEISSHEIMER, M. O outro lado da terra do carvão: assentamentos do MST, agroecologia e vidas recuperadas. Sul 21, Porto Alegre, 16 fev. 2018. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2018/02/o-outro-lado-da-terra-do-carvao-assentamentos-do-mst-agroecologia-e-vidas-recuperadas/>. Acesso em: 11 ago. 2024.

WEDY, Gabriel de Jesus Tedesco. Litígios Climáticos: de acordo com o Direito Brasileiro, Norte-Americano e Alemão. Salvador: Editora JusPodivm, 2019.

CAPÍTULO 13

IDEALIZAÇÃO DA MASCOTE LIVRONILDO NA DISCIPLINA AÇÃO CULTURAL EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA UFPB

Genoveva Batista do Nascimento

Ana Cleide Patrício de Souza

Maria Amélia Teixeira da Silva

Doi: 10.48209/978-65-5417-435-D

Introdução

Na atualidade, as mascotes ganham as redes sociais e marcam sua presença visibilizando marcas, produtos e serviços. Muito temos evoluído, porém, ainda temos resistência e um distanciamento do perfil profissional bibliotecário e tudo aquilo que pudermos utilizar para quebrar esse estigma e aproximar o público-alvo de determinada unidade de informação é válido e quando conseguimos estabelecer dentro desse cotidiano profissional algo que permita essa aproximação é ideal.

Referente a ação cultural, de acordo com Coelho Neto (1989), além de definir-se como área específica de trabalho, ensino e pesquisa, constitui-se num conjunto de conhecimentos e técnicas com o objetivo de administrar o processo cultural - ou sua ausência, como é mais comum – de modo a promover, uma distribuição mais equitativa da cultura, a partir de ações que desperte o interesse do público, assim, a ação cultural se configura como a execução desenvol-

vida para a promoção de atividades que favoreçam transformações coletivas e individuais.

Diante do exposto e incluindo a nossa realidade podemos fazer uso da mascote Livronildo para realizarmos a divulgação de outras ações, chamar atenção para eventuais programações, atrair público e estimular novas ações. O interesse no estudo sobre a temática “mascote” em bibliotecas, surgiu na disciplina Ação Cultural em Unidades de Informação, do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba. Objetiva apresentar a idealização da mascote Livronildo, e também, relatar o processo de construção e presença da mascote nas ações desenvolvidas na referida disciplina.

Considerações sobre Ação Cultural

Conforme Cabral (1998, p.94), “esse campo de atuação profissional extremamente rico e transformador, em que os sujeitos passam da condição de meros consumidores de cultura para a de produtores de informação e conhecimento” (Cabral, 1998). O bibliotecário, para atuar em projetos interdisciplinares, precisa estar aberto para o trabalho em equipe e ter um conhecimento mínimo do conteúdo e das demais áreas, dessa maneira o bibliotecário pode conquistar os usuários em sua biblioteca, visibilizando a profissão, desempenhando o seu papel como agente cultural, modificando e movimentando o ambiente da biblioteca e transformando.

A ação cultural pode até não solucionar os problemas existentes na biblioteca, porém, pode facilitar, aproximar e estreitar o relacionamento entre o público e a equipe que atuam com a mediação, a partir “[...] de uma prática que venha a dar sentido e coerência às atividades culturais promovidas dentro e fora do espaço da biblioteca” (Gonçalves, 2011, p. 38) e em outras unidades de informação.

Mascotes de Bibliotecas

“As mascotes, personagens e personalidades, por meio da comunicação publicitária, contribuem midiaticamente para a propagação e a massificação das lendas e mitologias, suscitando a imaginação e favorecendo o consumo” (Santos, 2019, p.5, grifo nosso). Além de marcar de forma identitária as ações culturais e educativas onde a mascote participa como um “símbolo”.

[...] podemos então considerar as mascotes como um dos símbolos, [...], nas quais a leitura das mascotes encontramos todas as suas dimensões visuais que emanam tanto das suas formas gráfico-visuais (desenho, cores, formas etc.), quanto das culturais e estéticas (mensagens e signos) e comunicacionais (publicidade e propaganda) (Santos, 2019, p.8)

Para Perez (2010, p. 41), “mascote” é o termo que se é atribuí “a uma pessoa, animal ou objeto” [...] e [...] “oscila entre o mundo material e a dimensão sobrenatural, entre o tangível e o etéreo, entre o real e o imaginário. E tais personagens de marca “surtem quando a vinculação é mais profunda, ou seja, quando a personagem é um sinal distintivo e diferenciador, de uso exclusivo da marca, e acaba por se tornar um elemento de sua identidade” (Perez, 2010, p. 39). Desse modo, a presença do Livronildo marca as ações realizadas na disciplina, disciplina de ações culturais do curso de Biblioteconomia da UFPB inovando e interagindo com o público interno e externo.

Com base nas colocações anteriores, apresentamos respectivamente algumas mascotes que se destacam em instituições. No Tribunal Superior Eleitoral (TSE), temos a Cora Corujita mascote da ação de incentivo à leitura Biblioteca do TSE. “Seu objetivo é incentivar o gosto pela leitura literária. Ela estará sempre voando pela revista eletrônica com indicações de leitura e dicas para nossos pequenos leitores” (Brasil, 2023).

Figura 1 - Mascote Cora Corujita



Fonte: BRASIL/TSE (2023)

A mascote da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB), a corujinha Laurinha em homenagem a “Laura Russo”, criada para a campanha Eu apoio, eu amo biblioteca, eu quero.

Figura 2 - Mascote Laurinha



Fonte: FEBAB (2023)

No Butantan, temos uma personagem infantil, essa menina que sonha em ser cientista, ela é a mascote do Parque da Ciência, sempre acompanhada da sua melhor amiga Tantan, sua cobra de estimação, criada para a estimular o interesse das crianças pela ciência.

Figura 3 - Mascote Bubu Tantan



Fonte: Butantan (2023)

Sempre que a Bubu aparece é possível identificar o conteúdo disponibilizado que é direcionado para crianças e adolescentes. No site existe a seção Butantan educa tem uma área Bubu Tantan que pode ser acessada tanto na homepage tanto no “Veja+” ou no link direto butantan.gov.br/bubutantan.

Procedimentos Metodológicos

O relato de experiência visa detalhar uma situação em que é possível descrever especificamente essa situação específica, no nosso caso, a idealização da mascote. Para Mussi, Flores e Almeida (2021, p. 65) “[...] é um tipo de produção de conhecimento, cujo texto trata de uma vivência acadêmica e/ou profissional em um dos pilares da formação universitária (ensino, pesquisa e extensão), cuja característica principal é a descrição da intervenção”. Entendemos que o relato de experiência é comumente utilizado em contextos acadêmicos, profissionais e pessoais, no sentido de relatar por meio da explicação situações vivenciadas e/ou experienciadas.

Concernente a pesquisa descritiva, essa é composta por estudos que objetiva descrever determinada circunstância ou contexto (Gil, 2007). O emprego da abordagem qualitativa, se aplica pela compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas (Richardson, 2017).

Idealização da Mascote Livronildo: Resultados e Discussão

Na formação de Biblioteconomia e na disciplina de Ações Culturais em Unidades de Informação, disciplina que possibilita pôr em prática a função social inerente a nossa área e diante dos mecanismos que existem para promover ações culturais e educativas por meio de recursos estratégicos, pontuais e imaginativos usando representações, com vistas a construir sentidos favoráveis as ofertas.

Além da comunicação publicitária para promover e ressignificar os espaços, nós bibliotecários, podemos acrescentar ideias que auxiliem e chamem atenção do visitante, usuário, leitor para os produtos e serviços, programação culturais, avisos importantes etc. E, assim, criar essa memória afetiva onde a mascote será lembrada como representações dos produtos, serviços e ações anunciadas ou após os eventos divulgados, marcando sua identidade visual e, registrando na sua memória esse momento, dito isso, a representação passou a ser construída e utilizada com a mascote da disciplina Ação Cultural em Unidade de Informação como marca.

A mascote foi idealizada em fevereiro do ano de 2023 pela professora Genoveva Batista do Nascimento da disciplina Ação Cultural em Unidades de Informação, a mascote em forma de livro, foi batizada com o nome de Livronildo, confeccionado e estilizado com recursos recicláveis, pela bibliotecária Ana Cleide Patrício de Souza, do perfil @oxentebibliopb.

Livronildo saiu do intangível e ganhou forma se tornando tangível, a personagem materializada em forma de livro e criada para interagir, valorizar colegas bibliotecários, divulgar fontes de informação e participar de ações culturais em unidades de informação e espaços externos, formalmente apresentado no Dia do bibliotecário do ano de 2023, passando a ser adotado para a divulgação de diferentes eventos com programação cultural e marcando presença em outras ações que envolvam o segmento do livro, biblioteca,

eventos em geral da Biblioteconomia e disseminar dicas culturais na rede social Instagram do perfil citado.

Para Batey (2010, p. 210), “é o resumo das principais associações feitas pelo consumidor e das percepções dominantes sobre ela, uma fotografia instantânea que imediatamente vem à mente ao se ouvir o nome da marca”. Essa representação visual e objetos, pessoas, animais ou conceitos que construímos pode ser concretizado ao materializa-la em um suporte físico ou abstrato quando externamos através de imagens mentais (Aumont, 1996, p.80).

Desse modo, esse diálogo visual com os discentes, pessoas e a mascote pode motivar a participação em atividades variadas, assim, Livronildo interage com pequenos e adultos (consumidores de cultura) e socializa nas ações culturais e eventos.

Livronildo em ação

O Livronildo, mascote colaborador da disciplina Ação Cultural em Unidades de Informação, participou de algumas ações e divulgações e aqui apresentadas respectivamente.

- a) Boas práticas de ação cultural em Unidades de Informação: da ideia a prática - A bibliotecária Ana Cleide Patrício de Souza, ministrou uma oficina de Ações Culturais em Unidades de informação: da prática a ação e dentro da oficina ainda realizou uma outra ação cultural com o objetivo de valorizar e visibilizar os talentos de mulheres bibliotecárias dando início a esse outro projeto.

Figura 4 - Mascote Livronildo na oficina



Fonte: Acervo pessoal (2023)

b) Exposição fotográfica - Múltiplos Olhares figura 5, para exaltar o protagonismo da mulher bibliotecária, tendo como destaque a bibliotecária Janete Duarte da Silva, o projeto continua visibilizando as profissionais que atuam em João Pessoa. E o Encontro das palavras com a supervisão da Professora Maria Amélia.

Figura 5 - Exposição de fotografia e Encontro das Palavras



Fonte: Acervo pessoal (2023)

c) Biblioabraço - Dia da Bibliotecária (o) onde abraçou e levou uma mensagem de valorização profissional para os colegas e professores de Biblioteconomia.

Figura 6 - Livronildo visitando a Biblioteca Setorial Berilo Borba do CCSA



Fonte: Acervo pessoal (2023)

d) Sarau poético - Organizado por discentes da Disciplina Ação Cultural em Unidades de Informação (período 2022.2), que recebeu a poetisa Cyelle Carmem, intitulado Paredão Poético (figura 7) a seguir.

Figura 7 - Livronildo com a poetisa convidada



Fonte: Acervo pessoal (2023)

e) I Expo sobre o uso responsável e a importância de preservar acervos em bibliotecas – atividade que mostrou às participantes práticas de cuidados com o acervo, como manuseio, guarda e higienização. Essa ação (figura 8) também foi organizada pelos discentes da disciplina (período 2022.2) e supervisionada pela professora da disciplina Genoveva Batista do Nascimento em colaboração com a bibliotecária Katiane Souza da Biblioteca Setorial Berilo Borba do CCSA/UFPB.

Figura 8 - Livronildo colaborando com a campanha para a preservação do acervo



Fonte: Acervo pessoal (2023)

A mascote, independente do término da disciplina em cada semestre, continuará marcando presença nos espaços, representando a idealização e concretização do seu surgimento na Disciplina de Ação Cultural em Unidades de Informação do Curso de Biblioteconomia da UFPB, como já registrados em outros eventos em que se fez presente.

Conclusão

A criação da mascote Livronildo para a disciplina de Ação Cultural em Unidades de Informação, foi uma iniciativa criada para promover a identidade

e o engajamento dos participantes nas ações realizadas no curso de Biblioteconomia, sobretudo, pelos discentes da referida disciplina. Ao implementar o Livronildo na disciplina, a mascote não apenas adquire uma representação visual, mas, também fortalece com sua presença e impacta dentro de eventos em unidade de informação e por meio dos eventos e das mídias sociais, inspirou a criação de outras mascotes em unidades de informação.

A presença da mascote em eventos e a interação com o público é eficaz para a promoção das ações culturais e da disciplina por enaltecer o papel das bibliotecárias e bibliotecários em intervenções culturais. Nesse sentido, conclui-se que continuar sua participação em eventos e atividades culturais, promove a disseminação da disciplina e a valoriza o papel das bibliotecárias (os), onde uma mascote pode ser uma efetiva ferramenta para fortalecer a identidade da disciplina e engajar os estudantes, promovendo a integração e a valorização da cultura e da Biblioteconomia.

Referências

BATEY, M. **O significado da marca**: como as marcas ganham vida na mente dos consumidores. Rio de Janeiro: Best Business, 2010.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/institucional/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-5-ano-4/sugestoes-de-leitur> Acesso: 30 jan. 2024.

BUTANTAN. **Temas de interesse e conteúdo para crianças e adolescentes**. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/navegacao-por-temas-de-interesse-e-conteudo-para-criancas-e-adolescentes-veja-as-novidades-do-portal-ib> Acesso: 12 fev. 2024.

CABRAL, A. M. R. Ação cultural: possibilidades de atuação do bibliotecário. *In*: VIANNA, M. M.; CAMPELLO, B.; MOURA, V. H. V. **Biblioteca escolar**: espaço de ação pedagógica. Belo Horizonte: EB/UFMG, 1999.

COELHO, F. T. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2001. (Coleção primeiros passos)

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MUSSI, R.F.F; FLORES, F.F.; ALMEIDA, C.B. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. Vitória da Conquista, **Revista Práxis Educacional**, v. 17, n. 48, p. 60-77, out./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9010/6134>. Acesso em: 23 mar. 2024.

PEREZ, C. Mascotes: **semiótica da vida imaginária**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

PEREZ, C. **Signos da marca**: expressividade e sensorialidade. 2. ed. São Paulo: Cengage, 2017.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SANTOS, L. C. Publicidade e as mascotes das marcas do mercado paraense. **Signos do Consumo**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 4-14, jul./dez. 2019. Disponível em: file:///C:/Users/Pc/Downloads/pbarros1,+1_147893.pdf. Acesso em: 15 mar

CAPÍTULO 14

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA PRISIONAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO COM ÊNFASE NA PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE EM UMA UNIDADE PRISIONAL

Eduarda da Silva Rodrigues

Eduarda Siqueira de Freitas

Cristian Ericksson Colovini

Doi: 10.48209/978-65-5417-435-E

“[...] para sobreviver na prisão, para não sucumbir à destruição subjetiva e às inscrições corporais que produz, é preciso aos prisioneiros e prisioneiras construir interstícios de liberdade e cabe à Psicologia conceber possibilidades para tal construção” (CFP, 2016, p. 56).

Introdução

Os estágios em Psicologia visam promover experiências de aprendizagem, tanto profissional quanto sociocultural, através da inserção do estudante nos mais diversos campos de estágio (CFP, 2013). Os estágios específicos incluem “o desenvolvimento de práticas integrativas dos conhecimentos, habilidades e competências ligadas a cada uma das ênfases curriculares propostas pelo curso” (CFP, 2013, p. 13).

Esse trabalho tem como objetivo relatar a prática de Estágio Específico desenvolvida durante o segundo semestre letivo de 2024. O Estágio Específico

está vinculado aos últimos semestres de formação do curso de Psicologia da Universidade Franciscana (UFN)/Santa Maria-RS. Nesse estágio, o aluno opta por uma das quatro ênfases possíveis: Processos Organizacionais e do Trabalho, Processos de Prevenção e Promoção da Saúde, Processos Educacionais ou Processos Clínicos.

O presente trabalho aborda a prática na ênfase de Prevenção e Promoção da Saúde, tendo como campo de estágio a Penitenciária Estadual de Santa Maria (PESM), a partir de convênio de estágio celebrado entre a UFN e a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE). A SUSEPE é o órgão do governo do estado responsável por planejar e executar a política penitenciária do Estado. A partir da publicação da Emenda Constitucional nº 82, de 10 de agosto de 2022, a SUSEPE vive seu processo de transformação em Polícia Penal do estado (Rio Grande do Sul, 2022).

O Estágio Específico na ênfase de Prevenção e Promoção da Saúde tem como objetivo geral desenvolver habilidades que contribuam para o bem-estar dos indivíduos, como, por exemplo, o planejamento de intervenções e a utilização de teorias e técnicas que proporcionem um espaço de acolhimento e cuidado, visando a promoção da saúde mental (CFP, 2019).

A realização deste estágio é importante, porque promove a ampliação do olhar sobre a Psicologia, que, muitas vezes, é resumida à prática clínica, tornando-se uma experiência de grande importância para o crescimento profissional.

Desenvolvimento

Possibilidades de atuação do psicólogo na ênfase de Prevenção e Promoção da Saúde

A atuação do psicólogo na ênfase de prevenção e promoção da saúde, diferente de outros campos como a clínica, não se detém a esperar que uma demanda chegue ou que o trabalho do profissional seja solicitado. Essa ênfase exige uma postura mais ativa do psicólogo, que deve estar em contato e perceber

as demandas do público-alvo sem que necessariamente alguém requisite diretamente o seu trabalho (CFP, 2019).

O trabalho de prevenção, que trata das formas de evitar os adoecimentos, e o de promoção, que é mais abrangente e aponta para um sentido mais integral da saúde, não focando apenas nas doenças, constroem um campo de atuação muito potente para o profissional de Psicologia. Nesse sentido, tem-se a ideia de uma saúde ampliada que considera os determinantes sociais e o caráter multifacetado das questões ligadas ao bem-estar dos indivíduos (CFP, 2019).

Para isso, é importante a construção de um trabalho multidisciplinar em que o psicólogo esteja em contato com outros profissionais da saúde, atuando na busca de estratégias que promovam cuidado para a população sem focar apenas em adoecimentos e sofrimentos já estabelecidos, mas pensando em intervenções antes mesmo da construção de uma demanda. Então, considerando esse trabalho multidisciplinar, tem-se diferentes habilidades, conhecimentos e experiências dos profissionais que, juntos, visam cuidar da saúde integral dos sujeitos (CFP, 2019).

A prevenção e a promoção da saúde no contexto prisional se dá através da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) (Brasil, 2014). A PNAISP tem o objetivo de garantir acesso ao SUS para as pessoas privadas de liberdade através dos princípios de: respeito aos direitos humanos e à justiça social; atenção à saúde integral, abrangendo ações de promoção, proteção, prevenção, assistência, recuperação e vigilância em todos os níveis de atendimento; equidade, reconhecendo e atendendo às diferenças e necessidades específicas dos indivíduos; promoção de um ambiente humanizado e saudável; corresponsabilidade interfederativa em relação à organização dos serviços de saúde, ajustados à complexidade das necessidades; e a valorização da participação popular e o controle social nos processos de formulação e gestão das políticas de saúde (Brasil, 2014).

O estágio em questão ocorreu na PESM. Nesse sentido, considerando o trabalho do psicólogo na ênfase de prevenção e promoção da saúde e considerando também os objetivos e princípios da PNAISP, buscou-se destacar as possibilidades de atuação do psicólogo no sistema prisional.

Possibilidades de atuação do psicólogo no sistema prisional

Historicamente, a inserção do psicólogo no sistema prisional se deu, inicialmente, pela inclusão desses profissionais na composição das Comissões Técnicas de Classificação (CTC), que, segundo a Lei de Execução Penal (LEP), têm como objetivo a designação de um tratamento penal individualizado para cada apenado, visando sua reintegração à sociedade após o cumprimento da pena e prevenindo a reincidência (Brasil, 1984).

Deste modo, a função mais antiga e consolidada do psicólogo inserido no sistema prisional é a realização do exame criminológico, visando a individualização do cumprimento da pena e a subsidiação de decisões judiciais relacionadas à concessão de direitos, como, por exemplo, a progressão de regime ou o livramento condicional.

Em 2003, através da Lei nº 10.792/2003, mudanças mantiveram os critérios objetivos de cumprimento de, pelo menos, um sexto da pena no regime anterior e bom comportamento carcerário para a progressão de regime, eliminando porém a necessidade do exame criminológico (Brasil, 2003). Ao longo dos últimos anos, em especial a partir de 2013, o entendimento em relação aos pedidos de exame criminológico e à metodologia utilizada para a confecção de tais avaliações têm sido pauta de diversos debates e até mesmo enfrentamentos entre o Judiciário e o Conselho Federal de Psicologia (CFP). Mais recentemente, a Lei nº 14.843/2024 alterou novamente os critérios para a progressão de regime, voltando a exigir o exame criminológico (Brasil, 2024).

O profissional de Psicologia deve ter um olhar crítico sobre a prática do exame criminológico, pois sua fundamentação se baseia em uma concepção

positivista e determinista que busca estudar o sujeito de modo que se possa prever seus comportamentos (CFP, 2007). Nesse sentido, a lógica do exame pode colocar o psicólogo na posição de legitimar a retirada da liberdade de um sujeito com base na avaliação de sua personalidade, o que não parece estar de acordo com os princípios fundamentais em que se baseia a prática da Psicologia (Pinto; Andrade, 2019).

A atuação do psicólogo no âmbito praticamente exclusivo do exame criminológico foi ampliada a partir da introdução, pela Resolução CFP nº 012/2011, da noção de “profissional de referência” para o acompanhamento da pessoa em cumprimento de pena ou medida de segurança. De acordo com a normativa, o profissional de referência ficaria impedido de elaborar documentos oriundos de avaliação psicológica para o Judiciário (CFP, 2011).

A Resolução também regulamentou a prática de avaliação psicológica no contexto da execução penal, impedindo que tal procedimento envolvesse prognóstico criminológico, aferição de periculosidade ou estabelecimento de nexos causais baseados no binômio delito-delinquente. Neste contexto, passam a ser fortalecidas novas formas de inserção e atuação do psicólogo no sistema prisional (CFP, 2011).

A partir das mudanças trazidas pela Resolução CFP nº 012/2011 e por orientações que advieram em desdobramento a essa nova perspectiva, se consolidou no sistema prisional o psicólogo de referência, que consiste em um profissional que trabalha de forma fixa no estabelecimento prisional, promovendo o atendimento e outras atividades de acompanhamento e promoção da saúde. Enquanto a tarefa da realização do exame criminológico passou para uma equipe específica de psicólogos e assistentes sociais que atuam de forma itinerante entre estabelecimentos prisionais de uma mesma região.

Conforme Colovini *et al.* (2022), essa organização se efetivou no Rio Grande do Sul a partir de 2013, quando houve a descentralização do Centro de Observação Criminológica (COC) e a criação das Equipes de Observação

Criminológica (EOC) nas diferentes regiões do estado. Consolidando-se com a publicação da Instrução Normativa nº 01/2022 pelo Departamento de Tratamento Penal da SUSEPE (Rio Grande do Sul, 2022).

A implementação da PNAISP, em 2014, representou outro marco significativo para a atuação dos psicólogos no sistema prisional (Brasil, 2014). Profissionais da Psicologia que já atuavam como referência para o acompanhamento das pessoas privadas de liberdade tiveram a oportunidade de integrar, em uma perspectiva multiprofissional, as Equipes de Atenção Primária Prisional (eAPP), participando de forma efetiva de processos mais amplos de atenção e promoção da saúde (Brasil, 2014).

Nesse contexto, ao realizar seu trabalho dentro do sistema prisional, o psicólogo deve buscar uma visão ampliada sobre o sujeito privado de liberdade, considerando sua história e os determinantes sociais que o levaram à prisão. Promover oficinas, grupos, trabalhos em conjunto com outros profissionais da saúde, acompanhamento com as famílias e trabalhos com os agentes penitenciários são atividades que podem fazer parte da construção de uma atuação voltada à saúde integral dentro do sistema penitenciário (CFP, 2007).

Atividades desenvolvidas durante o estágio

Durante o período de estágio na unidade prisional, diversas atividades foram desenvolvidas, abrangendo diferentes áreas de atuação. Uma delas foi a realização de entrevistas de acolhimento, denominadas como “Projeto Porta de Entrada”, com foco nas pessoas recém-chegadas à unidade. Essas entrevistas tinham como objetivo avaliar aspectos emocionais, sociais, de saúde e identificar demandas das pessoas ingressantes no sistema prisional.

As demandas poderiam estar relacionadas a áreas como Psicologia, Nutrição, Medicina, Odontologia, Terapia Ocupacional, Serviço Social e Jurídica, sendo encaminhadas para os profissionais responsáveis. As informações coletadas eram registradas nos sistemas da Polícia Penal e de saúde do município de

Santa Maria/RS. Essa atividade foi essencial para a prática de estágio, dado que permitiu o desenvolvimento de habilidades, como a escuta ativa, promovendo um acolhimento humanizado no contexto carcerário e aprofundando a compreensão das interações entre saúde mental e sistema penal.

Outra atividade foi a elaboração de evoluções para prontuários eletrônicos, utilizando como base as fichas de acolhimento e as informações obtidas durante as entrevistas iniciais. O objetivo era registrar observações relevantes sobre o estado emocional, questões psicossociais e condições de saúde das pessoas recém-admitidas, contribuindo para o posterior acompanhamento contínuo.

O Projeto Remição pela Leitura também fez parte do estágio, promovendo leituras e discussões coletivas de obras literárias. O projeto visa ampliar o acesso à literatura e fomentar o desenvolvimento pessoal dos participantes, contribuindo no processo de ressocialização. O projeto foi estruturado em duas modalidades: uma para participantes que convivem nas galerias da unidade e outra para pessoas privadas de liberdade que atuavam em setores de trabalho, como cozinha, faxina, horta, canil e lavanderia.

Os participantes são incentivados a ler um livro por mês e, ao longo do mês, participam de dois encontros: um para discutir reflexões sobre a leitura e outro para a elaboração de uma resenha em formato de Relatório de Leitura, que é enviado ao Judiciário para reconhecimento do direito à remição de pena. Cada livro lido e resenhado garante a redução de 4 dias na pena, permitindo que cada participante leia até 12 obras por ano, resultando em um desconto de até 48 dias.

As estagiárias também acompanharam o processo de implantação do Tratamento Diretamente Observado (TDO) para pacientes com tuberculose na PESM, observando a organização, o planejamento e a entrega supervisionada de medicamentos. Essa atividade possibilitou a interação com pacientes e a equipe de saúde, além de proporcionar experiência prática na implementação

de intervenções de saúde pública. As estagiárias também desenvolveram um folder informativo, destinado aos pacientes, com orientações sobre a tuberculose, principais sintomas e como realizar o exame.

Por fim, destaca-se também a realização de diversos momentos de integração com a equipe de saúde prisional por meio de atividades práticas, reuniões de equipe, discussões de casos e organização de fluxos de trabalho na Unidade Básica de Saúde Prisional da PESM. Essas vivências permitiram o desenvolvimento de competências interprofissionais, trabalhando em um ambiente multidisciplinar que exigia colaboração e comunicação eficaz com profissionais de diversas áreas.

Ademais, a experiência prática e teórica adquirida no manejo de casos clínicos contribuiu significativamente para a formação acadêmica, ampliando a compreensão sobre o papel do psicólogo no atendimento integral às pessoas privadas de liberdade.

Conclusão

A atuação do psicólogo na ênfase de prevenção e promoção da saúde é marcada por uma postura mais ativa, em que o profissional busca identificar demandas e atuar de forma antecipada, promovendo um cuidado integral. No sistema prisional, essa atuação é ainda mais desafiadora e necessária, considerando as condições de vulnerabilidade e exclusão social das pessoas privadas de liberdade.

Por meio de atividades como acolhimento inicial, elaboração de prontuários, projeto de leitura e participação em ações de saúde pública, como o tratamento da tuberculose, o psicólogo contribui para o bem-estar físico, emocional e social dos indivíduos. Além disso, a integração com equipes multidisciplinares fortalece a abordagem ampliada da saúde, essencial para garantir o cuidado a essa população.

A experiência vivenciada no estágio demonstra que, ao considerar a história de vida e os determinantes sociais que levaram os sujeitos à privação de liberdade, o psicólogo tem o potencial de contribuir no processo de ressocialização. Desse modo, a atuação no contexto prisional revela-se não apenas como um campo de desafios, mas também como uma oportunidade de transformação social e profissional.

Referências

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 10227, 13 jul. 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7210.htm. Acesso em: 09 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.720, de 1º de dezembro de 2003. Altera a Lei no 7.210, de 11 de junho de 1984 - Lei de Execução Penal e o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 02 dez. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.792.htm. Acesso em: 09 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.843, de 11 de abril de 2024. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a monitoração eletrônica do preso, prever a realização de exame criminológico para progressão de regime e restringir o benefício da saída temporária. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 11 abr. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114843.htm. Acesso em: 09 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Interministerial nº 1, de janeiro de 2014**. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/pri0001_02_01_2014.html. Acesso em: 09 dez. 2024.

COLOVINI, C. E. *et al.* Políticas de tratamento penal no Sistema Prisional do Rio Grande do Sul. In: HAUSCHILD, M. L.; OLIVEIRA, C. R.; OLIVEIRA, W. M. **Teoria e prática de políticas penais, socioeducativas e de direitos humanos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Paixão Editores, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Carta de serviços sobre estágios e serviços-escola**. Brasília: CFP, 2013. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/09/carta-de-servicos-sobre-estagios-e-servicos-escola12.09-2.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Diretrizes para atuação e formação dos psicólogos do sistema carcerário brasileiro**. Brasília: CFP, 2007. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/depen_cartilha.pdf. Acesso em: 09 dez. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **O trabalho da (o) psicóloga (o) no sistema prisional: problematizações, ética e orientações**. Brasília: CFP, 2016. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/O-trabalho-do-psicologo-grafica-web1.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na atenção básica à saúde**. Brasília: CFP, 2019. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/11/CFP_atencaoBasica-2.pdf. Acesso em: 09 dez. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 012, de 20 de maio de 2011**. Institui o Código de Processamento Disciplinar e revoga a Resolução CFP nº 010/2002. Brasília: CFP, 2011. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/06/resolucao_012-11.pdf. Acesso em: 09 jan. 2025.

PINTO, C. D. A.; ANDRADE, M. C. M. Desafios éticos para prática psicológica no sistema carcerário. **Revista Mosaico**, Vassouras, v. 10, n. 1, p. 15-22, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21727/rm.v10i1Sup.1752>. Acesso em: 09 dez. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. **Emenda Constitucional nº 82, de 10 de agosto de 2022**. Altera a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 2022. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/dal/LinkClick.aspx?fileticket=WQdIfqNoXO4%3D&tabid=3683&mid=5359>. Acesso em: 10 jan. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Instrução Normativa nº 01/2022. Dispõe sobre a atuação das Equipes de Observação Criminológicas - EOC criadas a partir da descentralização do Centro de Observação Criminológica COC, no ano de dois mil e treze. **Diário Oficial do Estado**: seção 1, Porto Alegre, RS, n. 192, p. 189-191, 6 out. 2022.

CAPÍTULO 15

DA FRAGMENTAÇÃO A TOTALIDADE: REFLEXÕES ACERCA DA EPISTEMOLOGIA GEOGRÁFICA

Lucas Santos Daniel

Doi: 10.48209/978-65-5417-435-F

Introdução

Embora a fragmentação geográfica não seja um recente desenvolvido objeto de discussão, vejo a importância de discuti-la, visto que esta ainda gera problemáticas na educação brasileira. Nesse sentido, Suertegaray (2019, p. 96) explicita que ainda hoje existe uma divisão científico-geográfica, na qual de um lado temos os “[...] geógrafos que consideram a fragmentação como uma possibilidade analítica ampliada [...]” e, em outra instância, temos “[...] aqueles geógrafos que consideram como fundamental a necessidade de tratar a Geografia na perspectiva totalizante [...]”.

Nas últimas quatro décadas, a distância entre geógrafos “humanos” e “físicos” tem contribuído para o prolongamento e até o agravamento de vários preconceitos. No plano especificamente conceitual, destaca-se a redução equivocada do conceito de ambiente à ideia de um “ambiente natural”, quando, na verdade, se trata de um conceito potencialmente holístico e integrador. (Souza, 2020, p. 16)

Ocorre que, essa série de geógrafos que defendem a tese da fragmentação como um instrumento de análise, tem ganhado cada vez mais espaço na ciência geográfica, questão que gera cada vez mais complicações para formação do

pensamento geográfico crítico. Sendo assim, Suertegaray (2009) destaca que a defesa da tese de que a Geografia Física é o estudo do físico-natural, de modo que não se mistura com os conceitos sociais, perpetua os problemas complexos no espaço geográfico, visto que a falha na análise dessas relações contribui para que não sejam desenvolvidas respostas concretas para estas questões. Desse modo, a autora nos leva a reflexão da necessidade da busca epistemológica na Geografia, visto que esta deve estar unificada para a resolução das complexidades espaciais e universais.

Sob esse entendimento, Suertegaray (2002) reflete a primordialidade em abordar os conteúdos geográficos a partir de uma análise interativa, ou seja, as dimensões físicas e sociais devem ser unificadas, visto que ambas são produtos tanto dos processos físicos quanto das práticas sociais, ideológicas e culturais. Nesse sentido, é necessário que a Geografia, enquanto ciência, não esteja vinculada apenas a bases metodológicas tradicionais, matematizadas ou descritivas, mas busque a sua epistemologia.

Desse modo, Santos (2008, p. 24), ao evidenciar uma ciência bem sucedida, afirma que esta não deve oferecer “[...] instrumentos de análise que desconhecem ou deformam a realidade [...]”, mas deve gerar “[...] a sua própria epistemologia [...]”, pois, para o autor, uma teoria não epistemológica possui uma inutilidade, visto que “[...] não é operacional [...]”. Assim, concordo com o autor quando identifica essa inutilidade, visto que, na questão geográfica, o espaço não pode ser estudando ou pensado de maneira fragmentada, em que seus conteúdos físico-naturais e sociais sejam dissipados como produtos que não estão em uma constante interação.

Buscar pela epistemologia geográfica, trata-se de ir em busca de uma sociedade que entende suas ações no espaço natural. Nesse sentido, Santos (1988) ao afirmar que se “[...] desejamos contribuir para a implantação de uma ordem social mais justa que restaure as relações harmoniosas entre o homem e a Natureza [...]”, devemos então dar atenção as “[...] preocupações filosóficas [...]”, visto que essas “[...] se impõem também ao pensamento geográfico se conside-

rarmos a ciência como uma área particular do saber precipuamente interessada pelo homem e pelo seu futuro [...]”.

Desse modo, esse trabalho tem o objetivo de contribuir para as reflexões filosófica na Geografia. Sendo assim, por meio desta produção, destaca-se a necessidade de superar a fragmentação geográfica por meio de uma abordagem epistemológica unificada que integre as dimensões físicas e sociais da Geografia, visto que essa divisão perpetua dificuldades tanto na análise das complexidades universais, quanto na educação geográfica brasileira.

Metodologia

O percurso metodológico deste trabalho se resume a uma revisão de literatura. Esta pesquisa, de característica qualitativa, se baseou em referências da discussão epistemológica, sendo estes Moreira (1981; 2011; 2021), Suertegaray (2002; 2009; 2017) e Santos (1988; 2004; 2008). Nesse sentido, estes autores supracitados, contribuíram para a reflexão do que é a epistemologia geográfica e a inserção da filosofia na Geografia.

Além disso, outros nomes fundamentais, como Armond e Afonso (2011), Martins (2023) e Monteiro (1988), foram essenciais para a fundamentação desse diálogo. Sendo assim, eles contribuíram de forma significativa para este trabalho, permitindo compreender de maneira reflexiva os fenômenos relacionados a divisão na ciência geográfica e a busca pela epistemologia.

A Fragmentação Geográfica

A Geografia é considerada uma ciência que, em sua essência, possui/ possui um caráter fragmentador. Suertegaray (2017) define a fragmentação da Geografia como o método de focar em algo específico. Desse modo, característica da Geografia Regional (fazer geográfico lablachiano), o método de focalizar um determinado fator geográfico é problemático. Assim, Suertegaray (2002; 2017) defende que, para compreender os fenômenos, é primordial per-

ceber e reconhecer suas múltiplas dimensões. Em outras palavras, os fatores devem ser investigados por meio de uma análise interativa, que integre suas diferentes perspectivas e inter-relações.

A problemática fragmentadora, segundo Suertegaray (2017, p. 98), promove um rompimento na conexão homem-natureza, questão que impossibilita a compreensão de diversos fatores da totalidade. Nesse sentido, a autora ainda evidencia que essa separação não tem englobado apenas áreas temáticas da Geografia, mas tem gerado a “fragmentação do objeto da Geografia”. Nesse sentido, Suertegaray (2017, 98) detalha essa divisão como:

[...] - Espaço natural, espaço enquanto natureza e sua dinâmica, com existência anterior à vida humana e concomitante ao homem, mas distinguido pela não existência de intencionalidade humana na sua produção. - Espaço social, enquanto espaço produzido, vivido, concebido e representado a partir das diferentes formas de organização social. Espaços de existência e/ou, coexistência compartilhada, solidária, conflituosa e excludente – conceituação vinculada a Lefebvre (1985[1974]). - Espaço vivido, enquanto espaço de expressão das vivências humanas, de suas construções materiais e/ou de suas representações. - Espaço Geográfico como expressão da socialização, materialização e representação das relações das sociedades e das naturezas que o envolve. - O espaço geométrico, das distâncias, das localizações, das configurações e das representações da superfície da Terra [...].

É um fato que essa fragmentação, embora acompanhada por bases teóricas, é fruto de uma mercantilização das relações naturais. Villas Boas (2019), ao dialogar com os pensamentos de Ruy Moreira, destaca que o processo de industrialização e ascensão do trabalho mecânico, momento no qual a natureza passa a ser uma técnica e produto de mercado, foi o ponto crucial para a tríade estrutural da Geografia¹, ou seja, quando a ciência geográfica afirma sua identidade fragmentada, que até hoje é perpetuada.

Nesse sentido, Moreira (2011) destaca que a essência metodológica geográfica é simplista, evidenciando seu caráter descritivo, abordando primeiramente os aspectos naturais, populacionais e por último os econômicos e, quando alterada, basicamente a ordem dos fatores são reposicionadas. Assim,

¹ Tríade da Geografia são Natureza, Homem e Economia (NHE), quando analisados separadamente.

Santos (2010, p. 07) destaca que o Brasil possui essa característica expressão nos estudos geográficos, em que geralmente são sistematizadas em Geografia Física, Geografia Humana, Geografia Regional, processo que acaba “mesclando a fragmentação e a dicotomia homem–natureza”.

Todo mundo acredita que a geografia não passa de uma disciplina escolar e universitária, cuja função seria a de fornecer elementos de uma descrição do mundo numa certa concepção “desinteressada” da cultura dita geral [...] Uma disciplina maçante, mais antes de tudo simplória, pois, como qualquer um sabe, “em geografia nada há pra entender, mas é preciso ter memória...” (Lacoste, 1989. p. 21).

Esse modelo destacado por Moreira (2011), devido desvincular Natureza, Homem e Economia, tende a seguir um modelo matematizado, deixando de lado a importância da explicação e análise dos fatores, mas evidenciando e valorizando uma corrente descritiva. Desse modo, como posto por Armond e Afonso (2011, p. 5), esse modelo geográfico impulsiona uma eternização da fragmentação, questão que fraciona, o que é denominado pelas autoras de a “unidade da Geografia”.

Essa adaptação geográfica ao positivismo tem, segundo Moreira (2011), incentivado a divisão e a especialização dos saberes. Nesse sentido, essa fragmentação tem gerado na Geografia a relativização das dimensões históricas, em que é analisado a conjuntura atual e não mais o processo que gerou a situação presente. Ocorre que, para Suertegaray (2017, p. 96) esse processo fragmentador “[...] não permite a compreensão dos processos que fundam a nossa sociedade e que produzem o espaço geográfico [...]”, evidenciando que essa é a “[...] dificuldade vivemos hoje no Brasil [...]”, em que, diversas explicações fragmentadas, “[...] buscam explicar os últimos acontecimentos vividos no país [...]”.

[...] a geografia humana, nos últimos quarenta anos, no que se refere à análise dos padrões espaciais das atividades humanas, não tem tido a necessidade básica de contextualizar-se em referência aos aspectos naturais do ambiente. Com isso, em muitos estudos, o ambiente físico acaba desempenhando um papel negligente para o entendimento da natureza dos padrões

da atividade humana e seu controle. Da mesma forma, os geógrafos físicos também começaram a estudar os fenômenos espaciais sem a referência das atividades humanas, somente pela explanação da dinâmica física dos elementos físico-naturais causais, sem qualquer menção às atividades e importância para os humanos [...] de um lado, os estudos humanos que não relevam a natureza física e, de outro, a descrição da natureza-física que não consegue reconhecer a condição e a complexidade humanas. (Dutra-Gomes e Vitte, 2014, p. 136)

Essas explicações fragmentadas supracitadas, revelam uma construção isolada do saber científico. Nesse sentido, Martins (2023) relata que essa fragmentação, principalmente entre as ditas Geografia Física e Humana, deixam de escanteio a necessidade de haver uma unicidade entre ambas. Assim, como o autor define, concordo que é fundamental entender que o que é denominado de Geografia Humana só surge devido a sua apropriação do que é chamado de Geografia Física, isto é, os elementos naturais (como relevo, clima e recursos) são modificados em paisagens culturais e sociais através da ação humana. Assim, Martins (2023, p, 165) dialoga que:

Portanto, a geografia física é uma realidade mais acadêmica do que uma propriedade da realidade. Nessas circunstâncias, não só a unidade necessária da geografia física fica perdida, bem como sua relação com a geografia humana, pois enquanto humana, pelo menos no que diz respeito à apropriação objetiva, a geografia humana é produção humana a partir da apropriação da natureza, ou melhor, da geografia física. Portanto, a apropriação humana da geografia física leva a construção da geografia humana.

Desse modo, a fragmentação geográfica, em especial, reflete um interesse em delimitar a ciência geográfica a fatores isolados e quantificáveis. Nesse sentido, a Geografia, em sua dimensão, deve buscar caminhos para se desvincular desse processo fragmentário, reafirmando uma epistemologia que não se limita à descrição. Em sua essência metodológica, o saber geográfico deve priorizar a análise, a explicação e a reflexão sobre a totalidade, preservando sua capacidade de integrar diferentes dimensões do conhecimento, com ênfase o histórico-processual.

Assim, destaco Martins (2023, p. 180) quando afirma a ideia de que a Geografia deve estar compromissada com “[...] grande problema da vida e da

felicidade [...]”, superando essa ideia alienada, impulsionando a reconexão entre o homem e o espaço geográfico, algo que deve ser parte vital do seu fundamento, e transpor a busca por uma existência significativa.

Da Fragmentação a Epistemologia

O caminho em busca de uma epistemologia geográfica tem sido árdua, principalmente quando existe uma cultura que tem sua gênese em um contexto positivista/descritivo/matematizado. Entretanto, a primícia de tudo é reconhecer que a Natureza, o Ser humano e a Economia estão em constante relação e desenvolvimento.

Chega a parecer natural que a geografia acadêmica tenha se tornado uma ciência empacada no limiar do salto para além do nível imediato da percepção, considerando os laços inseparáveis das relações da prática e do saber do espaço que a prendem. [...] E o peso correspondente da descrição que em consequência daí decorre. A dificuldade é, assim, de natureza dupla. É no campo da percepção onde a ideologia mais se arruma em seu ato de batalha. E é desse nível que também deve a geografia partir para o alcance necessário da teoria da totalidade. (Moreira, 2009, p. 28-29)

Enquanto essa disciplina deveria ter incitado amplos debates epistemológicos, ao menos por sua posição na junção das ciências naturais e das ciências sociais, os geógrafos propalaram um desprezo pelas “considerações abstratas” e frequentemente se gabaram de um “espírito terra-a-terra”. [...]. Em suma, a maior parte dos geógrafos teoriza o menos possível, e se contenta em afirmar sem pejo, que “a geografia é a ciência da síntese”, chegando a convir, às vezes, que a “geografia não pode se definir, nem por seu objetivo, nem por seus métodos, mas sobretudo por seu ponto de vista (Lacoste, 1989. p. 95).

Nesse sentido, uma das teses levantadas para defender a fragmentação geográfica, de acordo com Martins (2023), estaria beirando a impossibilidade dos geógrafos terem que dominar todos os conteúdos desenvolvidos por todos os ‘tipos de Geografia’. Entretanto, devolver a ‘unicidade’ da ciência geográfica, não se trata de ter que saber tudo, porém buscar o entendimento de que os elementos naturais e sociais não possuem uma interação desvinculada, pensando um ambiente físico-natural que dialoga com a sociedade.

Muitos se perderam na abordagem desse problema, ou melhor, da unidade do geográfico, onde o físico se faz presente enquanto apropriação humana. Um argumento muito empregado, quando essa questão ainda ocupava as preocupações dos geógrafos, era a alegação de que seria impossível dominar todo o conhecimento requerido por ambas. Mas a questão não é saber de tudo ou a respeito de tudo, mas sim compreender como se dá a relação entre os elementos, e para isso se faz necessário compreender como se dá a relação entre sociedade e natureza (Martins, 2023, p. 166)

Uma verdadeira epistemologia é aquela que não decora tudo, mas não deixa nada para trás. Sendo assim, concordo com Suertegaray (2017, p. 101) quando valoriza que o estudo da natureza deve ser posterior ao estudo de sua extensão processual e histórica, reconhecendo que a “natureza original” não pode ser entendida de forma isolada, entendendo a natureza como uma construção de diversos fatores sociais. Assim, é imprescindível não concordar com Suertegaray (2017, p. 101-102) quando diz que:

Considero como fundamental a compreensão processual e histórica do fenômeno analisado buscando sua contextualização e explicações, considerando os conflitos, as contradições, a articulação com diferentes escalas, os processos mais amplos e as especificidades num dado local. Portanto, faço parte do grupo de geógrafos que busca uma compreensão a partir da totalidade, ou seja, busco compreender os fatos ou lugares em seu movimento contraditório, ou seja, dialético. Priorizo o movimento da sociedade em que esses fatos ou eventos se inserem, a partir da compreensão do conceito de espaço geográfico como conceito balizador da análise geográfica.

Santos (2004, p. 115) vai evidenciar que “[...] a noção de totalidade [...]” deve ser o conhecimento primordial para que possa ser feita uma “[...] análise da realidade”. Nesse sentido, o autor ainda destaca que todas as coisas que hoje se encontram no espaço universal formam uma unicidade, em que ele define que cada parte é uma parte da representação do todo, este que forma uma totalidade. Assim, entende-se que a verdadeira epistemologia é aquela que desbrava o espaço total e não impulsiona o caráter fragmentador.

O ser humano, como uma parte, e a natureza, formando outro fragmento da universalidade, jamais devem ser vistos de maneira fragmentada. Nesse

sentido, a ciência geográfica deve fazer um percurso da fragmentação a epistemologia, a qual não observa esses fatores separadamente, mas em um conjunto único. Sob esse entendimento, Moreira (1981) ressalta que o ser humano é uma natureza modificada pelo processo histórico, dinâmica que ocorre por meio do trabalho, que transforma a natureza e, ao mesmo tempo, molda o próprio ser humano. Desse modo, entende-se que o ser humano e o meio natural possuem a mesma gênese, ou seja, ambos têm a mesma identidade, porém com processos históricos de evolução diferenciada.

Pressuposto da natureza, por isso mesmo este processo é o pressuposto do homem. O homem é ele próprio natureza e história: natureza hominizada. A transformação da natureza pelo trabalho é também autotransformação do próprio homem, o homem transformando-se a si mesmo no mesmo momento em que transforma a natureza por intermédio do seu trabalho, hominizando-se junto à hominização da natureza. Fato cuja decorrência é ser ele o sujeito e o objeto de sua própria história. O homem naturiza-se historicizando a natureza e historiciza-se naturizando a história, em suma. Por isto, dialeticamente, quanto mais com o desenvolvimento científico e técnico o homem cresce em poder sobre a natureza, mais em tese ele dela se liberta e ao tempo que mais com ela se funde. (Moreira, 2009, p. 36)

Embora Moreira *et al.* (2021, p. 7) destaca que os campos da Geografia, metodologicamente, possuem suas especificidades, em que “[...] não há como usar o método da Geografia Humana para explicar fenômenos da Geografia Física, e usar métodos da Geografia Física para explicar fenômenos da Geografia Humana [...]”, este afirma também que a perspectiva dialética exige que essas áreas sejam encaradas de forma unitária, reconhecendo sua interdependência no conceito de meio ambiente. Assim, de maneira mais explícita, Moreira *et al.* (2021, p. 7) dialoga que:

Acho que é um tema que une ontológica e epistemologicamente ao tempo que distingue metodologicamente a Geografia Física e a Geografia Humana, campos neste plano distintos, porquanto não há como usar o método da Geografia Humana para explicar fenômenos da Geografia Física, e usar métodos da Geografia Física para explicar fenômenos da Geografia Humana, mas, creio, pede igualmente a dialética que implica encará-las unitariamente, a categoria do meio ambiente, de onde se extrai a noção do socioambiente, sendo exatamente o conceito de integração identidade-diferença que tudo une e tudo junta.

O pensar socioambiental, como analisado acima por Ruy Moreira, exprime a necessidade de unificar os conceitos físico-naturais e socio-espaciais. Sendo assim, quando Monteiro (1988, p. 134) faz um diálogo sobre crise ambiental, este define como “[...] advindo do estado de carência em que o desenvolvimento industrial tecnológico, guiado pelo direito de veto que o homem se arrogou sobre a natureza, produziu na qualidade ambiental e nos recursos naturais [...]. Com isso, define-se que a crise ambiental vivida atualmente, só pode ser compreendida a partir de uma análise epistemológica e ontológica socioambiental, que se trata do relacionamento humano com o natural.

Observa-se assim, na atualidade, diante de tão importante desafio, uma forte tendência à utilização, de forma ampla, do termo socioambiental, pois tornou-se muito difícil e insuficiente falar de meio ambiente somente do ponto de vista da natureza quando se pensa na problemática interação sociedade-natureza do presente, sobretudo no que concerne a países em estágio de desenvolvimento complexo (Mendonça, 2001, p. 117)

O que a luta pela justiça ambiental fortemente exemplifica, em poucas palavras, é a necessidade de os geógrafos entenderem a importância de construir e valorizar objetos de conhecimento “híbridos” para lidar com problemas complexos. A menos que compreendam esse ponto, é provável que não apenas sua relevância científica, mas sobretudo sua relevância social, permaneçam desnecessariamente limitadas (ou até mesmo sofram atrofia), especialmente dada a enorme magnitude, o amplo alcance e a elevada visibilidade política dos desafios ambientais contemporâneos (Souza, 2020, p. 17)

Com isso, fazer um caminho da fragmentação a epistemologia se trata de avançar sobre a complexidade existente na relação entre o ambiente físico-natural e humano-social. Dessa maneira, Veyret, com base no texto de Mendonça (2001) defende que o geógrafo não deve olhar para o conceito de meio ambiente e o definir apenas como algo natural, mas o analisa a partir da relação dele com o social. Assim, Mendonça (2001, p. 117) apud Veyret (1999, p. 6), diz que:

De fato para um geógrafo, a noção de meio ambiente não recobre somente a natureza, ainda menos a fauna e a flora somente. Este termo designa as relações de interdependência que existem entre o homem, as sociedades e os componentes físicos, químicos, bióticos do meio e integra também seus aspectos econômicos, sociais e culturais.

Entretanto, finalizo com a ressalva feita por Dutra-Gomes e Vitte (2014, p. 136) quando afirma que a fragmentação geográfica não é uma resultante apenas da falta de relação entre saberes físicos e sociais. Nesse sentido, concordo com os autores quando categorizam que essa problemática possui suas raízes “[...] numa generalizada compartimentação e isolamento do real pelo conhecimento ocidental, expressos nas diversas estruturas humanas criadas: a intelectual, a educacional, a estatal, a institucional, a financeira [...]”. Assim, é necessário que essas divisões sejam rompidas não apenas pelos geógrafos, mas pelas instituições que também formam, financiam e promovem a Geografia.

Assim, novamente, destaca-se que, na geografia, a distinção em seções físicas e humanas pode até expressar o sentimento de não-pertencimento e de externalização do homem moderno em relação à natureza e servir como uma útil referência para maiores categorizações, mas não serve como caracterização plena, dos níveis e motivos envolvidos na fragmentação do conhecimento geral e da geografia. Com isso, então, fica claro que não se resolverá qualquer dicotomia somente pelas discussões epistemológicas e paradigmáticas, requerendo-se também grande esforço de adequações institucionais, de organização e de efetivação para incentivarem-se as pesquisas intra e interdisciplinares. (Dutra-Gomes e Vitte, 2014, p. 136)

A Epistemologia do Espaço Geográfico

O espaço geográfico é a arena na qual ocorrem todas as relações. Nesse sentido, Santos (1988) define que esse espaço deve ser visto como uma junção que jamais pode ser separada, enfatizando ainda que também é composto por elementos denominados de “[...] objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais [...]”, os quais são transformados através da “[...] sociedade em movimento [...]”.

Quando, no espaço geográfico, vemos a representação do ser social e ser natural, nele podemos, a partir de um ponto de vista filosófico, olhando como uma totalidade, analisar a relação sociedade e natureza. Nessa lógica, Santos (1988) dialoga que através do espaço e suas movimentações, conseguimos, por um viés epistemológico, desenvolver o entendimento das relações perpetuadas espacialmente.

Braga (2007, p. 71) coloca em destaque que “o espaço geográfico é reflexo e condição para as relações sociedade/espaço”, refletindo que o espaço é contínuo e sua formação está atrelada a uma resultante dos relacionamentos socioespaciais. Desse modo, entende-se que o espaço só é possível ser entendido por meio da epistemologia, visto que o compreendemos a partir da reflexão da relação homem e espaço. Assim, Braga (2007, p. 71) evidencia que o ser humano exerce influência sobre diversos espaços, ou seja, as transformações feitas pelo homem interferem em setores variáveis, como destaca o autor em:

Constantemente as relações sócio-espaciais são contraditórias, pois revelam diferentes projetos espaciais. No campo econômico, por exemplo, verificamos a exploração do homem pelo homem, dos detentores dos meios de produção e dos vendedores de força-de-trabalho. Na esfera política observamos diversos conflitos pelo controle do espaço entre os diferentes Estados e internamente a cada Estado a luta dos excluídos. No âmbito simbólico-cultural encontramos diversas representações e vivências do espaço, prenhes de ideologias diversas. Ao mesmo tempo a ação humana na Terra (material ou simbólica) e suas contradições possuem uma implicação espacial e temporal, pois denotam produção de espaço que varia no tempo. [...] Apesar das lutas e contradições, mesmo assim o espaço geográfico ainda se apresenta de forma a mostrar a beleza do humano em relação com o espaço.

Com base nas reflexões acima, torna-se possível entender que o espaço é um lugar prático epistemológico, isto é, onde podemos ver a relação entre o natural e social de maneira clara. Ocorre que, de acordo com Santos (1988, p. 6), essas transformações que ocorrem no espaço, fruto da relação ser humano e meio ambiente, já citada acima, “levando em conta cada pedaço do espaço em particular”, podem não possuir uma visibilidade clara, ou seja, a evolução pode ocorrer de maneira discreta. Nesse sentido, a prática e análise epistemológica/crítica do espaço, observando-o como um universo total, faz se necessário, visto que o exercício filosófico no espaço auxilia na identificação de fatores históricos, sociais, econômicos e ambientais.

Os desafios em contribuir com o entendimento do que está ocorrendo conjuntamente, da confluência de ações e acontecimentos que acontecem sobre determinadas circunstâncias e produzem determinadas situações sociais e espaciais/territoriais não encontram em outra ciência, que não na Geografia, suas possibilidades de desvendamento. A Geografia, por ser a ciência que pensa espacialmente a relação homem x meio, sociedade x na-

tureza, é uma área do conhecimento que tem que estar atenta ao movimento da realidade, aos processos inerentes às ações humanas no espaço geográfico [...] (Mitidiero Junior e Garcia, 2023, p. 317)

Embora o espaço esteja em um constante relacionamento com ser humano, é válido ressaltar que ele não é submisso às ações humanas. Desse modo, Santos (1988, p. 7) dialoga com o conceito de que o espaço deve ser tratado como uma “[...] estrutura social dotada de um dinamismo próprio e revestida de uma certa autonomia [...]”, que, através das “leis que lhe são próprias”, possui uma auto dinâmica. Ocorre que, possuindo essas modificações próprias, na visão dialética dos seus conteúdos, é possível enxergar esse meio a interação dinâmica e interdependente entre os aspectos visíveis, materiais, estruturais, processos sociais, históricos e culturais, os quais designam significado a esse espaço.

O espaço geográfico, portanto, não é um objeto estático e sem personalidade, porém, como já supracitado, deve ser estabelecido como uma construção dinâmica e contraditória, fruto das relações históricas, sociais e culturais. Contudo, por meio de uma dimensão epistemológica, se torna possível compreender o espaço geográfico como um verdadeiro laboratório no qual é possível observar as interações entre sociedade e natureza, permitindo a identificação das variadas proporções de sua organização e transformação. Assim, Santos (1988, p. 9) reafirma que “[...] a cada nova evolução da totalidade social corresponde uma modificação paralela do espaço e de sua organização [...]”.

E, para finalizar, entendo que o compromisso do exercício epistemológico na Geografia deve estar alinhado ao desejo de fazer justiça. Sendo assim, Mitidiero Junior e Garcia (2023) que o avanço da Geografia vem pela necessidade fundamental de analisar e refletir sobre a justiça espacial e a construção social de processos emancipatórios. Dessa maneira, quando a Geografia, rompendo a fragmentação, busca a consolidação de uma justiça social, sendo esta na relação entre ser humano e natureza, permite que a ciência alcance seu objetivo de tornar o espaço geográfico sem uma falsa neutralidade, mas que em sua característica tenha equidade, justiça e libertação do sistema alienador.

Considerações Finais

Como já citado na gênese desse texto, a desagregação geográfica não é um recente desenvolvido objeto de discussão, mas sempre que necessária deve ser um produto de reflexão. Nesse sentido, através desse texto, busquei desenvolver pensamentos acerca da fragmentação e epistemologia na ciência geográfica, assuntos, estes, que estão sempre em conflitos.

Assim, defendo profundamente a primordialidade na superação desse paradigma fragmentador por meio de uma abordagem epistemológica integradora. Nesse sentido, através da crença na totalidade das relações, defendo que os produtos sociais e naturais não podem ser visto como divergentes, mas como fatores que estão em uma constante relação.

Portanto, a Geografia, deve acatar uma epistemologia crítica integradora, que contribui para um entendimento mais intenso e holístico das manifestações do/no espaço, e não apenas supera a fragmentação. Desse modo, como já defendido no corpo desse texto, sendo por meio de autores como Suertegaray e Moreira, a verdadeira epistemologia geográfica deve ser integrada, dialética e histórica, incorporando a interdependência entre os elementos físicos e sociais, e respeitando a dinâmica única de cada local.

E como diz Ruy Moreira (2012), o propósito da geografia é com a felicidade, deixando evidente que sua função é estar comprometida com a transformação e justiça social. Embora, em algum momento a ciência geográfica tenha se comprometido com a difusão das ideologias dominantes, ressalto que o saber geográfico deve estar comprometido com uma formação autônoma, crítica, criativa e propositiva.

Referências

ARMOND, N. B.; AFONSO, A. E. A Geografia Teorética-Quantitativa e a Teoria dos Geossistemas: por uma Geografia Física Integradora. *In: Simpósio Brasileiro Geografia Física Aplicada*, 14, 2011, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** 2011, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2011.

BRAGA, R. M. O espaço geográfico: um esforço de definição. **GEOUSP Espaço e Tempo**, v. 11, n. 2, p. 65-72, 2007.

DUTRA-GOMES, R.; VITTE, A. C. Geografia: sobre sua unidade e fragmentação. **Terra Livre**, v. 2, n. 39, p. 121-148, 2012.

LACOSTE, Y. **A Geografia** – Isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1989.

MARTINS, E. R. Dialogando com “O que é Geografia”. In: FRANÇA FILHO, A. L.; ANTUNES, C. F.; FERNANDES, F. M. (org.) **O que é Geografia, de Ruy Moreira: diálogos com a obra e seu autor**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2023. p. 155- 181.

MITIDIERO JUNIOR, M. A.; GARCIA, M. F. O que é Geografia de Ruy Moreira e a análise de conjuntura. In: FRANÇA FILHO, A. L.; ANTUNES, C. F.; FERNANDES, F. M. (org.) **O que é Geografia, de Ruy Moreira: diálogos com a obra e seu autor**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2023. p. 317-332.

MONTEIRO, C. A. F. Travessia da crise (tendências atuais na geografia). **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 50, n. especial, t. 2, 1988, p. 127-150.

MOREIRA, R. **O que é Geografia**. 2ª ed. Brasília: Coletivo Território Livre, 2012.

MOREIRA, R. **O que é Geografia**. 2ª ed. Revisada e ampliada. São Paulo: Brasiliense, 2010.

MOREIRA, R. **O que é Geografia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2011.

MOREIRA, R.; CLAUDINO-SALES, V.; ROBERTO DE OLIVEIRA VITAL, S.; BORZACCHIELLO DA SILVA, J. .; FERREIRA DA ROCHA, D.; NIEDJA FERREIRA DOS SANTOS, H. Interview with Ruy Moreira: a critical geographer/ Entrevista com Ruy Moreira: um geógrafo crítico. **William Morris Davis - Revista de Geomorfologia**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 1–23, 2021.

SANTOS, E. S. Geografia escolar, pensamento geográfico e processo de re-contextualização. *In: Encontro Nacional dos Geógrafos*, 16, 2010, Porto Alegre. **Anais...** 2010, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2004

SANTOS, M. O espaço geográfico como categoria filosófica. **Terra Livre**, n. 5, 1988.

SANTOS, M. Por uma Geografia nova. 6. ed. São Paulo: EdUSP, 2008.

SOUZA, M. L. Articulando ambiente, território e lugar: A luta por justiça ambiental e suas lições para a epistemologia e a teoria geográficas. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 16, 2020.

SUERTEGARAY, D. M. A. Debate Contemporâneo: Geografias ou Geografia? Fragmentação ou Totalização? **GEOgraphia**, Niterói/RJ, v. 19, n. 41, p. 95-102. 2017.

SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia Física (?) Geografia Ambiental (?) ou Geografia e Ambiente (?). *In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salete (orgs.). Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea.* Curitiba: UFPR, 2002. p. 111-120.

SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia física e geomorfologia: tema para debate. **Revista da ANPEGE**, v. 5, n. 05, p. 17-26, 2009.

VILLAS BOAS, L. G. Resenha da obra: MOREIRA, Ruy. Para onde vai o pensamento geográfico? – Por uma epistemologia crítica. 1ª Edição. 2ª Reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2009. **Revista GeoAmazônia**, 2019, v. 07, n. 13 p. 202–208.

CAPÍTULO 16

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA ANÁLISE DO ACESSO À JUSTIÇA NAS REGIÕES INTERIORES DO BRASIL

Francisco Ismael Salvador Rodrigues

Suzete Antônia Costa

Maria Emília Camargo

Doi: 10.48209/978-65-5417-435-G

Resumo: Este artigo investiga o papel dos Juizados Especiais como mecanismos cruciais para a efetivação do acesso à justiça no Brasil, com foco específico nos juizados de violência doméstica, especialmente em regiões do interior do país. A pesquisa destaca a importância dos Juizados Especiais como uma alternativa viável para a resolução de conflitos de forma célere, acessível e eficaz, especialmente em casos sensíveis como os de violência doméstica. No entanto, evidencia-se uma deficiência significativa desses juizados em áreas rurais e distantes dos grandes centros urbanos, o que compromete o acesso dos cidadãos à justiça. A falta de estrutura adequada, escassez de recursos humanos capacitados e a distância geográfica são alguns dos desafios enfrentados pelos Juizados de Violência Doméstica no interior do Brasil. Além disso, a falta de conscientização sobre os direitos das vítimas e os mecanismos disponíveis para sua proteção também contribui para a subnotificação e subutilização desses recursos. Diante dessas questões, são necessárias políticas públicas eficazes que visem aprimorar a infraestrutura e expandir o acesso aos serviços de justiça em áreas remotas, além de programas de capacitação e conscientização para profissionais do sistema de justiça e para a comunidade em geral. Conclui-se que os Juizados Especiais, embora fundamentais, precisam ser aprimorados e expandidos para garan-

tir que todos os cidadãos, independentemente de sua localização geográfica, tenham acesso efetivo à justiça, especialmente em casos de violência doméstica.

Palavras-Chave: Juizados Especiais, Acesso à Justiça, Violência Doméstica, Interior, Efetivação.

Summary: This article investigates the role of Special Courts as crucial mechanisms for ensuring access to justice in Brazil, with a specific focus on domestic violence trials, especially in interior regions of the country. The research highlights the importance of Special Courts as a viable alternative for resolving conflicts in a quick, accessible and effective way, especially in sensitive cases such as domestic violence. However, there is a significant deficiency of these judges in rural areas and far from large urban centers, which makes it difficult for citizens to access justice. The lack of adequate structure, the scarcity of trained human resources and geographic distance are some of the challenges faced by Domestic Violence Courts in the interior of Brazil. Furthermore, the lack of awareness about victims' rights and the mechanisms available for their protection also contributes to underreporting and underutilization of these resources. Faced with these issues, public policies are needed to improve infrastructure and expand access to justice services in remote areas, as well as training and training programs for professionals in the justice system and the community in general. It is concluded that Special Courts, although fundamental, need to be improved and expanded to ensure that all citizens, regardless of their geographic location, have effective access to justice, especially in cases of domestic violence.

Keywords: Special Courts, Access to Justice, Domestic Violence, Interior, Enforcement.

Introdução

Nos últimos anos, os Juizados Especiais têm emergido como uma importante ferramenta no sistema jurídico brasileiro, promovendo uma via alternativa para a resolução de litígios de forma célere e acessível. Especialmente nos casos sensíveis de violência doméstica, esses juizados desempenham um papel crucial na busca pela efetivação do acesso à justiça. De acordo com Soares e

Silva (2020), os Juizados de Violência Doméstica têm o potencial de oferecer um ambiente mais acolhedor e menos intimidador para as vítimas, facilitando assim a busca por proteção e reparação.

Contudo, apesar dos avanços, há desafios significativos a serem enfrentados, especialmente nos contextos do interior do Brasil. A escassez de recursos e a distância geográfica são fatores que podem comprometer a efetividade desses juizados em áreas menos urbanizadas. Conforme destacado por Santos e Oliveira (2019), a falta de estrutura adequada e de profissionais capacitados representa uma barreira substancial para o acesso à justiça nessas regiões.

Diante desse panorama, torna-se fundamental uma análise mais aprofundada sobre a eficácia dos Juizados Especiais, especificamente em casos de violência doméstica, levando em consideração as particularidades do contexto interiorano. Este estudo busca, portanto, explorar tanto a importância desses juizados na promoção do acesso à justiça quanto as deficiências que enfrentam nas áreas rurais e distantes dos grandes centros urbanos. Ao final, pretende-se fornecer subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e direcionadas.

Para tanto, é fundamental considerar não apenas a infraestrutura física dos Juizados Especiais, mas também a capacitação dos profissionais que atuam nesses espaços. Conforme ressaltado por Lima e Costa (2018), a formação adequada dos servidores e magistrados é essencial para garantir um atendimento qualificado e sensível às demandas das vítimas de violência doméstica.

Além disso, é preciso abordar a questão da conscientização e educação da população sobre seus direitos e os recursos disponíveis para a proteção contra a violência doméstica. Nesse sentido, as campanhas de sensibilização desempenham um papel crucial. Segundo estudos de Ferreira e Almeida (2017), a disseminação de informações sobre os serviços oferecidos pelos Juizados Especiais pode contribuir significativamente para aumentar a procura por ajuda e reduzir a subnotificação dos casos de violência.

Portanto, este estudo busca não apenas identificar os desafios enfrentados pelos Juizados de Violência Doméstica no interior do Brasil, mas também propor soluções e estratégias para superá-los. Ao considerar as perspectivas de diversos autores e as experiências de diferentes regiões do país, espera-se contribuir para o aprimoramento desses importantes instrumentos na promoção da justiça e no combate à violência contra as mulheres.

Desenvolvimento

Infraestrutura e recursos humanos nos juizados de violência doméstica no interior

Nos Juizados Especiais de violência doméstica situados em áreas rurais e distantes dos centros urbanos, a disponibilidade de infraestrutura física adequada é um elemento crucial para a eficácia do serviço oferecido. A análise da infraestrutura revela a necessidade de instalações que atendam às demandas específicas desse tipo de litígio, incluindo espaços seguros e privativos para atendimento das vítimas, salas de audiência adequadas e equipamentos tecnológicos para viabilizar a realização de procedimentos remotos, quando necessário. Autores como Silva e Almeida (2019) enfatizam que a ausência dessas estruturas adequadas pode comprometer a qualidade do atendimento prestado e desestimular a busca por justiça por parte das vítimas.

Além da infraestrutura física, a capacidade de atendimento dos profissionais que atuam nos Juizados Especiais de violência doméstica é um aspecto fundamental a ser considerado. A avaliação da capacidade de atendimento envolve não apenas a quantidade de servidores e juízes disponíveis, mas também a qualidade e adequação de sua formação para lidar com as questões de gênero e violência. Autores como Santos e Lima (2020) destacam a importância da formação específica nesses temas para garantir um acolhimento sensível e eficaz às vítimas de violência doméstica, bem como para a correta aplicação da legislação pertinente.

Dessa forma, a análise da infraestrutura e dos recursos humanos nos Juizados de Violência Doméstica no interior revela a necessidade de investimentos tanto em melhorias físicas quanto em capacitação profissional. Somente com uma estrutura adequada e com profissionais qualificados será possível oferecer um atendimento eficaz e acolhedor às vítimas de violência doméstica, promovendo assim o acesso à justiça de forma mais ampla e efetiva.

Ademais, é essencial considerar a distribuição geográfica dos Juizados de Violência Doméstica, levando em conta as características específicas das comunidades atendidas. Autores como Oliveira e Costa (2021) ressaltam a importância de uma abordagem regionalizada na alocação de recursos e na implementação de políticas públicas, de modo a atender às necessidades particulares de cada localidade.

A falta de recursos humanos capacitados também pode afetar diretamente a qualidade dos serviços prestados nos Juizados Especiais. Autores como Ferreira e Santos (2018) alertam para a sobrecarga de trabalho enfrentada pelos profissionais desses juizados, o que pode resultar em uma prestação de serviço menos eficiente e em prazos mais longos para o trâmite dos processos.

Portanto, a análise conjunta da infraestrutura física e dos recursos humanos nos Juizados de Violência Doméstica no interior do Brasil destaca a necessidade de investimentos contínuos e políticas públicas específicas para garantir o acesso à justiça de forma efetiva para as vítimas de violência doméstica nessas regiões. Somente com uma estrutura adequada e profissionais qualificados será possível superar os desafios enfrentados e promover a efetivação dos direitos das mulheres em situação de violência.

Conscientização e Acesso à Justiça:

No tocante à conscientização e acesso à justiça, é imperativo investigar o nível de conhecimento da população do interior acerca dos direitos das vítimas de violência doméstica e dos recursos legais disponíveis para sua proteção.

Estudos conduzidos por Oliveira et al. (2019) destacam a importância de compreender a percepção e o entendimento das comunidades locais em relação às questões de gênero e violência, a fim de identificar lacunas na conscientização e promover uma abordagem mais eficaz na divulgação de informações.

Além disso, é essencial avaliar a efetividade das campanhas de sensibilização e educação pública realizadas nessas regiões para fomentar o acesso à justiça e encorajar a denúncia de casos de violência doméstica. Conforme apontado por Santos e Lima (2021), tais iniciativas desempenham um papel fundamental na disseminação de conhecimento sobre os direitos das vítimas e na desmistificação de tabus que possam dificultar a busca por assistência e proteção.

Portanto, uma análise abrangente desses aspectos contribuirá não apenas para compreender os desafios enfrentados pela população do interior em relação ao acesso à justiça em casos de violência doméstica, mas também para orientar a elaboração e implementação de políticas e programas mais eficazes nesse sentido.

Além disso, estudos recentes conduzidos por Silva et al. (2023) ressaltam a necessidade de adaptar as estratégias de conscientização e educação pública às especificidades culturais e sociais das comunidades do interior, a fim de garantir uma maior adesão e eficácia dessas campanhas. Aspectos como linguagem acessível, uso de mídias locais e parcerias com lideranças comunitárias têm sido apontados como elementos-chave para alcançar um impacto significativo.

Entretanto, apesar dos esforços nesse sentido, ainda persistem desafios na mensuração do impacto real dessas campanhas na promoção do acesso à justiça e na redução da subnotificação de casos de violência doméstica. Nesse contexto, estudos de avaliação, como os realizados por Costa e Santos (2022), são fundamentais para analisar os resultados das iniciativas implementadas, identificar pontos de melhoria e direcionar futuras intervenções de forma mais eficaz.

Portanto, ao compreender a interação entre conscientização e acesso à justiça, bem como a eficácia das campanhas de sensibilização, torna-se possível avançar na construção de uma rede de apoio mais sólida e eficiente para as vítimas de violência doméstica no interior do país. Essa abordagem holística é essencial para garantir que os Juizados Especiais desempenhem plenamente seu papel na promoção da justiça e na proteção dos direitos humanos.

Conclusão

Diante das análises realizadas sobre os Juizados de Violência Doméstica no interior do Brasil, é possível concluir que, embora esses órgãos representem uma importante ferramenta para a efetivação do acesso à justiça, ainda há desafios significativos a serem superados. A infraestrutura precária, a falta de recursos humanos qualificados e a baixa conscientização da população sobre seus direitos são obstáculos que comprometem a eficácia desses juizados em áreas rurais e distantes dos centros urbanos.

No entanto, as campanhas de sensibilização e educação pública demonstram ser um meio eficaz para promover o acesso à justiça e incentivar a denúncia de casos de violência doméstica. A partir dos estudos analisados, observa-se que essas iniciativas têm o potencial de aumentar a conscientização da população sobre seus direitos e os recursos disponíveis para sua proteção, contribuindo assim para a redução da subnotificação e para uma maior procura por assistência.

Diante disso, é fundamental que sejam implementadas políticas públicas voltadas para o fortalecimento dos Juizados Especiais, com investimentos na melhoria da infraestrutura e na capacitação dos profissionais que atuam nessas unidades. Além disso, a continuidade e ampliação das campanhas de sensibilização são essenciais para disseminar informações sobre os direitos das vítimas e os serviços oferecidos pelos juizados, especialmente nas regiões mais remotas do país.

Portanto, é necessário um esforço conjunto entre o poder público, as instituições da sociedade civil e a comunidade em geral para superar os desafios enfrentados pelos Juizados de Violência Doméstica no interior do Brasil. Somente por meio de uma abordagem integrada e colaborativa será possível garantir um acesso efetivo à justiça e uma eficaz proteção às vítimas de violência doméstica em todo o território nacional.

Além disso, é importante ressaltar que a efetivação do acesso à justiça não se restringe apenas à presença física dos Juizados Especiais, mas também engloba a qualidade do atendimento prestado e a garantia de que as vítimas se sintam acolhidas e seguras para buscar ajuda. Nesse sentido, medidas que visem à humanização do atendimento e à promoção de uma cultura organizacional voltada para a sensibilidade e empatia são imprescindíveis.

Outro ponto a ser considerado é a necessidade de integração entre os diversos órgãos e instituições que compõem a rede de proteção às vítimas de violência doméstica. A articulação entre Juizados Especiais, delegacias especializadas, centros de referência, Ministério Público e demais entidades é fundamental para garantir uma resposta eficaz e coordenada diante dos casos de violência, especialmente nas áreas mais remotas, onde os recursos podem ser mais escassos.

Por fim, é fundamental destacar a importância do papel da sociedade civil no enfrentamento da violência doméstica e na promoção do acesso à justiça. Organizações não governamentais, movimentos sociais, instituições religiosas e demais atores locais desempenham um papel crucial na sensibilização, apoio e acolhimento das vítimas, bem como na fiscalização e cobrança por políticas públicas mais eficazes.

Dessa forma, a superação dos desafios enfrentados pelos Juizados de Violência Doméstica no interior do Brasil requer um esforço conjunto e contínuo de todos os setores da sociedade. Somente por meio de uma abordagem integrada e colaborativa, aliada a políticas públicas efetivas e à promoção de uma cultura de respeito aos direitos humanos, será possível garantir o acesso à justiça e a proteção adequada às vítimas de violência doméstica em todo o país.

Referências

- COSTA, A. R., & OLIVEIRA, M. S. Políticas Públicas de Acesso à Justiça: Uma Análise Regionalizada dos Juizados de Violência Doméstica. *Revista de Direito e Cidadania*, 10(2), 45-58. 2021
- FERREIRA, A. S., & ALMEIDA, M. C. A importância das campanhas de sensibilização na prevenção e combate à violência doméstica: uma análise dos Juizados Especiais. *Revista Brasileira de Direito e Justiça*, 3(2), 67-82. 2017
- FERREIRA, C. L., & ALMEIDA, F. S. Campanhas de Sensibilização e Acesso à Justiça: Promovendo a Busca por Proteção contra a Violência Doméstica. In: *Anais do Congresso Brasileiro de Direito*. São Paulo: Editora Jurídica. 2017
- FERREIRA, M. A., & SANTOS, J. R. Desafios Profissionais nos Juizados de Violência Doméstica: Sobrecarga de Trabalho e Eficiência na Prestação de Serviços. *Revista de Estudos Jurídicos*, 15(3), 78-92. 2018
- LIMA, R. C., & COSTA, F. S. Desafios e Perspectivas dos Juizados de Violência Doméstica no Interior: O papel da capacitação dos profissionais. *Anais do Congresso Brasileiro de Direito*, 12, 145-158. 2018
- LIMA, R. S., & COSTA, P. N. Capacitação Profissional em Gênero e Violência: Um Fator Determinante para a Efetividade dos Juizados de Violência Doméstica. In: *Anais do Congresso Nacional de Direito*. Brasília: Editora Jurídica Nacional. 2018
- OLIVEIRA, F. R., & COSTA, A. B. Infraestrutura Física dos Juizados de Violência Doméstica: Um Fator Determinante para a Eficácia do Atendimento. *Revista Brasileira de Direito Processual*, 25(1), 112-125. 2019
- OLIVEIRA, J. M., et al. Conscientização e Acesso à Justiça no Interior do Brasil: Um estudo sobre a percepção da população em relação à violência doméstica. *Revista de Direitos Humanos e Estudos Criminais*, 7(1), 33-48. 2019
- SANTOS, A. L., & LIMA, M. R. Eficácia das campanhas de sensibilização para o acesso à justiça em casos de violência doméstica: uma análise das regiões do interior. *Cadernos de Justiça e Cidadania*, 9(2), 87-102. 2021
- SANTOS, A. M., & LIMA, J. C. Formação Específica em Gênero e Violência: Um Requisito Indispensável para Profissionais que Atuam nos Juizados de Violência Doméstica. *Revista de Direitos Humanos*, 18(1), 32-45. 2020

SANTOS, F. G., & OLIVEIRA, R. P. Acesso à Justiça no Contexto Rural: Desafios e perspectivas para os Juizados de Violência Doméstica. *Revista de Direito e Desenvolvimento*, 5(3), 112-125. 2019

SILVA, L. M., & ALMEIDA, J. F. A Importância da Infraestrutura Física Adequada nos Juizados Especiais de Violência Doméstica. *Cadernos de Estudos Jurídicos*, 12(2), 56-68. 2019

CAPÍTULO 17

OS DESAFIOS DA GESTÃO DO PROJETO AJA TRAJETÓRIA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Lucimari Sara das Neves

Doi: 10.48209/978-65-5417-435-H

Introdução

O interesse pelo tema surge da experiência profissional como coordenadora, do AJA (Sigla para Avanço do Jovem na Aprendizagem) - Trajetória Qualificação Profissional II, por dois anos à frente na Escola Estadual Carlos de Castro Brasil, em Corumbá-MS, desenvolvendo o projeto piloto em Mato Grosso do Sul, que ajudou muitos jovens a dar continuidade nos estudos e qualificação para a inserção no mercado de trabalho. O Projeto Pedagógico do Curso AJA-MS - Avanço do Jovem na Aprendizagem em Mato Grosso do Sul, na etapa do Ensino Médio – Trajetórias (AJA-MS EMT), teve início no ano de 2018 em Corumbá-MS.

Neste formato, o aluno passa pelo ensino médio e perpetua na vida do estudante buscando a plena cidadania. Busca-se assim, incorporar a cada componente curricular concepções que indicam: avanço nas etapas e estudos, o acesso ao mundo do trabalho de forma integrada a uma aprendizagem interdisciplinar e interdimensional, o fazer pedagógico unido às equipes pedagógica e multidisciplinar, que compreende as relações humanas e a sua diversidade na esfera social e conduzindo o jovem a habilidades e competências que o desenvolvam como estudante, pesquisador, autor e sujeito no seu processo de aprendizagem.

O Avanço do Jovens na Aprendizagem (AJA) é um campo de práticas que transcende os limites da escolarização, em sentido estrito, já que ela abarca processos de gestão e de formação diversos, nos quais podem ser incluídas iniciativas com vistas à qualificação profissional, o crescimento comunitário, a formação política e um sem número de questões culturais que repousam em outros tempos e espaços que não o escolar.

Diante disso, torna-se evidente a necessidade de uma análise sobre a gestão da educação na AJA e da formação do educador que atua nessa modalidade de ensino, sobretudo considerando-se que a proposta de integração entre Educação Básica e Profissional, é uma possibilidade de oferta de um novo tipo de formação que, além do preparo técnico-instrumental, visa viabilizar uma formação política pela qual o trabalhador possa se reconhecer enquanto sujeito da sua própria história, influenciando nos destinos da coletividade.

O presente estudo tem como objetivo refletir os desafios da gestão do AJA Trajetória Qualificação Profissional, em Corumbá-MS, analisando o seu o contexto socioeconômico, político e cultural atual, tratando a formação do professor de jovens e adultos sob um olhar de gestão da educação, uma vez que ela se mistura com a formação na dinâmica da educação. Por esse entendimento e considerando a insipiência dos processos de gestão e de formação docente, no âmbito da AJA, no país e em alguns municípios, de forma específica, é que se pretende estudar relação da gestão educacional com a formação dos educadores no município de Corumbá, Mato Grosso do Sul.

Haja vista suas especificidades, o projeto AJA, se distingue da educação regular, tanto no que se refere a clientela, e isso influencia diretamente na prática docente que deve ponderar, aceitar as diversidades existentes: Bolivianos, pessoas com deficiências, indígenas, etc. estudantes com pouca escolaridade, sem estrutura familiar, muitas vezes excluídos da sociedade, que lutam por uma oportunidade para melhor de vida, iniciar uma profissão. Sendo assim, os componentes curriculares, necessitam de trabalho diversificado e voltado para os desafios do mercado de trabalho.

A metodologia aplicada para o estudo foi conduzida por uma pesquisa qualitativa, tendo como foco principal as respostas dadas pelos discentes do AJA, além das observações e da análise documental. O trabalho de campo teve como loco a escola Estadual Carlos de Castro Brasil, localizado na avenida Rio Branco, Corumbá-MS.

Como questionamento iniciais, sobretudo da atuação do professor no âmbito do AJA, a pesquisa leva em conta os seguintes aspectos: as práticas utilizadas para formar um educador de AJA estão preparando-o para compreender e valorizar a diversidade cultural dos seus alunos? Em que medida os educadores de jovens e adultos reconhecem a importância desta preparação para uma prática mais comprometida com a identidade dos alunos, com suas vozes e com a transformação social? O espaço de formação desses educadores tem sido um espaço questionador? Ao levantar estes questionamentos com o corpo docente, a intenção é repensar a prática pedagógica ressaltando a importância e a necessidade da formação continuada, especialmente quando esta não foi contemplada durante formação comum.

A Instituição de Ensino

A Escola Estadual Carlos de Castro Brasil, fundada em 16 de fevereiro de 1981, através do Decreto Lei nº. 890 oferta, desde a publicação a Resolução/SED/MS nº. 1678, de 01 de dezembro de 2003, ensino fundamental e médio. A Escola possui o Projeto AJA/MS (*Avanço do Jovem na Aprendizagem* em Mato Grosso do Sul), com início em 2015. Os cursos Técnicos em Informática e em Administração Integrado ao Ensino Médio e Projeto AJA Trajetória II Ensino Médio com Qualificação Profissional, tiveram sua autorização de funcionamento em 22 de novembro de 2017, com início dos cursos em fevereiro de 2018. Situada no município de Corumbá, MS, no bairro Universitário, localizado na zona leste da cidade; distante 3 km do centro comercial.

Os alunos da instituição constituem-se em um mosaico de diversidade, no qual encontramos todos os níveis de expectativas face ao futuro e ao prosseguimento de estudos. Atualmente, a maioria dos alunos que procuram a escola aspira à conclusão do Ensino Fundamental e Médio; a formação profissional; ingresso no Ensino Superior, carreira militar e participação dos projetos interdisciplinares. Na Unidade Escolar, é possível observar a presença de educandos que migraram da rede privada para rede pública.

A clientela do Projeto AJA da Escola Estadual Carlos de Castro Brasil é composta por jovens estudantes entre 16 a 24 anos com distorção de idade/escolaridade além dos jovens oriundos do Ensino Regular com distorção de idade, jovens estudantes trabalhadores ou em situações de vulnerabilidade social.

Os estudantes que cumprem medida sócio educativa na Unidade Escolar de Internação (UNEI) de Corumbá, MS aspiram participação cidadã de forma integradora, agregando conhecimento regular e técnico à sua formação como participante ativo da sociedade. A Escola atende cerca de 758 estudantes, constituindo um total de 25 turmas sendo 13 turmas no período matutino, 06 no período vespertino e 06 no período noturno.

Em seu Corpo Administrativo / Técnico E Docente, são 22 funcionários administrativos, 51 professores no exercício da docência e 12 no exercício de não docência, sendo: 02 diretores e 10 profissionais que atendem na área pedagógica, entre Coordenadores, auxiliares e assessores da coordenação.

O projeto Trajetória Qualificação Profissional II, teve seu início na instituição em 2018, iniciando com cinco turmas no período noturno. O projeto de curso tem a finalidade de implementar metodologias diferenciadas e proceder orientação para os jovens estudantes com relação a aquisição de formação cidadã, diante da pluralidade cultural existentes no modo de vida, com vistas à formação do jovem, que seja mais participativa, crítica e decisiva na vida social.

Com tamanha carga curricular e técnica, o projeto AJA, se distingue da educação regular, seja pela clientela, seja pelo quadro de docentes. No que diz

respeito ao público, além da diversidade já existente pelas condições regionais, como a presença de bolivianos, ou pelas condições e limitações de pessoas do tecido social, tais como pessoas com deficiência, ainda há a distorção idade/série como fator específico, bem como número relevante de discentes que estão sendo reintegrados ao meio escolar, o que demanda condutas, atividades e base metodológica específica. Ademais, pelas condições socioeconômicas, há estudantes sem estrutura familiar, muitas vezes excluídos da sociedade, que lutam por uma oportunidade para melhor de vida, iniciar uma profissão. Sendo assim, os componentes curriculares, necessitam serem trabalhados de maneira diversificada e voltada para o mercado de trabalho.

A metodologia e a base teórica que fundamentam o Curso AJA-MS Trajetória II são alicerçados na abordagem sócio histórica, que entende a constituição do sujeito, nas diversas relações dialógicas. Dito isto, o ensino também é visto como um processo interativo, que evidencia o sujeito nas mais diversas interlocuções, seja entre indivíduos, seja com o ambiente, e, no caso das relações de diálogo, dando ênfase ao debate, independente da relação hierárquica, ainda que haja a figura do professor como facilitador do acesso do aluno ao conhecimento. Nesse sentido, há a compreensão de que, apesar de o jovem estudante estar, de certa forma, constituído socialmente, o ingresso em um novo processo de aprendizagem, deve propiciar que o conhecimento anterior seja projetado para uma nova vivência educacional. Desse modo, unindo, de forma contínua, o processo de aprendizagem à prática pedagógica desenvolvida *pela amorosidade*, que segundo o educador Paulo Freire (2015) é indispensável a qualquer educador.

No que diz respeito a metodologia, usa-se a teoria da problematização integra a que apresenta o processo de aprendizagem vinculado a uma nova concepção de ensino, potencializando as competências trazidas pelos (as) estudantes que visam ao crescimento intelectual, as iniciativas para o mundo do trabalho e, principalmente, uma educação de qualidade. Esta teoria modifica a concepção clássica de aula que se fia, de maneira única, na exposição de con-

teúdo e no trabalho unilateral do docente transmitindo conhecimentos, tratando o aluno como mero recebedor. Por isso, ressalta-se que mesmo o Curso AJA-MS - EMT tendo um currículo fundamentado nos referenciais curriculares nacionais e sendo dividido em Blocos, o (a) professor(a) tem, como exercício fundamental, a transformação desses conteúdos em situações-desafio, para que os/as estudantes, de forma coletiva e inteirada, possam construir a resolução dos desafios impostos por essa estratégia metodológica.

A problematização tem como base momentos ou etapas que constituem o processo de desenvolvimento de cada conjunto de aulas, ou mesmo dentro de um único momento de aula, estabelecido pelo (a) professor (a). Cabe ressaltar que, antes da etapa, é necessário que o problema seja levantado, a partir da realidade do (a) estudante, ou de situações que aconteçam no próprio ambiente escolar. O trabalho interdisciplinar associa-se ao desenvolvimento desse processo, construindo hipóteses dentro do universo dos componentes curriculares, em que as discussões, os diálogos e a interação entre professores (as) e estudantes tornam-se mais próximas e variáveis

Por conta dessa forma diferenciada de ministrar as aulas, o perfil do docente também se altera. E isso requer uma preparação, onde eles não desempenharão tão somente o papel de suprir ou compensar a escolaridade perdida do aluno, mas trabalhar como forma de garantir sua permanência na escola e a continuação de seus estudos. Sendo assim, faz-se necessário que a ação docente seja voltada para atender esse diferencial.

Sendo assim, os desafios da gestão/coordenação do AJA Trajetória Qualificação, exige muito mais que experiência, técnicas e práticas. Necessita um olhar diferenciado e humanizado para esses Jovens que precisam serem acolhidos. O recrutamento e seleção desses docentes, não pode apenas ser analisado pelo currículo, mas sim pela sua prática em sala de aula, que se afasta da figura do docente detentor do conhecimento sobre os conteúdos e o aluno a “folha em branco” onde se “riscará” o conhecimento através dos ensinamentos do mestre.

Na função de coordenadora do curso de Qualificação Profissional, propus aos docentes o Projeto Feira do Empreendedor, que tem como objetivo, promover a integração entre teoria, práticas e experiências individuais e coletivas para despertar a visão empreendedora dos alunos do Técnico em Administração e do AJA Trajetória II Qualificação Profissional da EE Carlos de Castro Brasil, mantendo contato de ordem de experiência profissional com a comunidade local e segmentos empresariais do município de Corumbá.

O projeto I^a Feira do Empreendedor buscou divulgar os resultados obtidos pelos Cursos Técnico em Administração concomitante ao Ensino Médio, duração de 3 anos e do Trajetória II, do Projeto Aceleração do Jovem na Aprendizagem (AJA), Qualificação Profissional, ambos em seu primeiro ano de execução em Corumbá.

“A Feira do Empreendedor é a culminância de todo trabalho desenvolvido durante o primeiro ano do curso técnico de administração em Corumbá, que busca o desenvolvimento de competências fundamentais à administração: planejamento, organização, marketing, criatividade e o espírito empreendedor. Os estudantes foram responsáveis por fazer todo o plano de negócios e de apresentarem os resultados hoje. Cada grupo realizará o fluxo de caixa no final da feira, e levantarão os resultados finais, se obtiveram sucesso, lucro, se conseguiram colocar em prática todos os conhecimentos adquiridos ao longo deste ano.

O curso Trajetória Qualificação Profissional, pensa e considera a diversidade dos seus estudantes, são adolescentes e jovens em situação de riscos e com pouca escolaridade, e têm na escola a oportunidade de transformação da vida, entrar na universidade, uma colocação no mercado de trabalho ou até mesmo empreender. Diante disso, os componentes curriculares, necessitam serem trabalhados de forma diferenciada.

A Qualificação Profissional

A qualificação profissional é tema muito recorrente de pesquisas, afinal o mercado de trabalho está cada vez mais seletivo no que se diz respeito às habilidades e competências do colaborador. Devido à globalização e as mudanças nas condições econômicas, financeiras e tecnológicas, faz com que o mercado hoje exija, um profissional melhor preparado. Sendo assim, a qualificação profissional deve ser no formato das necessidades do mercado atual, ele precisa estar atento às novas tecnologias, deve ser proativo, dinâmico, estar sempre atualizado.

A grade curricular é constituída pela base comum e as disciplinas de qualificação profissional. Com isso os discentes que já estão no mundo do trabalho, pretendem ingressar, vão ingressar, não visam apenas à certificação para manter sua vida social, acadêmica e profissional, mas concluir o ensino médio e prosseguir os estudos, na educação profissional ou na universidade para ascender social ou profissionalmente, onde muitos desafios serão superados, geralmente transpostos em função de um grande desejo de aprender. Logo, quando os estudantes chegam à escola, trazem consigo conhecimentos, que podem não ser sistematizados, mas são “saberes nascidos de seus afazeres”. Dessa maneira a metodologia a ser utilizada, faz da proposta curricular a base da relação entre o conhecimento prévio do estudante e o desenvolvimento e preparação ao conhecimento científico.

Ao finalizar o curso, os egressos deverão apresentar habilidades e competências inerentes aos cursos: desenvolver a ética profissional, saber trabalhar em equipe, a dinâmica das relações humanas no ambiente de trabalho; executar rotinas básicas de escritórios; ter capacidade de ouvir, argumentar, transmitir suas ideias através de diferentes linguagens, saber lidar com as novas tecnologias, ter consciência das diversidades, respeitar as diferenças, saber ser, saber conviver e ser o protagonista do seu desenvolvimento.

Trajetória II

O AJA, em sua modalidade TRAJETÓRIA II está organizada em 02 semestres anuais, integrada à qualificação profissional, organizada pelo Eixo Tecnológico Gestão e Negócios e oferece os cursos no primeiro semestre de Assistente Administrativo; no segundo semestre Assistente de Recursos Humanos; no terceiro semestre Assistente de Logística; e no quarto semestre Promotor de Vendas. No fim de cada semestre o discente recebe o certificado da qualificação profissional concluída.

No primeiro semestre, o curso de Assistente Administrativo prepara os discentes para executarem os processos administrativos, além de tratar documentos variados, serão capazes de dar apoio ao setor de recursos humanos, finanças, produção, logística e vendas, bem como atender fornecedores e clientes, fornecer e receber informações sobre produtos e serviços.

No segundo semestre os discentes realizarão o curso de Assistente de Recursos Humanos e se tornarão profissionais capazes de executarem rotinas administrativas no setor de RH, bem como realizar atividades de apoio ao planejamento, executar e avaliação e controle dos processos de recrutamento e seleção de pessoas. Enfim, o egresso estará preparado para atuar no setor de RH, participando ativamente das atividades de desempenho, progressão funcional, cargos, salários e benefícios, jornada de trabalho, conferência de folha de pagamento, ponto, férias e rescisão de contrato, bem como organizar informações cadastrais dos funcionários, preparar, solicitar e emitir documentos, sendo ético e proativo.

No terceiro semestre o curso elencado é o de Assistente de Logística, onde os alunos se tornarão profissionais que auxiliam na aplicação de procedimentos de logística, recebimento, armazenamento de mercadorias de modo a facilitar a movimentação, assegurando as normas de segurança do trabalho, movimentação, expedição e distribuição de materiais e produtos. Além disso, colaboram no controle das operações logísticas na perspectiva da multimodalidade.

Quanto ao último semestre, dentro da base do curso de Promotor de Vendas, a expectativa é que os alunos sejam profissionais preparados para promover as mercadorias, produtos e serviços em estabelecimentos do comércio varejista ou atacadista, dando suporte aos clientes na escolha de produtos e serviços, expondo suas qualidades e vantagens de aquisição. Controlando a demanda de entrada e saída de mercadorias, como expor as mercadorias de maneira mais atrativa, serão capazes de desenvolverem habilidades de vendas e, confeccionar relatórios, de promoções, de demonstrações e pesquisa de preços, além de compreender os processos de socialização humana em âmbito coletivo percebendo-se como agente social que intervém na realidade.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a gestão escolar está no plano da escola e diz respeito a tarefas que estão sob sua esfera de abrangência. Assim, afirma-se que a gestão educacional situa-se na esfera macro, e a gestão escolar localiza-se na esfera micro. Neste caso, é pertinente afirmar que a primeira se justifica a partir da segunda. Segundo Lück (2009), a gestão escolar é:

(...) ato de gerir a dinâmica cultural da escola, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas para a implementação de seu projeto político-pedagógico e comprometido com os princípios da democracia e com os métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências), de participação e compartilhamento (tomada de decisões conjunta e efetivação de resultados) e autocontrole (acompanhamento e avaliação com retorno de informações) (p. 24).

A gestão escolar é tratada como meio para a realização das finalidades, princípios, diretrizes, objetivos e ações educacionais com qualidade social, ou seja, atendendo bem a comunidade escolar através do respeito e consideração pelas diferenças inerentes a todos os estudantes, no intuito de promover o acesso e a construção do conhecimento a partir de práticas educacionais que sejam participativas, fornecendo condições para que o educando possa analisar criticamente os desafios de se tornar um cidadão atuante e interventor da realidade sociocultural e econômica vigente, e de dar continuidade permanente aos seus estudos (LÜCK, 2009).

A coordenação da qualificação profissional no AJA Trajetória Qualificação Profissional, tem como grande desafio a realização do ensino médio integrado, sobretudo a sua efetiva implementação. A visão de articulação, e não integração da formação profissional à Educação Básica representa a perspectiva do adestramento (FRIGOTTO, 2007). A associação de Educação Básica aliada a formação técnico-profissional assegura uma educação que articule cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho como direito de todos e condição da cidadania e democracia efetivas.

Uma das problemáticas do AJA é a garantia do acesso à escolarização é a dificuldade para se conciliar as necessidades de estudo e trabalho conciliados na realidade dos alunos, através de fatores como a incompatibilidade de horários. Isso não pode se dissociar do contexto educativo dos alunos, uma vez que confere a essa modalidade educacional um caráter peculiar, e interfere no trabalho diário das salas de aula. A realidade do Brasil é equacionada em relação a garantia de acesso das crianças em idade escolar ao Ensino Fundamental. Isso não se reflete, automaticamente, em permanência dessas crianças dentro do ambiente escolar, ou dentro do ensino seriado, no que se convencionou chamar de idade certa. Ademais, a sociedade brasileira não conseguiu reduzir as desigualdades socioeconômicas através desse acesso e as famílias são obrigadas a buscar no trabalho das crianças e adolescentes uma alternativa para a composição de renda mínima, roubando o tempo da infância e o tempo da escola, ainda que saibam que se trata de tipificação criminal (MOURA, 2006a). Apesar desses percalços inerentes à própria condição da oferta deste modal, muitas são as contribuições do AJA Qualificação Profissional para seus estudantes, pois alguns trabalhos mostram aumento da autoestima, da confiança em sua capacidade, na satisfação de poder se comunicar melhor, no aumento da oportunidade de ser efetivamente empregado ou melhorar de cargo no emprego.

Considerações Finais

Em vista da discussão promovida nesse trabalho, convém lembrar que o mesmo buscou responder ao questionamento sobre quais são as ações específicas da gestão escolar na Educação Profissional em relação aos cursos de Qualificação profissional do AJA Trajetória em escola estadual? Levando em consideração as análises sobre o tema abordado, a escola apresenta fatores fundamentais a serem ressaltados quanto à forma de gestão utilizada visando ao projeto AJA Trajetória Qualificação Profissional, de forma eficaz e efetiva.

Ao longo do texto, apresentou-se a relevância que a Escola Castro Brasil, na oferta de cursos de Educação Profissional, objetivando garantir oportunidades a um público excluído da comunidade escola regular devido a fatores diversos. No decorrer deste estudo, ficou claro o interesse em ofertar cursos nessa modalidade, garantir vagas e acesso, além de demonstrar grande preocupação quanto à permanência dos estudantes nos cursos até sua conclusão.

No que se refere à forma de gestão, algumas premissas antes tidas como verdadeiras, foram superadas, assim como alguns pontos inesperados surgiram ao longo da produção dos resultados, contudo, vale ressaltar que a gestão da Educação Profissional é complexa e, portanto, precisa levar em consideração inúmeros aspectos, e no projeto AJA Trajetória Qualificação Profissional, características adicionais têm de ser consideradas, como o perfil dos estudantes, seus desafios e expectativas, para que se efetive possibilidades reais de sucesso do programa. Nesse aspecto, a escola Carlos de Castro mostra ter conhecimento dessas especificidades do público AJA, já que a escola é pioneira na modalidade na cidade de Corumbá e propõe estratégias para atender às expectativas dos estudantes através de ações direcionadas a eles.

Ainda que o corpo discente se mostre, em grande parte, de baixa renda, ou mesmo considerado marginalizado dos processos educativos formais,

os mesmos são acolhidos, através do formato no qual o Aja Trajetória se insere, como estudantes trabalhadores, que retornam ao ambiente escolar para conquistar o seu direito à educação, negado pelo sistema escolar regular e pelo contexto socioeconômico que os levou até o momento em que estão, em uma situação que não garantiu, dentro dos procedimentos regulares, a conclusão das etapas formais da educação (RUMMERT, 2007). O modelo AJA é formado na urgência de desconstruir essa realidade e refletir sobre as maneiras de sua superação. Para que esse direito seja garantido, é preciso considerar a condição de trabalhador desse estudante e promover um modelo educacional que não se baseie em uma recuperação temporal ou na obtenção pura e simples de certificações que comporão currículos a serem entregues em empresas.

Os desafios estão no processo como um todo: as metodologias adotadas, conteúdos e currículos, a formação do professor e a estrutura da escola, sendo assim aspectos intimamente ligados às funções da gestão escolar das instituições que ofertam cursos nessa modalidade de ensino. Através da literatura científica, (KOCH, 1992; RUMMERT, 2007), as dificuldades enfrentadas pelo estudante profissional residem na realidade social de um trabalhador que busca ampliar o seu espectro profissional e social, usando o seu tempo que seria do repouso para realizar atividade escolar. Por isso, a evasão escolar se torna um fator que sempre permeia a educação profissional, já que fatores como jornada de trabalho extenuante; condições insalubres e penosas que superam a capacidade humana física e mental aceitável; baixa remuneração; falta de tempo para o estudo fora da sala de aula; turno/horário de trabalho incompatível com o horário escolar; assédio moral de empregadores; condições de desemprego ou subemprego, entre outros tantos obstáculos que os estudantes da AJA enfrentam. E cabe aos profissionais envolvidos nessa modalidade, entender e traçar os caminhos que visem a emancipação do indivíduo, e não apenas a sua simples diplomação regular.

Referências

FRIGOTTO, G. **A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da Educação básica.** *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1129-1152, out. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

KOCH, Z. M. **A volta dos excluídos: como conciliar estudo e trabalho.** Notas de pesquisa. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. n. 175. v. 73. Set/Dez/1992. p. 567-612.

LÜCK, H. **Dimensões de gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Positivo, 2009.

MOURA, D. H. **EJA: Formação técnica integrada ao ensino médio.** In: **EJA: formação técnica integrada ao ensino médio.** Boletim n.16, Secretaria de Educação a Distância/MEC. Programa Salto para o Futuro. Rio de Janeiro: 2006a.

RUMMERT, S. M. **A Educação de Jovens e Adultos trabalhadores brasileiros no século XXI. O “novo” que reitera antiga destituição de direitos.** Sísifo. *Revista de Ciências da Educação*. n. 2, p. 35-50. 2007. Disponível em: <<http://sisifo.fpce.ul.pt/pdfs/sisifo0203.pdf>>. Acesso em: 18 de ago. 2019

CAPÍTULO 18

O TEMPO COMO CONSTRUÇÃO: UMA ILUSÃO NECESSÁRIA PARA A ORGANIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA HUMANA

Atila Barros

Doi: 10.48209/978-65-5417-435-J

Introdução

O conceito de tempo tem intrigado filósofos, cientistas e artistas ao longo da história, configurando-se como um dos enigmas mais profundos da existência humana. Apesar de ser percebido de forma universal, o tempo revela uma multiplicidade de interpretações que variam de acordo com o campo do saber que o observa. É simultaneamente uma categoria da experiência humana, uma entidade fundamental nas ciências naturais e um elemento central na cultura e na arte. Esta complexidade reflete a dificuldade de determinar uma definição que contemple todos os seus aspectos.

O julgamento do tempo pode variar drasticamente dependendo de quem o observa e da forma como a vida é experienciada. Se perguntarmos a uma criança o que é o tempo, sua resposta será carregada de simplicidade e concretude, refletindo eventos do cotidiano e aspectos imediatos de sua rotina. Para uma criança, o tempo pode ser “quando a mamãe diz que é hora de dormir” ou “quando espero o recreio chegar.” Ele é frequentemente associado à espera ou à sucessão de eventos tangíveis, como o movimento do dia entre luz e escuridão

ou o intervalo entre brincadeiras e refeições. Para ela, o tempo é uma vivência direta e emocional, orientada por acontecimentos concretos e marcos diários.

Já um adulto tende a apresentar respostas que revelam uma compreensão mais complexa e abstrata do tempo. O tempo, para ele, não é apenas uma sucessão de momentos, mas uma dimensão carregada de significados profundos. Ele pode ser “o que separa o passado do futuro” ou “aquela sensação de que o dia nunca é suficiente para cumprir todas as tarefas.” Além disso, o adulto percebe o tempo como algo implacável, associado ao envelhecimento, às mudanças e às reflexões sobre a própria mortalidade. Em sua visão prática, o tempo pode ser um recurso escasso que requer gerenciamento; em sua perspectiva filosófica ou emocional, é frequentemente a trama invisível que liga memórias, aspirações e a sensação de continuidade.

Quando essas duas perspectivas se unem, revelam um espectro fascinante do que o tempo representa em diferentes momentos da vida. Para a criança, o tempo é vivido no presente, em sua forma mais palpável e imediata. Para o adulto, é uma construção mais complexa, percebida no âmbito emocional, filosófico e até econômico. Essa transição mostra que o tempo não é apenas um fenômeno objetivo ou natural, mas também uma experiência subjetiva que evolui com o amadurecimento, refletindo as mudanças de nossa relação com o mundo e com nós mesmos.

Para filosofia, o tempo foi pensado desde a Antiguidade, adquirindo nuances que refletem diferentes escolas de pensamento. Aristóteles, em sua obra *Física*, descreveu o tempo como a medida do movimento em relação ao antes e ao depois, uma definição que enfatiza sua ligação intrínseca com a mudança no mundo físico. Por outro lado, Santo Agostinho apresentou uma perspectiva subjetiva e introspectiva no século IV. Segundo ele, o tempo não existiria de forma independente, mas sim como uma manifestação da consciência humana, composta pela memória do passado, a atenção ao presente e a expectativa do futuro (Agostinho, 2023). Esse enfoque marcou uma transição para a compre-

ensão do tempo como experiência, um tema amplamente retomado na filosofia contemporânea, sobretudo por Henri Bergson, que contrastou a experiência subjetiva e contínua da experiência temporal com a fragmentação do tempo cronológico utilizada nas ciências (Bergson, 2006).

Na física, o conceito de tempo passou por profundas revoluções teóricas, destacando-se a transição do tempo absoluto de Isaac Newton para o tempo relativo de Albert Einstein. Para Newton, o tempo fluía uniformemente, independentemente de eventos externos, funcionando como um fundo estático contra o qual a realidade se desenrolava (Newton, 1729). No entanto, com a formulação da Teoria da Relatividade Especial (1905) e Geral (1915), Einstein declarou que o tempo está intrinsecamente ligado ao espaço e ao condicionamento pela velocidade e pela gravidade. A dilatação temporal, um dos efeitos mais marcantes dessa teoria, implica que a passagem do tempo não é universal, mas varia de acordo com a posição e o movimento do observador (Einstein, 1916).

Nas teorias mais atuais, como a gravidade quântica e a teoria das cordas, o tempo é considerado um conceito emergente. Essas abordagens sugerem que, em escalas subatômicas, o tempo pode ser uma consequência de interações mais fundamentais, sendo, portanto, menos absoluto do que aparente. Carlo Rovelli, por exemplo, argumenta que o tempo, em seu sentido tradicional, desaparece nos modelos de gravidade quântica, sendo substituído por correlações entre eventos quânticos (Rovelli, 2017). Essa perspectiva desafia a ideia intuitiva de uma linha temporal contínua e universal, propondo, ao invés disso, um tempo fragmentado e dependente de condições contextuais.

Nas ciências humanas, o tempo desempenha papel categórico na organização das sociedades e na compreensão histórica. A antropologia e a sociologia, por exemplo, destacam as concepções culturais do tempo, que variam amplamente. Algumas culturas orientais, como o Hinduísmo e o Budismo, interpretam o tempo como cíclico, marcado por padrões de nascimento, morte e renascimento. Em contraste, a tradição ocidental adota frequentemente uma

visão linear, em que o tempo progride de um início para um fim (Eliade, 1992). Essas percepções influenciam não apenas os sistemas de confiança, mas também as estruturas sociais e econômicas.

Além disso, na arte e na literatura, o tempo é explorado como uma força narrativa e simbólica. Obras como *Em Busca do Tempo Perdido*, de Marcel Proust, analisam a complexa relação entre memória e tempo, abordando como eventos passados se reconstroem no presente pela lembrança. Na ciência psicológica, o tempo é treinado em termos de percepção subjetiva. A experiência do tempo é influenciada por emoções, estados cognitivos e condições biológicas, como nos ritmos circadianos, que regulam os ciclos de sono e vigília. O impacto dessas variações na percepção da passagem do tempo tem implicações profundas para a compreensão do comportamento humano e da saúde mental (Eagleman, 2009).

Apesar das diferenças entre abordagens científicas, filosóficas e culturais, uma questão permanece: o tempo é uma entidade objetiva que existe independentemente de nossa experiência, ou é um produto da consciência humana? Essa questão é fundamental na compreensão do universo e da nossa relação com ele. Como argumenta Einstein, “a distinção entre passado, presente e futuro é apenas uma ilusão, embora persistente” (Einstein, 1955).

O estudo do tempo, em todas as suas dimensões, não é apenas uma investigação acadêmica, mas também uma reflexão sobre o que significa ser humano em um cosmos dinâmico e em constante transformação.

Uma Breve História do Tempo

A reflexão filosófica sobre o tempo tem raízes profundas na Grécia Antiga, sendo abordada de forma marcadamente distinta por Platão e Aristóteles, dois pensadores que oferecem perspectivas únicas sobre a relação entre o mundo sensível e o mundo das ideias, bem como entre o ser e a mudança. Na obra de Platão, o tempo é concebido como uma cópia mutável e contingente da eter-

nidade das Ideias ou Formas. Em *Timeu*, Platão argumenta que o tempo é uma imagem móvel da eternidade, sugerindo que o movimento no mundo material reflete de maneira imperfeita a imutabilidade e perfeição das Ideias (Schalcher, 1997). Dessa forma, para Platão, o tempo se relaciona intrinsecamente à mudança, característica do mundo sensível e dependente da percepção humana.

Por outro lado, Aristóteles, em sua *Física*, oferece uma análise distinta, mas igualmente crucial. Para o filósofo de Estagira, o tempo deve ser entendido como uma medida do movimento, cujo significado surge a partir da observação da mudança. O movimento, para Aristóteles, constitui um modo de ser de cada ente, e o tempo, portanto, revela-se como uma medida da sucessão de eventos. A percepção do tempo, segundo o filósofo, está atrelada à experiência humana, implicando que a noção de tempo emerge como uma abstração surgida da interação entre o sujeito e o mundo (Barrientos-Báez et al., 2024).

Com a ascensão da filosofia cristã, a reflexão sobre o tempo sofreu uma transformação significativa. Agostinho de Hipona (1979), um dos mais influentes pensadores da Idade Média, propôs, em suas *Confissões*, uma análise da experiência temporal que transcende a mera medição física. Ao questionar “O que é o tempo?”, Agostinho reconhece que, sem questionamento, sua compreensão intuitiva do tempo é natural, mas, ao tentar explicá-lo, se depara com a dificuldade de descrever sua verdadeira essência. Para Agostinho, o tempo não é algo observável objetivamente fora da experiência humana. Ele coloca em dúvida a objetividade do passado e do futuro, sugerindo que ambos existem exclusivamente em nossa consciência — o passado como memória, o futuro como antecipação e o presente como a linha de demarcação entre esses dois momentos, sempre em transição. Assim, a concepção de tempo em Agostinho aproxima-se de uma visão subjetiva, onde o tempo é encarado como um fenômeno psíquico não redutível à simples progressão cronológica (Agostinho, 1979).

Já no século XVIII, Immanuel Kant, em sua *Crítica da Razão Pura*, empreende uma crítica à metafísica cartesiana e às propostas empiristas dos filósofos

fos ingleses, oferecendo uma contribuição decisiva para a teoria do tempo. Kant argumenta que o tempo (assim como o espaço) não se trata de uma realidade externa e independente, mas de uma forma a priori da intuição sensível, o que significa que ele não pode ser experimentado fora dos limites da percepção humana. Para Kant (1980), o tempo é essencial para a organização da experiência, estruturando a nossa vivência fenomenológica do mundo. Kant refuta a ideia de que o tempo possa ser concebido como uma entidade absoluta e objetiva, que flui independentemente de nós, e sugere que o tempo deve ser entendido como uma condição transcendental que torna possível toda e qualquer experiência.

As discussões contemporâneas sobre o tempo apresentam duas abordagens particularmente influentes: a teoria da duração de Henri Bergson e a análise existencialista de Martin Heidegger. Bergson, em *A Evolução Criadora e Matéria e Memória*, contrasta o tempo vivido com o tempo mecanicista e científico, sugerindo que este último, como uma linha reta, uniforme e linear, é inadequado para capturar a complexidade da experiência humana. Bergson introduz o conceito de *durée* (duração), um tempo vivido, subjetivo e contínuo, no qual não há intervalos fixos, mas uma fluidez que caracteriza a experiência humana do tempo (Bergson, 2010).

Por sua vez, Heidegger (1988), em sua obra *Ser e Tempo*, desloca a questão do tempo para a dimensão existencial. Para o filósofo alemão, o tempo está intrinsecamente ligado à própria existência (*Dasein*), sendo a temporalidade do ser que estrutura a maneira como este se relaciona com o mundo. Heidegger afirma que o tempo não se limita a uma sucessão cronológica de eventos, mas é fundamental na constituição da subjetividade humana, e que a consciência de nossa finitude — o *ser-para-a-morte* — revela a verdadeira dimensão do tempo, que se torna visível apenas através da temporalidade existencial.

A riqueza das abordagens filosóficas sobre o tempo pode ser agrupada em três dimensões principais: ontológica, fenomenológica e subjetiva. Ontologica-

mente, o tempo emerge como uma estrutura que ordena o cosmos — seja como medida do movimento (Aristóteles), seja como a cópia imperfeita da eternidade das Ideias (Platão). Fenomenologicamente, o tempo se apresenta como vivido, sublinhando a diferença entre o tempo objetivo, medido pelas ciências, e o tempo subjetivo, experienciado de maneira contínua e fluida, como proposto por Bergson. Finalmente, a subjetividade do tempo é explorada a partir das reflexões de Agostinho, Bergson e Heidegger, que defendem que o tempo não é uma realidade externa, mas uma condição interna da consciência humana, inseparável da forma como experienciamos o mundo e a nossa própria existência.

Assim, o conceito de tempo, enquanto tema filosófico, revela-se profundamente heterogêneo, abrangendo não apenas uma noção de sucessão de momentos, mas uma condição essencial para a compreensão da realidade e da existência humana. Desde Platão e Aristóteles, que associam o tempo à mudança, até Kant, que o percebe como uma condição transcendental, a filosofia tem refinado continuamente a sua concepção de como o tempo se articula com a realidade e com a consciência humana. No aforismo contemporâneo, com pensadores como Bergson e Heidegger, o tempo é mais do que uma medida: é um elemento constitutivo da existência humana, que molda a nossa percepção do mundo e de nós mesmos, exigindo uma abordagem integrada para ser plenamente compreendido.

O conceito de tempo possui uma multiplicidade de significados e nuances, e a filosofia se debruça sobre ele de diversas formas ao longo da história. Entre os muitos modos de entender o tempo, destaca-se a distinção entre tempo histórico e tempo lógico, duas categorias que, embora conectadas, desempenham papéis distintos na forma como a filosofia interpreta a realidade e os sistemas de pensamento.

O Tempo Histórico e Tempo Lógico na Interpretação dos Sistemas Filosóficos

O tempo histórico refere-se ao modo como o tempo é vivido e entendido dentro do contexto de um processo contínuo de mudanças sociais, culturais e políticas. Em vez de ser entendido como um fluxo uniforme e linear, o tempo histórico é impregnado de significados e de transformações que dependem da dinâmica das ações humanas. O tempo histórico é assim interpretado como uma sucessão de eventos, que não só ocorre de maneira cronológica, mas também se tece com as ações e intenções dos indivíduos e das sociedades ao longo do tempo. Cada momento histórico carrega consigo uma carga de valores, interpretações e experiências que formam a base para a compreensão do presente e do futuro.

No campo da filosofia, principalmente nas correntes que lidam com questões de história e temporalidade, filósofos como Georg Wilhelm Friedrich Hegel fizeram importantes contribuições. Para Hegel, o tempo histórico é a arena na qual a história se desenvolve como um processo de realização da liberdade humana. O tempo, para Hegel, não é meramente uma sucessão de eventos isolados, mas um processo dialético no qual as contradições do presente geram as condições para o surgimento do futuro, dando forma à história e a cada momento histórico específico (Scliar, 2007). Assim, o tempo histórico, para Hegel, é indissociável da história da razão humana, e é compreendido por meio da análise das condições históricas que moldam a consciência e a ação humana (Armstrong, 2011).

Para filósofos contemporâneos como Walter Benjamin, o tempo histórico também é visto sob uma perspectiva crítica e problematizadora. Benjamin afirma que, no momento de compreender a história, deve-se atentar para as formas como o tempo é narrado e simbolizado, desafiando a linearidade da história e considerando o potencial de ruptura e transformação presente nas chamadas “ruínas” do passado (Abbott, 2016).

Em contraste, o tempo lógico se refere a uma abordagem abstrata e sistemática do tempo, vinculada principalmente à reflexão sobre os processos mentais, os conceitos e a razão. O tempo lógico é estruturado de maneira a refletir a ordem das ideias e dos argumentos, em vez de se orientar pela sucessão de eventos empíricos e históricos. Nesse sentido, o tempo lógico diz respeito à organização dos pensamentos e à forma como a mente humana processa e organiza as experiências do mundo de maneira coerente e racional.

Na filosofia da lógica, o tempo é abordado de forma a estruturar as relações entre proposições e argumentos. A temporalidade aqui é vista através das categorias da razão, sendo um princípio estrutural do pensamento. O filósofo alemão Gottlob Frege, por exemplo, ao abordar a lógica formal, não se ocupa de uma concepção empírica do tempo, mas de como as relações lógicas entre proposições se desenvolvem num espaço de necessidade e rigor intelectual. Nesse sentido, o tempo lógico não é dado pela sucessão cronológica de acontecimentos, mas pela configuração de sequências racionais e argumentativas que se articulam de acordo com as regras da lógica (Zalta, 1995).

Além disso, o tempo lógico pode ser descrito também por meio da concepção de tempo usada na teoria do conhecimento, como uma ferramenta de clareza e precisão, que serve para ordenar a experiência e compreender as leis que governam os processos mentais. Em filósofos como Immanuel Kant, por exemplo, o tempo, embora tratado de forma empírica e transcendental, também pode ser relacionado ao tempo lógico como uma condição a priori de nossa percepção, essencial para a organização do conhecimento e para a própria possibilidade de cognição. Para Kant (1980), embora o tempo físico tenha uma organização externa e objetiva, a sua percepção é mediada e estruturada pela mente humana, que organiza o conhecimento segundo uma ordem lógica que transcende a experiência imediata.

A relação entre tempo histórico e tempo lógico é profundamente relevante na filosofia, pois ambas as noções não são independentes, mas se interrelacionam, trazendo diferentes camadas de significado à interpretação da experiência humana. Em muitas tradições filosóficas, o tempo histórico proporciona a ma-

téria-prima a partir da qual o tempo lógico é processado, analisado e interpretado. Filósofos como Hegel, combinam essas duas dimensões, sustentando que a história se desdobrou por meio de um processo dialético que também possui uma lógica interna.

O tempo histórico frequentemente exige uma abordagem hermenêutica, onde a compreensão dos eventos e suas implicações depende da capacidade de interpretar o contexto em que ocorreram. Isso é observado em filósofos como Hans-Georg Gadamer, que vê a interpretação histórica não apenas como uma reconstrução dos fatos, mas como uma reconciliação entre o passado e o presente, um processo de fusão de horizontes temporais. O tempo histórico, nesse sentido, não é um simples fluxo de eventos, mas algo que precisa ser constantemente reestruturado e reinterpretado à medida que a realidade social e a experiência humana se desenvolvem (Gadamer, 1973).

Por sua vez, o tempo lógico assume uma função fundamental na organização e na coerência da reflexão filosófica. Ele impõe regras de raciocínio e categorização, que buscam criar uma ordenação ideal da experiência. A lógica filosófica visa, muitas vezes, resgatar a compreensão de que os processos de pensamento, embora abstratos, também possuem suas próprias leis temporais. Para os racionalistas e os empiristas, por exemplo, o tempo lógico oferece uma estrutura ordenada que possibilita um entendimento rigoroso e sistemático das ideias.

Ao interpretar os sistemas filosóficos à luz do tempo histórico e do tempo lógico, vemos que, enquanto o primeiro é categórico para entender as mudanças na realidade social, política e cultural, o segundo é fundamental para organizar e estruturar as ideias dentro de um sistema coerente e lógico. A filosofia não só tenta compreender o fluxo dos eventos históricos, mas também articula, por meio da lógica, uma ordem que permite estabelecer princípios racionais para esses eventos e para o processo de pensamento. Por conseguinte, o tempo não se apresenta como um conceito único, mas se diversifica conforme as diversas abordagens filosóficas.

Não Existe Tempo

A noção de tempo como uma entidade básica e objetiva tem sido questionada ao longo da história do pensamento humano, tanto por perspectivas filosóficas quanto científicas. Esse debate emerge da complexidade inerente ao conceito de tempo e das limitações de nossa percepção em compreender o universo em sua totalidade. Nesse conjunto, os argumentos contrários à existência objetiva do tempo ganham força, sugerindo que o tempo pode ser uma construção cognitiva, uma abstração emergente ou mesmo uma ilusão necessária para a organização da experiência humana.

Do ponto de vista filosófico, a *Crítica da Razão Pura*, de Immanuel Kant, desempenha um papel central na compreensão do tempo como uma categoria a priori da mente humana. Kant propõe que o tempo, assim como o espaço, não existe como uma entidade independente no mundo, mas sim como uma condição necessária para que o sujeito organize suas experiências sensoriais. Dessa forma, a existência do tempo estaria limitada à subjetividade humana, carecendo de uma realidade objetiva fora do contexto perceptivo (Kant, 1980). Essa abordagem filosófica funda-se na distinção entre os fenômenos, que constituem as aparências organizadas pela mente, e as coisas em si, cuja natureza essencial permaneceria inacessível.

Sob a óptica da física moderna, questões acerca da natureza do tempo emergem especialmente nas discussões relacionadas à gravidade quântica. Carlo Rovelli, em sua obra *A Ordem do Tempo*, desafia a concepção tradicional de tempo como uma dimensão absoluta e linear, sustentando que, no nível fundamental do universo, o tempo não existe tal como o percebemos. Para Rovelli, o universo é estruturado por relações entre eventos e não por uma sequência cronológica de instantes (Rovelli, 2017). Essa visão é corroborada por teorias como a da gravidade quântica em loop, na qual as noções de espaço e tempo são reinterpretadas como fenômenos emergentes, ao invés de fundamentos ontológicos da realidade.

Outro defensor dessa perspectiva é Julian Barbour, que propõe em sua obra *The End of Time* uma compreensão do universo como uma coleção de “agoras” inter-relacionados, em lugar de uma linha temporal que liga o passado, o presente e o futuro (Barbour, 2001). De acordo com Barbour, o fluxo do tempo não passa de uma ilusão derivada das transformações observadas nos sistemas físicos e das memórias humanas. Assim, o conceito de tempo seria apenas uma ferramenta prática, mas desprovida de qualquer existência objetiva.

Essa desconstrução da temporalidade também encontra eco no campo da psicologia, que estuda como a percepção humana do tempo pode variar de acordo com diferentes estados emocionais e mentais. David Eagleman, em suas investigações sobre a neurociência da percepção temporal, mostra que nossas experiências de tempo podem ser distorcidas por fatores como o medo, a atenção e o ritmo dos processos cognitivos (Eagleman, 2012). Estas percepções assinalam que a sensação de um tempo fluido e uniforme é, na verdade, um produto do funcionamento de nosso cérebro, não necessariamente refletindo a estrutura objetiva da realidade.

Ainda, no campo da cosmologia, as investigações teóricas também ampliam o alcance dessa questão. As equações de Einstein para a relatividade geral sugerem que a separação entre o espaço e o tempo é contingente à perspectiva de um observador em particular. Isso subverte a ideia newtoniana de tempo absoluto e universal, reforçando a noção de que o tempo é uma constituição dependente de relações específicas em sistemas observados.

Em breve síntese, tempo, ainda que seja uma ferramenta intrínseca para a compreensão e organização das experiências humanas, pode não possuir uma existência objetiva. A convergência de abordagens filosóficas, científicas e psicológicas sugere que o tempo é mais bem compreendido como uma abstração ou fenômeno emergente, cuja realidade é relativa aos observadores e contextos.

O Tempo Sem Futuro

O tempo, como objeto de reflexão filosófica, sempre desafiou pensadores a compreender suas nuances, sua relação com a realidade e seu impacto na existência humana. Dentro desse cenário, uma questão se destaca: como pensar um tempo em que o futuro não existe?

No campo da metafísica do tempo, o presentismo é uma teoria que defende que apenas o presente é real. Segundo essa perspectiva, o passado deixou de existir e o futuro ainda não é uma realidade; ambos são abstrações criadas pela mente humana (Prior, 2003). Essa visão contrasta diretamente com o eternalismo, que argumenta que passado, presente e futuro coexistem como realidades igualmente válidas.

Pensadores como Arthur Prior desenvolveram argumentos em favor do presentismo, enfatizando que experiências e eventos só podem ser considerados reais quando ocorrem. A ideia do futuro, dentro dessa visão, é vista como um estado potencial que “aguarda” o presente para se concretizar (Prior, 2003).

Para Santo Agostinho, o futuro não possui existência objetiva. Em sua obra *Confissões*, ele afirma que o tempo humano é uma experiência mental: o passado existe na memória, o presente é uma percepção e o futuro é uma expectativa (Agostinho, 1979). Ele propõe a ideia de um presente eterno, especialmente ao tratar da eternidade divina. Para Agostinho, Deus não está sujeito ao tempo; em vez disso, sua existência é uma eternidade atemporal, onde não há divisão entre passado, presente e futuro. Essa visão reforça a noção de que o futuro é uma mera projeção no âmbito humano, mas não possui realidade independente.

Na tradição grega, *Aión* representa uma dimensão de tempo distinta de *Chrónos* (o tempo cronológico). Enquanto *Chrónos* marca o tempo sequencial e linear, *Aión* é atemporal e ilimitado. Filósofos como Deleuze, em sua obra *Lógica do Sentido*, reinterpretaram o conceito de *Aión* como o tempo do acon-

tecimento puro — um plano onde o futuro não existe como uma sequência fixa, mas como uma virtualidade aberta (Deleuze, 1999).

Para Deleuze (1999), Aión é o tempo que transcende a materialidade. Ele não segue um “ante” e um “depois”; é um devir contínuo, onde os acontecimentos estão em constante transformação. Essa perspectiva oferece um contraponto filosófico à ideia de um futuro concretizado, privilegiando a ideia de transformações incessantes no presente.

Martin Heidegger, em sua obra *Ser e Tempo*, questiona o futuro como algo fixo ou real. Para ele, o tempo humano está intrinsecamente ligado à temporalidade do ser, onde o futuro é entendido como possibilidade e projeção (Heidegger, 1988). O conceito de Augenblick (“momento de visão”) é central nessa discussão. Em Augenblick, o indivíduo experencia um momento autêntico, onde o passado e o futuro são transcendidos pelo presente. Nessa experiência, o futuro não é algo que pode ser previsto ou controlado; ele é apenas uma abertura para possibilidades que nunca serão inteiramente concretas.

A noção de que o futuro não existe é também explorada em tradições orientais, como o budismo. Para budismo, a realidade é vivenciada no momento presente; passado e futuro são considerados construções mentais. Este conceito está alinhado com práticas meditativas que buscam dissolver a preocupação com o futuro e ancorar a experiência no agora.

A ideia de um tempo em que o futuro não existe desafia compreensões convencionais sobre a temporalidade. Teorias como o presentismo, o conceito de Aión e as perspectivas de Heidegger revelam que o futuro pode ser visto como uma projeção, uma virtualidade ou simplesmente uma ilusão (Heidegger, 1988). Essa abordagem não apenas redefine o papel do futuro em nossas vidas, mas também nos convida a reavaliar a importância do presente como o único tempo verdadeiramente real.

A Entidade Tempo

O tempo, como nos ensinam Deleuze (1999) e Brian Greene (2021), não é uma entidade fixa ou absoluta; ele é vívido e sentido de maneiras distintas por cada um de nós. Enquanto para mim (Eu, autor), o tempo no bar pareceu fluir de forma leve, quase imperceptível em meio às conversas e risadas, reconheço que, para quem me aguarda voltar, esse mesmo período pode ter se acompanhado em uma sensação de ausência ou desconexão.

O tempo é um vívido, sentido e, acima de tudo, percebido de maneiras profundamente individuais. Gilles Deleuze, ao refletir sobre o tempo, diferencia o seu aspecto cronológico, associado ao relógio, que é experiencial, repleto de significados e intensidades que variam conforme as situações e o estado de espírito de cada pessoa (Deleuze, 1994). Nesse sentido, Brian Greene acrescenta que o tempo, mesmo na física, não é absoluto, mas moldado por contextos específicos – como a gravidade ou a velocidade –, conceitos que, quando transpostos para as relações humanas, revelam como ele pode ser experimentado de maneiras profundamente diferentes (Greene, 2021).

Em um episódio de meu cotidiano, percebi de forma prática essa relação do tempo no contexto da convivência conjugal. Durante uma noite comum, ao encontrar amigos no bar, sinto o tempo como um fluxo quase suspenso, preenchido por diálogos leves e descontraídos. Horas se passaram sem que eu percebesse sua extensão. Entretanto, ao retornar, a percepção da minha companheira foi minuciosamente distinta. Para ela, aquele mesmo período representou uma ausência tangível, quase pesada, marcada pela espera.

Esse contraste entre experiências evidencia o que Deleuze denominou “duração”, uma vivência do tempo que não depende apenas do momento vívido, mas de como ele é significado no âmbito subjetivo. É na qualidade do tempo – e não na sua quantidade – que residem suas complexidades. Enquanto

eu experimentava um prolongamento quase lúdico da temporalidade, minha esposa vivia uma atualização emocional, derivada de sua perspectiva relacional.

Justificar esse desencontro temporal vai além de explicar o simples passar das horas. É importante que, embora o tempo possa ser incontrollável em sua fluidez, ele carrega implicações afetivas profundas nas relações humanas. Argumentar que “não percebi o tempo passar” não é suficiente; é necessário validar o sentimento de quem, naquele momento, viveu o mesmo espaço-tempo de forma diferente. Minha justificativa foi, portanto, mais introspectiva do que defensiva. Expliquei que o tempo vivido naquela noite não foi uma escolha consciente de negligência, mas uma experiência momentânea de um fluxo que parecia menos estruturada. Porém, reconheci que, ao deixar de mensurar o impacto desse mesmo período sob outra perspectiva, acabei cumprindo não o tempo.

Essa reflexão, ancorada a minha experiência, revela como as relações exigem mais do que empatia superficial; exigem uma reconfiguração ativa da forma como organizamos nossa atenção temporal. Não é sobre estarmos conscientes de cada segundo, mas sobre como priorizamos os momentos e os tornamos significativos, tanto para nós quanto para aqueles que mais importam em nossas vidas.

Imagine que; ou assim foi um dia de minha ida ao bar perto de casa;

Amor, sei que me demorei no bar, e entendo que isso pode ter te incomodado. Para mim, naquele momento, o tempo parecia fluir de forma leve, quase como se ele estivesse suspenso nas conversas e nas risadas. É curioso que, como dizem Deleuze e Brian Greene, o tempo pode ser experimentado de maneiras muito diferentes. Lá, ele parecia se expandir, mas agora percebi que, para você, ele talvez tenha parecido mais denso ou até vazio por conta da minha ausência. Quero que você saiba que o tempo mais significativo para mim é o que compartilhamos juntos. Talvez eu tenha me distraído em um tempo que, no fundo, não é o que mais importa. Quero cuidar melhor disso, porque o que realmente faz sentido é estar ao seu lado, onde qualquer minuto se torna cheio de vida e significado (Eu, autor).

Deleuze (1994), vê o tempo não como algo restrito cronológico ou medido em horas e minutos (o chamado Cronos), mas como um fluxo qualitativo (Aión), que carrega intensidades e significados únicos para cada pessoa. No exemplo do bar, meu tempo subjetivo pode ter uma aparência rica e expansiva, cheia de conversas ou descontração. Entretanto, para minha esposa, esse mesmo período pode ter sido percebido como vazio ou desconectado, destacando a diferença na vivência do tempo entre vocês dois.

Quando se relaciona ao tempo vívido ao conceito de duração de Deleuze, está reconhecendo que sua percepção era legítima, mas que ela não se sobrepõe à experiência de outra pessoa. Demonstrar essa sensibilidade pode tornar uma conversa mais abrangente e afetuosa.

Brian Greene, ao explorar o espaço-tempo na física, revela como o tempo é relativo e pode ser experienciado de formas diferentes dependendo da posição ou contexto. Ele exemplifica isso no universo físico, mas a ideia se aplica às dinâmicas humanas: enquanto em um ambiente social o tempo pode “acelerar” devido à distração e ao prazer, ele pode parecer lento ou pesado para quem está à espera.

No caso específico, expliquei sua percepção do tempo como algo diferente, mas não menos importante que o dela, pode suavizar a conversa, sem deixar de validar os sentimentos de minha esposa. Trazer essa ideia à tona reforça o cuidado para que eu tenha em equilibrar minha própria experiência com a dela.

A demora no bar pode ser uma oportunidade de diálogo enriquecedor. Ao considerar a subjetividade do tempo, pode-se compartilhar a diferença de perspectivas de maneira empática, ao mesmo tempo em que reforça sua valorização do tempo compartilhado. Assim, em vez de apenas aplicação a demora, abre-se espaço para construir maior entendimento e harmonia.

Considerações Finais

A complexidade do tempo reflete a experiência humana em diversas culturas de maneiras significativas. Diferentes culturas possuem visões distintas sobre o tempo; por exemplo, culturas orientais, como o Hinduísmo e o Budismo, frequentemente interpretam o tempo como cíclico, enfatizando padrões de nascimento, morte e renascimento (Deleuze, 1994). Em contraste, a tradição ocidental tende a adotar uma visão linear do tempo, onde há um progresso de um início para um fim. Essas percepções do tempo influenciam não apenas as crenças e valores de uma sociedade, mas também suas estruturas sociais e econômicas, afetando a organização social, práticas econômicas e interações interpessoais.

Ainda, na arte e na literatura, o tempo é explorado como uma força narrativa. Isso demonstra que a experiência do tempo é profundamente subjetiva e moldada por contextos culturais. A psicologia também aborda a experiência do tempo em termos de percepção subjetiva, que é influenciada por emoções, estados cognitivos e condições biológicas. Assim, a experiência do tempo não é apenas uma questão de medição objetiva, mas também de como os indivíduos vivenciam e interpretam o tempo em suas vidas cotidianas. Esses aspectos mostram que a compreensão do tempo é heterogênea e profundamente enraizada nas experiências culturais e individuais, refletindo a diversidade da condição humana.

Em síntese, a complexidade do tempo se mostrar-se como um elemento central na experiência humana, moldando não apenas a forma como percebemos e vivenciamos nossas vidas, mas também influenciando as estruturas sociais, culturais e emocionais que nos cercam. As diferentes concepções de tempo, que variam entre culturas e contextos, destacam a riqueza da experiência humana e a subjetividade que permeia nossa compreensão do mundo (Rovelli, 2017). Ao explorar as intersecções entre memória, narrativa e percepção, percebemos

que o tempo não é uma entidade fixa, mas uma construção dinâmica que reflete nossas vivências, emoções e relações. Assim, a reflexão sobre o tempo nos convida a uma compreensão mais intensa de nós mesmos e das complexidades que definem nossa existência, ressaltando a importância de reconhecer e validar as diversas maneiras pelas quais o tempo é sentido e interpretado em nossas histórias.

Referências

ABBOTT, Benjamin P. et al. Observation of gravitational waves from a binary black hole merger. *Physical review letters*, v. 116, n. 6, p. 061102, 2016. Disponível em: <<https://link.aps.org/pdf/10.1103/PhysRevLett.116.061102>>. Acesso 10/01/2025

ABRAMS, Daniel S.; LLOYD, Seth. Simulation of many-body Fermi systems on a universal quantum computer. *Physical Review Letters*, v. 79, n. 13, p. 2586, 1997.

AGOSTINHO, Santo. *Confissões*, tradução de J. Oliveira Santos, SJ, e A. Ambrosio De Pina, SJ, São Paulo: Editora Abril, 1979.

ANGIONI, Lucas. *Aristóteles, Física I-II*. 2009. Disponível em: <<https://philarchive.org/archive/ANGAFI>>. Acesso 10/01/2025

ARMSTRONG, Isobel. Hegel: The time of rhythm, the time of rhyme. *Thinking Verse*, v. 1, p. 124-36, 2011. Disponível em: <<http://www.thinkingverse.org/issue01/Isobel%20Armstrong,%20The%20Time%20of%20Rhythm.pdf>>. Acesso 12/01/2025

BARRIENTOS-BÁEZ, Almudena; CALDEVILLA-DOMÍNGUEZ, David. Enseñar no es una función vital, porque no tienen el fin en sí misma; la función vital es aprender (Aristóteles de Estagira). *Journal of the Academy*, n. 11, p. 2-4, 2024. Disponível em: <<https://www.journalacademy.net/index.php/revista/article/download/226/200>>. Acesso 12/01/2025

BERGSON, Henri. *Duração e simultaneidade: a propósito da teoria de Einstein*. Martins Fontes, 2006.

BERGSON, Henri; AWINING, José. Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. CONVIVIVM, 2010.

DELEUZE, Gilles. Bergsonismo. Tradução de Luiz BL Orlandi. São Paulo: Ed, v. 34, 1999.

DELEUZE, Guilles. LÓGICA DEL SENTIDO Guilles Deleuze. 1994.

DEUTCH, David. The fabric of reality: The science of parallel universes and its implications. New York: Viking Penguin, 1998.

DIEKS, Dennis. Becoming, relativity and locality. Philosophy and Foundations of Physics, v. 1, p. 157-176, 2006.

EAGLEMAN, David M. Human time perception and its illusions. Current opinion in neurobiology, v. 18, n. 2, p. 131-136, 2008. Disponível em:<<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959438808000548>>. Acesso 29/12/2024

EAGLEMAN, David. Incógnito. As vidas secretas do cérebro humano. Trans. Catarina F. Almeida. Lisboa: Editorial Presença, 2012.

EINSTEIN, Albert. Relativity: the special and the general theory, Methuen & Co. Ltd., London, 1920.

EINSTEIN, Albert et al. Zur elektrodynamik bewegter körper. Annalen der physik, v. 17, n. 10, p. 891-921, 1905. Disponível em:<https://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/2786/Documento_completo_.pdf?sequence=1>. Acesso 10/01/2025

EINSTEIN, A. Die Grundlage der allgemeinen Relativitätstheorie. Annalen der Physik49: 769–822. The collected works of Albert Einstein, v. 6, p. 283-339, 1916.

GADAMER, Hans-Georg. Concerning empty and ful-filled time. In: Martin heidegger: In europe and america. Dordrecht: Springer Netherlands, 1973. p. 77-89. Disponível em:<https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-94-010-1981-1_5>. Acesso 12/01/2025

GREENE, Brian. A realidade oculta: universos paralelos e as leis profundas do cosmo. Editora Companhia das Letras, 2012.

GREENE, Brian. O tecido do cosmo. Editora Companhia das Letras, 2005.

GREENE, Brian. The elegant universe: Superstrings, hidden dimensions, and the quest for the ultimate theory. WW Norton & Company, 2024.

GREENE, Brian. Until the end of time: Mind, matter, and our search for meaning in an evolving universe. Vintage, 2021.

GREENE, Brian. A realidade oculta: universos paralelos e as leis profundas do cosmo. Editora Companhia das Letras, 2012.

GREENE, Brian; GREENE, Brian. O Universo Elegante: Supercordas, dimensões ocultas e a busca da teoria definitiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HEIDEGGER, Martin. Ser e Tempo. Tradução de Márcia de Sá Cavalcanti. Petrópolis: Ed. Vozes, 1988.

KANT, Immanuel. Crítica da Razão Pura (Trad. de Valerio Rohden). São Paulo: Abril Cultural, 1980.

PRIMO, Guilherme de Brito et al. A virtualização da experiência de si: um estudo sobre os novos modos de subjetivação na era dos algoritmos. 2024. Disponível em:<<https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/10712>>. Acesso 27/08/2024

PRIOR, Arthur N.; HASLE, Per FV. Papers on time and tense. Oxford University Press, USA, 2003.

ROVELLI, C. The Order of Time. New York: Riverhead Books, 2018.

ROVELLI, Carlo. Reality is not what it seems: The journey to quantum gravity. Penguin, 2018.

ROVELLI, Carlo. A realidade não é o que parece: a estrutura elementar das coisas. Objetiva, 2017.

ROVELLI, Carlo. L'ordine del tempo. Adelphi Edizioni spa, 2017.

SCHALCHER, M. G. F. F. Mito e participação no Timeu de Platão. Kleos, v. 1, p. 157-165, 1997. Disponível em:<<http://www.pragma.ifcs.ufjf.br/kleos/K1/K1-MariaSchalcher.pdf>>. Acesso 12/01/2025

SCLIAR, Wremyr. Hegel, seu tempo e o Estado. Revista de Informação Legislativa, v. 44, n. 174, p. 233-240, 2007. Disponível em:<https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/44/174/ril_v44_n174_p233.pdf/@@download/file/ril_v44_n174_p233.pdf>. Acesso 12/01/2025

ZALTA, Edward N. Gottlob frege. 1995. Disponível em:<<https://plato.stanford.edu/entries/frege/>>. Acesso 12/01/2025

CAPÍTULO 19

ESTADO DA ARTE DO ROCK AND ROLL

Tatiana Maria de Moura

Marco Antônio Oliveira Lima

Doi: 10.48209/978-65-5417-435-K

Introdução

O estado da arte constitui-se em uma espécie de mapeamento teórico e bibliográfico, tendo em vista identificar como determinado objeto de pesquisa tem sido discutido acadêmica e filosoficamente ao longo do tempo (Ferreira, 2002).

Dentre as ações do estado da arte está a escolha de um objeto, que neste texto se configura no *rock and roll*, ou *rock*, pelo fato desse gênero musical constituir-se em linguagem artística, utilizada para contestar o cenário político do Brasil na década de 1980 (Ramos, 2010; Souza, 2013; Franco 2015; Afonso 2016).

Definido o objeto, passa-se então ao momento de acesso aos acervos de teses e dissertações. Para tanto é preciso delimitar o repositório a ser pesquisado, definir o marco temporal e estabelecer as palavras-chave da pesquisa.

Essas ações às quais o/a pesquisador/a pode recorrer para realizar o seu trabalho científico permitem operacionalizar, potencializar e especificar a busca, bem como o ato de encontrar trabalhos acadêmicos nos repositórios digitais.

As teses e as dissertações situam-se entre os diferentes trabalhos científicos resultantes da produção acadêmica. Optar por tais trabalhos contribui para a coerência científica do levantamento bibliográfico que compõe o estado da arte.

Mediante aos diferentes repositórios existentes, que hospedam teses e dissertações, optou-se pelo da CAPES¹ e pelo da BDTD² devido à importância científica que os seus respectivos acervos exercem no cenário das pesquisas científicas a nível de Pós-graduação *Stricto Sensu*.

O recorte temporal restringiu-se a um período de dez anos, sendo de 2010 à 2020, uma vez que o levantamento bibliográfico foi realizado durante o ano de 2021. Optou-se pelo *rock* enquanto palavra-chave para efetuar a busca nos repositórios e escolheu-se as Ciências Humanas como a área de abrangência para os estudos identificados.

Os resultados alcançados pelo trabalho serão apresentados na escrita abaixo, seguido das reflexões suscitadas pela realização do levantamento bibliográfico a respeito do *rock* no repositório da CAPES e da BDTD³.

Estado da Arte do Rock no Repositório Digital Capes⁴

Seguindo os critérios de inclusão e de exclusão apresentados acima, a respeito dos trabalhos acadêmicos selecionados, destaca-se que no que se refere às dissertações para o presente trabalho, e devido às suas limitações espaço-temporais e ainda no que se refere a delimitação de páginas disponíveis para a

1 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior.

2 Biblioteca Digital de Teses e Dissertações.

3 Escrever representa um esforço reflexivo, histórico, cultural, sociológico, político, filosófico, subjetivo, objetivo, ético e estético para apreender, sistematizar e apresentar os dados da realidade de maneira sucinta, mas sem perder o norte e o foco dialético da contradição, da tensão, da crítica e da autocrítica. Junto a esse desafio cabe ressaltar a fala de Lewis (2020) a respeito da arte da escrita: “O caminho para se desenvolver um estilo é: (a) saber exatamente o que se deseja dizer; e (b) ter clareza de que se está dizendo exatamente isso” (Lewis, 2020, p. 162).

4 O estado da arte foi realizado junto aos repositórios da CAPES e da BDTD no ano de 2021.

sua escrita, optou-se por selecionar um total de dezessete dissertações⁵.

Para o ano de 2010, selecionaram-se duas dissertações, sendo a dissertação de Camargo (2010), intitulada *Lugares, pessoas e palavras: o estilo das minas do rock na cidade de São Paulo*; cuja pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação/Mestrado em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP.

Mina do rock é uma categoria nativa, referente a garotas que vivenciam a questão do *rock de mina* (outra categoria nativa que se refere ao *rock* produzido por garotas) seja tocando em bandas, participando dos shows ou escrevendo fanzines (Camargo, 2010, p. 11; grifos no original).

A outra dissertação diz respeito ao trabalho de Ramos (2010), sob o título de *Rock dos anos 1980: a construção de uma alternativa de contestação juvenil*; cujo estudo foi especificamente realizado no Programa de Pós-graduação/Mestrado em História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUCSP.

Há tempos vinha alimentando a ideia de realizar uma pesquisa relacionada ao *rock* brasileiro criado na década de 1980. [...] por nutrir um gosto especial pelo ritmo em questão. [...] Será que, como acreditam alguns, nos anos 80, a contestação política e social desvinculou-se do meio juvenil? (Ramos, 2010, p. 11).

Ao realizar leitura atenta das dissertações foi possível constatar que Camargo (2010) estudou o *rock* pela Etnografia. Já Ramos (2010) pesquisou o referido gênero musical sob o viés da História Cultural.

No que tange ao ano de 2011, selecionaram-se duas dissertações, sendo uma delas a de Gatto (2011), cujo título é *Rock progressivo e punk rock: uma análise sociológica da mudança na vanguarda estética do campo do rock*; que foi realizada no Programa de Pós-graduação/Mestrado em Sociologia da Universidade de Brasília/UnB. Conforme Gatto (2011, p. 8), “O objetivo principal desse trabalho é entender as produções musicais Punk Rock e Rock Progressivo tendo como base conceitos de modernismo e pós-modernismo”.

5 Adotaram-se os mesmos critérios de inclusão e de exclusão para as teses selecionadas no repositório da CAPES e para as teses e as dissertações selecionadas no repositório da BDTD.

A segunda dissertação selecionada para o ano de 2011 foi o estudo de Oliveira (2011), intitulado *A jovem guarda e a indústria cultural: análise da relação entre o movimento jovem guarda, a indústria cultural e a recepção de seu público*. A pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação/Mestrado em História da Universidade Federal Fluminense/UFF. De acordo com Oliveira (2011, p. 8), “Nosso objetivo geral consiste em [...] buscar o entendimento das estratégias utilizadas pela indústria cultural na criação de seus produtos”.

Por meio de uma leitura de mapeamento das duas dissertações, considera-se que em ambos os trabalhos o rock foi estudado a partir de uma perspectiva Dialética⁶.

Referente ao ano de 2013, selecionaram-se duas dissertações sendo uma delas a de Souza (2013), cujo título é *Rock, juventude e capital comunicacional na cidade de Brasília (1970-1980)*; que foi realizada no Programa de Pós-graduação/Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Goiás/UFG. Segundo Souza (2013, p. 7), “[...] nosso objetivo é compreender a origem e a formação das bandas de punk-rock neste período em Brasília e como estas foram integradas ao capital comunicacional”.

A outra dissertação diz respeito ao estudo de Vieira (2013), sob o título *O discurso da crise ambiental nas letras de rock and roll: modos de ser sujeitos em tempos contemporâneos*; realizada junto ao Programa de Pós-graduação/Mestrado em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande/FURG. Vieira (2013, p. 12) visou “[...] provocar o leitor a refletir sobre a importância dessa arte para um campo de saber como a Educação Ambiental. [...] Pretendo também problematizar [...] sobre a contribuição do *rock and roll* na construção de um sujeito ecológico”.

⁶ Triviños (1987) compreende a dialética a partir da materialidade do mundo, fato que constitui uma dialética materialista, elaborando “[...] uma concepção científica da realidade, enriquecida com a prática social da humanidade. [...] o pensar filosófico tem como propósito fundamental o estudo das leis mais gerais que regem a natureza, a sociedade e o pensamento e, como a realidade objetiva, se reflete na consciência. [...] o materialismo dialético mostra como se transforma a matéria e como se realiza a passagem das formas inferiores às superiores” (Triviños, 1987, p. 51).

Na dissertação de Souza (2013), o *rock* foi pesquisado a partir de um viés pautado pela Dialética. Já na dissertação de Vieira (2013), o estudo a respeito do *rock* foi realizado por meio de um ponto de vista Pós-moderno em diálogo com a Análise do Discurso foucaultiana.

No que se refere ao ano de 2014, destaca-se que foi selecionada apenas uma dissertação sendo o estudo de Luna (2014), que recebeu o título “*Refuse/ Resist*”: *as poéticas de contestação social da banda Sepultura*. A dissertação foi elaborada no Programa de Pós-graduação/Mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Ceará/UFC.

[...] diante do objetivo aqui proposto – analisar a poética de contestação social expressada pelo grupo musical Sepultura –, torna-se premente o questionamento: como se efetiva esses posicionamentos contestatórios dos produtores de música de acordo com as dimensões sonora, verbal e visual ou imagética? (Luna, 2014, p. 15).

Luna (2014) em sua dissertação estudou sobre o *rock*, por meio de um viés Dialético e interdisciplinar nas Ciências Humanas ao qual propôs um diálogo entre a Sociologia e a Arte, especificamente no campo da Sociologia da Arte.

Para o ano de 2015 selecionou-se um trabalho que se materializou na dissertação de Franco (2015), cujo título é “*O Brasil é o país do futuro*”: *rock e contestação nas canções de Renato Russo (1978/1990)*. Esta pesquisa foi realizada junto ao Programa de Pós-graduação/Mestrado em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE. Conforme Franco (2015, p. 12), “A pesquisa parte da premissa de que o *rock* da década de 1980 serviu, enquanto prática cultural, como instrumento de crítica, inconformismo e reflexão acerca da situação política, social e econômica do Brasil”.

Ao ler a dissertação foi possível identificar e considerar que Franco (2015) estudou o *rock* a partir de um viés Dialético.

No que tange ao ano de 2016 foram selecionadas três dissertações sendo a de Afonso (2016), sob o título de *O som e a fúria de um novo Brasil*:

juventude e rock brasileiro na década de 1980; realizada no Programa de Pós-graduação/Mestrado em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ.

[...] meu objetivo é alertar para a importância do rock brasileiro [...] para o período, provando que através dele podemos analisar não somente o pensamento de uma grande parte da juventude brasileira durante a década de 1980, mas também mostrar sua relação com o espaço social em que viviam (Afonso, 2016, p. 12).

O segundo estudo selecionado foi a dissertação de Berlinga (2016), intitulada *O suporte e o formato: o rock brasileiro e as transformações da indústria fonográfica na entrada da era digital (1980-2000)*; produzida no Programa de Pós-graduação/Mestrado em História do Tempo Presente da Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC.

A proposta desta pesquisa [...] é estudar os possíveis impactos das tecnologias digitais na indústria fonográfica desde a instituição do *compact disc*, o CD, como principal produto da indústria fonográfica brasileira nos anos 1990, uma vez que boa parte das transformações pelas quais o setor passou ao longo daquela década só foi possível por causa do armazenamento digital de arquivos sonoros (Berlinga, 2016, p. 23).

O terceiro estudo selecionado foi a dissertação de Fernandes (2016), intitulada *“Um passo à frente”: história social de um rock brasileiro*; desenvolvida no Programa de Pós-graduação/Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF. Assim, de acordo com Fernandes (2016, p. 3): “[...] acredito ser possível demonstrar como a representação social construída em torno do gênero *rock and roll* no Brasil contribuiu para sua posição subordinada em relação às demais manifestações produzidas no campo da música popular brasileira”.

Na dissertação de Afonso (2016) o *rock* foi pesquisado a partir da História Comparada e também sob um viés Dialético. No trabalho de Berlinga (2016) o *rock* foi estudado pela perspectiva da História do Tempo Presente. Já na dissertação de Fernandes (2016) o viés que pautou a pesquisa sobre o *rock* foi o Dialético tensionado com o referencial bourdieusiano.

Acerca do ano de 2017 foram selecionadas três dissertações sendo a primeira a dissertação de Bove (2017), com o título *Juventude e heavy metal: usos do espaço, práticas de consumo e produção de significados na cidade de Juiz de Fora, MG*; produzida junto ao Programa de Pós-graduação/Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF. Bove (2017, p. 11) refletiu “[...] sobre as relações entre juventude e o estilo musical *heavy metal* a partir da análise dos usos do espaço, das práticas de consumo e da produção de significados por jovens habitantes da cidade de Juiz de Fora”.

A segunda dissertação foi o estudo de Gomes (2017), com o título *Os jovens e o rock brasileiro da década de 1980: uma abordagem a partir da revista BIZZ*; desenvolvido no Programa de Pós-graduação/Mestrado em História da Universidade Estadual de Maringá/UEM. Afirma Gomes (2017, p. 11): “O objetivo desta pesquisa foi observar como o jovem e o *rock* apareceram nas páginas da revista BIZZ”.

Já a terceira dissertação selecionada foi o trabalho de Magalhães (2017), intitulado *Construção da cena cultural e musical do rock alternativo goiano*; produzido no Programa de Pós-graduação/Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás/PUCGO.

[...] o objetivo principal desta dissertação é construir uma análise do campo musical do rock goiano, apontando a sua diversidade cultural e musical no campo alternativo e sua independência do campo dominante, pelo menos em termos de agentes e hierarquias, compreendendo as possibilidades de seu diálogo entre o rock brasileiro dos anos 80, as lutas sociais e o campo musical que dominavam a política brasileira e goiana naquele momento (Magalhães, 2017, p. 12-13).

Os três trabalhos que pesquisaram sobre o *rock* desenvolveram seus estudos a partir de propostas de pesquisas distintas. Sendo assim, destaca-se que na dissertação de Bove (2017) o *rock* foi pesquisado sob o enfoque Antropológico da Etnografia. No caso de Gomes (2017) o viés utilizado tendeu ao Pós-moderno, devido às discussões realizadas no campo dos estudos das identidades e também no que se referiu à Análise do Discurso empreendida na pesquisa sobre

o *rock*. Já Magalhães (2017) recorreu ao panorama Dialético para o estudo acadêmico do *rock*, utilizando ainda o referencial bourdieusiano.

No que diz respeito ao ano de 2018, foram selecionadas três dissertações e dentre elas o trabalho de Alves (2018), que recebeu o título *Um chute no balde: o rock experimental e a vanguarda na música dos Beatles*; desenvolvido no Programa de Pós-graduação/Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás/PUCGO.

Torna-se o objetivo geral desse estudo analisar o contexto histórico que permitiu o experimentalismo no rock entre os anos de 1966 a 1968, limite temporal estabelecido que corresponde a fase experimental e mais criativa do rock nos anos 60. Assim, a partir da observação de caso concreto, buscaremos relacionar a linguagem musical experimental no rock com as transformações históricas no período (Alves, 2018, p. 11).

O outro estudo selecionado foi a dissertação de Oliveira (2018), intitulada *Cabe rock nessa ilha? Formação da cena de rock em Florianópolis (1980-1989)*. A pesquisa que envolveu este trabalho foi realizada no Programa de Pós-graduação/Mestrado em História da Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC.

O trabalho tem como foco a investigação dos espaços de sociabilidade da juventude em Florianópolis nos anos 1980, e sua relação com uma cena de *rock*, colocando em questão aspectos que unem identidade e musicalidade, e a compreensão da territorialidade da cidade através da canção (Oliveira, 2018, p. 26).

A outra dissertação selecionada foi o estudo de Xavier (2018), que recebeu o seguinte título “*O futuro não é mais como era antigamente*”: *o rock nacional e o ensino de História*. Este trabalho foi produzido junto ao Programa de Pós-graduação/Mestrado em Educação da Universidade Federal de São Carlos/UFSCAR.

[...] provavelmente o meu profundo mergulho nas letras e nas ondas sonoras de bandas como Legião Urbana, Titãs e Engenheiros do Hawaii na adolescência, foi um dos fatores que, subjetivamente, me fizeram optar pelo curso de História [...]. Desde então, quando terminei o curso [...]

comecei a lecionar História em escolas públicas e particulares, uma série de músicas dessas bandas, com constantes reflexões sobre a sociedade, passaram a fazer parte das minhas aulas. [...] o uso dessas músicas buscava responder a três inquietações: 1- como tornar mais claros e interessantes conteúdos, à primeira vista, desconectados da vida concreta dos estudantes? 2- como atravessar a barreira de apatia e de indiferença dos estudantes em relação a agentes históricos de outras temporalidades? 3- que estratégias poderiam ser utilizadas para tornar mais pedagogicamente proveitoso o uso dessas canções? No decorrer da prática docente dos quatro primeiros anos de trabalho, essa pesquisa passou a ser formulada e desenvolvida informalmente, de maneira a se delinear certos parâmetros que só foram encontrar respaldo acadêmico e rigor metodológico quando essa pesquisa se vinculou efetivamente à Universidade (Xavier, 2018, p. 10).

Em tais dissertações notou-se que houvera uma apropriação do *rock* no campo da pesquisa por paradigmas diferentes. No estudo realizado por Alves (2018) o *rock* foi pesquisado sob um viés Dialético e também a partir do enfoque da História Cultural. Já Oliveira (2018) estudou o *rock* por meio da História do Tempo Presente. E Xavier (2018) embasou o seu trabalho científico a respeito do *rock* pelo enfoque Dialético, recorrendo ainda ao sociointeracionismo vygotskyano.

Para além das dissertações de mestrado apresentadas, foi possível selecionar no repositório digital da CAPES, por meio do levantamento bibliográfico, teses de doutorado. Destaca-se que no total três teses foram selecionadas para compor o estado da arte, sendo apresentadas logo em seguida.

Seguindo o mesmo recorte temporal e histórico utilizado para selecionar a amostragem de dissertações que compõem o estado da arte, ou seja, o período de 2010 à 2020, o primeiro ano consta de 2010, ao qual foi selecionada uma tese que se materializa no trabalho de Filho (2010), intitulado “*Em tudo o que eu faço, eu procuro ser muito rock and roll*”: *rock, estilo de vida e rebeldia em Fortaleza*.

A tese de Filho (2010) foi elaborada no Programa de Pós-graduação/Doutorado em Sociologia da Universidade Federal do Ceará/UFC. Filho (2010) recorreu a Dialética e também ao ponto de vista Antropológico da

Etnografia, na produção da pesquisa sobre o *rock*. “O objetivo deste trabalho é compreender *o estilo de vida roqueiro*, seus discursos e práticas de rebeldia e como isso estabelece uma rede de relações sociais em Fortaleza” (Filho, 2010, p. 29; grifos no original).

O outro ano ao qual teses foram selecionadas corresponde à 2018. Referente a esse ano selecionaram-se duas teses e dentre elas a tese de Além (2018), cujo título foi *A Revista BIZZ, o rock nacional e a indústria cultural (1985-2001)*; que foi realizada junto ao Programa de Pós-graduação/Doutorado em História da Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD.

A tese busca compreender as contradições de uma publicação especializada em rock, a partir dos discursos dos agentes impressos nas páginas da *BIZZ* – equipe de jornalistas colaboradores –, e daqueles que foram objeto na construção destes discursos – os artistas do rock nacional das décadas de 1980, 1990, e virada do século. Analisa-se a revista *BIZZ*, publicação dedicada ao rock, como um produto da indústria cultural (Além, 2018, p. 12).

A segunda tese selecionada para o ano de 2018 foi a tese de Rochedo (2018), intitulada “*Afrodite se quiser*”: *o protagonismo das mulheres no rock brasileiro nos anos 1980*. Este estudo foi produzido no Programa de Pós-graduação/Doutorado em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFRRJ.

[...] objetivamos historicizar o papel das mulheres no rock brasileiro, compreendendo e mapeando o cenário musical do rock realizado por elas, relacionando-os aos momentos cruciais da ação dessas mulheres no cenário musical, especificamente, a partir dos anos 1980. Objetivo central é contribuir para a escrita da história da atuação das mulheres no rock, nos anos 1980, explorando as temáticas que mais aparecem nas canções das bandas, compostas exclusivamente por mulheres [...], a discografia, a trajetória de cada banda analisada e trazer, no decorrer da tese, luz às indagações: Elas vivenciaram as mesmas experiências que os homens e sua geração? Quais os mecanismos que inviabilizaram essas mulheres? O que era específico do universo delas? Como definiam o ofício de ser roqueira? Qual a memória que guardam? Os traços que mais se destacam? Elementos em comum? Elementos divergentes? Como se relacionaram com a questão da maternidade e do uso das drogas? (Rochedo, 2018, p. 14).

Foi possível identificar que nessas teses o *rock* foi estudado academicamente sob um prisma Dialético. E concomitante a isso observou-se ainda a presença dos vieses historiográficos nos trabalhos. Sob tal perspectiva, Além (2018) recorreu ao paradigma Dialético e ainda, ao viés da História Cultural. Já Rochedo (2018) recorreu ao ponto de vista Dialético, em conjunto com os Estudos do Tempo Presente e a partir de um olhar teórico-feminista.

Estado da Arte do Rock no Repositório Digital da BDTD

Como mencionado no texto, além do acervo do repositório de teses e dissertações da CAPES o outro acervo ao qual recorreu-se para selecionarem-se pesquisas acadêmicas que versaram sobre o *rock*, ou seja, que o estudaram cientificamente, foi o acervo de teses e dissertações do repositório da BDTD.

Neste repositório primeiramente o trabalho de levantamento bibliográfico concentrou-se na seleção de dissertações de mestrado e posteriormente na seleção de teses de doutorado. Seguiu-se o mesmo recorte temporal bem como os critérios de inclusão e de exclusão de trabalhos acadêmicos já mencionados. Foi possível selecionar o total de quatro estudos sendo duas dissertações e duas teses.

No que tange às dissertações, o primeiro ano correspondente ao recorte temporal estabelecido ao qual trabalhos foram selecionados diz respeito ao ano de 2018. Para tal ano foi selecionado o quantitativo de duas dissertações.

Dentre elas tem-se a dissertação de Barbosa (2018), intitulada *Deuses do rock: a construção do mito no audiovisual*; que foi produzida junto ao Programa de Pós-graduação/Mestrado em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUCSP. “Esta pesquisa analisou o contexto cultural da emergência do mito do ‘Deus Rock’ a partir da análise de filmes sobre *rock and roll*” (Barbosa, 2018, p. 11; grifos no original).

A segunda dissertação foi o trabalho de Pino (2018), intitulado *Minha vida é o rock and roll: processos educativos na prática social do rock entre músicos da cidade de São Carlos*; elaborada no Programa de Pós-graduação/Mestrado em Educação da Universidade Federal de São Carlos/UFSCAR.

Partindo da perspectiva de que a educação musical não se restringe a aspectos exclusivamente musicais, e também contempla processos educativos que podem proporcionar uma vida mais plena, o objetivo da pesquisa foi investigar, identificar, analisar e compreender como esses processos educativos se deram em ambientes formais e informais de prática musical (Pino, 2018, p. 22).

Na dissertação de Barbosa (2018) o *rock* foi estudado por meio da Semiótica e dos Estudos do Imaginário. Contudo, na dissertação de Pino (2018) a pesquisa acerca do *rock* ocorreu a partir da Dialética, em conjunto com o enfoque historiográfico da História Oral.

No que se refere às teses encontradas e selecionadas no acervo do repositório digital da BDTD, para compor o estado da arte do presente texto, destaca-se que as duas pesquisas estão situadas em anos diferentes sendo uma para o ano de 2013 e a outra para o ano de 2019.

Quanto ao primeiro ano, ou seja, o ano de 2013, foi encontrada a tese de doutorado de Anaz (2013), cujo título foi *A comunicação do amor romântico no pop-rock brasileiro: um estudo do imaginário nos processos criativos de Erasmo Carlos, Rita Lee, Lobão e Pato Fu*; que foi produzida junto ao Programa de Pós-graduação/Doutorado em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUCSP.

[...] o objetivo principal é conhecer como se dá o processo de construção de imaginários sobre o tema do amor romântico no pop-rock brasileiro na segunda metade do século 20 e início do 21 [...], a partir de uma amostragem representativa de canções e das trajetórias e visões de seus criadores (Anaz, 2013, p. 13).

Na referida tese, Anaz (2013) fez uso de uma proposta interdisciplinar para o estudo acadêmico do *rock*. Desse modo, após leitura do trabalho, foi

possível destacar que Anaz (2013) recorreu aos Estudos Culturais, ao paradigma Pós-moderno e também à Semiótica.

A respeito do ano de 2019 foi selecionada a tese de Silva (2019), que recebeu o título de *Sons, textos e visualidades: arte e ativismo político na história de artistas ligados ao cenário do rock paraense*; que foi realizada no Programa de Pós-graduação/Doutorado em Artes da Universidade Federal do Pará/UFPA.

Investigar a contribuição do cenário do *rock* para a história da arte, a partir do trabalho de três artistas que têm e/ou tiveram uma vivência com uma ou mais culturas urbanas ligadas a este cenário, e, isso, nos rastros de suas poesias, performances, músicas, vídeo-poemas, áudio-books e dos respectivos processos criativos que os ajudaram a compor uma página importante e ainda inédita na história da arte em Belém do Pará (Silva, 2019, p. 17).

Na tese de Silva (2019), o *rock* foi estudado academicamente a partir de um enfoque de pesquisa, pautado na interdisciplinaridade dialética entre a história e a arte, sendo que Silva (2019) o nomeou especificamente de História Social da Arte. Para tanto, o referido autor ainda recorreu a elementos teórico-filosóficos da Dialética Materialista com vistas à compreensão científica do *rock* em sua tese.

Considerações Finais

A partir do estado da arte apresentado neste texto foi possível constituir um panorama/mapeamento dos estudos acadêmicos, especificamente teses de doutorado e dissertações de mestrado, situadas nos repositórios digitais da CAPES e da BDTD, quanto ao *rock*. Ou dito de outra forma, quando o gênero musical *rock* é tomado como objeto, passível de ser cientificamente pesquisado.

Visualizou-se que o *rock*, a partir do recorte temporal adotado, de 2010 à 2020, foi pesquisado de norte a sul, de leste a oeste no Brasil, em diferentes universidades, públicas – federais e estaduais – e também privadas, sobretudo

em seus programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* no campo das Ciências Humanas, perpassando pela multiplicidade de áreas científicas do referido campo, sendo a História, a Sociologia, a Antropologia, a Arte, a Comunicação, a Educação, etc.

Identificou-se nos trabalhos selecionados para compor o estado da arte, a constituição de diversos objetivos e problemas de pesquisa que permitiram investigar o *rock* sob os mais amplos, porém também específicos, aspectos e pontos de vista acadêmicos no que tange ao caráter científico das pesquisas.

Pode-se dizer que os problemas e os objetivos elaborados para se estudar o *rock* foram capazes de tensioná-lo a partir de inúmeros panoramas e dentre eles aqueles que se interligaram às questões históricas, culturais, sociológicas, políticas, filosóficas, éticas, estéticas, artísticas, econômicas, geracionais, de gênero, pedagógicas e didáticas.

E ainda, que perpassam de maneira latente a todo e a qualquer objeto tomado para estudo e em consonância com os seus respectivos temas, hipóteses e metodologias. Porém, também no que tange às abordagens teórico-filosóficas de apreensão, de análise, de compreensão, de interpretação, de síntese e de apresentação dos dados da realidade.

Acerca dessa questão, identificou-se a existência de diferentes perspectivas presentes nos trabalhos selecionados, às quais se propuseram a abordar o *rock* sob os prismas da História, da Sociologia, da Filosofia, da Arte, da Comunicação, etc., em consonância com perspectivas culturalistas, historiográficas, antropológicas, semióticas e dialéticas que nem sempre são capazes de comunicarem entre si. Mas que, resguardando as devidas proporções no campo das tensões teóricas, em certos casos, respaldados pelas especificidades metodológicas dos estudos, não se furtam à tentativa da interdisciplinaridade acadêmica e científica.

Pode-se afirmar que se notou certa tendência majoritária no recorte temporal nos trabalhos selecionados, ao estudarem historicamente o *rock* brasileiro

da década de 1980, tido nessas pesquisas enquanto momento de intensa produção artística das bandas e dos cantores de *rock* que compuseram canções politizadas para questionar criticamente o referido contexto do Brasil, marcado pela redemocratização do país após anos de Ditadura Militar (1964 – 1985).

Por fim, ressalta-se ainda que nos trabalhos selecionados para o estado da arte, o *rock* foi, predominantemente pesquisado, a partir de um viés em que a história, a cultura, a política e a economia se inter-relacionam objetiva e dialogicamente, ou dito de outra maneira, dialeticamente, considerando-se as tensões que demarcam as especificidades e as generalidades de tais categorias em seus embates com a materialidade do real e do mundo concreto (Triviños, 1987).

Referências

AFONSO, Luís Felliipe Fernandes. **O som e a fúria de um novo Brasil: juventude e *rock* brasileiro na década de 1980.** 2016. 194f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/34/teses/836022.pdf>. Acesso em: 03 jun 2021.

ALÉM, Fernando de Castro. **A Revista BIZZ, o *rock* nacional e a indústria cultural (1985-2001).** 2018. 273f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados – MS. 2018. Disponível em: <https://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2019/03/Tese-A-Revista-Bizz-o-Rock-Nacional-e-a-Ind%C3%BAstria-Cultural-1985-2001.pdf>. Acesso em: 03 jun 2021.

ALVES, Miguel Fabrício de Oliveira. **Um chute no balde: O *rock* experimental e a vanguarda na música dos *Beatles*.** 2018. 80f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia – GO. 2018. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/4063/2/MIGUEL%20FABRICIO%20DE%20OLIVEIRA%20ALVES.pdf>. Acesso em: 03 jun 2021.

ANAZ, Sílvia Antônio Luiz. **A comunicação do amor romântico no *pop-rock* brasileiro: um estudo do imaginário nos processos criativos de Erasmo Carlos, Rita Lee, Lobão e Pato Fu.** 2013. 285f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2013. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/4590/1/Silvio%20Antonio%20Luiz%20Anaz.pdf>. Acesso em: 03 jun 2021.

BARBOSA, João Victor. **Deuses do rock**: a construção do mito no audiovisual. 2018. 124f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2018. Disponível em: <https://ariel.pucsp.br/bitstream/handle/21334/2/Jo%c3%a3o%20Victor%20Barbosa.pdf>. Acesso em: 03 jun 2021.

BERLINGA, Fabio Augusto. **O suporte e o formato**: o *rock* brasileiro e as transformações da indústria fonográfica na entrada da era digital (1980-2000). 2016. 216f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis – SC. 2016. Disponível em: https://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/2229/dissertacao_fabio_augusto_berlinga_completa.pdf. Acesso em: 03 jun 2021.

BOVE, Adrielle Luchi Coutinho. **Juventude e heavy metal**: usos do espaço, práticas de consumo e produção de significados na cidade de Juiz de Fora, MG. 2017. 106f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora – MG. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/4492/1/adrielleluchicoutinhobove.pdf>. Acesso em: 03 jun 2021.

CAMARGO, Michelle Alcântara. **Lugares, pessoas e palavras**: o estilo das minas do *rock* na cidade de São Paulo. 2010. 111f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP. 2010. Disponível em: <https://www.repositorio.unicamp.br/Resultado/Listar?guid=1737247620187>. Acesso em: 03 jun 2021.

FERNANDES, Victor Guilherme Pereira. **“Um passo à frente”**: história social de um *rock* brasileiro. 2016. 140f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora – MG. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/4427/1/victorguilhermepereirafernandes.pdf>. Acesso em: 03 jun 2021.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. In: **Educação & Sociedade**, ano XXIII, no 79, Agosto/2002. p. 257-272. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FfrdCtqfp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 mar 2024.

FILHO, Irapuan Peixoto Lima. **“Em tudo o que eu faço, eu procuro ser muito rock and roll”**: *rock*, estilo de vida e rebeldia em Fortaleza. 2010. 340f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza – CE. 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/1295>. Acesso em: 03 jun 2021.

FRANCO, Deivid Fernando. **O Brasil é o país do futuro: rock** e contestação nas canções de Renato Russo (1978 - 1990). 2015. 140f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon – PR. 2015. Disponível em: https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/1718/1/Deivid_Franco_2015. Acesso em: 03 jun 2021.

GATTO, Vinicius Delangelo Martins. **Rock progressivo e punkrock: uma análise sociológica da mudança na vanguarda estética do campo do rock**. 2011. 134f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília – DF. 2011. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/9724/1/2011_ViniciusDelangeloMartinsGatto.pdf. Acesso em: 03 jun 2021.

GOMES, Richard de Freitas. **Os jovens e o rock brasileiro da década de 1980: uma abordagem a partir da revista BIZZ**. 2017. 113f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá – PR. 2017. Disponível em: http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/5413/1/Richard%20de%20Freitas%20Gomes_2017.pdf. Acesso em: 03 jun 2021.

LEWIS, Clive Staples. **Como cultivar uma vida de leitura**. Trad. Elissami Bauleo. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2020.

LUNA, Glauber Barreto. **“Refuse/Resist”**: as poéticas de contestação social da banda Sepultura. 2014. 152f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza – CE. 2014. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/11787/1/2014_dis_gbluna.pdf. Acesso em: 03 jun 2021.

MAGALHÃES, Emerson. **Construção da cena cultural e musical do rock alternativo goiano**. 2017. 148f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia – GO. 2017. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/3699/2/EMERSON%20MAGALH%c3%83ES.pdf>. Acesso em: 03 jun 2021.

OLIVEIRA, Adriana Mattos de. **A jovem guarda e a indústria cultural: análise da relação entre o movimento jovem guarda, a indústria cultural e a recepção de seu público**. 2011. 111f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ. 2011. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/16660/Dissert-adriana-mattos-de-oliveira.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 jun 2021.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo Pereira de. **Cabe rock nessa ilha?** Formação da cena de *rock* em Florianópolis (1980-1989). 2018 170f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis – SC. 2018. Disponível em: https://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/2968/carlos_eduardo_pereira_de_oliveira___final.pdf. Acesso em: 03 jun 2021.

PINO, Mariel Perez. **Minha vida é o rock and roll:** processos educativos na prática social do *rock* entre músicos da cidade de São Carlos. 2018. 192f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP. 2018. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/9898/PINO_Mariel_2018.pdf?sequence=6&isAllowed=y. Acesso em: 03 jun 2021.

RAMOS, Eliana Batista. **Rock dos anos 1980:** a construção de uma alternativa de contestação juvenil. 2010. 224f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2010. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/bitstream/handle/13205/1/Eliana%20Batista%20Ramos.pdf>. Acesso em: 03 jun 2021.

ROCHEDO, Aline do Carmo. **“Afrodite se quiser”:** o protagonismo das mulheres no *rock* brasileiro nos anos 1980. 2018. 305f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica – RJ. 2018. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/10051/3/2018%20-%20Aline%20do%20Carmo%20Rochedo.pdf>. Acesso em: 03 jun 2021.

SILVA, Jaddson Luiz Sousa. **Sons, textos e visualidades:** arte e ativismo político na história de artistas ligados ao cenário do *rock* paraense. 2019. 242f. Tese (Doutorado em Artes) – Universidade Federal do Pará, Belém – PA. 2019. Disponível em: https://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/12068/1/Tese_SonsTextosVisualidades.pdf. Acesso em: 03 jun 2021.

SOUZA, Erisvaldo Pereira de. **Rock, juventude e capital comunicacional na cidade de Brasília (1970-1980).** 2013. 173f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia – GO. 2013. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/109/o/2013_-_Erisvaldo_-_Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 03 jun 2021.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. 13. Tiragem. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, Virginia Tavares. **O discurso da crise ambiental nas letras de *rock and roll*: modos de ser sujeitos em tempos contemporâneos**. 2013. 86f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande – RS. 2013. Disponível em: <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000010281.pdf>. Acesso em: 03 jun 2021.

XAVIER, Fábio Chilles. **“O futuro não é mais como era antigamente”**: o *rock* nacional e o ensino de História. 2018. 168f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba – SP. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/10752/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20F%c3%a1bio%20Chilles.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 jun 2021.

CAPÍTULO 20

EXPLORANDO ESTRATÉGIAS PARA O APRIMORAMENTO DO ENSINO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS SOB UMA PERSPECTIVA DO DESIGN EDUCACIONAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA LITERATURA

Líssia Maria Costa Gomes Protázio

Wandernilton Rodrigues da Silva

Doi: 10.48209/978-65-5417-435-L

Introdução

A presente pesquisa se concentra no campo do Design Educacional (DE), explorando sua aplicação no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA). O Design Educacional é uma área que integra práticas pedagógicas e tecnologias, com o objetivo de otimizar os processos de ensino e aprendizagem. De maneira ampla, o DE envolve o planejamento, desenvolvimento e implementação de estratégias educativas que criam ambientes de aprendizagem eficazes, adaptados às necessidades específicas dos alunos.

O presente estudo tem como objetivo investigar como o design educacional pode promover a eficácia do ensino e da aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos (EJA), buscando, especificamente, inventariar as produções científicas, entre 2018 e 2023, que abordam o uso do design educacional nessa modalidade. Além disso, procuramos analisar os aspectos teóricos,

metodológicos e empíricos desses estudos, e por fim, identificar os principais desafios e oportunidades relacionados à implementação dessas estratégias no contexto da EJA.

A pergunta norteadora deste estudo é: quais são os principais desafios e oportunidades enfrentados na aplicação do design educacional para promover a eficácia do ensino e aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos (EJA)?

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), além de ser uma modalidade da educação básica no Brasil, direcionada a jovens e adultos com 15 anos ou mais, que por algum motivo não tiveram a oportunidade de concluírem seus estudos do Ensino Fundamental e Médio, é uma política pública essencial e deve ser compreendida como um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal de 1988. No artigo 6º, a Constituição estabelece a educação como um direito social, reforçando a importância de garantir o acesso à educação para todos os cidadãos, independentemente de sua faixa etária. A EJA tem a sua relevância não apenas no resgate da dignidade e cidadania dessas pessoas, mas, também, na promoção de um desenvolvimento pessoal e social que contribui para uma sociedade mais justa e forte.

Fundamentos e Perspectivas do Design Educacional na EJA

Um breve panorama dos marcos históricos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil revela sua importância desde a época da colonização com os Jesuítas¹. A EJA evoluiu significativamente ao longo dos anos, passando por diversas questões importantes. Em 1934, com o Plano Nacional de Educação (PNE), surgiu a primeira iniciativa governamental para estruturar a educação no Brasil. Em 1947, foi lançada a Campanha de Educação de Adultos, voltada para reduzir o analfabetismo entre adultos. Em 1950, a Campanha Nacional de

¹ Padres que pertenciam à Companhia de Jesus, Ordem religiosa vinculada à Igreja Católica, que tinha como objetivo a pregação do evangelho pelo mundo. Essa Ordem religiosa, criada em 1534, pelo padre Inácio de Loyola, foi oficialmente reconhecida pela Igreja a partir do papa Paulo III em 1540.

Erradicação do Analfabetismo (CNEA) intensificou esses esforços. Na década de 1960, o Movimento da Educação de Base (MEB) visava a alfabetização e a conscientização política das populações rurais, seguido pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) em 1967, que focava na alfabetização de adultos em larga escala. Em 1971, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 5.692/71) introduziu o ensino supletivo, regulamentando a EJA.

Nos anos 1980, foi criada a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Fundação Educar), com foco na promoção da educação de jovens e adultos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), promulgada em 1996, reafirmou o direito dos jovens e adultos trabalhadores ao ensino básico, regulamentando a oferta da EJA para todos que não tiveram acesso ou não concluíram o ensino fundamental. Em 2002, foi criado o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Enceja), visando certificar competências de jovens e adultos. Em 2003, a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo lançou o Programa Brasil Alfabetizado, incluindo iniciativas como Escola de Fábrica, Programa Nacional de Jovens - PROJOVEM e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Em 2007, foi criado Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), destinado a financiar a educação básica, incluindo a EJA.

Design Educacional (DE)

Conforme Fenner (2000, p. 4 *apud* Batista; Menezes, 2008), o design é uma abordagem inovadora que atende às necessidades de uma ampla comunidade de usuários, visando criar produtos e serviços que atendam as expectativas. O design ajuda a melhorar as interfaces com o usuário e ajuda a criar softwares educacionais. A interação deve considerar a capacidade cognitiva humana e proporcionar um ambiente de trabalho adaptado à realidade do usuário,

ênfase na usabilidade para materiais didáticos tecnologicamente avançados que suportem a gestão de produtos educacionais.

Por esse caminho, conforme descrito por Valente e Almeida (2007), design educacional refere-se ao uso de tecnologias no processo de ensino e aprendizagem. O design é um processo iterativo em que forma, conteúdo, tecnologia e educação se influenciam mutuamente.

O Design Educacional (DE) é essencial para planejar, desenvolver e implementar ambientes de aprendizagem eficazes, proporcionando uma experiência instrucional significativa para os estudantes. Ele visa aumentar o engajamento, motivação e capacidade de absorção e aplicação do conhecimento, e se destaca também, por criar ambientes inclusivos, envolventes e adaptáveis, superando os desafios da comunicação não presencial para melhorar os resultados educacionais do indivíduo. Nesse sentido, além de focar no conteúdo, as tecnologias aplicadas,

envolvem técnicas que tornam o aprendizado mais acessível e memorável, como vídeos, imagens, animações e estudos de caso práticos.

Estratégias e abordagens de DE têm sido exploradas na EJA, visando promover a participação ativa dos alunos adultos no processo de aprendizagem e tornar o conteúdo relevante e significativo para suas vidas. O DE se preocupa com o planejamento, desenvolvimento e implementação de estratégias educacionais que otimizem o aprendizado dos estudantes. Esse processo inclui a seleção e utilização de tecnologias apropriadas, métodos de ensino inovadores e recursos educacionais diversificados.

Delineamento Metodológico

Para a identificação do estágio atual do conhecimento referente ao tema deste trabalho, foi utilizada a pesquisa bibliográfica com base em artigos científicos publicados nas plataformas Google Acadêmico e *Scielo*. A vantagem da pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2010), é que permite a cobertura de uma

gama de fenômenos mais amplos do que aqueles pesquisados diretamente. Vale ressaltar que, a pesquisa nas plataformas Google Acadêmico e *Scielo* foram realizadas entre os meses de julho a agosto de 2024.

A presente pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, focando na análise crítica da literatura e na interpretação dos dados coletados. A ênfase principal recai sobre a análise interpretativa das produções científicas.

Deste modo, utilizamos os seguintes descritores relacionados: “*Adult Learning*” AND “design educacional” AND “EJA” intercalados pelo operador booleano “AND” como uma forma de melhor refinar a busca.

Após as buscas nas plataformas Google Acadêmico e *Scielo*, foram encontrados um total de seis artigos científicos. Entre os principais autores que embasam este estudo estão Jean Piaget e Paulo Freire, cujas teorias oferecem uma fundamentação crítica para a análise do desenvolvimento cognitivo e das práticas pedagógicas aplicadas na EJA. Outro autor relevante inclui Lev Vygotsky, que contribui com a perspectiva sociocultural do aprendizado, além de teóricos como Salgado e Santos Lopes, que exploram questões contemporâneas como a evasão escolar e a *gamificação* no ensino, oferecendo uma compreensão abrangente das complexidades envolvidas na educação de adultos.

A base Google Acadêmico foi escolhida por sua vasta cobertura de publicações acadêmicas em uma variedade de disciplinas e por seu acesso fácil a diversos artigos científicos. A *Scielo* é uma base de dados de acesso aberta que concentra publicações científicas da América Latina e Caribe. Isso permitiu a obtenção de pesquisas atualizadas e pertinentes sobre o contexto educacional da região.

Abaixo, na Figuras 1 e Figura 2, estão os *prints* das plataformas utilizadas com o nome dos descritores aplicados.

Figura 1 – Base de dados Google Acadêmico



Fonte: <https://encurtador.com.br/TEPWD>

Nesta base de dados, foram identificados 9 resultados que se aproximam do objeto de estudo deste artigo. No entanto, é importante destacar que, para a seção de resultados, apenas 6 desses trabalhos foram considerados; uma vez que os outros 3 se referiam a uma dissertação, um documento, e uma monografia, e por essa razão, foram excluídos da análise, visto que esta pesquisa tem como arcabouço apenas análise de artigos.

Figura 2 – Base de dados Scielo



Fonte: <https://encurtador.com.br/edlUT>

Na base de dados da *Scielo* foi identificado apenas 1 resultado que teve proximidade ao nosso objeto de estudo. Após a coleta de dados, a fase seguinte da pesquisa foi a de análise e interpretação desses dados; conforme Gil (2010), “a análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas” (p. 154).

Assim, reforça-se a importância de uma abordagem meticulosa tanto na organização quanto na interpretação dos dados, assegurando que a pesquisa ofereça percepções relevantes e fundamentados. Dessa forma, o pesquisador não apenas responde às questões levantadas, mas também amplia a compreensão do fenômeno estudado, o que é essencial para a qualidade e validade da pesquisa.

Resultados e Discussão

Os resultados obtidos na presente pesquisa revelaram algumas contribuições para o campo do design educacional na EJA, especialmente ao considerar os desafios específicos enfrentados por esta modalidade de ensino. A análise dos artigos encontrados na revisão da literatura permite estabelecer conexões entre as abordagens teóricas e metodológicas discutidas e as práticas pedagógicas propostas para a EJA.

Inicialmente, a revisão dos estudos mostrou a relevância de adaptar o ensino de disciplinas específicas, como a Física, para o contexto dos alunos da EJA, conforme demonstrado no trabalho que utilizou as teorias de Paulo Freire (2005), David Ausubel e Joseph Novak (1980) para criar uma abordagem pedagógica contextualizada e significativa para esses estudantes. Essa adaptação é essencial para o design educacional, pois leva em conta as realidades sociais e profissionais dos alunos, criando um ambiente de aprendizagem mais engajador.

Além disso, a pesquisa sobre a influência da Epistemologia Genética de Piaget na Educação Matemática reforça a necessidade de fundamentação teórica no desenvolvimento de estratégias pedagógicas. Embora o foco do artigo em questão seja especificamente a Matemática, suas conclusões oferecem contribuições valiosas para o design educacional na EJA, onde a consideração das bases teóricas que sustentam as práticas educativas é igualmente crucial e podem ser aplicadas ao design educacional na EJA, onde é muito importante considerar as bases teóricas que sustentam as práticas educativas.

Outro aspecto relevante identificado foi a importância da didática e da reflexão crítica no ensino de Filosofia na EJA, conforme apontado em um dos artigos revisados². A promoção do pensamento crítico e da capacidade de atuação social dos alunos é um objetivo que deve ser contemplado no design educacional, especialmente em contextos que demandam uma formação cidadã e participativa.

Por fim, a questão da evasão educacional na EAD, exacerbada pela pandemia de Covid-19, e os desafios enfrentados pelos alunos da EJA no ensino remoto destacam a urgência de desenvolver estratégias de design educacional que minimizem essas dificuldades. A criação de ambientes de aprendizagem mais flexíveis, acessíveis e engajadores é fundamental para reduzir a evasão e melhorar a retenção dos alunos na EJA.

Esses achados, baseados nos resumos dos artigos analisados, demonstram a complexidade e a multifacetada natureza do design educacional na EJA, que deve ser sensível às especificidades dos alunos, bem como às barreiras tecnológicas, sociais e pedagógicas que influenciam o processo de ensino e aprendizagem nesta modalidade.

Para facilitar a visualização e a compreensão dos principais achados da pesquisa, a seguir é apresentado o Quadro 1, que resume o levantamento dos artigos analisados, destacando suas contribuições e relevância para o design educacional na EJA:

² Disponível em: <https://doi.org/10.31416/rsdv.v8i2.64>

Quadro 1: Levantamento dos Artigos

Autor	Título do artigo	Ano de publicação	Instituição	Metodologia	Principais referenciais teóricos	Revista
Sidney Lopes Sanchez Júnior Francismara Neves de Oliveira	Educação Matemática e o Construtivismo Piagetiano: uma Revisão Sistemática de Literatura	2023	Universidade Estadual de Londrina. PR, Brasil.	Revisão sistemática da literatura	Jean Piaget e Paulo Freire	Revista JIEEM
Augusto Santana Palma Silva Sheila Torres Feitosa Silva	Relatos de experiência sobre ensino de filosofia no Brasil: revisão de escopo e dimensões novikoff	2020	Instituto Federal Sertão Pernambucano	Revisão bibliográfica	Vygotsky e Piaget	Revista Semiárido De Visu
Silvio Cesar Bello Salgado Fábio Bello Salgado	Da evasão no contexto da educação a distância: uma revisão sobre o “pré” e o “pós” pandemia em todos os níveis educacionais	2022	SEEDUC/RJ	Pesquisa bibliográfica	Silva e Pavão e Kowalski	RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
Irami Santos Lopes Patrícia Santiago Ferreira Tânia Regina Dantas	O olhar discente na pós-graduação: desafios e possibilidades no ensino remoto	2021	Universidade do Estado da Bahia - UNEB	Abordagem qualitativa	Edgar Moran	Revista Cocar
Cinésia Medeiros de Souza Rônei Sandro Vieira	Equações diofantinas para a EJA usando gamificação: uma revisão sistemática	2023	Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)	Revisão sistemática da literatura com abordagem qualitativa	Mendes e Esquível	

Fonte: elaborado pelos autores (2024)

Para fornecer uma análise mais detalhada das contribuições dos artigos revisados, o Quadro 2 apresenta as conexões estabelecidas entre os estudos e os principais aspectos do design educacional na EJA, evidenciando como cada artigo se relaciona com as práticas pedagógicas e os desafios dessa modalidade de ensino:

Quadro 2: Análise dos Artigos

	Artigos	Conexão
01	Artigo sobre Ensino de Filosofia na EJA: Relatos de experiência sobre ensino de filosofia no brasil: revisão de escopo e dimensões novikoff	O artigo enfatiza a importância da didática e da reflexão crítica no ensino de Filosofia na EJA, elementos que também são fundamentais no design educacional. O texto destaca a necessidade de práticas pedagógicas que promovem o pensamento crítico e a capacidade dos alunos de se posicionar ativamente na sociedade, objetivos que também são relevantes no contexto do design educacional.
02	Artigo sobre Evasão Educacional na EAD: Da evasão no contexto da educação a distância: uma revisão sobre o “pré” e o “pós” pandemia em todos os níveis educacionais	Este artigo trata de um problema central na EJA, a evasão escolar, especialmente em contextos de ensino a distância. A conexão com o presente artigo pode ser feita ao discutir como o design educacional pode ser utilizado para minimizar a evasão, criando ambientes de aprendizagem mais engajadores e adaptados às necessidades dos estudantes da EJA.
03	Artigo sobre Desafios no Ensino Remoto na EJA durante a Pandemia: O olhar discente na pós-graduação: desafios e possibilidades no ensino remoto	Este artigo aborda os desafios do ensino remoto na EJA, o que pode ser diretamente relacionado ao design educacional, pois destaca a necessidade de adaptar estratégias pedagógicas para enfrentar barreiras como a falta de acesso à tecnologia e a necessidade de novas formas de interação e aprendizagem no contexto pandêmico.

04	Artigo sobre Revisão Sistemática de Materiais Didáticos com Gamificação na EJA: Equações diofantinas para a EJA usando gamificação: uma revisão sistemática	A revisão sistemática sobre o uso de gamificação na EJA destaca a carência de materiais específicos para essa modalidade de ensino. Isso pode ser ligado ao design educacional ao discutir a importância de desenvolver e adaptar materiais didáticos que atendam às necessidades e expectativas dos alunos da EJA, promovendo assim, uma aprendizagem mais significativa e engajadora.
05	Artigo sobre Epistemologia Genética de Piaget e Educação Matemática: Educação matemática e o construtivismo piagetiano: uma revisão sistemática de literatura	Embora o foco seja na educação matemática, o artigo ressalta a importância de considerar as bases teóricas e metodológicas ao desenvolver estratégias de ensino. Isso pode ser associado ao design educacional na EJA, que também requer uma sólida fundamentação teórica para atender às particularidades dessa modalidade de ensino.

Fonte: elaborado pelos autores (2024)

Integração de Piaget e Freire no Design Educacional da EJA

Os artigos analisados oferecem de compreensões diretamente ligadas ao tema desta pesquisa. Em primeiro lugar, destaca-se a relevância da teoria da Epistemologia Genética de Jean Piaget (1970). Conforme apontado por Pádua (2009), Piaget “ganhou notoriedade como psicólogo infantil, mas sua atenção científica não se limitava à criança; seu foco principal era a capacidade do ser humano de adquirir conhecimento e seu processo de desenvolvimento” (p. 22). Embora sua teoria tenha sido inicialmente voltada para o desenvolvimento infantil, os princípios fundamentais da aprendizagem ativa — onde o sujeito constrói o conhecimento por meio da interação com o ambiente e da assimilação de novas informações — são igualmente aplicáveis ao contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O foco no desenvolvimento cognitivo e na construção ativa do conhecimento, proposto por Piaget, pode ser adaptado para fortalecer práticas pedagógicas na EJA, ao considerar as especificidades do público adulto, que também constrói saberes a partir de suas experiências e vivências.

Se faz mister destacar que a integração das reflexões de Jean Piaget e Paulo Freire oferece um caminho complementar para o aprimoramento do ensino na EJA, especialmente sob a perspectiva do design educacional. Enquanto Piaget, com sua Epistemologia Genética, foca na construção ativa do conhecimento através da interação do sujeito com o ambiente e da assimilação e acomodação de novas informações, Paulo Freire traz uma perspectiva mais crítica e dialógica, valorizando o papel transformador da educação na conscientização e na emancipação dos indivíduos.

Para Piaget, o processo de aprendizagem ocorre à medida que o indivíduo interage com o ambiente, assimilando novas experiências e ajustando seu entendimento do mundo (acomodação). Na EJA, esse princípio pode ser adaptado de forma a criar ambientes de aprendizagem que favoreçam a exploração ativa e o desenvolvimento cognitivo dos adultos, respeitando suas vivências e suas formas particulares de aprender. No entanto, Freire acrescenta a essa construção ativa a dimensão da conscientização crítica. Para ele, o conhecimento não é algo que o indivíduo apenas constrói com base no mundo externo, mas é também um meio de questionar e transformar esse mundo.

No design educacional voltado para a EJA, essas duas abordagens podem ser integradas de maneira estratégica. A aprendizagem ativa proposta por Piaget — onde o indivíduo interage, experimenta e reconstrói seus saberes — pode ser potencializada pela pedagogia dialógica de Freire, que promove o questionamento crítico das realidades vividas pelos alunos. Nesse sentido, o educador deixa de ser o detentor do saber e passa a ser um facilitador do processo de construção do conhecimento, respeitando a experiência do aluno como ponto de partida para o desenvolvimento de novos entendimentos.

Enquanto Piaget destaca a importância do desenvolvimento das capacidades cognitivas, Freire enxerga a educação como um processo de libertação. Na EJA, essa fusão é fundamental, pois os alunos trazem consigo um rico acervo de experiências e saberes que, se bem aproveitados, podem ser pontos de partida para um aprendizado significativo e transformador. A educação não apenas molda habilidades cognitivas, mas também empodera os indivíduos para que questionem sua posição no mundo e transformem suas condições de vida.

O design educacional para a EJA pode, então, se beneficiar dessas duas perspectivas ao criar ambientes de aprendizagem que sejam, ao mesmo tempo, cognitivos e críticos, exploratórios e emancipatórios. A combinação de metodologias ativas, como a resolução de problemas e o uso de jogos — alinhada à teoria piagetiana —, com práticas dialógicas e reflexivas de Freire, pode resultar em um ensino mais inclusivo, capaz de promover não apenas o desenvolvimento intelectual, mas também a formação de cidadãos conscientes e críticos. Isso garante que o aprendizado na EJA vá além da aquisição de conhecimentos formais, incluindo a capacidade dos alunos de agir e intervir em suas realidades sociais.

Portanto, a integração das reflexões de Piaget e Freire no contexto da EJA oferece uma base interessante para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que respeitem tanto o processo cognitivo quanto o social, garantindo um ensino que seja ao mesmo tempo transformador e significativo para os estudantes adultos.

Considerações Finais

Há de se considerar ser essencial enfatizar a importância de traduzir as estratégias discutidas ao longo do estudo em práticas concretas e mensuráveis que possam ser implementadas na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A análise crítica da literatura, que abrangeu um total de seis artigos encontrados nas plataformas Google Acadêmico e *SciELO*, revelou a importância das teo-

rias educacionais clássicas, como as de Jean Piaget, na compreensão do desenvolvimento cognitivo dos alunos da EJA. Além disso, destacou a eficácia das metodologias ativas, como jogos de regras e resolução de problemas, quando adaptadas ao contexto específico da Educação de Jovens e Adultos. Essas abordagens pedagógicas se mostraram particularmente relevantes para engajar estudantes adultos e facilitar a aprendizagem significativa.

No entanto, o desafio que se apresenta agora é transformar essas teorias e metodologias em ações práticas que possam ser implementadas de forma efetiva nas salas de aula. É crucial que educadores e formuladores de políticas educativas desenvolvam estratégias que não apenas teorizem sobre as melhores práticas, mas também ofereçam suporte e recursos necessários para que essas práticas sejam aplicadas de maneira concreta e eficaz no dia a dia escolar. A continuidade dessa pesquisa é essencial para explorar novas formas de integrar o design educacional na EJA, buscando sempre superar as lacunas identificadas e promover um ensino mais inclusivo e adaptado às necessidades dos alunos adultos.

Uma das principais lacunas identificadas na literatura atual é a falta de estudos empíricos que demonstrem como essas estratégias podem ser aplicadas na prática da EJA, levando em consideração as especificidades deste público. Portanto, avançar na pesquisa sobre a EJA requer o desenvolvimento de intervenções pedagógicas que sejam não apenas teoricamente fundamentadas, mas testadas e avaliadas em termos de eficácia. Isso significa que é necessário criar mecanismos de avaliações que permitam medir o impacto dessas estratégias no desempenho e na motivação dos alunos da EJA.

Além disso, é importante considerar a personalização do ensino como um dos pilares para o sucesso na EJA. As estratégias pedagógicas devem ser adaptáveis às diferentes realidades dos alunos, reconhecendo e valorizando suas experiências de vida e seus diferentes níveis de desenvolvimento cognitivo.

A inclusão de tecnologias educacionais, quando bem planejada e implementada dentro do escopo do Design Educacional, pode facilitar esse processo, criando um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e acessível. O DE, ao integrar essas tecnologias de forma estratégica e personalizada, permite que as metodologias ativas e as teorias educacionais sejam aplicadas de maneira mais eficaz, tornando o ensino na EJA não apenas mais envolvente, mas, mais alinhado às necessidades e realidades dos estudantes adultos.

Assim, o sucesso na implementação dessas estratégias depende de um planejamento educacional cuidadoso, que envolva todos os atores do processo educativo – desde os gestores, professores até os próprios alunos. A formação continuada dos educadores, a disponibilização de recursos adequados e a criação de um ambiente que favoreça a inovação é essencial para que essas estratégias se tornem parte integrante do ensino na EJA.

No entanto, as lacunas identificadas nesta pesquisa apontam para a necessidade de estudos futuros que explorem, por exemplo, o desenvolvimento de materiais didáticos específicos e adaptados às realidades dos estudantes da EJA, bem como a adaptação de metodologias de ensino a distância para esse público, especialmente em contextos de crise, como a pandemia. Além disso, investigações adicionais poderiam focar em como o Design Educacional pode ser mais efetivamente aplicado na criação de estratégias pedagógicas que contemplem as particularidades e os desafios enfrentados por esses alunos.

Com isso, espera-se contribuir para a construção de uma educação mais inclusiva e eficaz, que atenda de maneira mais precisa às necessidades dos alunos da EJA, promovendo não apenas o aprendizado de conteúdo, mas também o desenvolvimento integral desses indivíduos.

Referências

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial, 1500-1800**. 7. ed. Revisada, anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.

AUSUBEL, D. P.; NOVAK, J. D.; HANESIAN, H. **Psicología Educacional**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980. 626p.

BATISTA, Márcia; MENEZES, Marizilda. **O design gráfico e o design instrucional na educação a distância. Design, arte e tecnologia**. n. 4. São Paulo: PUC-Rio e Unesp-Bauru, 2008.

D'AVILA, C.M. **A implementação do PROEJA no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo**. 2015. 159 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2015.

Educação SME Prefeitura SP. **Educação de Jovens e Adultos (EJA)**. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/educacao-de-jovens-e-adultos-eja/>. Acesso em: 17 jul. 2024.

FAVA, Rui. **Trabalho, educação e inteligência artificial: a era do indivíduo versátil**. Porto Alegre: Penso, 2018.

Freire, Paulo. **Pedagogia da libertação em Paulo Freire**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2018.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Educação como Prática da Liberdade**. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INEP. MEC e INEP divulgam resultados do Censo Escolar 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-censo-escolar-2023> . Acesso em: 17 jul. 2024.

PIAGET, Jean. **Epistemologia Genética**. Petrópolis: Vozes, 1970.

MORAN, J. M. **A integração de tecnologias na educação**. In: AUTOR, N. (Org.). Título do Livro. 3. ed. São Paulo: Papirus, 2015. p. 45-67.

RICCO, Gaetana Maria Jovino. **Educação de Adultos – uma contribuição para seu estudo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

ROMANZINI, Beatriz. **EJA–Ensino de Jovens e Adultos e o mercado de trabalho. Qual ensino? Qual trabalho**. Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2010.

CAPÍTULO 21

INTERDISCIPLINARIDADE E AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Eliseane Cardoso Moura

Doi: 10.48209/978-65-5417-435-P

Introdução

Este estudo versa sobre a análise da relação entre Interdisciplinaridade e Avaliação. O objetivo foi compreender os aspectos conceituais desses dois temas e como são aplicados na prática educativa.

Foram utilizados documentos educacionais, como Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN (1997), Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil-RCNEI (1998), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil-DCNEI (2009), Base Nacional Comum Curricular-BNCC (2017) e Documento Curricular de Roraima-DCRR (2019).

Além de outros documentos para embasar a análise descritiva desta pesquisa, foram utilizados a Constituição Federal do Brasil (1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (1990).

A pesquisa teve cunho qualitativo, de campo e de análise de dados descritivos. Para isto, a pesquisa foi realizada em uma escola em Boa Vista/RR, recorrendo-se à entrevista com a professora da Educação Infantil do 2º período (4 e 5 anos) pela plataforma *Google Meet*.

Neste sentido, a pergunta que norteia esta pesquisa foi composta da seguinte questão: Como a interdisciplinaridade e avaliação se inter-relacionam

a fim de contribuir com a proposta pedagógica na Educação Infantil em Boa Vista-RR?

Os resultados revelaram que a ação educativa e o processo pedagógico estavam em conformidade com os documentos educacionais, e que várias áreas do conhecimento eram abordadas de forma interdisciplinar. Sendo assim, autores como Hoffmann (1996), Luckesi (2003), foram referenciados para fundamentar as discussões sobre Avaliação, e sobre a Interdisciplinaridade se deu através dos autores Fazenda (2006) e Japiassu (2006).

Educação Infantil

A Educação Infantil não se confunde com a história da Educação de forma ampla, os aspectos que originaram essa particularidade têm a ver com setores da sociedade marginalizados pela própria história do país.

Em sua fase inicial, a educação infantil buscou uma organização paralela com a classe trabalhadora, que necessitavam deixar seus filhos em locais guardados enquanto trabalhavam. E assim, surgiram inicialmente, como afirmam os autores Paschoal; Machado (2009) apud Gomers *et al.*, (2019), as primeiras creches assistencialistas:

A história da Educação Infantil no Brasil [...] seus filhos para trabalhar, as primeiras tentativas de organização de creches [...] creches e jardins de infância no Brasil foram a jurídico-policia, que defendia a infância moralmente abandonada, [...] (Paschoal; Machado, 2009) apud (Gomers, *et al.* 2019, p. 341).

Nesse contexto da Educação Infantil, os familiares, precisavam deixar suas crianças em algum lugar para trabalharem, e assim, constituíram-se as primeiras creches que eram oriundas de setores assistenciais, em decorrência do cuidar. Para uma melhor compreensão do recorte histórico sobre a Educação Infantil apresenta-se por meio de Quadro 1.

Quadro 1 - Recorte histórico sobre a Educação Infantil

Período	Documento	Objetivo
1980	Pressão dos movimentos sociais	Inclusão da creche e da pré-escola no sistema educacional brasileiro.
1988	Constituição Federal	Artigo 208 [dever do Estado para com a Educação ...]
1990	Lei de Diretrizes e Bases-LDB (1996) Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA	Educação Infantil passou a ser parte da Educação Básica. Garantida de Direitos Educacionais para as crianças.
2006	LDB	Antecipou o acesso ao EF para os 6 anos de idade.
2007	FUNDEB	Lei de Criação do Fundeb
2010	2001-2010 2011-2020	Plano Nacional de Educação Projeto de lei relativo ao Plano Nacional de Educação [...] à Educação Infantil, sendo que a matrícula/frequência das crianças de 0 a 3 anos (creche) é opção da família e a das crianças de 4 e 5 anos de idade é obrigatória (pré-escola) [...].
2013	Emenda Constitucional 59/2009	Todavia, a Educação Infantil se tornou obrigatória para as crianças de 4 e 5 anos só após [...] Educação Básica dos 4 aos 17 anos, incluída na LDB em 2013, [...] matrícula de todas as crianças de 4 e 5 anos em instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2009).
2017	BNCC, DCNEI	A BNCC, em seu capítulo três, traz as Diretrizes [...]; O documento afirma que “as instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e [...] das crianças, [...]; (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.); III - a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela); IV - documentação pelas DCNEI e reafirmadas no documento da BNCC. Este reitera a importância e necessidade de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola (BRASIL, 2017, p. 34).

Fonte: com base em Gomers *et al.* (2019, p. 341-343).

O Quadro 1 se refere a um recorte sobre a história da Educação Infantil em cenário brasileiro, desse modo, os autores Gomers *et al.* (2019) ressaltaram com clareza essa contribuição referenciando os principais documentos que subsidiaram esse processo inclusivo, adaptativo e de construção sobre à Educação Infantil e para essa compreensão, no contexto da Avaliação e da Interdisciplinaridade foram importantes para a evolução educacional.

No campo de estudo da BNCC, há um destaque na formulação das propostas educativas e, portanto, avaliativas interdisciplinares. O documento expressa-se conceituando uma lógica de um aprendizado para os anos iniciais do Ensino Fundamental, provenientes da Educação Infantil. Para isso, a BNCC, destaca:

A BNCC do **Ensino Fundamental – Anos Iniciais**, ao valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária **articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil**. [...] de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos (BRASIL, 2018, p. 58).

A proposta da BNCC apresenta algumas concepções sobre as capacidades que as crianças possuem durante o seu desenvolvimento, tais capacidades interagem e se articulam por meio da observação, questionamentos, levantamento de hipóteses, conclui, julga, assimila valores e os conhecimentos são apropriados e precisam ser sistematizados por uma ação de interação de ação física e social (BNCC, 2017).

Neste sentido, a BNCC (2017) recorre às práticas integrativas e pedagógicas tanto na creche quanto na pré-escola. E é nesse contexto, que o papel do educador se torna essencial na aplicação dessa organização e proposta. Pois, o docente irá permitir caminhos que às crianças façam no reconhecimento sobre si, o outro, natureza, cultura, produção científica, entre outras situações.

Segundo Perrenoud (2000, p. 70), “há maneiras mais lúdicas do que outras de propor a mesma tarefa cognitiva”, e que nessa estimulação, as crianças podem aprender rindo e brincando, pois, essas capacidades de evolução das

crianças tendem em conformidade com o que o educador promove nessa interação. E nessa integração dos saberes as estratégias culminam com as ações dos docentes em criar, intensificar e diversificar o desejo de aprender e favorecer ou reforçar a decisão de aprender.

Assim, o docente registra diversos momentos educativos, e que compunham esse processo do desenvolvimento infantil, a exemplo: relatórios, portfólios, fotografias, desenhos e textos que subsidiam o processo avaliativo interdisciplinar.

Avaliação e Interdisciplinaridade na Educação Infantil

O ato de avaliar é uma constante na vida humana desde a sua origem e de forma histórica, a sistematização dos processos avaliativos ao longo dos séculos XVI e XVII ocorreram em contexto abrangente. No Brasil, as práticas avaliativas iniciadas pelos Jesuítas foram sendo ajustadas aos períodos subsequentes da educação escolar. Contudo, foi no final dos séculos XX e início do XXI que a atenção às consequências da aplicação da avaliação aos alunos e utilização dos resultados passaram a ser observados no processo de ensino e aprendizagem (Rodrigues *et al.*, 2021).

Segundo Hoffmann (1996, p. 9), ao discorrer sobre a “prática avaliativa e trata do assunto na Educação Infantil como um elemento de controle sobre a escola e sobre os professores que precisam formalizar e comprovar atividades por meio das avaliações das crianças”. A sua fala remete-se ainda, aos processos avaliativos quando devem ser cumpridos, tais quais pelos regimentos, fichas de avaliação, boletins de acompanhamento, dentre outros instrumentos pedagógicos.

Essas práticas educacionais estão no modelo escolar e são reproduzidas pelas novas gerações de professores da Educação Infantil, uma espécie de burocracia a ser categorizada pelos ditames educacionais.

Para Hoffmann (1996, p. 9) “ressignificar a avaliação em educação infantil com acompanhamento e oportunização ao desenvolvimento máximo possível de cada criança [...] não-atrelamento ao controle burocrático do sistema oficial de ensino”. No entendimento de que o processo de avaliação ocorra, Hoffmann (1996) se refere ao professor como um mero executor de atividades planejadas por outros profissionais, tece uma indagação sobre a falta de autonomia dos docentes na formulação de suas próprias atividades aos alunos.

E sugere que haja uma investigação do professor sobre o aluno na prática pedagógica como uma avaliação mediadora que vislumbre interesses e possibilidades de exploração do mundo pela criança, apoio, observação, registro e reflexão sob o fazer pedagógico.

Já o assunto sobre interdisciplinaridade no Brasil vem sendo debatida desde a década de 1960 de acordo Fazenda (2006), contudo há relatos de que em períodos de 1968 e 1971 na Educação Básica já eram debatidos, o que fomentou em anos subsequentes como exigência em propostas educacionais geradoras de saber e de educação.

Garcia (2007) ao se referir sobre a transversalidade e interdisciplinaridade como modos de se trabalhar o conhecimento através de reintegrar aspectos que se isolam em disciplinas.

Gattás e Furegato (2007) é vista como um processo que envolve a integração e o engajamento de educadores que conjugam interação das disciplinas do currículo escolar entre si e com a realidade.

Japiassu (2006) a interdisciplinaridade não pode ser considerada apenas uma categoria do conhecimento, mas de ação e atitude. E, segundo Alves (2013), a interdisciplinaridade seria uma nova atitude em superar fragmentações e por meio dela encontrar possibilidades pedagógicas.

Contextos Avaliativos e Interdisciplinares em uma Escola privada de Boa Vista-RR

Compreende-se que as propostas educacionais em contextos avaliativos e interdisciplinares vistas a partir do recorte histórico, baseou-se no início do século XX em cenário internacional, como parte, os documentos da Declaração de Genebra em 1924 e a Declaração dos Direitos da Criança em 1959 que se tornaram instrumentos para ampliar o debate em torno da avaliação e de novas propostas curriculares educacionais (Rodrigues *et al.*, 2022).

Esse destaque emerge por meio das políticas públicas e direciona para uma melhor qualidade no ensino na perspectiva da Educação Infantil. Para tanto, a LDB (1996) aponta e direciona a articulação educacional, inicialmente:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394, implantada em 1996, aponta a Educação Infantil como dever dos municípios e a divide em subfaixas: creche, ofertada para crianças de 0 a 3 anos e, de 4 a 6 anos, para crianças em idade de pré-escola, [...] Natureza e Sociedade e Matemática (Rodrigues *et al.* 2022, p. 162).

Conforme o trecho que a LDB (1996) direcionou ao segmento da Educação Básica para a Educação Infantil, ao longo dos anos foram modificadas, e os documentos norteadores de uma educação básica e necessária às crianças foram recebendo transformações, e o foco se estende à percepção do professor sob o aluno da Educação Infantil para que se mensure o desenvolvimento infantil.

A questão é essencialmente perceber se na prática ocorre essa preocupação em não se reproduzir e preencher relatórios sem objetividade real inerente ao alunado e que não condiz com o seu real desenvolvimento esperado.

A BNCC (2017) no que se refere à Educação Infantil apresentou modificações em diversos campos e tais propostas conforme a representação das Figuras 1 são inerentes à síntese das aprendizagens determinadas por este documento para serem utilizadas pelos educadores de segmentos infantis.

Figura 1 – Síntese das Aprendizagens

SÍNTESE DAS APRENDIZAGENS			
O eu, o outro e o nós	Respeitar e expressar sentimentos e emoções. Atuar em grupo e demonstrar interesse em construir novas relações, respeitando a diversidade e solidarizando-se com os outros. Conhecer e respeitar regras de convívio social, manifestando respeito pelo outro.	Escuta, fala, pensamento e imaginação	Expressar ideias, desejos e sentimentos em distintas situações de interação, por diferentes meios. Argumentar e relatar fatos oralmente, em sequência temporal e causal, organizando e adequando sua fala ao contexto em que é produzida. Ouvir, compreender, contar, recontar e criar narrativas. Conhecer diferentes gêneros e portadores textuais, demonstrando compreensão da função social da escrita e reconhecendo a leitura como fonte de prazer e informação.
Corpo, gestos e movimentos	Reconhecer a importância de ações e situações do cotidiano que contribuem para o cuidado de sua saúde e a manutenção de ambientes saudáveis. Apresentar autonomia nas práticas de higiene, alimentação, vestimenta e no cuidado com seu bem-estar, valorizando o próprio corpo. Utilizar o corpo intencionalmente (com criatividade, controle e adequação) como instrumento de interação com o outro e com o meio. Cuidar de suas habilidades manuais.	Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações	Identificar, nomear adequadamente e comparar as propriedades dos objetos, estabelecendo relações entre eles. Interagir com o meio ambiente e com fenômenos naturais ou artificiais, demonstrando curiosidade e cuidado com relação a eles. Utilizar vocabulário relativo às noções de grandeza (maior, menor, igual etc.), espaço (dentro e fora) e medidas (comprido, curto, grosso, fino) como meio de comunicação de suas experiências. Utilizar unidades de medida (dia e noite; dias, semanas, meses e ano) e noções de tempo (presente, passado e futuro; antes, agora e depois), para responder a necessidades e questões do cotidiano. Identificar e registrar quantidades por meio de diferentes formas de representação (contagens, desenhos, símbolos, escrita de números, organização de gráficos básicos etc.).
Traços, sons, cores e formas	Discriminar os diferentes tipos de sons e ritmos e interagir com a música, percebendo-a como forma de expressão individual e coletiva. Expressar-se por meio das artes visuais, utilizando diferentes materiais. Relacionar-se com o outro empregando gestos, palavras, brincadeiras, jogos, imitações, observações e expressão corporal.		

Adaptado pela autora, BNCC (2023, p. 54-55).

Assim, essa compreensão que norteia a aplicabilidade da Avaliação e Interdisciplinaridade deve fazer sentido nas propostas que são transcritas pelo documento da BNCC (2017), tanto à professores quanto à alunos.

Procedimentos Metodológicos

A metodologia desta pesquisa de campo possui um caráter qualitativo e utilizou a Entrevista como principal método de coleta de dados. Para a escolha da entrevista foi feita considerando a participante, a docente da Educação Infantil em uma escola em Boa Vista/RR.

A leitura de dados foi descritiva. Para embasar a pesquisa, foram utilizados os autores Bicudo (1993) *apud* Borba (2018) para compreender o significado de pesquisa e a relação entre teoria, conceitos e investigação:

Pesquisar configura-se como buscar compreensões e interpretações significativas do ponto de vista da interrogação formulada. [...] vez mais convincentes e claras sobre a pergunta feita. Essas configurações delineiam seus contornos conforme perspectivas assumidas pelo pesquisador (Bicudo (1993) *apud* Borba, 2018, p. 18).

Os autores destacaram ainda, como Avaliação e Interdisciplinaridade se interligam na Educação Infantil de uma escola aos alunos do 2º período. Para isso, autores como Goldenberg (1999) *apud* Borba (2018) destacam de forma objetiva:

Em Educação, a pesquisa qualitativa pode assumir muitas formas e ser conduzida em múltiplos contextos. Embora seja considerada uma área em constante elaboração, pode-se dizer que os métodos qualitativos, em geral, [...] já que nesta vertente há uma busca por manifestações na percepção (Bicudo (2004) *apud* Borba, 2018, p. 18).

A pesquisa foi qualitativa e Bortoni-Ricardo (2008) foi referenciada para destacar a importância do controle sobre os dados e a relação entre certeza e a investigação, as quais ela chama de variáveis independentes para entender a relação entre certeza de algo, desse modo:

As reflexões sistemáticas sobre a teoria da ciência tiveram início com as afirmações ontológicas dos filósofos gregos no século IV a. C., isto é, afirmações sobre tudo o que existe. Relacionadas à reflexão [...] postulados principais: Certeza sensível [...]; certeza metódica [...] eles e o fenômeno pesquisado (Bortoni-Ricardo, 2008, p. 17-18).

Na proposta de entender o contexto pesquisado, os dados coletados foram catalogados de forma sistematizada conforme mencionado pela autora, isto é, para que as variáveis produzissem a relação entre o que foi analisado. Para Bortoni-Ricardo (2008) pontua-se sobre a fase de investigação, para que os registros fossem objetos de reflexão e análise, pois eles seriam transformados em dados, esclarece:

Na evolução do processo investigatório, as perguntas exploratórias estão sujeitas a revisão e modificações. [...] que precisa modificar suas perguntas exploratórias ou obter mais dados em relação a alguma dimensão do problema que está investigando, poderá fazê-lo, se lhe for possível retornar ao campo (Bortoni-Ricardo, 2008, p. 50-51).

Com base na pesquisa exploratória, conforme contextualiza Bortoni-Ricardo (2008), essa pesquisa procurou um diálogo prévio com a docente da tur-

ma, o que resultou para o dia e hora da entrevista combinados pela Plataforma *Google Meet*, e através de perguntas abertas.

A análise de conteúdo foi realizada com base na técnica de investigação proposta por Bardin (1977), que busca descrever de forma objetiva, sistemática e quantitativa o conteúdo manifesto da comunicação.

A entrevista foi gravada utilizando um celular e a plataforma *Google Meet*, e foram utilizadas técnicas de transcrição, tabulação e gráfico para a organização dos dados. Por fim, a análise categorial foi realizada com base nas respostas da entrevistada, utilizando categorias ‘a priori’.

A interpretação dos dados foi feita de forma metodológica durante a análise, seguindo os procedimentos propostos por Bardin (1977). Com base na análise de conteúdo, que pertencem a um conjunto de técnicas que possuem os seguintes objetivos: superação da incerteza e enriquecimento da leitura, neste estudo, foram subdivididas as seguintes etapas: pré-análise, exploração e tratamento dos dados coletados e tabulou-se da seguinte maneira:

Tabela 1 – Elementos que mais inferiram na entrevista

Código	Excertos	Índices
Educação Infantil	na Educação Infantil e entrei; Na Educação Infantil, trabalhamos; já trabalhamos na Educação Infantil; na Educação Infantil onde trabalho.	4
Aluno/alunos	aluno adentra; dos alunos.; preparamos os alunos para o 1º ano; alunos, por meio de projetos. Os alunos participam de teatro e ações comunitárias, não tenho conhecimento de atividades externas com os alunos; percebemos que os alunos não possuem esse entendimento;	7
Trabalhamos	trabalhamos mais; já trabalhamos na; trabalhamos por meio de; trabalhamos a horta; sim, trabalhamos sim, trabalhamos o eu e outro; trabalhamos com a Educação Física; e nós trabalhamos essas regras.	8
Criança/crianças	a criança ler; crianças já deveriam; ensinar a criança a ler; crianças com muita capacidade.	4

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A Tabela 1 exemplificou por meio da categorização das palavras mais utilizadas pela docente durante a entrevista, as quais foram: Educação infantil (4), Aluno/alunos (7), Trabalhamos (8) e Criança/crianças (4), e com base nesta análise, o item seguinte demonstrará por gráfico os percentuais indicadores e possíveis resultados avaliados.

Resultados/Discussão

A experiência docente em sala de aula, produz múltiplas aprendizagens. Nesse sentido, a proposta da compreensão avaliativa interdisciplinar em uma escola em Boa Vista/RR aponta estratégias para esta investigação. Posto isto, a docente que participou da entrevista, manteve-se em estreita concordância e disposta a colaborar com a discussão iniciada.

Para a entrevista, foi utilizada a Plataforma Virtual *Google Meet*, às 09:15h por meio de perguntas abertas, sob o link <https://meet.google.com/ufg-yqjd-kjm>, e com a utilização do gravador de voz do celular da entrevistadora para registro da conversa. Relata-se:

Entrevistadora: 1. Professora, qual sua formação inicial?

Prof.^a – Formada a um ano, na Faculdade UNIP, no Curso de Licenciatura em Pedagogia com ensino construtivista. [excerto da entrevista com a docente]

A docente iniciou sua fala fazendo referência à sua formação pela Universidade Paulista-UNIP, concluída a um ano em Licenciatura em Pedagogia e atualmente está realizando pós-graduação *Lato Sensu* em área da Inclusão.

Perrenoud (2000), ao tratar sobre a formação de professores fez referência ao docente para que administre a sua formação, exemplificando que ele deverá saber explicitar as próprias práticas, entre outras, saber acolher a formação dos colegas e participar dela. Na sequência foi realizada a segunda pergunta:

Entrevistadora: 2. A quanto tempo atua na escola em que está atualmente?

Prof.^a – Atuo a um ano, na Educação Infantil e entrei através de processo seletivo. [excerto da entrevista com a docente]

A sua experiência tem sido complementada na Educação Infantil quando iniciou suas atividades no 2º período da escola, participou de um processo seletivo e foi contratada. Conforme Perrenoud (2000, p. 168) o encontro em uma sala de aula permite uma ruptura com as evidências do senso comum e da consciência limpa, pois são realidades e subjetividades diferenciadas. Dando seguimento a entrevista foi realizada a terceira pergunta:

Entrevistadora: 3. Qual seu conhecimento sobre Avaliação?

Prof.^a – Eu tenho conhecimento dos tipos de avaliação que são formativas, diagnóstica e somativa. [excerto da entrevista com a docente]

Ela ressaltou que realizam Avaliação Diagnóstica assim que iniciam as aulas, sob constante observação aos alunos para que sejam percebidas individualidades e especificidades para algum caso que requeira uma atenção de acompanhamento futuro. Para Luckesi (1999, p. 30), a avaliação educacional em geral e a da aprendizagem em específico, contextualizada dentro dessas pedagogias, estiveram e estão instrumentalizadas pelo mesmo entendimento teórico-prático da sociedade. Na sequência a participante respondeu a quarta pergunta:

Entrevistadora: 4. Você poderia explicar como a escola pratica e/ou conduz o processo avaliativo com os alunos da Educação Infantil?

Prof.^a Na Educação Infantil, trabalhamos mais com a Avaliação Diagnóstica, fazemos observação e avaliamos suas particularidades, logo que o aluno adentra, é feito um diagnóstico por meio de Relatório. [excerto da entrevista com a docente]

A professora respondeu que o uso do Relatório para o processo de registro das particularidades desse aluno, são avaliadas posteriormente, por outros profissionais da equipe multidisciplinar. Conforme Luckesi (1999, p. 32), a avaliação educacional deverá manifestar-se como um mecanismo de diagnós-

tico da situação [...], tal fato, os constantes registros documentais por meio de Relatórios e demais instrumentos. A participante foi questionada com a quinta pergunta, onde se manifestou da seguinte forma:

Entrevistadora: 5. Qual o seu conhecimento sobre Interdisciplinaridade? Prof.^a - Já trabalhamos na Educação Infantil, trabalhamos por meio de vídeos e atividades que tomam como base na construção do aprendizado dos alunos. [excerto da entrevista com a docente]

A docente demonstrou conhecimento sobre o contexto interdisciplinar, contudo, não consegue explicar de que forma ele acontece na prática, e percebe que não executa mais essa questão porque a escola não permite certas ações que não estejam de acordo com regimento interno escolar.

Para Fazenda (2006) há distorções sobre a interdisciplinaridade, se confundem entre conceitos e a busca de novidades sem reflexão. Já Japiassu (2006) considera que a interdisciplinaridade deve ter ação e atitude, desse modo, integrar alunos, professores e demais atores do contexto escolar. Quando questionada na sexta pergunta a participante assim se manifestou:

Entrevistadora: 6. Qual a importância da interdisciplinaridade associada ao processo de avaliação?

Prof.^a – Trabalhamos a horta dentro da própria escola com os alunos, por meio de projetos. Os alunos participam de teatro e ações comunitárias, não tenho conhecimento de atividades externas com os alunos. [excerto da entrevista com a docente]

O entendimento da docente na proposta interdisciplinar está associado ao desenvolvimento dos alunos por meio de projetos, e nas datas já pontuadas pela organização da escola, além de peças teatrais e excursões em período de férias dos alunos. Nessa proposta de compreender a fala da professora, Perrenoud (2000), classifica como gênese de um projeto, isto é, é uma questão de representações partilhadas daquilo que os atores querem fazer juntos. Quando questionada na sétima pergunta obteve-se a seguinte resposta:

Entrevistadora: 7. Vocês trabalham seguindo a BNCC? Se sim, como vocês trabalham?

Prof.^a – Sim, trabalhamos sim, trabalhamos o eu e outro; no 2º período, preparamos os alunos para o 1º ano, trabalhamos com a Educação Física, os Movimentos, a Compreensão Humana, entender o outro, a compreensão do outro, pois as crianças são egoístas, e nós trabalhamos essas regras sociais e particularidades individuais, percebemos que os alunos não possuem esse entendimento vindo da educação de casa. [excerto da entrevista com a docente]

Para a docente, os desafios estão em proporcionar o entendimento da interdisciplinaridade como deveria ser. A falta de autonomia do docente em preparar as aulas torna dificultoso para realizar algo que não esteja proposto no Projeto Pedagógico da escola.

Para Fazenda (2006) pontua-se que haja interação entre as pessoas para que o trabalho interdisciplinar aconteça, a conexão de áreas interdisciplinares. Já quando questionada na oitava pergunta assim se manifestou:

Entrevistadora: 8. Como professora em processo de vivências e experiências a serem modificadas no processo educativo, quais seriam as suas propostas para a inter-relação avaliação e interdisciplinaridade nos moldes da perspectiva da BNCC para a Educação Infantil?

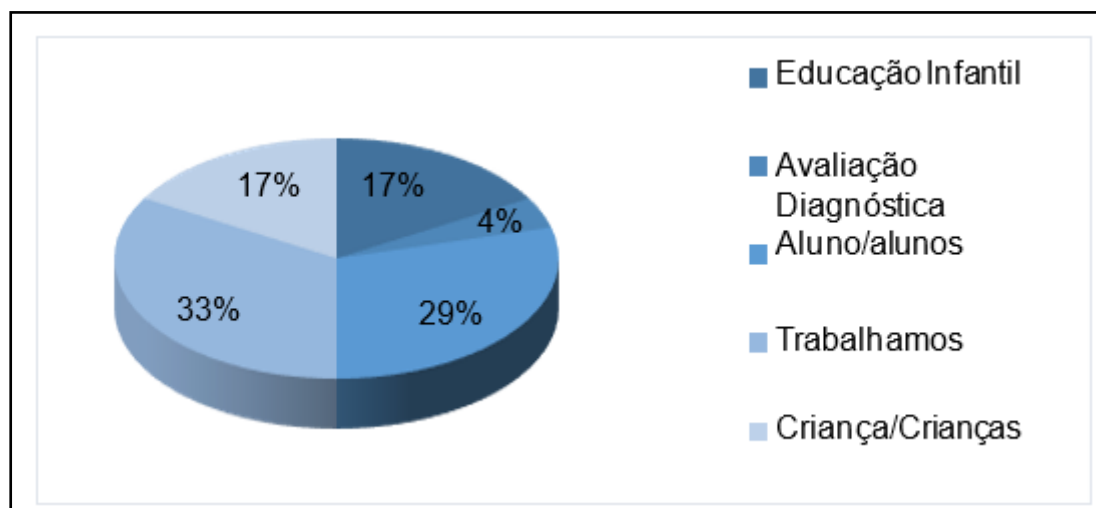
Prof.^a – Olha, eu... “ficou difícil agora” (suspiro), na Educação Infantil onde trabalho a gente poderia avançar, mas não é permitido a criança ler, pensando no ensino fundamental, pois é difícil a transição, as crianças já deveriam ser ensinadas a ler para ir para a outra série, para que eles não sentissem o impacto, na escola não pode ensinar a criança a ler e a gente percebe que tem crianças com muita capacidade de se evoluírem. [excerto da entrevista com a docente]

Para a docente, pensar em uma proposta educativa que torne o aluno que sai da educação infantil para os anos iniciais, é fundamental que eles já tivessem o conhecimento de escrita e leitura, pois há muitos alunos com capacidades e isso não causaria estranhamento para eles e os impactos não seriam tão complexos.

Luckesi (1999, p. 42), considera que para que a avaliação educacional escolar assuma o seu verdadeiro papel de instrumento dialético de diagnóstico para o crescimento, terá de situar e estar a serviço de uma pedagogia que esteja preocupada com a transformação social e não com a sua conservação.

A entrevista foi finalizada às 10:08h com duração de 22 minutos, agradecendo a participação e contribuição da docente para o reconhecimento do contexto avaliativo e interdisciplinar em uma escola em Boa Vista-RR. Para uma melhor compreensão da leitura dos resultados obtidos durante a pesquisa, demonstra-se através do gráfico 1.

Gráfico 1 – Resultado da Entrevista



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

O resultado da entrevista teve tratamento descritivo, a análise ocorreu através da súmula das respostas da entrevista com a docente do 2º período de uma escola de Boa Vista, desta forma, foi possível perceber que sua atuação enquanto professora da Educação Infantil corresponde a uma fase de amadurecimento, já que possui somente um ano como professora da Educação Infantil, e que durante a sua fala, discorreu sobre as palavras Educação Infantil, aluno/alunos, trabalhamos, criança/crianças, o que mereceu tratamento por análise diante da entrevista.

A professora da Educação Infantil, ao se referir a aluno/alunos por 7 vezes, demonstrando que recorre ao singular e plural ao ser questionada sobre os estudantes da escola, o que correspondeu ao percentual de 31% de seu envolvimento na tratabilidade dos alunos de sua série.

Ao se referir a aluno/alunos, usou o termo criança/crianças, demonstrando um tom sensível ao referir-se aos alunos do 2º período, o que correspondeu ao percentual de 17% com sua atuação escolar.

Ao tratar sobre o segmento Educação Infantil durante a entrevista, remeteu-se a repetir 4 vezes em frases soltas, demonstrando uma incerteza profissional para este trabalho ou insatisfação pessoal com sua atuação, como se faltasse lacunas a serem preenchidas, o que correspondeu a 17% do alinhamento em sua área.

Por fim, ao se referir à prática profissional, repetiu sucessivamente por 8 vezes, o verbo trabalhamos, demonstrando um senso de trabalho em equipe e respeito com os demais profissionais do cotidiano escolar em que atua, correspondendo ao percentual de 35% de envolvimento com seu campo de trabalho.

Considerações Finais

Nesta pesquisa, foi possível obter resposta para a problemática iniciada, percebeu-se que a docente entrevistada possui conhecimento sobre Avaliação e Interdisciplinaridade, e que maneja em suas práticas educativas em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular, no entanto, sua atuação é limitada em prática profissional, não podendo realizar além do planejamento já existente na escola, o que impede atuar frente à setores como Avaliação e Interdisciplinaridade com mais frequência em sala de aula.

Por fim, compreendeu-se que a experiência da docente, acompanha o contexto educacional nas práticas que se alinham e se entrecruzam em uma proposta de avaliação em cenário interdisciplinar, fato observado para a avaliação diagnóstica, de forma que seu conhecimento ainda que contemple o seu currículo profissional e formação, sente dificuldades em realizar mais ações que envolvam além das capacidades identificadas nos alunos e a sua.

Referências

ALVES, A. Interdisciplinaridade e matemática. In: Fazenda, I.C.A. (org). **O que é interdisciplinaridade?** 2. ed. São Paulo: Cortez. 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa Edições, 70, 225. Tradução: Gustavo Pessoa. 1977.

BORBA, Marcelo de Carvalho (org.). **Pesquisa em ensino e sala de aula: diferentes vozes em uma investigação**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular-BNCC. **Educação Infantil**. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso: 15 mai. 2023.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA**. Disponível:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm#:~:text=Disposi%C3%A7%C3%B5es%20Gerais,Art.,pessoas%20dependentes%20de%20subst%C3%A2ncias%20entorpecentes.&text=Art.,-20. Acesso: 15 mai. 2023.

FAZENDA, I. C.A. **Interdisciplinaridade: História, teoria e pesquisa**. 13. ed. São Paulo, Papirus. 2006.

GARCIA, L. A. M. (2007). **Transversalidade e interdisciplinaridade**. Disponível em: <<http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Artigos%20Diversos/garcia-transversalidade-print.pdf>>. Acesso em: 19 mai.2023.

GATTÁS, M. L. & FUREGATO, A. R. F. **A Interdisciplinaridade na Educação**. In: Rev. RENE. Fortaleza, v. 8, n. 1, p. 85-91, jan. /abr. 2007. Disponível em:<[file:///C:/Users/pgabrieladutra/Downloads/645-2362-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/pgabrieladutra/Downloads/645-2362-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 19 mai. 2023.

GOMERS, L. F. R.; ZOUAIN, A. C. S.; NUNES, K. R. SE NÃO SE SABE DE ANTEMÃO COMO ALGUÉM VAI APRENDER, COMO AVALIAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL? **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 339– 351, 2019. DOI:10.22478/ufpb.19831579.2019v12n2.40925. Disponível em:<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/ufpb.1983-1579.2019v12n2.40925>. Acesso em: 19 jun. 2023.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. Porto Alegre: Mediação, 1996.

JAPIASSU, Hilton. **O sonho transdisciplinar e as razões da filosofia**. Rio de Janeiro: Imago. 2016.

LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 9ª. Ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 15ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2000. 192 p.; 23 cm. ISBN 978-85-7307-637-0.

RODRIGUES. M. S. M. CARNEIRO, T. C. R. dos A. MENÊSES, P. R. R. **Um olhar reflexivo sobre o processo de acompanhamento na Educação Infantil**. REVISTA FACISA ON-LINE (ISSN 2238-8524). Vol. 10. N 2. P. 155-170. Ago. dez. de 2021. Barra do garças-MT. Revista Facisa. on-line.2021. Disponível:<https://periodicos.unicathedral.edu.br/index.php?journal=revistafacisa&page=article&op=view&path%5B%5D=697&path%5B%5D=537>. Acesso: 22 mai. 2023.

CAPÍTULO 22

A OPERAÇÃO BROTHER SAM REVISITADA

Carlos Enrique Musse Torres

Doi: 10.48209/978-65-5417-435-0

Resumo: Este trabalho tem como objetivo reexaminar a *Operação Brother Sam*, por meio da análise e do confronto de fontes primárias e secundárias, com o intuito de investigar e compreender, de forma crítica, os elementos que compuseram essa operação ultrassecreta, além das implicações políticas, estratégicas e militares a ela associadas. Para tanto, foi adotada uma metodologia qualitativa de caráter histórico-bibliográfico e documental, com consultas a autores como Parker (1977), Corrêa (1977), Fico (2008), Napolitano (2014), Gaspari (2014) e Kraensy e Petrilák (2017), entre outros. Foram também consultados arquivos virtuais de instituições como o *U.S. Department of State*, *Office of the Historian*, *JBK Presidential Library* e *National Security Agency Files*. A *Operação Brother Sam* foi concebida pelo governo dos Estados Unidos como uma operação militar com o intuito de apoiar o Golpe Militar de 1964. Ela consistiu em três componentes principais: uma força-tarefa naval, um comboio aéreo e uma frota de petroleiros. O sucesso do golpe, aliado à falta de reação popular, resultou no cancelamento da operação antes de sua chegada ao Brasil. Foi identificado um agente de ligação entre os golpistas e a Embaixada dos Estados Unidos. A operação permaneceu deliberadamente oculta pelo governo norte-americano até a desclassificação de documentos na década de 1970, sendo que novos documentos foram desclassificados para este estudo.

Palavras-chave: *Operação Brother Sam*. Exercício *Quick Kick*. Golpe de 1964. Goulart.

Abstract: This work aims to reexamine the *Brother Sam Operation* by analyzing and contrasting primary and secondary sources, with the goal of investigating and critically understanding the elements that composed this top-secret operation, as well as the political, strategic, and military implications associated with it. To this end, a qualitative methodology of a historical-bibliographical and documentary nature was adopted, with consultations to authors such as Parker (1977), Corrêa (1977), Fico (2008), Napolitano (2014), Gaspari (2014), and Kraensy and Petrilák (2017), among others. Virtual archives from institutions such as the U.S. Department of State, Office of the Historian, JBJ Presidential Library, and National Security Agency Files were also consulted. *Operation Brother Sam* was conceived by the United States government as a military operation with the aim of supporting the 1964 Military Coup. It consisted of three main components: a naval task force, an aerial convoy, and a fleet of tankers. The success of the coup, combined with the lack of popular reaction, led to the cancellation of the operation before its arrival in Brazil. A liaison agent between the coup plotters and the U.S. Embassy was identified. The operation remained deliberately hidden by the U.S. government until the declassification of documents in the 1970s, with new documents having been declassified for this study.

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo reexaminar la *Operación Brother Sam*, mediante el análisis y la confrontación de fuentes primarias y secundarias, con el fin de investigar y comprender de forma crítica los elementos que conformaron esta operación ultrasecreta, así como las implicaciones políticas, estratégicas y militares asociadas a ella. Para ello, se adoptó una metodología cualitativa de carácter histórico-bibliográfico y documental, con consultas a autores como Parker (1977), Corrêa (1977), Fico (2008), Napolitano (2014), Gaspari (2014) y Kraensy y Petrilák (2017), entre otros. También se consultaron archivos virtuales de instituciones como el *U.S. Department of State*, *Office of the Historian*, *JBJ Presidential Library* y *National Security Agency Files*. La *Operación Brother Sam* fue concebida como una operación militar por el gobierno de los Estados Unidos con el objetivo de apoyar el Golpe Militar de 1964. Consistió en tres componentes principales: una fuerza de tarea naval, un convoy aéreo y una flota de petroleros. El éxito del golpe, combinado con la falta de reacción popular, resultó en la cancelación de la operación antes de su llegada a Brasil. Se identificó a un agente de enlace entre los golpistas y la Embajada de Estados Unidos. La operación permaneció deliberadamente oculta por el gobierno norteamericano hasta la desclasificación de documentos en la década de 1970, siendo que nuevos documentos fueron desclasificados para este estudio.

Introdução

Na noite de 31 de março de 1964, o general Olímpio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar em Juiz de Fora (MG), ordenou a mobilização de tropas e tanques rumo ao Rio de Janeiro. Outros generais aderiram à rebelião, desencadeando o golpe militar contra o governo do presidente João Goulart.

Paralelamente, o governo dos Estados Unidos aprovou o envio de uma força-tarefa liderada pelo porta-aviões *USS Forrestal* para fornecer apoio logístico aos golpistas brasileiros, resultando na *Operação Brother Sam*, cuja existência foi negada por Washington até a desclassificação de documentos secretos na década de 1970.

O objetivo desta pesquisa é analisar as particularidades da *Operação Brother Sam*, examinando sua cronologia e suas implicações políticas, estratégicas e militares. Para isso, busca-se explorar documentos recém-desclassificados ou passíveis de desclassificação, além de examinar o contexto político e internacional de sua concepção e a participação de brasileiros no planejamento e/ou execução da operação.

Este estudo é relevante devido à importância histórica da *Operação Brother Sam*, tema de diversas interpretações na historiografia brasileira, e busca contribuir para o avanço acadêmico por meio da análise e desclassificação contínua de documentos secretos.

A metodologia adotada neste estudo foi de caráter qualitativo, com uma abordagem histórico-bibliográfica e documental em fontes primárias e secundárias. Foram consultadas obras de estudiosos, como Parker (1977), Corrêa (1977), Fico (2008), Napolitano (2014), Gaspari (2014) e Kraensy e Petrilák (2017), entre outros, além de arquivos online de instituições como o *U.S. Department of State*, *Office of the Historian*, *JBJ Presidential Library*, *Brown University Library* e *National Security Agency Files*.

A pesquisa também incluiu pedidos de desclassificação de documentos, com base no *Freedom of Information Act (FOIA)*, direcionados à CIA, ao *U.S. Southern Command* e ao *Naval History and Heritage Command (NHHC)*. Como resultado, foram obtidos o *Relatório Anual* do USS *Forrestal* e seu *Diário de Bordo*, que detalham as operações e forças-tarefas das quais a unidade fez parte ao longo do ano.

Parker foi pioneira ao pesquisar a *Operação Brother Sam* em sua dissertação de mestrado em História pela Universidade do Texas, Austin, sendo a primeira a acessar os documentos desclassificados na década de 1970. Marcos Sá Corrêa também obteve acesso a fontes primárias e publicou uma série de reportagens reunidas posteriormente em um livro. Carlos Fico acrescentou novos detalhes à operação, incluindo o *Contingency Plan for Brazil 2-61*. Já em 2017, Kraensy e Petrilák publicaram documentos do StB (Serviço de Inteligência da Checoslováquia) sobre o golpe, traduzidos para o português.

Para contextualizar o tema, a pesquisa realiza um corte temporal que se inicia com a renúncia de Jânio Quadros e se estende até a chegada de João Goulart ao Uruguai.

Contexto Histórico

João Goulart, então vice-presidente de Jânio Quadros, estava em missão comercial na República Popular da China quando, em 25 de agosto de 1961, Quadros renunciou repentinamente à Presidência. Os ministros militares, temendo a posse de Goulart, tomaram medidas para impedir seu retorno ao Brasil, acusando-o de vínculos com “agentes do comunismo internacional” e ameaçando prendê-lo caso retornasse (PARKER, 1977, p. 20; NAPOLITANO, 2014). Nesse cenário, Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul e cunhado de Goulart, liderou uma resistência, colocando o III Exército à disposição da causa e entrincheirando-se no Palácio Piratini em 31 de agosto de 1961. Houve mobilização popular e apoio militar em São Paulo e no Rio Grande do Sul, além da adesão do governador de Goiás (NAPOLITANO, 2014, p. 33-34).

Os acontecimentos de 1961 são cruciais para entender por que, em 1964, o embaixador dos Estados Unidos, o Departamento de Estado e a CIA consideraram a possibilidade de uma guerra civil no Brasil.

A crise foi resolvida com a aprovação, pelo Congresso Nacional, de uma emenda constitucional que instaurou o parlamentarismo, permitindo a posse de Goulart em 7 de setembro de 1961, mas transferindo o poder executivo a um primeiro-ministro, em um “golpe civil para evitar um golpe militar” (NAPOLITANO, 2014, p. 35).

No mês seguinte, o presidente John F. Kennedy nomeou Lincoln Gordon como novo embaixador dos Estados Unidos no Brasil. Para entender sua perspectiva sobre o mundo bipolar de 1964, é relevante considerar que Gordon viveu durante a Segunda Guerra Mundial, o nazismo e o início da Guerra Fria. Skidmore, citado por Green e Jones (2018, p. 72), observa: “Lincoln Gordon era realmente um produto da Guerra Fria, e sua missão era, como ele mesmo afirmou, garantir que o Brasil não se tornasse comunista.”

Segundo Parker (1977, p. 26), no final de 1961 ou início de 1962, Gordon se reuniu com o almirante Sílvio Heck, ex-ministro da Marinha de Jânio Quadros, que se opusera ao retorno de Goulart. Heck afirmou que Goulart era comunista e que civis e militares estavam organizando um golpe. Contudo, após consultar seus adidos militares e a seção da CIA na Embaixada, Gordon concluiu que as alegações eram infundadas.

Em abril de 1962, durante a visita de João Goulart aos Estados Unidos, o presidente Kennedy passou a vê-lo como um líder de esquerda buscando alianças comunistas, agravado pela expropriação da *International Telephone & Telegraph* (ITT) por Leonel Brizola e pela revelação de que o secretário de imprensa de Goulart, Raul Francisco Ryff, era membro do Partido Comunista desde 1932 (PARKER, 1977, p. 33-34). Goulart foi confrontado por Washington sobre uma suposta infiltração esquerdista no Brasil (PARKER, 1977, p. 39).

Simultaneamente, uma guerra psicológica se desenrolava no país, visando desestabilizar o governo de Goulart. A CIA financiava partidos opositores desde outubro de 1961, e, de acordo com Spektor (2018, p. 7), entre US\$ 5 e US\$ 20 milhões foram gastos em 1962. O programa *Alliance for Progress* foi usado para apoiar candidatos de oposição, especialmente no Nordeste. Além disso, conforme Fico (2008, p. 79-81), em 1963, o *United States Information Service* (USIS) investiu na publicação de livros para militares e na distribuição de panfletos anticomunistas, além de programas de TV, mídia impressa, e exibições de filmes em quartéis, escolas militares e navios. Apenas em 1963, 1.706 exibições de documentários e noticiários anticomunistas foram feitas para cerca de 180 mil militares no Rio de Janeiro.

Como parte da estratégia de propaganda dos Estados Unidos, foram oferecidos os *leader grants*, que consistiam em viagens gratuitas para autoridades, como senadores, deputados federais e estaduais, governadores, jornalistas, entre outros. Também foram financiadas viagens aos Estados Unidos para grupos de estudantes, professores e reitores de universidades. Ademais, a *United States Information Service* (USIS) organizou um programa de sessões de discussão com lideranças estudantis, alcançando 5 mil participantes de 22 universidades (PARKER, 1977, p. 83).

Por outro lado, a União Soviética, através da StB (*Státní bezpečnost*), *Serviço de Inteligência Tchecoslovaco*, atuava desde a década de 1950 a partir da *rezidentura* da Embaixada Tchecoslovaca no Rio de Janeiro. A StB contava com colaboradores importantes entre políticos e membros de organizações, como Luís Carlos Prestes, líder do Partido Comunista do Brasil, e as Ligas Camponesas. Em 1962, a StB também facilitou o treinamento de grupos armados dessas organizações em Cuba (PETRILÁK e KRAENSKI, 2017, p. 240).

Nos meses seguintes, o embaixador Lincoln Gordon e o adido militar da Embaixada dos Estados Unidos, coronel Vernon Walters, realizaram reuniões com líderes políticos, empresariais e militares para avaliar as opiniões sobre o

governo de Goulart. Constatou-se que vários grupos discutiam a possibilidade de um golpe de Estado. Assim, se Washington quisesse a queda de Goulart, não precisaria de intervenção direta; bastaria apoiar um levante interno. Entre os principais conspiradores estava o General Castelo Branco, ex-companheiro de Walters na campanha da Itália em 1942, durante a II Guerra Mundial.

Em 22 de outubro de 1962, o presidente Kennedy revelou a descoberta de instalações soviéticas de mísseis em Cuba, o que provocou um confronto iminente entre os dois blocos, colocando o mundo à beira de uma guerra nuclear. Esse contexto de tensão com a União Soviética ajuda a entender a lógica dos Estados Unidos ao enviar meses depois uma força-tarefa naval ao Brasil. Em plena Guerra Fria, Washington temia o envolvimento da União Soviética, da China ou de Cuba em apoio a Goulart. Nesse cenário, qualquer ação era justificada para evitar que o Brasil se tornasse comunista. Esse risco foi considerado no *Contingency Plan for Brazil 2-61*, elaborado em cooperação com Gordon, sob a gestão de Kennedy. No *Country Internal Defense Plan*, elaborado pela Embaixada dos Estados Unidos, estimava-se que o Partido Comunista Brasileiro contava com entre 30 e 50 mil membros (FICO, 2008, p. 87; Anexo I, p. 7; Anexo II, p. 4).

Entrementes, as ações da StB continuaram avançando, e, em 26 de março de 1963, a Frente Nacional de Apoio a Cuba (FNAC) realizou o Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, em Niterói, com mais de 2 mil delegados. Essa operação foi coordenada pela StB, conforme pesquisas de Petrilák e Kraenski (2017, p. 242)

Simultaneamente, a situação econômica no Brasil se deteriorava, apesar das tentativas de recuperação com o Plano Trienal, com um PIB abaixo de 0,6% e inflação de quase 80% ao ano (BASTIAN, 2013). Politicamente, em 12 de setembro de 1963, ocorreu a *Revolta dos Sargentos*, quando cerca de 600 militares da Marinha e Aeronáutica se amotinaram em Brasília, tomaram o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF). O presidente da Câ-

mara e um ministro do STF foram sequestrados em protesto contra a recusa do STF à posse dos militares eleitos nas eleições de 1962 para cargos legislativos. Além disso, em outubro, Goulart tentou decretar o Estado de Sítio, mas essa ação foi vista como uma tentativa de golpe no estilo Vargas (NAPOLITANO, 2014, p. 41-42; LAMARÃO, 2020).

Em novembro de 1963, o presidente John F. Kennedy foi assassinado e sucedido por seu vice, Lyndon B. Johnson, que manteve as mesmas preocupações com a influência comunista no Brasil. Petrílák E Kraenski (2017, p. 339), relatam que no início de 1964, registros desclassificados da StB indicam a presença de 15 agentes operacionais baseados na rezidentura da Embaixada Tchecoslovaca no Rio de Janeiro.

Em 13 de março de 1964, ocorreu o *Comício das Reformas* na Central do Brasil, reunindo cerca de 150 mil pessoas. Leonel Brizola, inicialmente, propôs o fechamento do Congresso Nacional para convocar uma Assembleia Constituinte, com a criação de um novo Congresso popular, composto por trabalhadores, camponeses, sargentos e oficiais nacionalistas. João Goulart, então, apresentou suas reformas de base – agrária, bancária, administrativa, universitária e eleitoral – e defendeu o direito ao voto para analfabetos e militares de patentes inferiores. Goulart também assinou decretos para expropriar todas as refinarias privadas, transferindo-as para o controle da Petrobras, além de outro decreto para expropriar terras não utilizadas ao longo de rodovias, ferrovias e projetos hidráulicos federais, e estabelecer um limite nos aluguéis.

Após o Comício das Reformas, considerado subversivo e pró-comunista, as manifestações antigovernamentais se intensificaram, com exigências de *impeachment* do presidente João Goulart (PARKER, 1977, p. 86). Uma das maiores manifestações ocorreu em 19 de março, Dia de São José, padroeiro da família, e ficou marcada pela *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, que reuniu cerca de 500 mil pessoas. A marcha foi organizada pela União Cívica Feminina e por mais de 100 entidades civis (NAPOLITANO, 2014, p. 56).

Em 26 de março de 1964, ocorreu a *Revolta dos Marinheiros*, quando a Associação de Marinheiros e Fuzileiros se reuniu no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro para reivindicar melhores condições e apoio às reformas de base. Em resposta, João Goulart concedeu anistia aos revoltosos, o que foi visto como desrespeito à disciplina militar pela oficialidade (LAMARÃO, 2020).

Em face à crise, em 27 de março¹, o embaixador Lincoln Gordon enviou um telegrama ultrassecreto de várias páginas ao Departamento de Estado, analisando a situação política no Brasil (*U.S. DOS, document # 187, 1964*). No documento de 18 pontos, Gordon afirmava que João Goulart estava promovendo uma campanha para dar um golpe, com apoio do Partido Comunista do Brasil. Ele acusava Goulart de adotar táticas como greves, manifestações, violência rural, abuso do poder financeiro federal e censura à imprensa. O objetivo seria desestabilizar a Constituição e o Congresso para convocar uma nova Assembleia Constituinte. Gordon apontava que as opções eram um golpe comunista ou um golpe de direita.

Gordon informou a Washington que o General Castello Branco liderava um grupo de resistência, composto por oficiais de alta patente e civis e militares de diferentes regiões do Brasil. De acordo com o embaixador, Castello Branco preferia agir apenas em caso de violação constitucional e aguardava um respaldo político, como uma declaração de governadores que se reconhecessem como o governo legítimo, com apoio do Congresso. Gordon acreditava que Goulart, sob pressão militar, poderia renunciar ou fugir, ou, se resistisse, poderia tentar um movimento revolucionário popular, o que geraria uma possível guerra civil, dada a divisão nas forças armadas.

O embaixador via a situação no Brasil como potencialmente catastrófica, comparando-a à Revolução Chinesa dos anos 1960. Ele e seus conselheiros acreditavam que os Estados Unidos deveriam apoiar um golpe iminente. Para

¹ No documento original aparece a data 27/03/1964, entanto na transcrição feita pela *Office of the Historian* se consigna a data 28/03/1964

isso, sugeriram o envio de petróleo, óleo e lubrificantes (POL) para evitar um boicote ao fornecimento de petróleo, o que limitaria as opções das forças armadas, e também propuseram o envio clandestino de armas por submarino para os rebeldes (Ibid.):

[...]13. Given the absolute uncertainty of timing of a possible trigger incident (which could occur tomorrow or any other day); we recommend (a) that measures be taken soonest to prepare for a clandestine delivery of arms of non-US origin, to be made available to Castello Branco supporters in Sao Paulo as soon as requirements known and arrangements can be worked out. Best delivery means now apparent to us is unmarked submarine to be off-loaded at night in isolated shore spots in state of Sao Paulo south of Santos, probably near Iguape or Gananeia. (b) This should be accompanied by POL availabilities (bulk, packaged, or both may be required), also avoiding USG identification, with deliveries to await outbreak active hostilities [...].

([...])13. Dada a absoluta incerteza do momento de um possível incidente desencadeador (que pode ocorrer amanhã ou qualquer outro dia); recomendamos (a) que medidas sejam tomadas o mais rápido para preparar uma entrega clandestina de armas de origem não americana, a serem disponibilizadas aos apoiadores do Castello Branco em São Paulo assim que os requerimentos forem conhecidos e as coordenações puderem ser feitas. O melhor meio de entrega aparentemente para nós é um submarino não identificado para ser descarregado à noite em pontos costeiros isolados no estado de São Paulo ao sul de Santos, provavelmente perto de Iguape ou Gananeia. (b) Isso deve ser acompanhado da disponibilidade de POL (a granel, embalado, ou ambos podem ser necessários), também evitando a identificação do USG, com entregas em espera até o início de hostilidades [...], tradução nossa).

Por fim, Gordon propôs que os Estados Unidos considerassem uma ação em resposta a um eventual apoio soviético aos comunistas no Brasil e sugeriu o envio de uma força-tarefa naval para realizar manobras no Atlântico Sul, conforme previsto no *Contingency Plan for Brazil 2-61*, elaborado previamente e atualizado em 9 de março desse ano. O Departamento de Estado questionou inicialmente o envio de armas por submarino e a força-tarefa; no entanto, considerou apropriada a solicitação de POL (petróleo, óleo e lubrificantes), com o objetivo de garantir que o exército pudesse marchar de São Paulo ao Rio de Janeiro. Dois dias depois, a aprovação para o envio da força-tarefa naval foi con-

cedida (*U.S. DOS, document #190*, 1964). O general-de-brigada José Pinheiro de Ulhoa Cintra, confiável a Castello Branco, foi designado para coordenar as ações no Brasil com o coronel Vernon Walters (*Ibid.*, *document #192*).

Com a crise *in crescendo*, Juscelino Kubitschek visitou o general Jair Dantas Ribeiro, ministro da Guerra, no hospital, em 29 de março. Durante a conversa, que foi gravada pela CIA, Kubitschek afirmou que Goulart havia cedido completamente aos esquerdistas e comunistas (CORRÊA, 1977, p. 60) retirando seu apoio ao presidente.

No dia seguinte, 30 de março, Goulart fez seu último discurso como presidente durante um comício da Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar no Rio de Janeiro, defendendo suas reformas de base e pedindo respeito à hierarquia militar. Na mesma noite, o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, divulgou um manifesto contra o regime de Goulart. (NAPOLITANO, 2014, p. 58).

A embaixada dos Estados Unidos estava em alerta 24 horas por dia. A CIA informou que o fornecimento de petróleo poderia ser um problema, uma vez que os comunistas controlavam os portos e as ferrovias, com exceção das rodovias. Destacava-se, ainda, que as reservas de petróleo estavam sendo mantidas no mínimo necessário para o consumo diário. O general Walters informou que o golpe seria executado naquela semana. Walters também relatou que o general Kruel se recusaria a entregar o comando do Segundo Exército caso fosse afastado, e que, se Castelo Branco fosse removido do Estado-Maior do Exército, ele faria uma denúncia à nação (*U.S. DOS, document #192*, 1964).

Com base nas informações recebidas, às 21h35, o secretário de Estado, Dean Rusk, telefonou ao presidente Lyndon Johnson, informando que o golpe poderia ocorrer nas próximas horas ou dias (*Ibid.*, *#193*). No dia seguinte, às 9h, Gordon relatou a Washington: “*Balloon has gone up*” in Minas Gerais and that revolt against Goulart government expected to start in São Paulo in about two hours. (“A bola rolou” em Minas Gerais e a revolta contra o governo

Goulart deveria começar em São Paulo dentro de aproximadamente duas horas, tradução nossa). Uma hora depois, a CIA confirmou que o movimento revolucionário havia começado, com o general Mourão à frente (Ibid., #195).

Naquele momento, realizou-se uma reunião entre o secretário de Estado, Dean Rusk, o secretário de Defesa, Robert McNamara, os Chefes do Estado-Maior Conjunto (*Joint Chiefs of Staff*), o comandante-chefe das Forças do Sul (CINCSO), o diretor da CIA, entre outros altos funcionários. Durante o encontro, foi decidido o envio da força-tarefa naval, bem como de armas, gás lacrimogêneo e POL (petróleo, óleo e lubrificantes) para o Brasil (PARKER, 1977, p. 103).

Os generais conspiradores planejavam iniciar o levantamento a partir de São Paulo, mas os generais Carlos Luiz Guedes e Olímpio Mourão Filho, com suas tropas em Minas Gerais, iniciaram a *Operação Popeye* na manhã de 31 de março, marchando rumo ao Rio de Janeiro. A ação surpreendeu o general Castello Branco, pois os planos do golpe ainda não estavam totalmente finalizados. No entanto, a iniciativa de Minas Gerais fez com que outros generais se unissem à causa ao longo do dia. Guedes queria começar no dia 30, por ser o último dia de lua cheia, temendo que a lua minguante prejudicasse os resultados, mas Mourão Filho autorizou a ação somente no dia seguinte.

Naquele dia, o *Jornal do Brasil* (1/4/1964, p. 1) noticiou que uma greve geral havia sido deflagrada pelo Comando Geral dos Trabalhadores em apoio a Goulart, resultando na paralisação dos trens da Central do Brasil, do porto de Santos e dos bondes da Guanabara. Fico (Ibid., p. 104) menciona que mil trabalhadores chegaram ao Teatro Nacional esperando receber armas, mas isso não ocorreu.

À tarde, o presidente Goulart viajou para Brasília e, na mesma noite, seguiu para o Rio Grande do Sul, afirmando que de lá lideraria a resistência. Na madrugada de 1º de abril, o presidente do Congresso declarou a presidência da República vaga, de forma unilateral e sem votação dos parlamentares, e Ranieri

Mazzilli foi nomeado presidente do Brasil, investido no cargo pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, também sem votação da Corte.

Nas horas seguintes, a revolução não encontrou grande resistência por parte da população. As manifestações se dispersaram, e a resistência prometida no Rio Grande do Sul não se concretizou. Dessa forma, o embaixador informou à Casa Branca que o golpe fora bem-sucedido e a *Operação Brother Sam* foi abortada.

No dia seguinte, 2 de abril, ocorreu uma marcha de comemoração organizada pelo grupo *Marcha da Família com Deus e a Liberdade*, que reuniu cerca de um milhão de pessoas, conforme Lamarão (2020).

No entanto, o golpe foi uma surpresa para os agentes da *rezidentura* da StB, que não conseguiam entender como a resistência ao golpe não se materializara, apesar da grande quantidade de pessoal disponível para lutar, cujos líderes juravam lealdade a Goulart. Em um relatório ultrassecreto enviado à Central da StB em Praga, atribuíam-se a deficiência de informações sobre o golpe à falta de uma rede de agentes e de contatos entre civis e militares de direita. Enquanto os americanos coordenavam diretamente com os conspiradores, a inteligência sobre as atividades da direita brasileira era obtida através de políticos governistas.

Sobre o sucesso do golpe, o relatório da StB comenta:

Praticamente sem nenhum disparo (...), sem qualquer tipo de manifestação da vontade do povo, Goulart, juntamente com toda a esquerda brasileira, foi nocauteado em um prazo de 24 horas. Igualmente rápidos e surpreendentes foram o contra-ataque, as perseguições e a liquidação de tudo o que era, pelo menos, levemente esquerdista (...) (PETRILÁK e KRAENSKI, 2017 p. 348).

Ademais, o documento critica a esquerda brasileira e a atitude de Goulart, que hesitou em vez de dar uma ordem imediata para a luta, convocar um levante nacional e armar os trabalhadores. “Em vez de irem à luta, os trabalhadores jogavam bola, pensando que Goulart resolveria tudo por eles.” (Ibid., p. 348).

A Operação Brother Sam

A operação foi designada com o codinome *Brother Sam*, embora tenha sido mascarada sob a aparência de um exercício naval com o codinome *Quick Kick*² (PARKER, 1977, p. 115). Ela consistia em três componentes principais: o primeiro envolvia o envio de uma força-tarefa naval; o segundo, o transporte de produtos derivados de petróleo (POL) por navios petroleiros; e o terceiro, o envio de armamento por via aérea. Importante destacar que não estava prevista a realização de qualquer desembarque anfíbio.

É fundamental não confundir o *Contingency Plan for Brazil 2-61* com a *Operação Brother Sam*. O primeiro era um plano abrangente, contemplando diversos cenários, incluindo a possibilidade de uma intervenção militar em resposta à presença de forças soviéticas ou cubanas no Brasil. Já a *Operação Brother Sam* foi especificamente originada pela ordem de operação CINCLANTFLT 26-64, emitida pelo *Joint Chiefs of Staff* em 31 de março, às 22h50 (horário de Brasília).

O objetivo central da missão era “manter a presença norte-americana na região e executar as operações que viessem a ser determinadas”, sendo que a rota do deslocamento deveria permanecer em sigilo (CORRÊA, 1964, p. 29).

Imagem 1: USS Forrestal (CVA-59)



Fonte: Navsource.org

² No verbete do USS Leahy (DLG-16/CG-16) do *Naval History and Heritage Command*, registra-se a participação do navio no exercício “*Quick Quick V*” do 1 a 10 de abril de 1964.

Foi ordenado ao comandante da frota que formasse, designasse e distribuisse na área oceânica de Santos uma força-tarefa composta pelo porta-aviões *USS Forrestal* (CVA-59) e dois destróieres de mísseis guiados, o *USS Leahy* (DLG-16) e o *USS Barney* (DDG-6). A partida ocorreu da base naval de Norfolk, Virgínia, por volta do dia 1º de abril, às 12h00, horário do Rio de Janeiro, com chegada prevista para o dia 11 de abril. Além disso, ordenava-se o envio de um grupo de apoio, composto pelo navio tanque *USS Truckee* (AO-147) e pelos destróieres *USS Ware* (DD-865), *USS Sumner* (DD-692), *USS Harwood* (DD-861) e *USS Lawe* (DD-763), com chegada estimada para o dia 14 de abril (Ibid., p. 30-34).

Também foi ordenado que fossem preparadas para envio 250 carabinas calibre 12, 110 toneladas de munição para armas leves e gás lacrimogêneo. A Força Aérea dos Estados Unidos deveria garantir uma ponte aérea entre os Estados Unidos e o Brasil, elaborando para tanto o plano tático necessário e posicionando as aeronaves na Base Aérea McGuire, em New Jersey, até o dia 1º de abril. A flotilha de aviões seria composta por seis aeronaves C-135, oito caças, até oito aviões de reabastecimento, um avião de apoio de socorro aéreo, um avião de comunicações e um posto de comando aerotransportado.

Foi comunicado ao embaixador dos Estados Unidos a iminente movimentação da força-tarefa, embora o envio de armas, munição e gás dependesse do desenvolvimento da situação político-militar no Brasil (Ibid., p. 39; *U.S. DOS, document #198, 1964*).

Cabe ressaltar que algumas publicações apresentam variações nas informações, como evidenciado em Spektor (2018, p. 11):

At 1:30 p.m. on March 31, only a few hours after the coup had begun, a fleet led by the aircraft carrier USS Forrestal, transporting more than 100 tons of arms and ammunition and including four tankers with half a million barrels of fuel, left Aruba in Puerto Rico bound for Santos, with an expected arrival date of April 11[...] Secretary of Defense Robert McNamara was ready to ship additional arms and ammunition within sixteen hours, but there was no need because the threat of civil war never materialized.

(Às 13h30 do dia 31 de março, apenas poucas horas após o início do golpe, uma frota liderada pelo porta-aviões USS Forrestal, transportando mais de 100 toneladas de armas e munições e incluindo quatro petroleiros com meia milhão de barris de combustível, deixou Aruba, em Porto Rico, com destino a Santos, com chegada prevista para o dia 11 de abril. (...) O Secretário de Defesa Robert McNamara estava preparado para enviar armas e munições adicionais dentro de dezesseis horas, mas isso não se fez necessário, pois a ameaça de guerra civil nunca se concretizou (tradução nossa).

De acordo com as fontes primárias, como os telegramas analisados, é possível confirmar que a força-tarefa naval não transportava armas nem munições para os rebeldes, essa missão era da Força Aérea.

Além disso, foi ordenado o envio de POL (petróleo, óleo e lubrificantes), utilizando quatro petroleiros: *USNS Mission Santa Ynez*³ (T-AOT-134), *USNS Chepachet* (T-AOT-78), *SS Hampton Roads* e *SS Nash Bulk*. Até o dia 2 de abril, apenas o *USNS Mission Santa Ynez* estava no porto de Aruba, carregado com 40 milhões de barris de gasolina comum, 33 milhões de barris de petróleo diesel, 16 milhões de barris de gasolina de aviação 115/145 e 20 milhões de barris de querosene. O tempo estimado de chegada do navio à região do Rio de Janeiro estava previsto para entre os dias 10 e 11 de abril.

Na data mencionada, o *USNS Chepachet* chegou a Aruba para carregar 35 milhões de barris de JP-4, 40 milhões de barris de gasolina comum e 33 milhões de barris de gasolina de aviação 115/145. Estava previsto para zarpar no dia 4 de abril, com chegada estimada entre os dias 14 e 15 de abril. Em seguida, no dia 4 de abril, o *SS Hampton Roads* deveria chegar para carregar entre 130 e 150 milhões de barris de JP-4, com partida prevista para aproximadamente o dia 6 de abril e chegada ao destino entre os dias 14 e 15 do mesmo mês. Finalmente, o *SS Nash Bulk* chegaria a Aruba no dia 5 de abril para carregar 70 milhões de barris de JP-4, 56 milhões de barris de gasolina comum e 39 milhões de barris de gasolina de aviação 115/145. Este navio

3 Nos telegramas secretos se menciona somente o *USNS Santa Inez*; porém, não aparece nos registros nenhum navio com esse nome, só foi encontrado nos registros da *U.S. Navy* o *USNS Mission Santa Ynez*.

poderia zarpar no dia 7 de abril, com chegada prevista à região do Rio de Janeiro entre os dias 15 e 16 de abril.

Não foram designados os portos de chegada nem as estações receptoras, sendo apenas dada a ordem para que a frota navegasse em direção ao Rio de Janeiro. O *USNS Mission Santa Ynez* deveria seguir para Montevideu, mas novas instruções sobre seu destino final seriam enviadas posteriormente. Todos os petroleiros estavam sob ordens de navegar em sigilo.

Em 2 de abril, o Secretário de Defesa Robert McNamara confirmou ao presidente dos Estados Unidos que a força-tarefa havia zarpado e que as armas estavam sendo preparadas em New Jersey para envio, caso finalmente fosse autorizado (*U.S. DOS, documents #202/203*, 1964).

Naquele dia, ocorreu uma teleconferência entre a embaixada dos Estados Unidos no Brasil e o Departamento de Estado, com o objetivo de analisar a situação política local. Durante a conferência, o embaixador sugeriu que a Operação fosse abortada, sem que os navios entrassem em águas brasileiras ou que qualquer informação sobre seu envio fosse divulgada. No entanto, ele recomendou que os navios tanque continuassem sua travessia, considerando a possibilidade de um boicote às refinarias da Petrobras.

Posteriormente, em reunião do Conselho Nacional de Segurança, o secretário de Estado Dean Rusk opinou que a força-tarefa continuasse até novas informações sobre a situação fossem recebidas. O secretário de Defesa, Robert McNamara, concordou com essa avaliação e informou que os navios estavam navegando perto de Antigua (*Ibid.*, #205/206).

Com o rápido desenvolvimento dos acontecimentos a favor dos golpistas, o envio de carabinas e munições foi cancelado naquele mesmo dia. As armas e munições foram armazenadas nas bases de Ramey (Porto Rico) e McGuire (Nova Jersey), respectivamente. Pouco depois, toda a operação foi abortada.

Cabe esclarecer que, embora a ordem de operação CINCLANTFLT 24-26, datada de 31 de março, mencione a *Operação Brother Sam* e identifique

todas as unidades navais que compunham a força-tarefa, no *Deck Log Book* (Diário de Bordo) do *USS Forrestal* (CVA-59), sob o comando do CMG M. J. Hanley Jr., não há referência a nenhuma das operações, nem à *Brother Sam* nem à *Quick Kick V*. Contudo, no dia 1º de abril, o diário registra que o *USS Forrestal* zarpou acompanhado pelo *USS Barney* (DDG-6), e que o *USS Forrestal* assumiu o comando tático desta unidade.

No dia 2 de abril, o *USS Forrestal* (CVA-59) é registrado navegando junto com o *USS Barney* (DDG-6) rumo às coordenadas 17°N 60°W. Essas coordenadas indicam uma área oceânica situada entre as ilhas de Antígua e Barbuda e a ilha de Guadalupe (GOOGLE EARTH, 2022).⁴

Wed. 1 April 1964 (...)

Passed Cape Henry Lighthouse abeam to stbd.

0658 Entered international waters.

0711 Secured from special sea and anchor detail. Course 130°, speed 25 kts.

0717 Passed 2cb abeam to port.

Assumed Tactical Command of USS Barney (DDG-6)

0722 - C/C to 135° 0725 c/c to 140°. 0737 C/C to 145°(...)

(grifo nosso). (USS FORRESTAL, p.2)

Thurs. 2 April 1964 (...)

00-04 steaming IN company with the USS Barney (PDG-6) IN the Western Atlantic enroute to 170.00°N 60-00°W in accordance with C2F OPODER 26-64 Present course 145; speed 26Kts, SOPA is COMCARDIVOUR embarked in this vessel. (...)

(grifo nosso). (Ibid, p.5)

No dia 3 de abril, registra-se que o *USS Forrestal* (CVA-59) continuava sua navegação, em conformidade com a ordem de operação CINCLANTFLT 26-24. Foi nesse dia que o *Joint Chiefs of Staff* decidiu abortar a *Operação Brother Sam* às 17h50 e ordenou que fossem tomadas “todas as precauções para encobrir e dar recuo rápido em todas as operações”. Também foi sugerido realizar um ataque simbólico, com a intenção de posteriormente se unir ao exercício *Quick Kick* (CORRÊA, 1977, p. 51).

⁴ Esta informação confere com a de Rusk e McNamara na reunião do Conselho Nacional de Segurança apresentada anteriormente.

Assim, no dia 5 de abril, registra-se que o *USS Forrestal* (CVA-59) estava retornando e navegava em formação 4V2 modificada, juntamente com o *USS Barney* (DDG-6) e o *USS Leahy* (DLG-16), rumo a Onslow Beach, “de acordo com a carta classificada de 4 de abril do COMCARDIV FOUR” (Comando da 4ª Divisão de Porta-aviões). O porta-aviões chegou a Norfolk no dia 8 de abril (FORRESTAL, 1964). Não há menção aos outros navios listados na ordem de operação CINCLANTFLT 26-24.

Sunday 5 April 1964

*00-04 - Steaming in a 4V2 modified formation with the **USS Barney (DDG-6) and USS Leahy (DLG-16)** enroute to Onslow Beach in accordance with COMCARDIV Four classified letter of 4 april 1964, griffo nosso.) (USS FORRESTAL, p.13.)*

Apesar de a *Operação Brother Sam* não ser mencionada no *Diário de Bordo*, no *Relatório Anual* do *USS Forrestal* ou na *Operations Collection* da *Naval History and Heritage Command*, os dados registrados nesses documentos coincidem com os relacionados com o envio da força-tarefa (*USS Forrestal Annual Report*, 1964). Dessa forma, é possível confirmar que a operação de fato ocorreu e que foi abortada enquanto a força-tarefa se encontrava navegando à altura de Antigua e Barbuda. Naquele momento, as armas e munições estavam preparadas para serem enviadas por via aérea, sendo que apenas o primeiro de quatro petroleiros havia sido carregado com POL (petróleo, óleo e lubrificantes).

O embaixador Lincoln Gordon negou, durante vários anos, a existência da *Operação Brother Sam*. No entanto, após a desclassificação dos documentos, passou a afirmar que a força-tarefa havia sido enviada com o objetivo de “mostrar a bandeira americana” e para evacuar civis estadunidenses, os quais ele estimava em cerca de 15 mil pessoas (GORDON apud GREEN; JONES, 2009, p. 82-83). Posteriormente, em uma entrevista realizada em 1987, Gordon reivindicou a paternidade da operação, declarando: “*This is why I developed the proposal for a contingency naval force, which was called Operation Brother Sam*” (GORDON, 1987, p. 83).

Considerações Finais

A partir dos documentos pesquisados, conclui-se que o presidente João Goulart era amplamente visto como um populista que se preparava para dar um golpe de Estado com o apoio do comunismo, uma ameaça percebida como contrária aos interesses dos Estados Unidos. Verifica-se que, desde o governo de John F. Kennedy, tanto a CIA quanto a *U.S. Information Service (USIS)* realizaram esforços significativos para desestabilizar o regime de Goulart e promover uma imagem favorável aos Estados Unidos. Por outro lado, a *StB (Serviço de Inteligência da Checoslováquia)* também fez esforços para controlar organizações sociais, como as *Ligas Camponesas*, e para promover o apoio a Cuba.

Nesse contexto, o embaixador estadunidense desempenhou um papel crucial no golpe. Desde sua chegada ao Brasil, manteve reuniões com a oposição de direita e rapidamente tomou conhecimento da existência de um grupo civil-militar conspirando para realizar um golpe de Estado. Assim, os esforços de desestabilização promovidos por Washington se alinharam com os interesses dos conspiradores. A Casa Branca recebeu informações de inteligência de forma contínua e estava ciente, com antecedência, da iminência do golpe. Minutos após o início das movimentações iniciais das tropas, a embaixada confirmou os eventos e enviou um telegrama relatando os acontecimentos.

Conclui-se que a *Operação Brother Sam* foi concebida pelo governo dos Estados Unidos para apoiar os golpistas de 1964, caso houvesse uma interrupção no fornecimento de combustível, armas ou munições. No Brasil, o general Cintra, homem de confiança de Castello Branco, atuou como oficial de enlace entre os golpistas e a embaixada. No entanto, a operação foi abortada quando a força-tarefa ainda estava navegando perto de Antigua e Barbuda, antes do envio de armas e munições, e quando apenas um petroleiro havia sido carregado com POL (petróleo, óleo e lubrificantes). Embora a operação tenha sido abortada, o apoio dos Estados Unidos ao novo regime militar foi mantido, principalmente nos âmbitos econômico e diplomático.

Constatou-se que, em documentos como o *Relatório Anual e o Diário de Bordo* do porta-aviões *USS Forrestal*, a *Operação Brother Sam* não é mencionada. Infere-se, portanto, que o registro da operação foi deliberadamente omitido por se tratar de uma operação ultrassecreta. De forma semelhante, o embaixador Lincoln Gordon negou a existência da operação até a desclassificação dos principais documentos relacionados a ela, momento em que acabou se atribuindo a paternidade de sua concepção.

Referências

BASTIAN, E. **O PAEG e o Plano Trienal: Uma análise comparativa de suas políticas de estabilização de curto prazo.** Estudos Econômicos (São Paulo), 43(1), 139–166, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0101-41612013000100006>

BROWN University Library. Center for Digital Scholarship. Document N° 32: State Department Telegram to Ambassador Lincoln Gordon (1964).

BROWN University, Library. Brown Digital Repository. Telegram N° 5591: Joint Chiefs of Staff (1964). Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:360060/PDF>. Acesso em: 08 de dezembro, de 2024.

Coordenadas 17°N 60°W. *Google Earth.* Disponível em: https://earth.google.com/web/search/17%C2%B0+N+60%C2%B0+W/@16.75424302,-60.7235186,272.63267896a,581689.65741433d,35y,-4.21665779h,8.35943181t,0r/data=CIIaKBliGQAAAAAAADFAIQAAAAAAAE7AKg4xN8KwIE4gNj-DCsCAGVxgBIAEiJgokCct8do_t40xAEcW7j71jYSBAGcd8jZKNXzxAlcj-NONJK0ILA Acesso em: 13.12.24

CORRÊA, M. **1964 visto e comentado pela Casa Branca.** Porto Alegre: L&PM Editores Ltda, 1977.

DEFLAGRADA greve geral no País. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 01/04/1964. Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?nid=-0qX8s2k1IRwC&dat=19640401&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em: 30.11.24

FICO, C. **O Grande Irmão da Operação Brother Sam aos anos de chumbo.** O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FORRESTAL (CVA-59) **Deck Logbook-April 1964**. Disponível em: <https://catalog.archives.gov/id/75784944>. Acesso em: 13.12.24

GASPARI, E. **A ditadura envergonhada**. 2da. Ed. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.

GORDON, L. **Lincoln Gordon: Entrevista** (1987). [Entrevista concedida a Charles Stuart Kennedy. *The Association for Diplomatic Studies and Training Foreign Affairs Oral History Project.*, Washington, D. C.: Library of Congress, 1987. Disponível em: <https://tile.loc.gov/storage-services/service/mss/mfdi-p/2004/2004gor02/2004gor02.pdf> Acesso em: 20.12.24.

GREEN, J; JONES, A. **Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964**. In: Revista Brasileira de História, vol. 29, nº 57, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882009000100003>. Acesso em: 10.12.24

KRAENSKI, M.; PETRILÁK, V. **1964: o elo perdido**. O Brasil nos arquivos do serviço secreto comunista. São Paulo: Vide Editorial, 2017.

LAMARÃO, S. **Comício das Reformas**. In: A conjuntura de radicalização ideológica e o golpe militar. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

NAPOLITANO, M. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

PARKER, P. 1964: **O papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977.

PEREIRA, A. **The U.S. Role in the 1964 Coup in Brazil: A Reassessment**. In: *Bulletin of Latin American Research*, Vol. 37, No.1, pp. 5-17, 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/blar.12518>. Acesso em: 10.10.24

SPEKTOR, M. **The United States and the 1964 Brazilian Military Coup**. In: Oxford Research Encyclopedia of Latin American, 2018. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4307854/mod_resource/content/1/Spektor%20US%20Military%20Coup%20in%20Brazil.pdf. Acesso em: 10.12.24

USA. National Security Archives. **Telegram From the Ambassador to Brazil (Gordon) to the Department of State, 1964**. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB118/bz02.pdf> Acesso em: 27.11.24

USA. Department of State. Office of the Historian. **Document N° 187. Telegram From the Ambassador to Brazil (Gordon) to the Department of State.** In: *Foreign Relations of the United States, 1964–1968, Volume XXXI, South and Central America; Mexico*. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d187>. Acesso em: 25.11.24

USA. Department of State. Office of the Historian. **Document N° 190. Telegram From the Department of State to the Ambassador to Brazil (Gordon).** In: *Foreign Relations of the United States, 1964–1968, Volume XXXI, South and Central America; Mexico*. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d190>. Acesso em: 25.11.24

USA. Department of State. Office of the Historian. **Document N° 192. Telegram From the Army Attaché in Brazil (Walters) to the Department of the Army.** In: *Foreign Relations of the United States, 1964–1968, Volume XXXI, South and Central America; Mexico*. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d192>. Acesso em: 30.11.24

USA. Department of State. Office of the Historian. **Document N° 193. Telephone Conversation Between Secretary of State Rusk and President Johnson.** In: *Foreign Relations of the United States, 1964–1968, Volume XXXI, South and Central America; Mexico*. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d193>. Acesso em: 30.11.24

USA. Department of State. Office of the Historian. **Document N° 195. Telegram From the Embassy in Brazil to the Department of State.** In: *Foreign Relations of the United States, 1964–1968, Volume XXXI, South and Central America; Mexico*. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d195>. Acesso em: 30.12.24

USA. Department of State. Office of the Historian. **Document N° 202. Memorandum for the Record.** In: *Foreign Relations of the United States, 1964–1968, Volume XXXI, South and Central America; Mexico*. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d202>. Acesso em: 30.12.24

USA. Department of State. Office of the Historian. **Document N° 203. Teleconference Between the Department of State and the Embassy in Brazil.** In: *Foreign Relations, 1964–1968, Volume XXXI, South and Central America; Mexico*. Disponível em: <https://2001-2009.state.gov/r/pa/ho/frus/johnsonlb/xxxi/36291.htm> Acesso em: 30.12.24

USA. Department of State. Office of the Historian. **Document N° 205. Teleconference Between the Department of State and the Embassy in Brazil.** In: *Foreign Relations, 1964-1968, Volume XXXI, South and Central America; Mexico.* Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d205> Acesso em: 30.12.24

USA. Department of State. Office of the Historian. **Documento N°206. Summary Record of the 525th Meeting of the National Security Council.** In: *Foreign Relations, 1964-1968, Volume XXXI, South and Central America; Mexico.* Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d206> Acesso em: 30.12.24

USA. U.S. Naval Institute. **History of Forrestal, 1952-1966.** Disponível em: <https://www.usni.org/magazines/naval-history-magazine/2022/august/first-defense-uss-forrestal> Acesso em: 13 de dezembro de 2024.

USA. U.S. Navy - **USS Forrestal's photo laboratory.** Navsource.org. Domínio público, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=15631435> Acesso em: 20.12.2024.

CAPÍTULO 23

LA ENSEÑANZA DEL ESPAÑOL COMO LENGUA EXTRANJERA ENFOCADA A ALUMNOS(AS) CON DISCAPACIDAD VISUAL: UNA PROPUESTA DIDÁCTICA ATRAVÉS DEL JUEGO DE TABLERO “MÁS ALLÁ DEL ARCO IRIS”

Eraldo Alcantara Moreira

Maria José Souza Lima

Doi: 10.48209/978-65-5417-435-1

Introducción

La presencia de alumnos con algún tipo de discapacidad en el aula ha crecido y las estructuras físicas como las políticas educativas inclusivas y accesibles no han acompañado tales necesidades, es decir, la gran mayoría de las instituciones no poseen estructura satisfactoria para atender a esas personas, además de no poseer recursos y materiales que ayuden en la formación de ellos, además, es muy grande la falta de profesionales preparados para atender a ese público, y eso ocurre en grande parte, por la falta de inversiones e interés del poder público.

Además, el tema de la educación inclusiva sigue siendo una necesidad y que todavía carece de una mirada más efectiva en el sistema de enseñanza brasileño. Tanto en las escuelas como en las universidades de Brasil aún se necesitan métodos de enseñanza que promuevan la inclusión, la autonomía y el

aprendizaje de personas con algún tipo de discapacidad. Así que, como afirma Gil (2000, p.53) “para que el proceso de integración del alumno con necesidades especiales ocurra de modo positivo, toda la comunidad escolar debe estar preparada”, es en el espacio escolar que debe ocurrir de forma significativa su integración contribuyendo así a su proceso de formación de saberes.

En este sentido, con la intención de contribuir con la construcción de materiales para el área, esa investigación surgió a partir de una pregunta, hecha en el intervalo escolar por una alumna deficiente visual, sobre el arco iris, ¿cómo explicarle sobre el fenómeno visual?, fue de ahí que surgió la idea de trabajar con el tema y no solamente con los contenidos de los colores, sino también el idioma español, y a partir de lo expuesto, se hizo necesario hacerse investigaciones y análisis, pensando principalmente en usar el lúdico para aprender una L2, hasta llegar a la propuesta de un juego de tablero direccionado a este público específico, considerando ser una excelente herramienta que, utilizada correctamente, nos permite desarrollar las habilidades necesarias para la enseñanza de ELE.

Así, a partir de eso, se construyó la pregunta problema de esta investigación ¿El uso de un juego de tablero con aspectos de la literatura, con uso del género literario cuento, vocabularios acerca de los colores del arco iris y estados de ánimo pueden favorecer el aprendizaje de E/LE a alumnos con discapacidad visual? Esta inquietación sirvió como brújula, indicando el rumbo de este trabajo. Así pues, cabe señalar que, además del juego de tablero fueron creados materiales adicionales al juego que sirvieron como subsidios, tales como el alfabeto braille, cartilla braille en español sobre los pronombres animales y frutas, tabla de números y el juego de mesa adaptado en alto relieve para facilitar la percepción.

De acuerdo con Spinelli (2011, p.12) “los juegos permiten a los estudiantes desarrollar la creatividad, el espíritu crítico y la capacidad de acción y reso-

lución de problemas”. Por consiguiente, el objetivo de ese trabajo es reflexionar la enseñanza del español como lengua extranjera enfocada a alumnos(as) con discapacidad visual, con vistas a exhibir una propuesta didáctica a través del juego de tablero intitulado “Mas Allá del Arco Iris”, específicamente, mostrar la aplicación de la propuesta a una estudiante intitulado M1, con grado CID: H 54.0¹ de Deficiencia Visual (DV), a partir de la percepción táctil del juego de tablero “Más Allá del Arco Iris” y de los materiales pedagógicos creados para la enseñanza de E/LE.

De igual manera, los otros objetivos de la investigación son reflexionar sobre la deficiencia visual de manera general; fomentar el contacto con el español y su enseñanza como lengua extranjera en Brasil a personas con discapacidad visual; exponer la literatura como herramienta de enseñanza del español a través del género literario cuento, los estados de ánimo y los colores en el idioma en cuestión, así como, comprender la importancia del lúdico en el aula, de qué manera él puede contribuir en el aprendizaje de personas con discapacidad visual.

Con eso, la metodología utilizada para la realización de este trabajo fue de carácter bibliográfico, cualitativo y también de investigación de campo. En un primer momento, se hicieron búsquedas en sitios web, lectura de libros y artículos de acuerdo con la temática aquí trabajada, el segundo momento se dio a partir de la observación de un alumno en aula mediante la creación del cuento y la aplicación de la actividad lúdica del juego de tablero en español llamado “Más allá del arco iris”, por último, la realización de un cuestionario de 12 preguntas para analizar la potencialidad del juego y su contribución en el desarrollo del aprendizaje del alumnado con discapacidad visual en la Escuela Municipal Santa Luzia, localizada en área periférica del municipio de Abaetetuba-Pa.

¹ Código de Ceguera y baja visión, según la Clasificación Internacional de Enfermedades.

La Enseñanza del Español en Brasil a Alumnos con Discapacidad

De acuerdo con los Parámetros Curriculares Nacionales (PCN's, 1998, p. 39) “El aprendizaje de Lengua Extranjera agudiza la percepción y, al abrir la puerta al mundo, no solo propicia el acceso a la información, sino que también torna a los individuos, y, consecuentemente, a los países, más bien conocidos por el mundo”. Podemos decir que la lengua es un proceso de construcción de informaciones, de valores, de visiones, de conciencia, siendo fundamental para un intercambio de culturas.

El aprendizaje de la Lengua Extranjera en la enseñanza secundaria no es solo un ejercicio intelectual en el aprendizaje de formas y estructuras lingüísticas en un código diferente; es, sí, una experiencia de vida, pues amplía las posibilidades de actuar discursivamente en el mundo. El papel educativo de la Lengua Extranjera es importante, de ese modo, para el desarrollo integral del individuo, debiendo su enseñanza proporcionar al alumno esa nueva experiencia de vida. Experiencia que debería significar una apertura al mundo, tanto el mundo cercano, fuera de sí mismo, como el mundo lejano, en otras culturas. Así, se contribuye a la construcción, y al cultivo por el alumno, de una competencia no solo en el uso de lenguas extranjeras, sino también en la comprensión de otras culturas (Brasil, 1998, p.38).²

Aunque tengamos varios países limítrofes con Brasil que hablan español, la lengua extranjera utilizada en la mayoría de las escuelas es el inglés, tal vez, debido a su gran influencia en los negocios, por poseer prestigio en el poder económico y en las exigencias tecnológicas, pero cuando preguntamos en las escuelas públicas qué idioma quieren aprender los alumnos siempre optan por el español por ser una lengua de fácil comprensión.

² “El aprendizaje de la Lengua Extranjera en la enseñanza secundaria no es solo un ejercicio intelectual en el aprendizaje de formas y estructuras lingüísticas en un código diferente; es, sí, una experiencia de vida, pues amplía las posibilidades de actuar discursivamente en el mundo. El papel educativo de la Lengua Extranjera es importante, de ese modo, para el desarrollo integral del individuo, debiendo su enseñanza proporcionar al alumno esa nueva experiencia de vida. Experiencia que debería significar una apertura al mundo, tanto el mundo cercano, fuera de sí mismo, como el mundo lejano, en otras culturas. Así, se contribuye a la construcción, y al cultivo por el alumno, de una competencia no solo en el uso de lenguas extranjeras, sino también en la comprensión de otras culturas” (Brasil, 1998, p.38. Traducción propia).

Así, pues, los alumnos de modo general ven el español como una lengua de fácil aprendizaje, por ser de fácil explotación, no requiere tanto esfuerzo por parte de ellos en aprenderla. Además, les permite adentrarse en otras culturas. A pesar de ser un proceso complejo, la enseñanza de E/LE existen varias formas de trabajarla. Por otra parte, los alumnos que poseen discapacidad visual carecen de un aprendizaje personalizado de E/LE. Así pues, el profesor, al enfrentarse a esa realidad, debe saber hacer adaptaciones en sus estrategias metodológicas, las actividades o materiales utilizados durante la clase para facilitar el proceso de adquisición del idioma por parte del estudiante.

[...]es notable la presencia, cada vez mayor, del español en Brasil. Su creciente importancia, debido al Mercosur, ha determinado su inclusión en los currículos escolares, principalmente en los estados limítrofes con países donde se habla español. El aprendizaje del español en Brasil y del portugués en los países de lengua española en América es también un medio de fortalecimiento de América Latina, pues sus habitantes pasan a (re)conocerse no solo como una fuerza cultural expresiva y múltiple, sino también política (un bloque de naciones que pueden influir en la política internacional). Ese interés cada vez mayor por el aprendizaje del español puede contribuir en la relativización del inglés como lengua extranjera hegemónica en Brasil (Brasil, 1998, p.50).³

Además del Mercosur contribuir con el crecimiento del idioma en el país, el Brasil viene adecuando a la realidad de trabajar los dos idiomas en clase, el inglés como segunda lengua oficial y el español de forma optativa, haya visto que la enseñanza de E/LE ya no estaba en vigor en la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional (LDB) de forma obligatoria, ahora con su nueva reformulación que probablemente entrará en vigor, la enseñanza de la lengua española pasa a ser fundamental en todas las instituciones del país.

3 [...]es notable la presencia, cada vez mayor, del español en Brasil. Su creciente importancia, debido al Mercosur, ha determinado su inclusión en los currículos escolares, principalmente en los estados limítrofes con países donde se habla español. El aprendizaje del español en Brasil y del portugués en los países de lengua española en América es también un medio de fortalecimiento de América Latina, pues sus habitantes pasan a (re)conocerse no solo como una fuerza cultural expresiva y múltiple, sino también política (un bloque de naciones que pueden influir en la política internacional). Ese interés cada vez mayor por el aprendizaje del español puede contribuir en la relativización del inglés como lengua extranjera hegemónica en Brasil (Brasil, 1998, p.50. Traducción propia).

Hoy hablan español más de 595 millones de personas en el mundo, ya sea como lengua nativa, segunda o extranjera. Es la segunda lengua por número de hablantes nativos (con más de 496 millones) y el segundo idioma de comunicación internacional. Es conveniente distinguir los territorios donde el español es lengua oficial, nacional o general, de aquellos en los que su presencia es minoritaria. La mayor parte de los habitantes de los primeros tiene como lengua materna el español, con una tasa de dominio nativo superior al 94%, cosa que no ocurre en los territorios no hispánicos (Vitores, 2022, p.6-7).

El español viene en creciente número de hablantes, él se presenta como una de las mejores y más ventajosas opciones para la población brasileña, tanto desde el punto de vista profesional como académico y cultural, pues posee una semejanza muy grande con el portugués. Además, el dominio de lenguas extranjeras es fundamental en el mundo globalizado, por facilitar la comunicación con personas de otros lugares, el estudio de E/LE también se hace indispensable para el trabajo o cualquier otro medio donde podamos utilizarlo.

Mas aún, la E/LE nos permite un acceso más profundo a la diversidad cultural de los países hispanos, que se extiende por el mundo de las artes, literatura, cine y deportes que son algunos de los aspectos más destacados en el escenario global, además de ayudar en el desarrollo cognitivo y perfeccionamiento del pensamiento crítico. De acuerdo con Ferreira y González (2021, p.2) “[...] aprender español debe ser un encuentro que permita añadir, enriquecer, modificar y diversificar, pues este idioma, en el mundo actual, se convierte en un precioso pasaporte para conocer una variedad cultural incontestable”.

Con eso, queda claro que, la lengua española es, sin dudas, fundamental en diversos sentidos, y accesible a todos(as) los aprendices, por eso, aún más se hace necesario una mirada más empática por parte de los profesores en considerar un mayor esfuerzo en crear y adaptar las actividades a los alumnos que poseen alguna discapacidad. Además, la próxima sección tratará a cerca de la discusión de reflexión al tema de la discapacidad visual para mejor aclarar, el tema central del artículo e de la propuesta que se llevó a cabo.

La Discapacidad Visual: Según la Legislación

Para Gil (2000, p. 6) “los grados de visión abarcan un amplio espectro de posibilidades: desde la ceguera total, hasta la visión perfecta, también total. La expresión ‘deficiencia visual’ se refiere al espectro que va desde la ceguera hasta la visión subnormal”. De acuerdo con datos del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) muestran que 18,6 millones de personas brasileñas tienen algún tipo de discapacidad visual. De ese total, más de la mitad son mujeres, con 10,7 millones, lo que representa el 10% de la población femenina con discapacidad en el país. Según la autora:

Muchos consideran que la palabra ‘deficiente’ tiene un significado muy fuerte, cargado de valores morales, contraponiéndose a ‘eficiente’. Llevaría a suponer que la persona discapacitada no es capaz; y, siendo así, entonces es perezosa, incompetente y sin inteligencia. El énfasis recae en lo que falta, en la limitación, en el ‘defecto’, generando sentimientos como desprecio, indiferencia, burla, piedad o pena (Gil, 2000, p. 5).

Gil (2000, p. 18) también nos dice que “en cierto modo, es natural que se sientan incómodos ante lo ‘diferente’. Pero esa incomodidad disminuye, o incluso desaparece, cuando se abre la posibilidad de una convivencia más frecuente con personas discapacitadas y de un mayor conocimiento de la dimensión del problema”. Además, cuando comprendemos y nos ponemos en el lugar del otro es posible cambiar nuestra conciencia sobre la condición que viven las personas que no tienen visión. De acuerdo con Vigotsky:

La ceguera crea dificultades para la participación del ciego en la vida. Por esta línea se vive el conflicto. En realidad, el defecto se proyecta como una desviación social. La ceguera pone a su portador en una determinada y difícil posición social. El sentimiento de inferioridad, de inseguridad y debilidad surgen como resultado de la valoración por parte de los ciegos de su posición. Como reacción del aparato psíquico, se desarrollan las tendencias hasta la supercompensación. Estas tendencias están dirigidas a la formación de una personalidad de pleno valor en el aspecto social, a la conquista de la posición en la vida social (Vigotski, 1997, p. 77).

En otras palabras, a pesar de las diversas dificultades, no podemos verla como una cuestión sin solución, sino ir en busca de métodos que contribuyan al crecimiento personal de ese individuo, que, así como las otras personas sin alguna discapacidad, las con discapacidad pueden desarrollarse, crear lazos afectivos, integrarse en una escuela como aprender una nueva lengua, como el español, y que esas experiencias son fundamentales para que fortalezca su valor, confianza y aprendizaje.

Con respecto a la educación Especial, como aborda la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional (LDB/1996) en uno de sus artículos nos dice que:

[...] Art. 59. Los sistemas de enseñanza asegurarán a los educandos con discapacidad, trastornos globales del desarrollo y altas habilidades o superdotación:

I - planes de estudios, métodos, técnicas, recursos educativos y organización específicos, para satisfacer sus necesidades;

II - terminalidad específica para aquellos que no puedan alcanzar el nivel requerido para la conclusión de la enseñanza primaria, en razón de sus deficiencias, y aceleración para concluir en menor tiempo el programa escolar para los superdotados;

III - profesores con especialización adecuada en nivel medio o superior, para atención especializada, así como profesores de enseñanza regular capacitados para la integración de esos educandos en las clases comunes;

IV - educación especial para el trabajo, buscando su efectiva integración en la vida en sociedad, inclusive condiciones adecuadas para los que no revelen capacidad de inserción en el trabajo competitivo, mediante articulación con los órganos oficiales afines, así como para aquellos que presentan una habilidad superior en las áreas artística, intelectual o psicomotora;

V - acceso igualitario a los beneficios de los programas sociales complementarios disponibles para su nivel de enseñanza regular [...] (Brasil, 1996, p.43).⁴

4 [...] Art. 59. Los sistemas de enseñanza asegurarán a los educandos con discapacidad, trastornos globales del desarrollo y altas habilidades o superdotación:

I - planes de estudios, métodos, técnicas, recursos educativos y organización específicos, para satisfacer sus necesidades;

II - terminalidad específica para aquellos que no puedan alcanzar el nivel requerido para la conclusión de la enseñanza primaria, en razón de sus deficiencias, y aceleración para concluir en menor tiempo el programa escolar para los superdotados;

III - profesores con especialización adecuada en nivel medio o superior, para atención especializada, así como profesores de enseñanza regular capacitados para la integración de esos educandos en las clases comunes;

IV - educación especial para el trabajo, buscando su efectiva integración en la vida en sociedad, in-

Así que, la LDB/1996, destaca la importancia de la inclusión en la educación, reconociendo la necesidad de adaptaciones curriculares para atender las particularidades de cada alumno, pero son necesarias acciones dentro del ambiente escolar dirigidas principalmente al espacio del aula, pero que posean una amplitud que va más allá de ese contexto, que son las adecuaciones de materiales didácticos que puedan venir a atender a los estudiantes, considerando sus especificidades, diferencias y singularidades.

Para Gil (2000, p. 16) “al abrir sus puertas igualmente para los que ven y los que no ven, la escuela deja de reproducir la separación entre discapacitados y no discapacitados que hay en la sociedad”. Teniendo en cuenta lo que ya ha sido expuesto a la discapacidad visual necesita de materiales educativos, incluso para la enseñanza del braille que es uno de los principales medios de enseñanza de lengua de los discapacitados, a pesar de que hay leyes que gobiernan a este público, todavía hay mucho que hacer con respecto a la educación inclusiva.

Es de suma importancia un ambiente educativo adecuado, considerando el aprendizaje de una lengua extranjera, adaptándoles para el desarrollo integral del alumno con discapacidad visual, para que no prevalezcan, ni se reproduzcan estigmas que puedan perjudicar su autoestima y su personalidad, convirtiéndose así en un espacio de inclusión y no de exclusión, un lugar homogéneo ilusorio. Es necesario combatir prácticas segregadoras de enseñanza, y que contribuye a construir una sociedad más inclusiva e igualitaria.

El Lúdico en Clase de L2

La ludicidad ha sido discutida en el proceso de aprendizaje, y para pensar el desarrollo cognitivo del alumno con discapacidad visual, se percibe que es

clusive condiciones adecuadas para los que no revelen capacidad de inserción en el trabajo competitivo, mediante articulación con los órganos oficiales afines, así como para aquellos que presentan una habilidad superior en las áreas artística, intelectual o psicomotora;

V - acceso igualitario a los beneficios de los programas sociales complementarios disponibles para su nivel de enseñanza regular [...] (Brasil, 1996, p.43. Traducción propia).

necesario que ambas sean trabajadas de forma articulada, haya vista que, el juego tiene una importante influencia que instiga al niño en la voluntad de participación natural y continúa, por ese motivo, podemos decir que el juego se transforma en una actividad fundamental para socializar de forma espontánea de los individuos haciéndolos más participativos. Según el Referencial Curricular Nacional para la Educación Infantil (RCNEI):

El juego es una de las actividades fundamentales para el desarrollo de la identidad y la autonomía. El hecho de que el niño, desde muy temprano, pueda comunicarse por medio de gestos, sonidos y más tarde representar determinado papel en el juego hace que desarrolle su imaginación. En los juegos los niños pueden desarrollar algunas capacidades importantes, tales como la atención, la imitación, la memoria, la imaginación. Maduran también algunas capacidades de socialización, por medio de la interacción y de la utilización y experimentación de reglas y roles sociales (Brasil, 1998, p.22).⁵

De acuerdo con el documento, se observa que el juego es considerado un estímulo para el estudiante a medida que va desarrollando sus procesos internos de construcción del conocimiento, en el sentido de interactuar entre sí, algunos estudiosos señalan que en el lúdico puede promover esta socialización, el educando tiene el poder de transformar de acuerdo con su imaginación los objetos producidos socialmente. Vale resaltar también que el concepto de ludicidad es muy amplio e involucra diversas sensaciones como diversión, alegría, placer, satisfacción, contentamiento, libertad, superación y en el ámbito educativo. Para Pinto y Tavares (2010):

El lúdico es una necesidad humana que proporciona la interacción del niño con el ambiente en que vive, siendo considerado como medio de expresión y aprendizaje. Las actividades lúdicas posibilitan la incorporación de valores, el desarrollo cultural, la asimilación de nuevos conocimientos, el desarrollo de la sociabilidad y la creatividad. Así, el niño encuentra el equi-

⁵ El juego es una de las actividades fundamentales para el desarrollo de la identidad y la autonomía. El hecho de que el niño, desde muy temprano, pueda comunicarse por medio de gestos, sonidos y más tarde representar determinado papel en el juego hace que desarrolle su imaginación. En los juegos los niños pueden desarrollar algunas capacidades importantes, tales como la atención, la imitación, la memoria, la imaginación. Maduran también algunas capacidades de socialización, por medio de la interacción y de la utilización y experimentación de reglas y roles sociales (Brasil, 1998, p.22. Traducción propia).

librio entre lo real y lo imaginario y tiene la oportunidad de desarrollarse de manera placentera (Pinto y Tavares, 2010, p.231).

Pero aún, en concordancia con Pinto y Tavares (2010), el lúdico puede ser utilizado como forma de investigación, al ser introducido en el ambiente escolar, una vez que el alumno al practicar determinada actividad puede tener su aprendizaje analizado. El entendimiento sobre los aspectos beneficiados a través del lúdico como recurso pedagógico viene de encuentro la necesidad de simbolización de las vivencias cotidianas por el alumno, facilitando así que lenguajes verbales y no verbales socializados o idealizados, desarrollen su pensamiento de mundo. Para Spinelli:

[...] los juegos en el ámbito escolar, más que una mera distracción o superficialidad, representan una posibilidad de estímulo al conocimiento, al desarrollo cognitivo y a la creatividad. Proporcionan, además, un ambiente de aprendizaje bastante placentero y motivador, incitando la participación y participación de todos los estudiantes y llevando al estrechamiento de la relación entre el docente y sus alumnos (Spinelli, 2011, p.15).

De igual modo, para Spinelli (2011, p.17), “el juego no debe considerarse únicamente como una forma de entretenimiento, sino como un importante instrumento de aprendizaje, que permite a los estudiantes poner en uso los conocimientos adquiridos y asimilar nuevos contenidos”. No se trata solo de jugar, sino de percibir los beneficios que el juego puede traer a quien lo practica, ya sea de razonamiento, lógica, rompecabezas, tablero, baraja, todos agregan conocimiento, así como ayudan en el desarrollo de la transformación del saber una vez que amplía la comprensión del alumno con discapacidad visual.

Metodología

Con relación a esta investigación, se buscó desarrollar un estudio selecto y extenso basado en análisis y lecturas, pensando principalmente en usar el lúdico y la literatura en la enseñanza/aprendizaje de la lengua española como lengua extranjera enfocada a alumnos(as) con discapacidad visual, con vistas

a exhibir una propuesta didáctica a través del juego de tablero intitulado “Más Allá del Arco Iris”, específicamente, mostrar la aplicación de la propuesta, utilizando autores para fundamentar las ideas como Freire (1987), Pedraza Jiménez (1996), Vigotsky (1997), Gil (2000), Cortázar (2006), Albaladejo García (2007), Nunes y Lomônaco (2010), entre otros autores, así como los PCN’s (BRASIL, 1997 y 19980).

Para contribuir, Miranda y Filho (2012, p.42) reiteran que “sabiendo que la educación no debe desconocer las diferencias, sino proporcionar recursos para el cumplimiento de los objetivos escolares” así pues, otro rasgo de la metodología es la construcción y desarrollo del cuento literario “Victoria y el arco iris” hecho por la alumna participante y los investigadores, donde se buscó relatar la historia de vida de la alumna desde su nacimiento y de manera ficticia las aventuras que podría vivir yendo en busca del tesoro del arco iris, el cuento es parte fundamental del juego, él se encuentra en los anejos de este trabajo.

Además, realizamos una investigación de campo de naturaleza cualitativa, ya que se trata del desarrollo y aplicación del juego “Más allá del arco iris” donde fueron observados los aspectos favorables y las dificultades enfrentadas primero por los alumnos de la clase de español 2021 de la Universidad Federal del Pará (UFPA) campus Abaetetuba, en el día 07 de junio de 2024, donde buscó verificar los puntos positivos y negativos del juego para hacerse mejoras al aplicar con la alumna deficiente visual, acá nombrada por M1.

Por consiguiente, las clases sobre el vocabulario de los estados de ánimo y de los alimentos (frutas y verduras) para favorecer el entendimiento de los colores, se llevaron a cabo en los días 10 y 13 de junio de 2024, en la Escuela Santa Luzia, ubicada en el barrio de Algodual, Abaetetuba-Pa. Después de hechos los ajustes el juego fue aplicado con la alumna en los días 20, 24 y 26 de junio en la institución de enseñanza de la educanda, después se buscó saber sus opiniones sobre su proceso educativo por medio de un cuestionario de 12 preguntas que fue aplicado a alumna, entre ellas elegimos 7, que consideramos más relevante para el trabajo:

1 - **¿Te gustó estudiar español?**

2 - **En su opinión, ¿qué importancia tiene el lúdico en el aula de español?**

3 - **¿Ya conocías el género literario cuento? ¿Te gustó el aprendizaje?**

4 - **¿Cuál su opinión al respecto del juego Más Allá del Arco Iris? ¿Qué más te gustó? ¿Cuáles fueron las dificultades?**

5 - **El objetivo del juego Más Allá del Arco Iris es que el estudiante conozca el género literario, cuento y los colores del arco iris a través del vocabulario de los estados de ánimo (sentimientos) y de los alimentos (frutas y hortalizas). ¿Crees que el objetivo del juego fue alcanzado? ¿Por qué?**

6 - **¿Crees que la clase y el juego ayudarán en su proceso de aprendizaje del idioma? ¿Por qué?**

7 - **¿Qué te llamó más la atención el cuento o el juego? ¿Y por qué?**

Una vez respondida las preguntas en portugués fueron hechas grabaciones con objetivo de identificar la importancia del lúdico y del género literario cuento en la adquisición de E/LE como lengua extranjera. Ahora, en la próxima sesión vamos a hablar de la creación del juego como propuesta didáctica, su descripción, sus fases, y las reglas existentes junto con los materiales que fueron utilizados en su desarrollo, incluido imágenes de los materiales creados.

El Juego de Tablero “Más Allá del Arco Iris”

Para hablar del juego, tenemos que charlar primero de la creación de la narrativa del género literario cuento que el autor, juntamente con la alumna, tuvo la idea de crear juntos. Después de haber comentado sobre los diversos géneros literarios y presentado algunos, el participante se quedó encantado y resolvió poner en práctica el aprendizaje que tuvo, escogiendo el cuento para ser trabajado, tituló el cuento con el nombre “Vitória y el Arco Iris”, que narra

toda su historia de niñez y posibles aventuras en el juego de tablero, por eso, para empezar el juego es necesario, antes de todo, hacer la lectura del cuento.

Así pues, la placa es hecha de material plástico lona, con el tamaño de 200X140cm, totalizando 34 casas con diferentes desafíos, producido con los colores, azul claro en el fondo junto con el arco iris y elementos representados los colores de las casas, que son de color rojo, naranja, amarillo, verde, azul, índigo, violeta y negro.

Figura 1: Tablero



Fuente: Elaborado por los autores

Además del tablero, el juego tiene 62 cartas, siendo 4 de preguntas y 4 números de cada uno de los colores, excepto el color negro que tiene 6 tarjetas que no son preguntas y ni números son desafíos por cumplir. Forman parte aún, un dado con 6 lados siendo tres lados, con señal de pregunta y tres con los números de 1 a 3, 1 peón en color verde. Una caja hecha con material de bajo costo de que vamos a hablar más adelante.

Figura 2: Piezas del tablero y Carta de pregunta y respuesta



Fuente: Elaborado por los autores

Las cartas de pregunta serán utilizadas de manera que contribuyan para el aprendizaje y el conocimiento sobre el idioma español; de forma atractiva, ellas ayudan para que el educando consiga asimilar el color que él está recorriendo en el tablero.

Figura 3: Carta de los números



Fuente: Elaborado por los autores

Las cartas de números son para profundizar aún más en su conocimiento y asimilación de los colores del arco iris, además de fomentar el pensamiento y la percepción. El estudiante es desafiado a cumplir algunos desafíos depende del número de la casa que cae en el juego.

Figura 4: Cartas de color negro



Fuente: Elaborado por los autores

Las cartas negras tienen la función de dar más emoción al juego, ya que estimula, desafía y alienta al alumno a cumplir las reglas que son impuestas por ella. De esa forma, el alumno debe cumplir el desafío desvelando el misterio, si no consigue, el jugador debe permanecer en su lugar, o volver una casa.

Figura 5: Caja del tesoro



Fuente: Elaborado por los autores

La caja del tesoro fue producida de forma artesanal, da más énfasis al juego por tratarse del tesoro del arco iris, conteniendo 7 cintas que representan los colores del arco iris, teniendo en su interior 1 alfabeto braille en español para ayudar en la enseñanza de E/LE, 1 panel numérico en braille para trabajar los números de 0 a 100, 1 celda braille y una cartilla braille todo adaptado con alto relieve para el estudiante aprender sobre los pronombres animales y frutas. La meta fue instigar al alumno a ir hasta el final, desafiándolo a concluir el juego. Su riqueza nada más es que materiales producidos con la finalidad de incentivar el aprendizaje del alumno deficiente visual, además de contribuir en la enseñanza del español.

Figura 6: El dado



Fuente: Elaborado por los autores

Subrayamos que, el dato no es común como en la mayoría de los juegos poseyendo 6 números, fue producido en alto relieve y posee solo 3 números y los demás espacios son llenados con el signo de interrogación, que tiene por finalidad llevar al alumno a responder una pregunta. El material fue adaptado para dar más autonomía al educando, además de poseer en su interior cascabel que va a ayudar en la percepción de tiempo y espacio.

Descripción y reglas del juego

En este momento, hablaremos sobre el juego de tablero en cuestión, “Más allá del arco iris” se ha desarrollado con el fin de hacer que los estudiantes con discapacidad visual aprendan los colores del arco iris de manera significativa y eficiente siguiendo una línea de razonamiento lógico y objetivo, dirigido no solo a los estudiantes, sino también a quien lo produce, facilitando así la enseñanza de una E/LE como lengua extranjera, dejando la clase más interactiva, dinámica y placentera. Al asociar los siete colores con un sentimiento o un alimento vegetal, la experiencia puede ser profunda, llevándola a sacar sus dudas y curiosidades acerca del tema trabajado.

Código QR 1: Reglas del Juego **Código QR 2:** Cuento “Vitória y el Arco Iris”



Código QR 2: Folder del juego



Fuente: Elaborado por los autores

Aplicación y Análisis del Juego más Allá del Arco Iris como Herramienta de Aprendizaje de Ele

Para aplicar el juego con el aprendiz con discapacidad visual primero se debería trabajar los temas sobre los estados de ánimo y los alimentos vegetales, de esa forma se creó un plan de clase en anejo en el trabajo, donde los asuntos

fueron trabajados en los días 10 y 13 de junio con la estudiante en la escuela municipal Santa Luzia localizada en el barrio de Algodual municipio de Abaetetuba-Pa, El segundo momento se dio desde de los días 10 y 13 ya hablados anteriormente, yendo hasta los días 20,24 y 26 de junio del año 2024, en la institución de enseñanza. Tras la realización de los cambios en el juego, el autor de este trabajo lo llevó a la escuela para aplicarlo junto con su aprendiz M1 con discapacidad visual.

En el día 20, al aplicar el juego, se notó la preocupación y el miedo de no conseguir realizar lo que le era propuesto. Ya en el día 24 se notó una mejor actuación por parte del participante, mejor participación y aprovechamiento de las actividades. Por otro lado, el día 26 ocurrió la última aplicación del juego. Esta vez, con la caja del tesoro, el educador introdujo la narrativa para hacer la conexión entre el cuento y el juego de tablero, en que se comprobó un resultado satisfactorio referente al aprendizaje de los colores de ELE. Fue perceptible el cambio de ánimo del aprendiz, con notable sensación de contentamiento y felicidad, al contemplar su caminata durante este proceso.

Al fin de la aplicación del juego, la estudiante expuso su gratitud por tener sus carencias y especificidades notadas, ayudando en su desempeño educativo con materiales adecuados a sus necesidades. Por fin, el aprendiz fue sometido a un cuestionario como forma de evaluación del método utilizado para la enseñanza de E/LE, de forma que evaluara su contacto con la lengua, teniendo en cuenta las dificultades, y experiencias de aprendizaje a través del juego. Para dar más énfasis a los resultados serán expuestas solamente siete de las doce preguntas utilizadas en el cuestionario, con base en la respuesta del aprendiz en portugués, la traducción hecha de ellas por los autores y comentarios sobre eso.

1 - ¿Te gustó estudiar español?

Respuesta: “Sim, porque é algo novo para mim, é uma língua nova, que eu nunca imaginei que iria falar, estudar, trouxe ensinamentos, embora seja um pouco difícil, más é muito importante para mim. (Traducción: Sí,

porque es algo nuevo para mí, es un lenguaje nuevo que nunca imaginé que iba hablar, estudiar, trajo enseñanzas, aunque es un poco difícil, pero es muy importante para mí”).

En esta primera pregunta se percibió que la alumna no tuvo muchas dificultades con el idioma español, a pesar de ser un idioma nuevo para ella. Además de eso, la niña se quedó encantada por tener palabras próximas al idioma, al portugués, lo que le trajo muchos aprendizajes.

2 - En su opinión ¿qué importancia tiene el lúdico en el aula de español?

Respuesta: “Muito importante, vale a pena estudar, é algo novo e bom que traz lições, ensinamentos para a vida, traz mais ânimo, energia e força. (Traducción: Muy importante, vale la pena estudiar, es algo nuevo y bueno que trae lecciones, enseñanzas para la vida, trae más ánimo, energía y fuerza)”.

Podemos decir en la segunda pregunta que el lúdico fue una de las piezas principales en su proceso de aprendizaje pues la misma se divirtió jugando.

3 - ¿Ya conocías el género literario cuento? ¿Te gustó el aprendizaje?

Respuesta: “Não, eu gostei muito de aprender, me chamou muita atenção, por falar um pouco sobre mim e por ter coisas impressionantes, emocionantes e fortes. (Traducción: No, me gustó mucho el aprendizaje, me llamó mucho la atención, por hablar un poco de mí y por tener cosas impresionantes, emocionantes y fuertes)”.

Con relación a la pregunta de número tres para la alumna, fue un contenido nuevo que, así como el lúdico, él fue fundamental para el aprendizaje del español. La estudiante se quedó encantada de conocerlo y trabajar en clase.

4 - ¿Cuál su opinión al respecto del juego Más Allá del Arco Iris? ¿Qué más te gusto? ¿Cuáles fueron las dificultades?

Respuesta: “A minha opinião é que é um jogo legal, é novo, que ensina, traz felicidades, traz ensinamento e aprendizado, que faz parte do futuro,

eu gostei de tudo, todo o jogo, as dificuldades foram menores quase não tive, eu demorei um pouquinho a assimilar uma fruta em espanhol, algumas vezes eu errava e eu fiquei presa em algumas casas. (Traducción: Mi opinión es que es un juego legal, es nuevo, que enseña, trae felicidad, trae enseñanza y aprendizaje, que es parte del futuro, me gustó todo, todo el juego, las dificultades fueron menores casi no tuve, me tomó un poco de tiempo para asimilar una fruta en español, a veces me equivoqué y me quedé atascado en algunas casas)”).

De acuerdo con la pregunta de número cuatro el juego por ser algo nuevo en su proceso educativo acabó fascinando el aprendiz, por estar lejos de su realidad acabó motivando su partición, las dificultades fueron solamente en la cuestión de espacio de moverse en el juego, pero las adaptaciones ayudaron en ese proceso.

5 - El objetivo del juego Más Allá del Arco Iris es que el estudiante conozca el género literario cuento y los colores del arco iris a través del vocabulario de los estados de ánimo (sentimientos) y de los alimentos (frutas y hortalizas) ¿Crees que el objetivo del juego fue alcanzado? ¿Porqué?

Respuesta: “Sim, porque eu aprendi que podemos realizar todos os nossos sonhos que um dia sonhamos, como eu, que queria descobrir como era o arco-íris e agora sei que não é algo normal que eu possa tocar, eu consegui assimilar e aprender sobre as cores. (Traducción: Sí, porque he aprendido que podemos realizar todos nuestros sueños que un día soñamos, como yo, quería averiguar cómo era el arco iris y ahora sé que no es algo normal que pueda tocar, yo conseguí asimilar él y aprender sobre los colores)”).

En esta pregunta de número cinco se cree, así como ella, que el objetivo del juego fue alcanzado, pues además de posibilitar experiencias únicas con el género literario, puede sanar sus dudas acerca del arco iris.

6 - ¿Crees que la clase y el juego ayudaran en su proceso de aprendizaje del idioma? ¿Porqué?

Respuesta: “Sim, eles me ajudaram a entender algumas coisas, algumas perguntas, quase tudo sobre o jogo, eu aprendi sobre as cores as sete cores e o que representam, e os vocabulários e adjetivos que posso usar. (Traducción: Sí, me ayudaron a entender algunas cosas, algunas preguntas, casi todo del juego, aprendí sobre los colores los siete colores y lo que representan, los adjetivos que puedo usar)”.

De acuerdo con la pregunta de número seis sobre el juego en el proceso de aprendizaje de lengua extranjera, fue posible percibir que el aprendiz tuvo una adquisición muy satisfactoria de los contenidos trabajados en clase.

7 - ¿Qué te llamó más la atención el cuento o el juego? ¿Y por qué?

Respuesta: “O conto, porque fala sobre minha origem, minha pessoa, na verdade, minha história, eu adorei criar o conto, e isso não é só para mim, é para outras pessoas que têm a sensibilidade que eu tenho. (Traducción: El cuento, porque habla sobre mi origen, mi persona, en realidad mi historia, me encantó crear el cuento, y eso no es solo para mí, es para otras personas que tienen la sensibilidad que yo tengo)”.

Con relación a la pregunta de número siete, podemos decir que, el cuento por hablar de la historia del aprendiz fue lo que más le fascinó, a punto de emocionarse, pero el juego también fue muy importante en el proceso de aprendizaje de un nuevo idioma.

Así pues, el género literario cuento levó la alumna a ser a protagonista de la historia, no solo una participante que forma parte de la aventura, sino la heroína, dónde todo sucede a su alrededor, tal vez este fue el factor principal para el éxito de la aplicación del juego, y el aprendizaje del estudiante de una L2, pues la misma puede asimilar y asociar los siete colores con la ayuda de los estados de ánimo (sentimientos) y alimentos vegetales (frutas y verduras) que se han trabajado en clase de forma táctil. Además, la adaptación realizada en el juego

utilizando la celda de braille y el uso de canciones instrumentales fueron esenciales para que la estudiante profundizara el estudio sobre el tema trabajado.

Se percibe como resultado que tanto el juego como el género literario cuento tiene una gran relevancia en la contribución del proceso de enseñanza/aprendizaje de E/LE como lengua extranjera, además de ser adaptado para la utilización del braille, que está dirigido a personas con discapacidad visual. Aun sobre la deficiencia visual, es perceptible la gran carencia de materiales para el desarrollo educativo del educando, siendo así, la utilización de los materiales es de suma importancia para la educación de esos alumnos, vimos que la aplicación del juego fue relevante, teniendo en cuenta el desconocimiento del aprendiz en diversas áreas trabajadas.

De esa forma, al final de la aplicación, la estudiante ya se sentía familiarizada con los asuntos abordados en el juego, y se reveló su significativa adquisición de ellos. Al final el objetivo del trabajo es facilitar la educación y el aprendizaje del alumno con discapacidad visual, y con eso la alumna contempló todos los aspectos y etapas trabajadas en el tablero, ya que al final se notó que la estudiante ya tenía dominio de la mayoría de los asuntos, los cuales no conocía, y lo mejor, consiguió asimilar y entender cómo se forma el arco iris y cuáles son los colores presentes en él.

Consideraciones Finales

El presente trabajo tuvo como el objetivo reflexionar la enseñanza del español como lengua extranjera enfocada a alumnos(as) con discapacidad visual, con vistas a exhibir una propuesta didáctica a través del juego de tablero intitulado “Más Allá del Arco Iris”, aplicada a un estudiante deficiente visual. Evidenció la importancia en trabajar metodológicamente con propuestas lúdicas que poseen innumerables beneficios ya sea para la comprensión lectora o adquisición de L2, así que, también buscó destacar la importancia de materiales

adaptados en el proceso de inclusión una vez que la mayoría de las escuelas necesita de esos recursos.

Además, demostró la importancia de la formación continuada de los profesores que a menudo tienen que estar preparados para enfrentar futuros desafíos, es papel del estado y de las escuelas ofrecer el apoyo necesario para que la enseñanza de español sea eficaz y agradable para los niños, aprender un nuevo idioma requiere fuerza de voluntad, y mucha dedicación, son nuevas experiencias por descubrir, nuevas culturas y nuevos desafíos en el aprendizaje.

Se destacó que, pequeños gestos y cambios pueden posibilitar y potenciar la inclusión y el acceso de nuestros alumnos al conocimiento previo, sea de una L2 o del mundo a su alrededor. Debemos creer en la educación, que el contexto puede mejorarse dentro del aula y que la integración de estos alumnos es de fundamental importancia no solo para la familia, sino para la sociedad. Sin embargo, el aprendizaje de alumnos con discapacidad necesita una mirada más dedicada, además, para saber superar los obstáculos que serán encontrados en el proceso.

En conclusión, el trabajo está orientado acuerdo con las leyes e los documentos normativos y por supuesto, es de fundamental importancia para el desarrollo del alumno que posee discapacidad visual. Del mismo modo, el juego de tablero creado se mostró relevante pues profundiza conocimientos específicos de la lengua española, y, en consecuencia, el aporte la literatura a través del cuento “Victoria y el arco iris” para un mejor provecho de los contenidos abordados en el juego. En conclusión, la propuesta didáctica a través del juego de tablero “Más allá del arco iris” contribuyó como recurso potencial y ventajoso para el desarrollo de enseñanza aprendizaje de ELE para alumnos con discapacidad visual.

Así que, la investigación se mostró una excelente herramienta el proceso de enseñanza y aprendizaje de ELE, visto que, de acuerdo con la aplicación del

juego, la encuesta, los objetivos iniciales fueron logrados y la pregunta inicial ¿El uso de un juego de tablero con aspectos de la literatura, del género literario cuento, vocabularios acerca de los colores del arco iris y estados de ánimo pueden favorecer el aprendizaje de E/LE a alumnos con discapacidad visual? contestada satisfactoriamente, pues el aspecto lúdico sumando a otras estrategias del juego, fueron evaluados positivamente y contribuyen en los estudios de ELE.

Referencias

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998, volume:2

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 30 de jun. 2024.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília:1997. Disponible en: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4198645/mod_folder/content/0/3%20Bibliografia%20Complementar/Gram%C3%A1tica%2C%20Norma%20e%20Ensino/BRASIL_MEC_ParametrosCurriculares NacionaisEnsinoFundamental.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4198645/mod_folder/content/0/3%20Bibliografia%20Complementar/Gram%C3%A1tica%2C%20Norma%20e%20Ensino/BRASIL_MEC_ParametrosCurriculares_NacionaisEnsinoFundamental.pdf). Acesso em: 03 de jul. 2024.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponible en: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>. Acesso em: 30 de jun. 2024.

CORTÁZAR, Julio. O contista. In: Valise de cronópio. Haroldo de Campos e Davi Arriguci Jr.(org). São Paulo: Perspectiva, 2006, Trad. Davi Arriguci Jr. e João Alexandre Barbosa, p.146-237.

FERREIRA, J. L. C.; GONZÁLEZ, J. A. T. O espanhol para brasileiros: diversas razões para aprendê-lo. VII Congresso Nacional de Educação, Conedu. Editora Realize, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV150_MD1_SA115_ID80_32_15092021230106.pdf. Acesso em: 03 de jul. 2024.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido, 17^a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. Disponível em: <file:///C:/Users/alcan/Downloads/Paulo%20Freire,%201970.%20PEDAGOGIA%20DO%20OPRIMIDO.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2024.

GIL, M. Deficiência visual. Brasília: MEC. Secretaria de Educação a Distância, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/deficienciavisual.pdf>. Acesso em: 29 de jun. 2024.

GONZALEZ, N. T. M. Políticas públicas y enseñanza de español como lengua extranjera en Brasil: desafíos para su implementación. Signo & Seña, n. 20, p. 21-32, 2009. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/sys/article/view/5797/5185>. Acesso em: 03 de jul. 2024.

MIRANDA, Theresinha Guimarães; FILHO, Teófilo Alves Galvão. O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012.

NUNES, S.; LOMÔNACO, J.F.B. O aluno cego: preconceitos e potencialidades. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 14, Número 1, Janeiro/Junho de 2010: 55-64. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v14n1/v14n1a06>. Acesso em: 29 de jun. 2024.

PINTO, C. L.; TAVARES, H. M. O Lúdico na aprendizagem: aprender e aprender. Revista da Católica, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 226-235 – Uberlândia/MG, 2010. Disponível em: <https://jogoscooperativos.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/06/lc3badico.pdf>. Acesso em: 04 de jul. 2024.

SOUZA, Adriane Eleutério. O lúdico associado à resolução de problemas e jogos no ensino e aprendizagem de funções: uma abordagem diferenciada. Dissertação (Mestrado em Ensino em Ciência e Tecnologia). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa: UTEP, 2014.

SPINELLI, Jaqueline Marilis Formigari. O lúdico no ensino de espanhol como língua estrangeira. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2011. Disponible en: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/1dfd439b-4b44-4db5-bae2-9fc9577dff2f/content>. Acceso en: 01 jul. 2024.

VIGOTSKI, L. S. Fundamentos de defectología. In: Obras completas. Tomo V. Trad. de Maria del Carmen Ponce Fernandez. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 1997. p. 74 - 87.

VIGOTSKI, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes. (1991). Disponible en: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3317710/mod_resource/content/2/A%20formacao%20social%20da%20mente.pdf. Acceso en: 30 de jun. 2024.

VITORES, D. F. El español: una lengua viva. Informe 2022. Instituto Cervantes: Madrid, 2022. Disponible en: https://cvc.cervantes.es/lengua/espanol_lengua_viva/pdf/espanol_lengua_viva_2022.pdf. Acceso en 01 jul. 2024.

ZAVALA, Lauro. Hacia un modelo semiótico para la teoría del cuento. Publicación: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2006. Disponible en: https://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/signa-revista-de-la-asociacion-espanola-de-semiotica--10/html/dcd92f4c-2dc6-11e2-b417-000475f5bda5_36.html#inicio. Acceso en: 04 de jul. 2024.

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/brasil-tem-18-6-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-indica-pesquisa-divulgada-pelo-ibge-e-mdhc#>

<https://www.canva.com/>

CAPÍTULO 24

PERCEPÇÕES DE JOVENS ADULTOS HOSPITALIZADOS APÓS DIAGNÓSTICO DE INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO

Lucas Henrique Freitas Chaves

Cristina Pilla Della Mía

Tiago Luan Labres de Freitas

Doi: 10.48209/978-65-5417-435-T

Introdução

As Doenças Cardiovasculares (DCs), anteriormente associadas predominantemente à população idosa, agora estão se tornando uma preocupação significativa entre jovens adultos, com implicações substanciais para a saúde (Maceno & Garcia, 2022). Essa tendência é impulsionada por mudanças nos estilos de vida, urbanização e globalização, tornando os jovens adultos, com idades entre 15 e 30 anos, especialmente vulneráveis à elas (Timóteo, 2021). Comportamentos prejudiciais à saúde cardiovascular, como uma dieta rica em gorduras saturadas e alimentos altamente processados, são comuns nessa faixa etária (Maceno & Garcia, 2022). Esses hábitos alimentares muitas vezes se associam a estilos de vida sedentários, contribuindo para o aumento da obesidade, um fator de risco reconhecido para Dcs (Timóteo, 2021).

Entre as várias DCs, o IAM é uma condição grave na qual o fluxo sanguíneo para uma parte do músculo cardíaco é obstruído, resultando na privação de oxigênio e nutrientes das células cardíacas (Bett et al., 2022).

O termo IAM está associado a critérios como sintomas de isquemia, que incluem a angina (dor ou desconforto no peito), alterações no Eletrocardiograma (ECG) indicando padrões isquêmicos, sendo classificado em três apresentações clínicas distintas: angina instável, infarto miocárdico sem elevação do segmento ST (ocorre quando há dano ao músculo cardíaco devido à falta de suprimento sanguíneo, mas não apresenta um sinal específico no ECG) e infarto miocárdico com elevação do segmento ST que é caracterizada pela obstrução total de uma artéria do coração (Fakhri et al., 2018).

No perfil de diagnóstico do IAM em jovens adultos, observou-se que o quadro de apresentação clínica ficou dentro dos parâmetros gerais para o diagnóstico da condição. Os pacientes nessa faixa etária geralmente são do sexo masculino, com idades entre 35 e 45 anos, frequentemente apresentando sobrepeso e, em geral, não possuem antecedentes familiares com IAM. A maioria dos pacientes relata dor torácica e não faz uso de medicação contínua antes do internamento (Bett et al., 2022). No tratamento do IAM o tempo é uma importância crítica, destacando que a maioria das mortes ocorre nas primeiras horas de manifestação da doença, principalmente devido a arritmias ventriculares. Esses achados realçam a necessidade de intervenções rápidas e efetivas, pois tempos menores do que 3 horas nesse processo estão associados a benefícios claros na redução de mortalidade e morbidade dos pacientes (Lima et al. 2019).

Os dados da Pesquisa Nacional de Saúde de 2019 no Brasil revelam preocupações com DCs, especialmente entre adultos mais jovens, representando 5,3% dos indivíduos com mais de 18 anos. Essa situação é particularmente alarmante, já que a condição foi identificada em adultos relativamente jovens. Além do mais, 29,1% dos adultos com DC relataram ter passado por procedimentos invasivos, como cirurgia de ponte de safena ou angioplastia, e 8,3% mencionaram enfrentar limitações intensas devido à doença (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020)

Maceno e Garcia (2022) afirmam que paralelamente, a transição para a vida adulta, com seus desafios, como ingressar no ensino superior, estabelecer

carreiras e formar famílias, pode amplificar os riscos de problemas de saúde cardiovascular entre jovens adultos, particularmente quando combinada com fatores de risco, elevando consideravelmente as chances de desenvolver doenças cardíacas em idades precoces. A prevenção do IAM em adultos ativos exige atenção a elementos como atividade física, integração social, alimentação saudável e vacinação, fornecendo diretrizes valiosas para a promoção da saúde cardiovascular, mesmo diante do aumento das doenças cardiovasculares entre jovens adultos (Dias et al., 2022; Gomes et al., 2021).

O estudo de Denollet et al. (1995) propuseram o conceito do tipo D como uma combinação de dois traços de personalidade estáveis e abrangentes: a Afetividade Negativa (AN) e a Inibição Social (IS). A AN de acordo com Nabi et al. (2008) e Watson & Clark (1984), refere-se à tendência de vivenciar emoções negativas, como disforia, ansiedade e irritabilidade, ao longo do tempo, com indivíduos com alta AN apresentando uma visão negativa de si mesmos e uma propensão a focar em eventos e estímulos aversivos. Em contrapartida, a IS envolve a tendência de inibir a expressão de sentimentos e comportamentos em interações sociais para evitar a rejeição e a desaprovação (Grynberg et al., 2012). Por outro lado, Schmidt et al. (2020) investigaram mulheres com IAM, encontrando altos níveis de estresse crônico, menor escolaridade e renda, além do uso do tabaco como forma de manejo do estresse. Essas descobertas destacam a importância de abordagens de cuidado focadas no gênero do paciente para garantir uma assistência mais eficaz e adequada às necessidades individuais.

Considerando a crescente incidência de IAM entre jovens adultos e a urgência de intervenções ágeis e o impacto emocional do diagnóstico, esta pesquisa teve como objetivo analisar as percepções e os impactos de jovens adultos hospitalizados que foram diagnosticados com IAM.

Método

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, exploratória e transversal, seguindo os princípios metodológicos de Creswell (2014).

Tratou-se de uma amostra não probabilística intencional, em consonância com as diretrizes da pesquisa qualitativa. Participaram da pesquisa quatro indivíduos internados em um hospital localizado no norte do Rio Grande do Sul, diagnosticados com IAM. Para a presente pesquisa, foram definidos critérios de inclusão com o objetivo de selecionar uma amostra específica e pertinente ao estudo. Os participantes deveriam ser homens ou mulheres com idade entre 18 e 40 anos, todos alfabetizados. Além disso, era essencial que tivessem recebido um diagnóstico de IAM nos últimos 30 dias. Em relação aos critérios de exclusão, não foram estabelecidos quaisquer parâmetros. Dessa maneira, todos os indivíduos que atenderam aos critérios de inclusão mencionados foram considerados elegíveis para participar do estudo. Os participantes serão nomeados de P e descritos por ordem numérica, conforme a Tabela 1

Tabela 1: Caracterização dos Participantes

Idade		Gênero	Escolaridade	Estado Civil	Trabalho	História de doença cardíaca na família
P1	43	Masculino	Ens. Fund.	Casado	Conferente	Não
P2	40	Masculino	Ens. Fund. Inc.	Casado	Serviços gerais	Sim
P3	29	Masculino	Ens. Méd. Inc.	Solteiro	Operário	Não
P4	40	Masculino	Ens. Méd. Inc.	Casado	Açougueiro	Não

Utilizou-se uma entrevista semiestruturada para atingir o objetivo de pesquisa. Esse tipo de entrevista pressupõe que as questões já foram planejadas antecipadamente e foram aplicadas a todos os participantes (DiCicco-Bloom & Crabtree, 2006). Como questões norteadoras, investigou-se: Quais

foram os sintomas ou sinais que o motivaram a buscar atendimento médico? Você tem algum histórico familiar de problemas cardíacos, como o IAM? Se sim, você se sente à vontade para compartilhar como isso impactou você ou sua família? Como você se sentiu quando recebeu o diagnóstico de IAM? Houve alguma reação emocional imediata que você gostaria de compartilhar? Como a sua percepção de si mesmo e da sua saúde emocional mudou após o diagnóstico de IAM? Houve uma reavaliação das suas prioridades de vida? Você acredita que, após o IAM, suas preocupações e emoções em relação à sua saúde serão diferentes? Como você avalia que estava sua saúde mental quando teve o IAM? Destaca-se que os preceitos ético forma seguidos conforme resolução 466 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), tendo aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da Atitus Educação, parecer número 6.526.365 e CAAE número 75344423.6.0000.5319.

A equipe de enfermagem indicou os pacientes que se encaixavam nos critérios de inclusão para o estudo e que estavam em condições de levantar do leito e se dirigir a uma sala para responder à pesquisa. O pesquisador foi até o Setor de Hemodinâmica e fez o convite ao paciente para participar da pesquisa. Foi realizado um agendamento para a coleta de dados. Na data da entrevista, o pesquisador iniciou com a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após o participante assinar e esclarecer possíveis dúvidas, a entrevista foi iniciada. Cabe ressaltar que a entrevista foi realizada de forma individual em uma sala reservada no Setor de Hemodinâmica do Hospital. A entrevista foi gravada para posterior transcrição das falas. Com o tempo em média 15 minutos cada entrevista.

A análise de dados será conduzida por meio da metodologia de análise de conteúdo de Bardin (2016), que envolve três etapas distintas. Na primeira etapa, denominada “pré-análise”, serão sistematizadas as ideias iniciais, elaborando um plano de análise que inclui a seleção dos materiais a serem analisados, a formulação de objetivos e hipóteses, bem como a construção de indicadores para orientar a interpretação subsequente, ainda que não rigidamente nesta or-

dem. A segunda etapa, a fase de “exploração do material”, representa o cerne da análise, uma fase que se estende ao longo do tempo. Por fim, a terceira etapa, “tratamento dos resultados e interpretações”, transformará os resultados brutos em descobertas significativas, culminando em uma interpretação fundamentada nos dados (Bardin, 2016). As categorias foram definidas *a posteriori*.

Resultados e Discussão

As categorias desenvolvidas representam estágios essenciais do processo enfrentado pelos pacientes após o diagnóstico de IAM. Elas destacam não apenas as experiências emocionais e físicas enfrentadas durante o evento agudo, mas também enfatizam a importância crucial da educação contínua e da conscientização sobre a prevenção secundária, ressaltando a necessidade de adotar mudanças significativas no estilo de vida para melhorar tanto a qualidade de vida quanto a sobrevivência dos pacientes cardiopatas. Dessa pesquisa emergiram quatro categorias: O Momento de Dor: a Busca por Atendimento Médico; O Medo de Morrer e o Desejo de Seguir Vivo; Planos de Mudanças após o Diagnóstico de IAM e Percepção sobre Saúde Mental na sua Vida Antes do Diagnóstico de IAM.

Categoria 1. O Momento de Dor: a Busca por Atendimento Médico

Essa categoria teve como objetivo descrever os sintomas de forma precisa e abrangente. O início súbito e intenso dos sintomas de um IAM frequentemente interrompe as atividades diárias dos pacientes, levando-os a buscar atendimento médico imediato. Os depoimentos dos participantes revelam a gravidade e a diversidade dos sintomas, desde dor insuportável no peito até dificuldade respiratória e mal-estar generalizado, conforme depoimentos:

“Eu estava em casa, né? Fazendo uma limpeza em volta de casa, né, na jardinagem. E daí começou a dor no peito, né, no peito. Minha filha foi me trazer uma água. Achei que era por causa do esforço físico. Daí até

tomei um pouco de água e não consegui, né. Voltei para dentro de casa, botei as botinas que eu tinha, voltei para dentro de casa e daí piorou, voltei, suador, um mal-estar horrível com dor insuportável no peito e não passava” (P1).

“Dor no peito. Uma dor que eu não aguentava mais, me faltava muito o ar. Teve um momento em que não aguentei” (P2).

“Estava sentindo muita dor de cabeça e queimação no coração muito forte” (P3).

“Foi perto do meio dia, estava sentado no sofá, ia me levantar para ir almoçar, senti uma dor forte e tive que ir para o hospital” (P4).

A rápida identificação dos sinais críticos e a busca urgente por ajuda médica são essenciais para aumentar as chances de sobrevivência e minimizar danos cardíacos. A descrição dos sintomas reflete a experiência angustiante de enfrentar um IAM, com relatos de dor intensa no peito, sudorese profusa e sensação de mal-estar geral. Esses sintomas correspondem aos indicadores clássicos do IAM, conforme destacado na literatura (Dattoli-García et al., 2021; Lima et al., 2019; Thygesen et al., 2012). Os relatos dos participantes sobre “dor insuportável no peito” e “suador, um mal-estar horrível” ilustram claramente os sintomas clássicos descritos por Bett et al. (2022).

O coração, dividido em átrios e ventrículos, desempenha um papel essencial ao bombear sangue pelos vasos sanguíneos para sua oxigenação nos pulmões (Silverthorn, 2017). A interrupção desse processo vital pode levar a danos graves e irreversíveis, enfatizando a importância da identificação precoce e tratamento imediato do IAM (Avezum Junior et al., 2015; Baruzzi et al., 2018; Reggi & Stefanini, 2016). O diagnóstico do IAM pode se manifestar de maneiras diferentes, sendo categorizado em três apresentações clínicas principais: angina instável, infarto miocárdico sem elevação do segmento ST e infarto miocárdico com elevação do segmento ST. A identificação da elevação do segmento ST é feita através de um eletrocardiograma (ECG) (Fakhri et al., 2018).

Os relatos apresentados não só confirmam os sintomas clássicos descritos na literatura médica, mas também destacam a diversidade de manifestações clínicas do IAM. Cada experiência individual enfatiza a necessidade de respostas rápidas e intervenções médicas apropriadas para melhorar os resultados de saúde e garantir a recuperação do paciente (Cannon & Steinberg, 2012). Por exemplo, o relato do P1 que menciona uma dor insuportável no peito, falta de ar e suador, se alinha diretamente com a descrição de sintomas críticos conforme descritos na literatura (Bett et al. 2022).

Categoria 2. O medo de morrer e o desejo de seguir vivo

Nesta categoria, objetivou-se descrever a repercussão emocional que o diagnóstico de IAM para os pacientes. O IAM não apenas causa sintomas físicos intensos, mas também desencadeia medo de morrer e um forte desejo de continuar vivendo, como relatado pelos participantes. Essas emoções são intensificadas pela preocupação com a família e pela percepção da fragilidade da própria vida. Conforme descrito pelos pacientes, a experiência do IAM leva a uma reflexão profunda sobre a vida e a mortalidade:

“Quero viver mais um pouco. Conviver mais com a família, né, com os amigos mais um pouco. E olha, eu tenho irmãs, tenho pai, né, quero viver mais um pouco, cara, tenho mais coisas para fazer aqui embaixo. E foi um baque demais” (P1).

“Achei que já iria morrer. Sobre reação emocional mesmo nada. Achei que iria morrer por causa da dor mesmo” (P3)

“Nervosismo, o cara começa a pensar, né? Dá um nervosismo, pensa em tudo que é coisa, né? Primeira coisa é a família, medo... pensei que poderia morrer, né” (P4).

A experiência do IAM desencadeia uma gama de emoções intensas nos pacientes, destacando o medo da morte como uma reação comum, como evidenciado pelos relatos dos participantes. Esse medo é particularmente pronun-

ciado entre os pacientes mais jovens, que confrontam a realidade de uma longa vida pela frente, tornando a percepção do evento ainda mais assustadora (Mantovani et al., 2020). O impacto emocional do IAM é amplificado pela súbita manifestação dos sintomas, intensificando os medos dos pacientes, como observado nos relatos. A incerteza sobre o prognóstico e o medo da finitude são aspectos significativos dessa experiência desafiadora (Abreu et al., 2017).

A literatura reforça a importância de considerar o impacto emocional do IAM no tratamento e na recuperação dos pacientes. Abreu et al. (2017) destacam que o suporte emocional adequado pode influenciar positivamente a recuperação, ajudando os pacientes a lidar melhor com a experiência traumática do IAM. Além do impacto na pessoa acometida, o diagnóstico também afeta significativamente a vida de seus familiares, alterando a rotina devido ao afastamento das atividades laborais e gerando limitações físicas na pessoa que adoeceu (Camponogara et al., 2014). Destaca-se a importância de uma rede familiar estruturada para auxiliar nos cuidados domiciliares. Portanto, estratégias de suporte psicológico podem ser cruciais para melhorar a qualidade de vida dos pacientes a longo prazo, reduzindo o risco de sintomas depressivos e de ansiedade pós-infarto (Mantovani et al., 2020).

O relato do P1 compartilha sobre o desejo intenso de prolongar a vida para continuar convivendo com a família e amigos, um sentimento que reflete a necessidade urgente de um cuidado muito delicado para esses indivíduos durante e após a recuperação do IAM. Esse cuidado é essencial para ajudar os pacientes a lidar com a experiência traumática e melhorar a qualidade de vida a longo prazo. Assim, a integração de cuidados emocionais no tratamento do IAM é essencial para promover uma recuperação completa (Brotto & Guimarães, 2017; Lavie et al., 2016; Deschênes et al., 2020; Taborda et al., 2022).

Categoria 3. Planos de Mudanças após o Diagnóstico de IAM

Esta categoria tem como objetivo explorar as mudanças de comportamento e estilo de vida que os pacientes sentem necessidade de implementar após o diagnóstico de IAM. Os participantes expressaram um forte desejo de reavaliar suas vidas, buscando melhorar sua saúde e bem-estar. A preocupação com suas famílias e o desejo de estar presentes para seus entes queridos impulsionaram essa motivação. Eles perceberam a importância de cuidar de si mesmos, sabendo que suas ações afetam também aqueles que amam, segundo narrativas:

“Saindo daqui eu já saí dessa, indo para Passo Fundo, eu ia sair dessa. Eu disse que eu tenho duas filhas para criar ainda, mesmo sendo grandes” (P1).

“O cara vai ver, vai mudar mesmo... ainda estou um pouco confuso na verdade, tenho que pensar mais na gente né, mas o primeiro que eu tenho que pensar é nos meus filhos né, tentar mudar por eles” (P2)

“Não tem como não pensar. Pensei muito na família, né? Eu tenho a minha mulher, tenho meu filho. Deitado, comecei a pensar muito... Primeira coisa é a família, medo... pensei que poderia morrer, né, daí ficar aí a minha família.... essas coisas” (P4).

Para pacientes que enfrentam problemas cardíacos, como IAM, o coração muitas vezes assume um papel simbólico que vai além do seu significado fisiológico. Ele se torna um emblema de vulnerabilidade e perda de controle, gerando um desejo de regressão e reparação (Souza & Staliano, 2020). Após sobreviver a um evento tão traumático, muitos pacientes sentem uma necessidade profunda de mudança. Eles elaboram planos significativos para reestruturar suas vidas, reconhecendo a grande importância de adotar um novo estilo de vida para cuidar de sua saúde cardíaca. Essa conscientização reflete uma compreensão crescente sobre a necessidade de modificar comportamentos e

crenças em relação à saúde após uma experiência cardíaca (Mantovani, 2020).

Os relatos dos pacientes enfatizam consistentemente o papel crucial da família como motivadora para essas mudanças. Três participantes (P1, P2 e P4) destacaram como a presença e o apoio de seus entes queridos foram essenciais para incentivar a adoção de hábitos mais saudáveis. A preocupação com o bem-estar de seus familiares desempenha um papel significativo nas decisões dos pacientes em relação à sua saúde, estimulando a busca por um estilo de vida mais consciente (Brotto; Guimarães, 2017). Essa dinâmica familiar conforme esses relatos, corrobora a literatura, que destaca a influência positiva dos laços familiares na promoção da saúde e na adoção de comportamentos preventivos (Covelo & Badaró-Moreira, 2015).

Além disso, os relatos dos pacientes revelam um profundo desejo de preservar e fortalecer os laços familiares após um IAM. Eles reconhecem que sua recuperação não é apenas uma jornada individual, mas também afeta diretamente aqueles que amam (Abreu *et al.*, 2017). No entanto, para muitos pacientes, a doença representa uma perda temporária ou temida da autonomia, destacando ainda mais a importância do apoio tanto da família quanto de profissionais de saúde mental (Brotto & Guimarães, 2017).

Apesar do apoio familiar, os pacientes enfrentam desafios contínuos, sublinhando a importância da compreensão da natureza crônica da prevenção secundária. A mudança conforme um dos relatos ressalta a necessidade de educar os pacientes sobre a importância de adotar não apenas um estilo de vida saudável, mas também mudanças específicas na dieta. Um estudo realizado por Karam *et al.*, (2023) destaca a eficácia de dietas balanceadas, como a mediterrânea e a baixa em gorduras na redução de eventos cardiovasculares, incluindo infartos não fatais. O consumo adequado de fibras, especialmente de cereais integrais, está associado a uma redução na mortalidade cardiovascular e geral em pacientes pós-IAM (Butler *et al.*, 2020). Cuidar da alimentação não apenas promove a recuperação física, mas também tem um impacto positivo na saúde

mental e emocional dos pacientes, melhorando tanto a sua sobrevida quanto o seu bem-estar geral após um IAM (Nammur et al., 2021).

Além da alimentação, a prática de exercício físico após IAM tem sido amplamente investigada, demonstrando um melhor prognóstico, prevenindo o remodelamento cardíaco, a progressão da insuficiência cardíaca e melhorando a capacidade funcional dos pacientes (Suaya et al., 2009; Maessen et al., 2017). Esses fatores são fundamentais, pois estão diretamente ligados a um menor risco de novos eventos de IAM, além de contribuírem para a redução da mortalidade e das internações por todas as causas (Dibben et al., 2021). O aumento da atividade física após um IA está fortemente associado a uma diminuição na mortalidade. Dados do registro SWEDEHEART (Registro Nacional Sueco de Dados sobre Doenças Cardíacas) fornecem evidências robustas de que a prática regular de exercício físico é essencial para a recuperação e a longevidade dos pacientes pós IAM (Ekblom et al., 2018).

A atividade física oferece inúmeros benefícios psicológicos, especialmente para pacientes pós IAM. A prática regular de atividade física está associada à redução dos níveis de ansiedade e depressão, melhora do humor e aumento da sensação de bem-estar geral. Os benefícios da atividade física estão em atuar como um modulador do estresse, reduzindo a reatividade do sistema nervoso simpático e promovendo a liberação de endorfinas, que são substâncias químicas no cérebro que atuam como analgésicos naturais e elevadores de humor (Herring et al., 2012). A participação em programas de reabilitação cardíaca que incluem exercícios físicos tem mostrado melhorar a autoconfiança e a qualidade de vida dos pacientes, ajudando-os a retomar suas atividades diárias com mais segurança e menos medo de recorrências (Lavie et al., 2016).

Os resultados de pacientes que enfrentam complicações cardíacas e adotam hábitos saudáveis frequentemente mostram melhorias significativas, como frequências cardíacas mais baixas, aumento da aptidão cardiorrespiratória e uma qualidade de vida substancialmente melhorada (Abreu et al.,

2017). Nesse contexto, a psicoeducação em saúde desempenha um papel de extrema importância ao instruir tanto pacientes quanto cuidadores sobre diversas doenças, sejam elas físicas ou mentais, facilitando assim a prevenção, promoção e educação em saúde. Além de fornecer informações sobre tratamento, etiologia e prognóstico, a psicoeducação promove estratégias de enfrentamento, fortalecimento e adaptação em relação ao adoecimento, contribuindo para uma gestão mais eficiente da condição de saúde e uma melhor qualidade de vida (Lemes & Ondere Neto, 2017).

Categoria 4. Percepção sobre Saúde Mental na sua Vida Antes do Diagnóstico de IAM

O objetivo dessa categoria foi apresentar as percepções dos pacientes sobre suas experiências emocionais antes do diagnóstico de IAM. Conforme os relatos dos participantes, estavam sentindo altos níveis de estresse e ansiedade. Essas narrativas refletem a complexidade das experiências emocionais prévias ao diagnóstico de IAM, destacando a importância de considerar a saúde mental como parte integrante da saúde global do paciente, segundo as falas:

“Muito estresse no trabalho, qualquer coisa sei que também é da ansiedade e qualquer coisa que a mulher dissesse, qualquer coisinha. Qualquer coisinha já brigava, muitas vezes já sentava longe de todo mundo para não... né, tanto no trabalho quanto com a minha família. “Fincava os pés num...” e nem chegava perto de patrão ou da mulher né” (P2).

“Me considero um pouco ansioso... Em casa nunca fui de briga e nem nada, até estava tomando chimarrão com a esposa, né? Porque antes do meio dia tinha que começar o almoço pois de tarde tinha que ir trabalhar, mas daí começou a dor e é isso. Sobre a ansiedade, o meu problema é a questão de espera, de ficar esperando algo, já fico ansioso. É uma sensação ruim” (P4).

Os relatos dos participantes destacam a interação complexa entre o estresse e a saúde cardiovascular. O P2 descreve uma rotina marcada por situações

estressantes, tanto no trabalho quanto em casa, evidenciando como o estresse crônico pode contribuir para a predisposição ao IAM. Neste sentido, uma pesquisa enfatizou a associação entre o estresse crônico e o aumento do risco de doenças cardiovasculares, incluindo o IAM (Santana et al., 2020). Essa conexão entre o estresse psicossocial e a saúde do coração ressalta a importância de estratégias de gerenciamento do estresse não apenas para a saúde mental, mas também para a prevenção de doenças cardiovasculares (Gomes et al., 2016).

A reação ao estresse está associada tanto a fatores externos, como situações financeiras, profissionais, familiares, sociais e de saúde, quanto a fatores internos, como ansiedade, preocupações, exaustão, tensão e insônia (Knebel & Marin, 2018). O estresse é entendido como a soma das respostas individuais diante de circunstâncias desafiadoras que exigem adaptação, caracterizando-se como uma reação a eventos que podem ter impactos físicos, mentais e fisiológicos significativos (Schmidt et al., 2020). Um estudo recente identificou que o estresse crônico se posiciona como um importante fator de risco na atualidade, associado ao surgimento do IAM. Esse estresse prolongado se manifestou em diferentes fases, incluindo quase exaustão, exaustão e resistência, mostrando uma relação direta com uma taxa de mortalidade mais elevada em um período de dois anos, quando comparado com indivíduos com níveis de estresse mais baixos (Silva et al., 2023).

Da mesma forma, a ansiedade expressada pelo P4 em relação à espera por eventos futuros destaca como a saúde mental pode influenciar a saúde cardiovascular. Uma pesquisa feita por Vasconcelos et al. (2021), identificou que os transtornos de ansiedade emergem como um elemento significativo nesse cenário, não apenas associados ao desenvolvimento dessas condições, mas também a um prognóstico mais desfavorável. A identificação precoce e o manejo eficaz dos sintomas de ansiedade podem desempenhar algo importante na prevenção e tratamento das doenças cardiovasculares, contribuindo para melhorar a qualidade de vida dos pacientes afetados por essas condições (Tully et al., 2016).

Considerações Finais

Com base nos principais resultados obtidos nesta pesquisa, é evidente que o IAM não apenas desencadeia sintomas físicos intensos, mas também gera uma profunda resposta emocional nos pacientes. A busca por atendimento médico imediato é de extrema importância diante do início súbito e intenso dos sintomas, destacando a importância da rápida identificação desses sinais críticos para aumentar as chances de sobrevivência e minimizar danos cardíacos.

A conscientização sobre os sinais de IAM e a prontidão para agir podem ser fundamentais na prevenção de complicações e na promoção de melhores resultados de saúde. Os relatos dos participantes revelaram que o medo de morrer e o desejo de continuar vivendo emergem como sentimentos predominantes durante e após o evento do IAM. Essas emoções são intensificadas pela preocupação com a família e pela percepção da fragilidade da própria vida, especialmente por serem jovens adultos que ainda têm preocupações voltadas ao trabalho e à família, o que os leva a refletir sobre a finitude de suas vidas. Dentro desse contexto, os pacientes expressam uma urgência em aproveitar ao máximo cada momento e priorizar o cuidado com sua saúde e bem-estar.

Outro aspecto relevante é a expressão de um forte desejo de mudança após o diagnóstico de IAM. Os participantes demonstraram uma determinação em reavaliar seus estilos de vida, buscando melhorar sua saúde e bem-estar, impulsionados pela preocupação com suas famílias e o desejo de estar presentes para seus entes queridos. Essa motivação para mudança de hábitos sugere a necessidade de abordagens de intervenção que promovam e apoiem essas iniciativas de estilo de vida saudável. É importante destacar também a percepção dos pacientes sobre sua saúde mental antes do diagnóstico de IAM. Foram relatados níveis de estresse e ansiedade, evidenciando a complexidade das experiências emocionais prévias ao diagnóstico.

Essa constatação ressalta a importância de considerar a saúde mental como parte integrante da saúde global do paciente, promovendo uma abordagem integral no cuidado e no tratamento. Recomenda-se a implementação de psicoeducação no hospital antes da alta, abordando mudanças no estilo de vida e estratégias de enfrentamento emocional. Essas observações são valiosas para o desenvolvimento de abordagens de cuidado mais eficazes e centradas no paciente, proporcionando uma base sólida para a implementação de programas de psicoeducação no ambiente hospitalar, facilitando uma recuperação mais orientada e informada para os pacientes durante o período pós-IAM.

A pesquisa teve como principal limitação um baixo número de participantes, decorrente da baixa incidência de IAM em jovens adultos. Como continuidade deste estudo, recomenda-se a realização de pesquisas com amostras maiores, a fim de investigar intervenções específicas para promover a saúde mental e o bem-estar dos pacientes pós-IAM. Tais estudos podem fornecer *insights* adicionais valiosos para a melhoria das práticas clínicas e das políticas de saúde, destacando a importância de indicar psicoterapia para este público ainda durante a internação.

Referências

Abreu, R. I. T. L., Corrêa Vieira, J. P., Candido, M. Q., Paixão Pereira, W. M., dos Reis Miranda, V. C., & Martinez Teodoro, E. C. (2017). Fase III de reabilitação cardíaca pós-infarto agudo do miocárdio. *Revista Brasileira de Fisiologia do Exercício*, 16(1), 21-34. <https://doi.org/10.33233/rbfe.v16i1.893>

Avezum Junior, Á., Feldman, A., Carvalho, A. C. de C., Sousa, A. C. S., Mansur, A. de P., Bozza, A. E. Z., Falcão, B. de A. A., Markman Filho, B. M., Polanczyk, C. A., Gun, C., Serrano Junior, C. V., Oliveira, C. C. de, Moreira, D., Précoma, D. B., Magnoni, D., Albuquerque, D. C. de, Romano, E. R., Stefani, E., & Santos, E. S. dos. (2015).

V Diretriz da Sociedade Brasileira de Cardiologia sobre Tratamento do Infarto Agudo do Miocárdio com Supradesnível do Segmento ST. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, 105(2 Suppl 1), 1–121. <https://doi.org/10.5935/abc.20150107>.

Baruzzi, A. C. do, Stefanini, E., & Manzo, G. (2018). Fibrinolíticos: indicações e tratamento das complicações hemorrágicas. *Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo*, 28(4), 421–427. <http://dx.doi.org/10.29381/0103-8559/20182804421-7>.

Bett, M. S., Zardo, J. M., Utiamada, J. L., Reckziegel, J. L., & dos Santos, V. V. (2022). Infarto agudo do miocárdio: Do diagnóstico à intervenção. *Research, Society and Development*, 11(3), e23811326447. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i3.26447>.

Brotto, A. M., & Guimarães, A. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-74092017000100004&lng=pt&tlng=pt. B. P. (2017). A influência da família no tratamento de pacientes com doenças crônicas. *Psicologia Hospitalar*, 15(1), 43-68.

Butler, T., Kerley, C. P., Altieri, N., Alvarez, J., Green, J., Hinchliffe, J., Stanford, D., & Paterson, K. (2020). Optimum nutritional strategies for cardiovascular disease prevention and rehabilitation (BACPR). *Heart*, 106, 724-731. <https://doi.org/10.1136/heartjnl-2019-315499>

Cannon, C. P., & Steinberg, B. A. (2012). *Cardiologia baseada em evidências* (3a ed.). Artmed.

Creswell, J. W (2014). O projeto de um estudo qualitativo. In J. W. Creswell (Ed.), *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens* (pp. 48-66). Penso Editora LTDA.

Camponogara, S., Silveira, M., & Cielo, C. (2014). Percepções de pacientes submetidos à cirurgia cardiovascular sobre o adoecimento. *Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro*, 4(1), 1-10. <https://doi.org/10.19175/recom.v0i0.554>

Covelo, B. S. R., & Badaró-Moreira, M. I. (2015). Laços entre família e serviços de Saúde Mental: a participação dos familiares no cuidado do sofrimento psíquico. *Interface (Botucatu)*, 19(55), 1133-1144. <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.0472>

Dattoli-García, C. A., Jackson-Pedroza, C. N., Gallardo-Grajeda, A. L., Gopar-Nieto, R., Araiza-Garygordobil, D., & Arias-Mendoza, A. (2021).

Infarto agudo de miocárdio: revisão sobre fatores de risco, etiologia, achados angiográficos e desfechos em pacientes jovens. *Archivos de Cardiología de México*, 91(4), 485-492. <https://doi.org/10.24875/acm.20000386>

Denollet, J., Sys, S. U., & Brutsaert, D. L. (1995). Personality and mortality after myocardial infarction. *Psychosomatic Medicine*, 57(6), 582-591. <https://doi.org/10.1097/00006842-199511000-00011>

Deschênes, S. S., Burns, R. J., & Schmitz, N. (2020). Anxiety and Depression Symptom Comorbidity and the Risk of Heart Disease: A Prospective Community-Based Cohort Study. *Psychosomatic Medicine*, 82, 296-304. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32058463/>

Dias, T. M. S., Júnior, J. R. S., Sudré, G. A., Corrêa, C. R. A., Carrijo, M. V. N., & Maier, S. R. O. (2022). Fatores de proteção relacionados ao infarto do miocárdio: revisão integrativa. *Revista Enfermagem Atenção Saúde*, 11(1), e202245. <https://doi.org/10.18554/reas.v11i1.5099>

DiCicco-Bloom, B., & Crabtree, B. F. (2006). The qualitative research interview. *Medical education*, 40(4), 314-321. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2929.2006.02418.x>

Dibben, G., Faulkner, J., Oldridge, N., Rees, K., Thompson, D. R., Zwisler, A. D., et al. (2021). Exercise-based cardiac rehabilitation for coronary heart disease. *Cochrane Database of Systematic Reviews*, 11(11), CD001800. <https://doi.org/10.1002/14651858.cd001800.pub4>

Eklom, O., Ek, A., Cider, Å., Hambræus, K., & Börjesson, M. (2018). Increased physical activity post-myocardial infarction is related to reduced mortality: Results from the SWEDHEART registry. *Journal of the American Heart Association*, 7(24), e010108. <https://doi.org/10.1161/JAHA.118.010108>

Fakhri, Y., Melgaard, J., Andersson, H. B., Schoos, M. M., Birnbaum, Y., Graff, C., Sejersten, M., Kastrup, J., & Clemmensen, P. (2018). Automatic electrocardiographic algorithm for assessing severity of ischemia in ST-segment elevation myocardial infarction. *International Journal of Cardiology*, 268, 18-22. <https://doi.org/10.1016/j.ijcard.2018.04.057>

Gomes, C. M., Capellari, C., Pereira, D. S. G., Volkart, P. R., Moraes, A. P., Jardim, V., & Bertuol, M. (2016). Estresse e risco cardiovascular: intervenção multiprofissional de educação em saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 69(2), 329-336. <https://doi.org/10.1590/0034-7167.2016690219i>

Gomes, C. S., Gonçalves, R. P. F., Silva, A. G. da, Nogueira de Sá, A. C. M. G., Alves, F. T. A., Ribeiro, A. L. P., & Malta, D. C. (2021). Fatores associados às doenças cardiovasculares na população adulta brasileira: Pesquisa Nacional de Saúde, 2019. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 24(suppl 2), 01-16. <https://doi.org/10.1590/1980-549720210013.supl.2>

Grynberg, D., Gidron, Y., & Denollet, J. (2012). Evidence for a cognitive bias of interpretation toward threat in individuals with a type D personality. *Journal of Behavioral Medicine*, 35(1), 95-102. <https://doi.org/10.1007/s10865-011-9351-7>

Herring, M. P., Puetz, T. W., O'Connor, P. J., & Dishman, R. K. (2012). Effect of exercise training on depressive symptoms among patients with a chronic illness: a systematic review and meta-analysis of randomized controlled trials. *Archives of Internal Medicine*, 172(2), 101-111. <https://doi.org/10.1001/archinternmed.2011.696>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). *Pesquisa nacional de saúde: 2019: percepção do estado de saúde, estilos de vida, doenças crônicas e saúde bucal: Brasil e grandes regiões*. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101764.pdf>

Karam, G., Agarwal, A., Sadeghirad, B., Jalink, M., Hitchcock, C. L., Ge, L., Kiflen, R., Ahmed, W., Zea, A. M., Milenkovic, J., Chedrawe, M. A. J., Rabassa, M., El Dib, R., Goldenberg, J. Z., Guyatt, G. H., Boyce, E., & Johnston, B. C. (2023).

Comparison of seven popular structured dietary programmes and risk of mortality and major cardiovascular events in patients at increased cardiovascular risk: systematic review and network meta-analysis. *BMJ*, 380, e072003. 1-11. <https://doi.org/10.1136/bmj-2022-072003>

Knebel, I. L., & Marin, A. H. (2018). Fatores psicossociais associados à doença cardíaca e manejo clínico psicológico: percepção de psicólogos e paciente. *Revista da SBPH*, 21(1), 112-131. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582018000100007&lng=pt&tlng=pt

Lavie, C. J., Menezes, A. R., De Schutter, A., Milani, R. V., & Blumenthal, J. A. (2016). Impact of cardiac rehabilitation and exercise training on psychological risk factors and subsequent prognosis in patients with cardiovascular disease. *Canadian Journal of Cardiology*, 32(10 Suppl 2), S365-S373. <https://doi.org/10.1016/j.cjca.2016.07.508>

Lemes, C. B., & Ondere Neto, J. (2017). Aplicações da psicoeducação no contexto da saúde. *Temas em Psicologia*, 25(1), 17-28. <https://doi.org/10.9788/TP2017.1-02>

Lima, M. L. N. M., Magalhães, J. S., Santos, T. F., Peixoto, P. S., & Rodrigues, G. R. S. (2019). Caracterização de pessoas jovens com infarto agudo do miocárdio. *Revista Baiana de Enfermagem*, 33(e3359), 1-8. <https://doi.org/10.18471/rbe.v33.e33591>

Maceno, L. K., & Garcia, M. S. (2022). Fatores de risco para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares em jovens adultos. *Brazilian Journal of Health Review*, 5(1), 2820-2842. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i11.19949>

Maessen, M. F., Eijsvogels, T. M., Stevens, G., van Dijk, A. P., & Hopman, M. T. (2017). Benefits of lifelong exercise training on left ventricular function after myocardial infarction. *European Journal of Preventive Cardiology*, 24(17), 1856-1866. <https://doi.org/10.1177/2047487317728765>

Mantovani, M. F., Alves das Mercês, N. N., Mazza, V. A., Mattei da Silva, Â. T., & Piccinin Paz, V. (2020). Percepção do cuidado à saúde de adultos após o infarto do miocárdio. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 73(5), e20190074. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0074>

Nabi, H., Kivimaki, M., De Vogli, R., Marmot, M. G., & Singh-Manoux, A. (2008). Positive and negative affect and risk of coronary heart disease: Whitehall II prospective cohort study. *British Medical Journal*, 337(a118), 1-7. <https://doi.org/10.1136/bmj.a118>

Nammur, A. C. D. M., et al. (2021). Limitações no pós-infarto agudo do miocárdio e repercussões na qualidade de vida do paciente. *Research, Society and Development*, 10(5), 1-19. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i5.14609>

Reggi, S., & Stefanini, E. (2016). Diagnóstico das síndromes coronarianas agudas e modelo sistematizado de atendimento em unidades de dor torácica. *Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo*, 26(2), 78-85. https://docs.bvsalud.org/biblioref/2021/08/429724/02_revistasocesp_v26_02.pdf

Santana, A. I. C., Mercês, M. C. das, Magalhães, L. B. N. C., Costa, A. L. B., & D'Oliveira Junior, A. (2020). Associação entre síndrome metabólica e trabalho: uma revisão integrativa da literatura. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, 18(2), 185-193. <https://cdn.publisher.gn1.link/rbmt.org.br/pdf/v18n2a10.pdf>

Silva, A. R. O., Medeiros, M. G. A., Sousa, S. M., Filho, J. S. O., Silva, A. B., César, E. S. R., & Nogueira, W. B. A. G. (2023). Infarto agudo do miocárdio relacionado ao estresse: revisão integrativa. *Brazilian Journal of Health Review*, 6(6), 29829-29842. <https://doi.org/10.34119/bjhrv6n6-249>

Schmidt, K., Lima, A. da S., Schmitt, K. R., Moraes, M. A., & Schmidt, M. M. (2020). Um Olhar sobre o Stress nas Mulheres com Infarto Agudo do Miocárdio. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, 115(4), 649-657. <https://doi.org/10.36660/abc.20190282>

Silverthorn, D. U. (2017). *Fisiologia humana: uma abordagem integrada* (7a ed.). Artmed.

Souza, T. S., & Staliano, P. (2020). Coração como centro das emoções e da vida: Um estudo com pacientes cardiopatas em hospitais gerais. *Vittalle – Revista de Ciências da Saúde*, 32(2), 140-147. <https://doi.org/10.14295/vittalle.v32i2.9700>

Suaya, J. A., Stason, W. B., Ades, P. A., Normand, S. L., & Shepard, D. S. (2009).

Cardiac rehabilitation and survival in older coronary patients. *Journal of the American College of Cardiology*, 54(1), 25-33. <https://doi.org/10.1016/j.jacc.2009.01.078>

Taborda, D. V., Michels, M. S., & de Souza, G. H. (2022). Autocompaixão em pacientes que tiveram infarto agudo do miocárdio. *Revista Sul Americana de Psicologia*, 10(1), 93-118. <https://doi.org/10.29344/2318650X.1.3208>

Thygesen, K., Alpert, J. S., Jaffe, A. S., Chaitman, B. R., Bax, J. J., Morrow, D. A., & White, H. D. (2012). *Third universal definition of myocardial infarction*. *Circulation*, 126(16), 2020-2035. <https://doi.org/10.1161/CIR.0b013e31826e1058>

Timóteo, A. T. (2021). Índices de Mortalidade por Infarto do Miocárdio Agudo no Brasil – Uma Pequena Luz no Fim do Túnel. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, 117(2), 327-328. <https://doi.org/10.36660/abc.20210446>

Tully, P. J., Harrison, N. J., Cheung, P., & Cosh, S. (2016). Anxiety and cardiovascular disease risk: A review. *Current Cardiology Reports*, 18(12), 120. <https://doi.org/10.1007/s11886-016-0800-3>

Vasconcelos, S. T., Barros, A. P., Rodrigues, A. S., Vetorasso, G. S., Sanchez, J. P. M., Pinheiro, L. S., Sousa, M. M. A., Arcanjo Vasconcelos, N. T., de Almeida, R. M., & Moura, A. de A. (2021).

Efeitos dos transtornos de ansiedade nas doenças cardiovasculares: uma revisão integrativa. *Brazilian Journal of Health Review*, 6(6), 29829-29842. <https://doi.org/10.25248/REAMed.e9014.2021>

Watson, D., & Clark, L. A. (1984). Negative affectivity: The disposition to experience aversive emotional states. *Psychological Bulletin*, 96(3), 465-490. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.96.3.465>

CAPÍTULO 25

IMPACTOS DOS EVENTOS EXTREMOS EM ITAARA: DESAFIOS E RESPOSTAS DIANTE DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Luciane de Andrades Lemos

Liziany Müller

Ivanio Folmer

Elizeu da Silva Costa Junior

Doi: 10.48209/978-65-5417-435-Y

Introdução

Os eventos meteorológicos extremos são uma realidade global que acontecem em diferentes territórios de maneiras diversas. No Rio Grande do Sul, estado localizado na região sul do Brasil, os impactos têm se mostrado cada vez mais evidentes, afetando a economia, a agricultura, a biodiversidade e a qualidade de vida da população. As alterações nos padrões de chuvas e o aumento das temperaturas já se mostraram como grandes causadores de tragédias, acarretando forte impacto na economia, que possui as suas finanças alicerçadas na produção primária e em serviços.

O Rio Grande do Sul possui um clima subtropical, com chuvas distribuídas ao longo do ano originárias da bacia amazônica. Entretanto, com o aquecimento global, observa-se uma intensificação de eventos extremos, com secas prolongadas e chuvas intensas e de grande força destrutiva. Estes eventos são cada vez mais frequentes e intensos, prejudicando a agricultura, que é a base da economia do estado.

Em 2020, por exemplo, o Rio Grande do Sul enfrentou uma das piores secas das últimas décadas, resultando em perdas significativas nas safras de grãos, que são vitais para o estado. No verão a escassez de água tem afetado o abastecimento e o forte impacto na agricultura. Com a alteração desse regime climático os agricultores têm enfrentado desafios crescentes como a necessidade de adaptação às novas culturas e a atual realidade climática.

Ainda, o aumento da temperatura média pode levar à proliferação de pragas e doenças, forçando os agricultores a utilizar defensivos agrícolas mais agressivos, refletindo em problemas para o meio ambiente e para a saúde pública. Desta forma, nota-se o pampa como um dos biomas mais ameaçados do Brasil. A fragilidade dos mananciais, das culturas agrícolas e da biodiversidade compromete a qualidade de vida no estado, sua riqueza e sustentabilidade (Marengo, 2016).

Em maio de 2024 o estado do Rio Grande do Sul, Brasil, foi impactado por fortes chuvas, acima da média, e que devastaram muitos municípios. Outros foram assolados pela devastação nas suas culturas e por consequência nas suas economias.

O Decreto de calamidade pública n. 57.646, do estado do Rio Grande do Sul, trouxe um rol de 418 (quatrocentos e dezoito) municípios afetados pelo referido evento climático. Além das tragédias pessoais, conforme *“levantamento da Secretaria da Fazenda (Sefaz) aponta que houve queda na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS de R\$ 1,58 bilhão entre 1º de maio e 18 de junho”*. Além disso, há de se considerar o impacto aos familiares com a perda de entes queridos e a sua sustentabilidade.

Estes fatos podem ser exemplificados com o ocorrido no município de Itaara que foi acometido pelas fortes intempéries climáticas que acometeram toda a Região causando alagamentos, desmoronamentos e demais consequências abruptas desta condição. Escolas e demais serviços foram paralisados, estradas bloqueadas. Com isso, o abastecimento do município ficou prejudicado.

Uma força tarefa com moradores locais foi organizada pela Defesa Civil para apoio e acolhimento aos necessitados, em um cenário devastador.

Assim, o objetivo deste trabalho foi relatar alguns impactos resultantes dos eventos meteorológicos extremos que ocorreu no município de Itaara, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

Metodologia

Este estudo adota uma abordagem metodológica baseada em relato de experiência e análise qualitativa do evento severo que ocorreu em Itaara, município do Rio Grande do Sul, Brasil. Com o intuito de fornecer uma visão aprofundada dos impactos sociais e materiais decorrentes da tragédia, a metodologia foi estruturada em várias etapas, cada uma contribuindo para uma compreensão holística dos desafios enfrentados pela comunidade e das respostas emergenciais adotadas.

Primeiramente, foi realizada uma documentação fotográfica das áreas mais afetadas do município logo após o evento. Os registros visuais captaram a extensão dos danos físicos à infraestrutura local, como estradas bloqueadas, casas destruídas, áreas públicas e comerciais devastadas, bem como os sinais de alagamentos e desmoronamentos. Além de documentar os danos materiais, as fotografias também foram essenciais para retratar o impacto humano do desastre, incluindo o desamparo das famílias que foram desabrigadas e desalojadas.

Para captar as experiências das vítimas e da comunidade, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com moradores que foram diretamente afetados e com voluntários envolvidos nas ações de apoio e socorro. Essas entrevistas, realizadas em ambiente seguro e acolhedor para os participantes, permitiram registrar relatos pessoais sobre as perdas e dificuldades enfrentadas, bem como as iniciativas de solidariedade que emergiram espontaneamente no

período crítico. Os depoimentos revelaram não apenas os efeitos emocionais e psicológicos do desastre, mas também a organização e a mobilização de grupos locais para oferecer abrigo, alimentação, roupas e apoio psicológico.

Complementando a coleta de dados primários, foi feita uma análise documental utilizando fontes secundárias, como relatórios emitidos pela Defesa Civil, boletins informativos das autoridades locais e estaduais e reportagens jornalísticas publicadas nos principais veículos de comunicação do estado. Esses documentos forneceram dados quantitativos e informações oficiais sobre a extensão dos danos, o número de pessoas afetadas e os esforços de resposta e recuperação implementados. Essas fontes ajudaram a contextualizar o evento dentro de uma perspectiva mais ampla, permitindo uma visão precisa do impacto do desastre nas estruturas administrativas e logísticas do município.

Adicionalmente, para embasar a análise e compreender os fatores subjacentes que intensificaram os danos, foi realizada uma revisão bibliográfica abrangendo temas como desastres naturais, vulnerabilidade social e resiliência comunitária. Estudos anteriores sobre vulnerabilidade e resposta comunitária em desastres naturais forneceram uma base teórica essencial, permitindo interpretar como a dinâmica social e as políticas de prevenção influenciaram a magnitude das perdas em Itaara. A revisão bibliográfica destacou a importância da preparação e cooperação comunitária em áreas propensas a desastres e trouxe à tona a relevância da resiliência em contextos de emergência.

Por fim, a metodologia incluiu uma etapa de síntese e análise crítica dos dados coletados, que combinou as observações empíricas com os fundamentos teóricos da revisão de literatura. Isso possibilitou uma compreensão aprofundada dos impactos materiais, sociais e emocionais do evento, identificando tanto as falhas quanto as potencialidades nas respostas emergenciais, com o intuito de sugerir medidas preventivas e estratégias de fortalecimento da resiliência comunitária frente a futuros eventos climáticos extremos.

Essa metodologia permitiu uma análise integrada, abrangendo desde a observação direta dos impactos até a reflexão crítica sobre as respostas sociais, o que contribuiu para a construção de conhecimentos úteis para a gestão de riscos e a redução de vulnerabilidades em comunidades expostas a eventos extremos.

Resultados e Discussão

Os efeitos dos eventos meteorológicos extremos no Rio Grande do Sul vão além do meio ambiente, impactando diretamente a sociedade e a economia. Estes eventos climáticos extremos, como enchentes e secas, podem gerar prejuízos econômicos significativos, destruindo infra estruturas, prejudicando o turismo e sobrecarregando os sistemas de saúde e de assistência social. Essas situações devem agravar as desigualdades sociais, principalmente entre as populações mais vulneráveis, que têm menor condição de recursos para se adaptar às novas situações e realidades (Embrapa, 2020).

Diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas, o Rio Grande do Sul tem buscado implementar medidas de mitigação e adaptação. Entre elas, destacam-se o incentivo à agricultura sustentável, o reflorestamento de áreas degradadas, a proteção de mananciais e a promoção de energias renováveis.

No entanto, para que essas ações sejam eficazes, é fundamental que haja uma integração entre políticas públicas, setor privado e sociedade civil, além de investimentos em pesquisa e inovação. Apenas com uma abordagem colaborativa será possível minimizar os impactos das mudanças climáticas e garantir um futuro sustentável para o estado.

Figura 1 – Imagens resultantes da chuva em Itaara, Brasil.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Conclusão

As mudanças climáticas representam um dos maiores desafios para o Rio Grande do Sul para os próximos meses e anos. Seus efeitos já são sentidos em diversas áreas, desde a agricultura até a biodiversidade, e exigem um planejamento e uma resposta urgente e coordenada. A adaptação a esse novo cenário não é uma escolha, mas uma necessidade urgente que visa garantir a manutenção do estado frente às adversidades climáticas que devem ser mais severas ano após ano.

Referências

Embrapa Clima Temperado. **Impactos da Seca no Rio Grande do Sul**. Pelotas: Embrapa, 2020.

Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO). **Impactos das Mudanças Climáticas na Agricultura Gaúcha**. Porto Alegre: FEPAGRO, 2019.

Governo do Estado do Rio Grande do Sul. **Secretaria da Fazenda**. Disponível em: < <https://www.fazenda.rs.gov.br/conteudo/19784/governo-apresenta-impactos-das-enchentes-na-arrecadacao-de-icms-do-estado> > Consulta em: 15 ago 2024.

Marengo, J. A., et al. **Mudanças Climáticas e Recursos Hídricos no Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2016.

Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul (SEMA-RS). **Plano de Ação Climática do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: SEMA-RS, 2021.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Liziany Müller

Possui Bacharelado em Zootecnia (2004) e Licenciatura pelo Programa Especial de Graduação de Formação de Professores para a Educação Profissional (2011) ambas pela Universidade Federal de Santa Maria, Mestrado (2006) e Doutorado (2009) pelo Programa de Pós Graduação em Agronomia na Universidade Federal de Santa Maria, Pós-doutorado em Zootecnia no Programa de Pós Graduação em Zootecnia na Universidade Federal de Santa Maria (2011). Já atuou como: Professora e Orientadora do Curso de Especialização em Tecnologia de Informação e Comunicação da Universidade Aberta do Brasil/UFSM; Professora do Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do campo- Residência Agrária; Professora e Orientadora do PPGTER - Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Educacionais em Rede nível Mestrado da Universidade Federal de Santa Maria. Atualmente é coordenadora da Coordenadoria de Tecnologia Educacionais da Pró-reitoria de Graduação da UFSM; professora Associada III, responsável pelo Laboratório Mediações Sociais e Culturais - Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural - Centro de Ciências Rurais - Universidade Federal de Santa Maria; Professora e Coordenadora Adjunta do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Aberta do Brasil/UFSM; Professora Permanente no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural.

Ivanio Folmer

Graduado em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (2014). Mestre em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia-PPGGEO/ UFSM (2018). Doutor em Geografia-PPGGEO/UFSM (2022). Especialista em Coordenação Pedagógica - FCE - (2023). Participante de diversos projetos Ensino, Pesquisa e Extensão, com as temáticas de Educação no campo; Território; Sujeitos do Campo; Educação Ambiental; Gênero e sexualidade. É professor da Rede Estadual do RS na Área das Humanas - Componente Curricular: Geografia. Foi Tutor EAD no Curso Licenciatura em Educação do Campo UAB/ UFSM 2018-2023. É professor Formador da Universidade de Caxias do Sul/PARFOR 2023. Especializando em Supervisão Escolar - FCE. Integrante do Grupo de Pesquisa Girassol - Grupo de Pesquisa em Agroecologia, Educação do Campo e Inovações Sociais - UFSM; Grupo de Pesquisa em Educação e TerritórioGPET - UFSM e Agricultura e Urbanização na América Latina - USP. É integrante da Academia Luso--Brasileira 140 de Letras do Rio Grande do Sul.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Alexandro Fernando do Carmo

Mestre em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido pela UERN.

Bacharel em Economia pela UERN.

E-mail: alexandro.fernando@gmail.com

Ana Cleide Patrício de Souza

Bacharela em Biblioteconomia (UFPBO, Especialista em Patrimônio cultural e museografia, Mestra e Doutoranda em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB). Tem focado os estudos e pesquisas em Representação informação, Inclusão e capacitismo, práticas educativas em ação cultural na Biblioteconomia e compartilhamento da informação em saúde. Colaboradora informacional do grupo@familiadandywalker e membro do grupo de pesquisa em Representa da Informação.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3260077562370842>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2829-7320>

E-mail: ana2004cleide@hotmail.com

Ana Paula Tacques

Advogada e Educadora Popular. Bacharela em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS (2012) especialista em Direitos Fundamentais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS. (2014-2017). Possui experiência nas áreas de direito das famílias, igualdade de gênero, sociedade do consumo, democracia e justiça ambiental. É Membro associado da AAENFF- Associação dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes e da ABRASCO.

E-mail: ana.tacquesadv@gmail.com

Ana Cleide Patrício de Souza

Bacharela em Biblioteconomia (UFPBO, Especialista em Patrimônio cultural e museografia, Mestra e Doutoranda em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB). Tem focado os estudos e pesquisas em Representação informação, Inclusão e capacitismo, práticas educativas em ação cultural na Biblioteconomia e compartilhamento da informação em saúde. Colaboradora informacional do grupo@familiadandywalker e membro do grupo de pesquisa em Representa da Informação.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5313094566010524>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6930-5457>

E-mail: ana2004cleide@hotmail.com

Atila Barros

Docente dos Cursos de Pedagogia, Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Ciências da Computação (UNESA-RJ). Doutorando em Educação pela Universidade Nacional de Rosário (UNR-ARG). Mestrado em Educação (UNESA-RJ). MBA em Data Warehouse e Business Intelligence (FI - PR). Pós-Graduado em Engenharia de Software, Antropologia, Psicopedagogia, Educação no Campo e Filosofia (FAVENI-MG). Historiador pela Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU-SP).

E-mail: atilafmusp@gmail.com

Alessandra Rodrigues Marques

Especialista em educação profissional e tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES). Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Professora.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2242024950853118>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6737-6051>.

E-mail: alessandrarodriguesmarques10@gmail.com

Carlos Eduardo Crispim de Oliveira Ramos

Zootecnista, Polo Agroecológico do Sul e Sudoeste de Minas.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7056539924040581>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4844-3527>

E-mail: carlosramos@ufrb.edu.br

Carlos Enrique Musse Torres

Licenciado em História e Letras com habilitação em Português, Inglês e Espanhol. Master em Linguística Aplicada (UNIR).

Orcid: orcid.org/0000-0001-9797-1468

Cristian Ericksson Colovini

Psicólogo na Polícia Penal/RS, Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (IFFar), Preceptor de estágios.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9122731571217323>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8106-6903>

E-mail: cristian.colovini@gmail.com

Cristina Pilla Della Méa

Psicóloga Mestre em Envelhecimento Humano pela Universidade de Passo Fundo, Docente do Curso de Graduação em Psicologia da ATITUS Educação Campus Passo Fundo/RS. E-mail: cristina.mea@atitus.edu.br

Orcid: 0000-0002-8733-1560

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6769144800754836>

Coriolano Pereira da Rocha Junior

Pós-doutor em História, Docente da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da UFBA. Líder do Grupo de Pesquisa Corpo da UFBA. Lattes: [ttp://lattes.cnpq.br/5043564877292093](http://lattes.cnpq.br/5043564877292093)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8228-2088>

Deise Cristiane do Nascimento

Graduada Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Maria e especialista em Gestão da Administração Pública pela Universidade Castelo Branco. Mestre em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGEcoH) pela Universidade do Estado da Bahia, Mestre em Educação pela Faculdade Interamericana de Ciências Sociais e Doutora em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental pela Universidade do Estado da Bahia. Professora assistente da Faculdade de Petrolina (FACAPE).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7759984714056356>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1517-9675>

E-mail: deise.nascimento@facape.br

Diane Jéssica Moraes Amorim

Graduada em Direito pela Universidade do Estado da Bahia e especialista em Direito Civil e Processual Civil pela Escola Superior de Advocacia. Mestra em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação pela Universidade Federal do Vale do São Francisco. Professora assistente da Faculdade de Petrolina (FACAPE) e assessora jurídica na Defensoria Pública da União.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7472695461725399>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1940-6409>

E-mail: dianeamorim.adv@gmail.com

Eduarda da Silva Rodrigues

Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade Franciscana, Estagiária da Polícia Penal/RS. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6890213254635578>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-7027-5217>.

Eduarda Siqueira de Freitas

Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade Franciscana, Estagiária da Polícia Penal/RS. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2944854258824050>

Orcid:<https://orcid.org/0009-0007-7434-5190>.

Elizeu da Silva Costa Junior

Grupo de Pesquisa e Extensão Girassol/UFSM.

Emanuel Augusto Ribeiro Dias

MBA Executivo em Gestão de Comércio Exterior pela Uninter. Bacharel em Administração pela FACEP.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4374554848846493>

E-mail: diasemanuel111@gmail.com

Emilana Soares Ziani

Licenciada em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), RS. Especialista em ensino de filosofia no Ensino Médio, Ead-UFSM.

E-mail: milana2012filosofia@gmail.com

Eliseane Cardoso Moura

Mestranda em Ensino de Ciências e Matemática-Universidade Estadual de Roraima (UERR). Professora da Educação Infantil Municipal.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5831235521663213>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4427-7346>

E-mail: eliseane_@hotmail.com.

Eraldo Alcantara Moreira

Alumno de la carrera de Letras- Español (UFPA) Universidade Federal do Pará- Campus Universitario de Abaetetuba.

E-mail: alcantaraheraldo20@gmail.com

Francisco Alexandre de Freitas

Especialista em Auditoria e Perícia Contábil pela Farese; Especialista em Controladoria e Gestão Financeira pela Faveni; Especialista em Direito Tributário, Direito Trabalhista e Direito Previdenciário pela Uniminas. Bacharel em Contabilidade pela UERN.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7761092565156349>

E-mail: alexandre_f2@live.com

Francisco Ismael Salvador Rodrigues

Genoveva Batista do Nascimento

Professora do Departamento de Ciência da Informação (UFPB). Doutora em Educação (PPGE/UFPB). Tem focado os estudos e pesquisas em ensino e aprendizagem, formação de professores, fontes de informação, tecnologias digitais, EaD, metodologia e ação cultural em unidades de informação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Gestão das Organizações Aprendentes (PPGOA/UFPB).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5601656144053464>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5362-8481>

E-mail: genoveva_batista@hotmail.com

Ivanio Folmer

Dr. Prof. Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFSM.

Jamile Guerra Fonseca

Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Pós doutora em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3652267269547662>

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-0245-2073>

E-mail: fonsecajam@ufrb.edu.br

Jéssica da Cruz Chagas

Mestre em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Professora da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC/AM).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0818497179631820>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3374-946X>

E-mail: jessica.chagas@prof.am.gov.br

Luciane de Andrades Lemos

Estudante do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFSM.

Lucas Henrique Freitas Chaves

Psicólogo Graduado pela ATITUS Educação Campus - Passo Fundo/RS.

E-mail: chavesfreitaslucas@gmail.com

Orcid: 0009-0003-5386-7599

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8167840608722948>

Liziany Müller

Dra. Profa. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural/UFSM.

Lucimari Sara das Neves

Lucas Santos Daniel

Graduando em Geografia e bolsista de iniciação científica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0437492356319231>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-5944-2993>

Líssia Maria Costa Gomes Protázio

Mestranda em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Especialista em Informática na Educação (IFMA) e Arteterapia (PROMINAS). Licenciada em Letras Português com habilitação em Francês (UFMA).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5875446953599368>

E-mail: lissiamaria@ifma.edu.br

Maria Emília Camargo

Maria José Souza Lima

Mestra em Criatividade e Inovação em Metodologias de Ensino Superior (PPGCIMES- UFPA). Profesora de la carrera de Letras - Licenciatura en Lengua Española, Faculdade de Ciências da Linguagem da UFPA –Campus Universitario de Abaetetuba. E-mail: mariajoselima@ufpa.br

Marco Antônio Oliveira Lima

Docente do IFG Campus Águas Lindas. Licenciado em Educação Física pela UFCat. Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: marcobasquetebol@gmail.com

Maria Amélia Teixeira da Silva

Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (DCI/UFPB). Doutoranda em Ciência da Informação pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra - Portugal (FLUC/UC/PT). Coordenadora Adjunta do Projeto Arquivo 121, desenvolvido no âmbito da Polícia Federal e da UFPB. Desenvolve estudos e pesquisas na área de Perícia Documental, com ênfase em Diplomática e Documentoscopia.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3337984054893608>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2070-2918>

E-mail: mats@academico.ufpb.br

Rafael de Lima Erazo

Doutor em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Professor da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC/AM).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0299892335610045>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6841-1717>

E-mail: rafael.erazo@prof.am.gov.br

Sueli Abreu Guimarães

Doutora em Educação (UFBA). Mestrado em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social (FVC). Graduada em Letras Vernáculas pela UNEB e em Direito pela FIB. Membro do grupo de Pesquisa CORPO da UFBA.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5442723231972232>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-1259-221X>

E-mail: sueliabreuprof@icloud.com

Suellen de Oliveira

Atriz e pedagoga. Licenciada em teatro, pedagogia e Educação Física com pós-graduada em treinamento esportivo.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9014505483737871>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-6919-7857>

Email: s.oliveira.nelle90@gmail.com

Suzete Antônia Costa

Tatiane Gusmão Reis Tietz

Atriz, escritora, diretora e professora de teatro. Licenciada em teatro (Uniaselvi) e bacharel em teatro (PUCPR).

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1082898246308018>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-6779-3589>

E-mail: tatianegusmaoreis@hotmail.com

Tatiana Maria de Moura

Docente da Educação Básica na SEE de Goiás. Licenciada e Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia. Doutoranda em Performances Culturais/PPGPC da Universidade Federal de Goiás.

E-mail: tatiana_moura@discente.ufg.br.

Tiago Luan Labres de Freitas

Enfermeiro Doutorando em Enfermagem na Universidade Federal de Santa Catarina, Mestre em Ciências da Reabilitação pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. Especialista em Cardiologia pelo Programa de Residência Multiprofissional da Universidade de Passo Fundo - UPF. Especialista em Gestão em Saúde pela Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA. Graduado em Enfermagem - Bacharelado - pela Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapecó/SC.

E-mail: tiagolabres@hotmail.com

Orcid: 0000-0003-1391-859

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0818628361309641>

Valeria Fernandes Nunes

Professora no magistério superior (UFRJ), pós-doutorado, doutorado e mestrado em Linguística (UERJ), licenciada em letras e teatro.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3912784488508209>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2184-1314>

E-mail: valerianunes@letras.ufrj.br

Venerson Cardoso Capuano Fontellas

Doutorando em Letras (Literatura Portuguesa) pela USP, possui mestrado em Letras (Literatura Portuguesa) pela USP (2023), graduação em Pedagogia pela Unesp (2019) e graduação em Letras pelo Uni Sant'Anna (2015).

E-mail: venerson.fontellas@gmail.com.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3422805030959712>

Verena Cabral Capuano Fontellas

Mestra em Ciências do Alimentos pela USP, possui graduação em Nutrição pela Uninove e em Gastronomia pela UAM.

E-mail: verenacapuano@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6923725478755606>

Vitor Kochhann Reisdorfer

Doctorado en Administración, pela Universidad Nacional de Misiones, UNAM. Professor Associado da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2445194392123348>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5655-5476>

E-mail: vitorkreis@gmail.com

Vinícius de Jesus Ferreira

Tecnólogo em Gestão de Cooperativas, Especialista em Ciências Agrárias pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0032220968132479>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-3048-1457>

E-mail: vinicius.jesus@acad.ufsm.br

Vitor Kochhann Reisdorfer

Doctorado en Administración, pela Universidad Nacional de Misiones, UNAM. Professor Associado da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2445194392123348>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5655-5476>

E-mail: vitorkreis@gmail.com

Wania Jaguaracy de Sena Medrado

Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e especialista em Direito Empresarial pela mesma instituição. Graduanda em Psicologia na UNIFTC e Mestra em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação do PROFNIT na Universidade Federal do Vale do São Francisco. Professora assistente da Faculdade de Petrolina (FACAPE).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6463312316334203>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-8528-3303>

E-mail: wania.medrado@gmail.com

Wandernilton Rodrigues da Silva

Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo (CEUMA). Especialista em Tecnologias para Educação (IFSC). Graduando em História (UNINTER).

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6629713133667033>

E-mail: wandernilton.rodrigues@gmail.com

HORIZONTES CONTEMPORÂNEOS:

ABORDAGENS E DESAFIOS EM PESQUISAS ATUAIS

www.arcoeditores.com
contato@arcoeditores.com
(55)99723-4952

